

Anais

VIII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL E XXV SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA: O POVO, A RUA, AS LUTAS



REALIZADORES

PPGHIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



AfroUneb

**Anais do VIII Simpósio de História Regional e Local e XXV Semana
da Consciência Negra em 200 anos de Independência da Bahia: o povo,
a rua, as lutas**

07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2023
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
SANTO ANTÔNIO DE JESUS / BAHIA

**Santo Antônio de Jesus – BA
2024**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Reitora

Adriana dos Santos Marmori Lima

Vice-Reitora

Dayse Lago de Miranda

Pró-Reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

Tânia Hetkowski

Departamento de Ciências Humanas – Campus V

Diretor

João Evangelista Nascimento Neto

Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local

Coordenadora

Maria das Graças de Andrade Leal

Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-

Brasileiros - AfroUneb

Coordenadora

Suely Santos Santana

Comissão Responsável

Assessoria de Comunicação - ASCOM (Campus V)

Adrielle de Souza Santos
Vagner Rodrigues da Silva

Revisão Geral

Ane Geildes Lobo Vieira Nunes
Viviane da Conceição Sales

Comissão Organizadora

Ana Rita Araújo Machado
Ane Geildes Lobo Vieira Nunes
Hamilton Rodrigues dos Santos
Ítalo Nelli Borges
Maria das Graças de Andrade Leal (Coordenadora)
Nancy Rita Sento Sé de Assis
Suely Santos Santana
Viviane da Conceição Sales
Wilson Roberto de Mattos

Comissão Científica

Ana Rita Araújo Machado (UNEB)
Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UFRB)
Avanete Pereira Sousa Doutorado (UESB)
Daniel dos Santos (SEC BA/NuCuS/AfroUneb)
Denilson Lessa dos Santos (UNEB)
Diana de Sousa Santos Lisboa (UFBA)
Edinaldo Antonio Oliveira Souza (UNEB)
Eduardo Santos Borges (UNEB)
Elson Rabelo (UNIVASF/MDHC)
Fábio Oliveira (UNEB – Campus V/PROFLETRAS/
Fabricio Lyrio Santos (UFRB)
Gabriel José Brandão de Souza (IFPB)
Hamilton Rodrigues dos Santos (UNEB)
Ítalo Nelli Borges (UNEB)
Jose Ricardo Moreno Pinho (UNEB)
Leandro Bulhões (UFC)
Lina Maria Brandao de Aras (UFBA)
Maria das Graças de Andrade Leal (UNEB)
Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)
Reinaldo José de Oliveira (NEPPINS/UFRB/UNEB)
Rute Andrade Castro (UNEB)
Sandro dos Santos Correia (UNEB)
Sara Oliveira Farias (UNEB)
Silvana Andrade dos Santos (USP)
Suely Santos Santana (UNEB)
Tânia Mara Pereira Vasconcelos (UNEB)
Vânia Nara Pereira Vasconcelos (UNEB)
Wilson Roberto de Mattos (UNEB)

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Adriana Silva Freitas Sampaio

Simpósio de História Regional e Local (8, 2024: Santo Antônio de Jesus, BA) e Semana da Consciência Negra em 200 anos de Independência da Bahia: o povo, a rua, as lutas (25, 2024: Santo Antônio de Jesus Bahia, BA).

Anais do 8º Simpósio de História Regional e Local e 25ª Semana da Consciência Negra em 200 anos de Independência da Bahia: o povo, a rua, as lutas, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil.
192 p.

ISBN: 978-65-01-16006-1

e-book - <https://www.simposiodehistoria2023.eventos.dype.com.br/>

Evento realizado pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, BA.

1. Independência. 2. Estudos Africanos e Afro brasileiros. 3. Ensino de história. 4. Interseccionalidade e decolonialidade. 5. História-cultura. 6. Memórias-Oralidades-Territorialidades. 7. Política. 8. História Regional e Local. I. Universidade do Estado da Bahia. Título. II. Leal, Maria das Gracias de Andrade.

CDD: 981

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	7
2	“A CALMARIA REINANTE NA BAHIA SÓ ERA APARENTE”: OS MOVIMENTOS GREVISTAS DOS MINERADORES DO MANGANÊS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS E DOS FLUVIÁRIOS DE JUAZEIRO, EM 1950, E A ATUAÇÃO CLANDESTINA DOS COMUNISTAS NOS MEIOS OPERÁRIOS.....	9
	<i>Autor(a): Edinaldo Antonio Oliveira Souza</i>	
3	ÁFRICA, ESSA NOSSA (DES)CONHECIDA: PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE ÁFRICA REALIZADAS POR PROFESSORES DA UNEB.....	24
	<i>Autor(a): Gabriela Brandão Alves</i>	
4	ALL-NEGRO COMICS: ABORDAGEM CRÍTICA E DECOLONIAL À AVENTURA EDITORIAL NEGRA DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS (1947).....	35
	<i>Autor(a): Savio Queiroz Lima</i>	
5	AS MULHERES POPULARES E OS CRIMES DE DEFLORAMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE A NARRATIVA FICCIONAL DE LIMA BARRETO E OS PROCESSOS CRIMINAIS (1890-1910).....	46
	<i>Autor(a): Tainara Santos de Santana</i>	
6	DOM FREI MANUEL DE SANTA INÊS: UM BISPO PORTUGUÊS CRUZA O OCEANO ATLÂNTICO E CHEGA À BAHIA PARA DISCIPLINAR ALMAS E SÚDITOS (1762-1771).....	57
	<i>Autor(a): Clarissa Pacheco Rios</i>	
7	EXPERIÊNCIAS CULTURAIS DA DIÁSPORA AFRICANA NOS FESTEJOS À PADROEIRA DE VALENÇA-BA, NOSSA SENHORA DO AMPARO.....	71
	<i>Autor(a): Paulo Vitor Souza da Luz</i>	
8	FUMICULTURA E TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA FUMAGEIRA E O IMPACTO DO FECHAMENTO DA EMPRESA AGRO COMERCIAL NA SOCIEDADE E NA ECONOMIA CRUZ-ALMENSE.....	83
	<i>Autor(as): Adnaelle de Jesus da Cruz</i>	
9	INTERSECCIONALIDADE NA ANÁLISE DA NECROPOLÍTICA E DESIGUALDADES: RUMO A POLÍTICAS PÚBLICAS TRANSFORMADORAS NO BRASIL.....	96
	<i>Autores(as): Reinaldo José de Oliveira e Iuri Nobre dos Santos</i>	
10	LENDO AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS À CONTRAPELO: ESTUDOS PÓS-COLONIAIS, DECOLONIAIS E SUBALTERNOS E SEUS IMPACTOS E DESAFIOS TEÓRICOS PARA A HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DA FICÇÃO. 110	
	<i>Autor(a): Savio Queiroz Lima</i>	
11	MEMÓRIA, RELIGIÃO E POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DA JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA NO TERRITÓRIO BAIANO, (1955 – 1969).....	128
	<i>Autor(a): Emiriene Costa Santos</i>	
12	O AGRESTE NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS E INDÍGENAS (1822-1823).....	142
	<i>Autor(a): Thiago Pinto Dantas</i>	

13	“SOMOS O QUE DIZEMOS QUE SOMOS”: QUESTÃO FUNDIÁRIA E A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA EM COMUNIDADES RURAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	153
	<i>Autor(a): Benedito de Souza Santos</i>	
14	TRADIÇÃO ORAL E MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS: CAMINHOS PARA VISIBILIDADE.....	168
	<i>Autor(a): Cherliane Paula Pinheiro Silva</i>	
15	UMA (RE)LEITURA DA CIDADE A PARTIR DA AFROCENTRICIDADE: A NÃO REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS E NEGRAS NO DISCURSO DA HISTÓRIA DE AMÉLIA RODRIGUES – BA.....	180
	<i>Autor(a): Tainara Margarida Rodrigues Moraes</i>	

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS) e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (AFROUNEB) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), realizaram, conjuntamente, o **VIII Simpósio de História Regional e Local** e a **XXV Semana de Consciência Negra**, entre os dias 07 e 10 de novembro de 2023, na sede do Departamento de Ciências Humanas, Campus V, na cidade de Santo Antônio de Jesus, com a temática **“CONSCIÊNCIA NEGRA EM 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA: O POVO, A RUA, AS LUTAS”**.

O tema desta edição está associado ao ano de celebrações do bicentenário da independência do Brasil na Bahia, quando foi promovido espaços de debates relacionados aos processos políticos, sociais, culturais, simbólicos que marcaram, no passado, os acontecimentos que culminaram nas guerras pela independência na Bahia, tendo a fundamental participação popular para o seu desfecho, e no presente suas repercussões político-sociais e culturais construídas ao longo dos 200 anos, cujas problemáticas permanecem em ebulição. Para a historiografia, torna-se um tema de relevância, especialmente por garantir outras perspectivas de análise, tendo o povo negro, pobre, escravizado revelado em seu protagonismo de ontem e de hoje.

O VIII Simpósio de História Regional e Local ocorreu durante o mês das celebrações da Semana de Consciência Negra da UNEB – Campus V, cujo evento se constitui em tradição no calendário anual da instituição e comunidade. Realizada há 25 anos e popularmente conhecida pela marca Santo Antônio Negro, a Semana de Consciência Negra significa, para todas e todos nós discentes e docentes negras e negros unebianxs, um poderoso instrumento de combate ao racismo, discriminação racial e todas as formas de violência. Assim, é muito mais que um evento acadêmico, por integrar um conjunto de ações para promoção de reflexões, debates, discussões, denúncias, afirmações, celebrações e difusão de conhecimentos, trajetórias e experiências de nossa população afro-santoantoniense e de outras localidades.

Neste evento, reuniram-se historiadores/as e demais pesquisadores/as das áreas das Ciências Humanas e Letras das diversas universidades da Bahia e de outros Estados brasileiros, além de universidades estrangeiras, bem como de um público diversificado envolvido com a educação, os movimentos sociais e culturais da região. Trata de um importante espaço acadêmico, cultural e social, onde estudantes de graduação e pós-graduação, docentes de diversas instituições de ensino do município e região próxima do

recôncavo, bem como de todo o estado da Bahia, têm a oportunidade de acessar e estabelecer trocas de conhecimentos sobre temas variados de interesse nacional e regional, através das atividades programadas.

Como resultado das atividades desenvolvidas, reunimos, nestes Anais, textos resultantes de pesquisas em níveis de graduação e pós-graduação, os quais revelam temáticas e abordagens relativas a estudos culturais, políticos, territoriais, sociais, institucionais, das religiosidades, identitários, interseccionais, decoloniais, que envolvem populações africanas e afro-brasileiras, analisam os mundos do trabalho, o ensino de história, as memórias e oralidades, os arquivos e a pesquisa. Portanto, um conjunto de textos que contribui e amplia horizontes para a historiografia brasileira.

Desejamos uma boa leitura e que este documento seja acessado como contribuição para os estudos da historiografia local, regional e nacional.

Maria das Graças de Andrade Leal
Coodernadora do PPGHIS

“A CALMARIA REINANTE NA BAHIA SÓ ERA APARENTE”: OS MOVIMENTOS GREVISTAS DOS MINERADORES DO MANGANÊS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS E DOS FLUVIÁRIOS DE JUAZEIRO, EM 1950, E A ATUAÇÃO CLANDESTINA DOS COMUNISTAS NOS MEIOS OPERÁRIOS

Edinaldo Antonio Oliveira Souza
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
edyaosouza@gmail.com

Resumo

Em janeiro de 1950, um informante do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) relatou que a calmaria reinante na Bahia, após a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1948 e durante o mandato do governador Octávio Mangabeira cassação, não somente era aparente como se limitava às camadas superiores da população. Encarando-se “de baixo para cima situação era bem outra”. Segundo o espião da polícia política, aproveitando-se da tolerância do governador, a cada dia os comunistas consolidavam a sua posição entre os portuários, estivadores, transviários e tecelões, graças ao trabalho persistente de seus líderes. Ao mesmo tempo, eles procuravam “se infiltrar pelo interior do estado, principalmente nas cidades de Ilhéus, Feira de Santana, Itabuna e Juazeiro”. Suprimidos os principais canais de interlocução política do movimento sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB), o PCB e os mandatos parlamentares dos comunistas, com os sindicatos fechados ou sob intervenção, as atenções tanto do ativismo sindical comunista quanto dos organismos de repressão estatal e patronal voltaram-se para o chão das empresas. Naquele contexto, tanto o informante do DOPS quanto o jornal comunista O Momento, obviamente por motivos diferentes, procuravam exaltar a inquietação grevista dos trabalhadores e a atuação dos comunistas nos meios operários. Dois movimentos grevistas eclodidos naquele ano – a greve dos mineradores do manganês no município de Santo Antônio de Jesus e a greve dos fluviários de Juazeiro – tiveram ampla cobertura da imprensa comunista, especialmente do jornal O Momento, e foram relatadas pelo informante do DOPS. Tomando como estudo de caso esses dois movimentos grevistas, essa comunicação pretende analisar as motivações e condições de mobilização e reivindicação dos trabalhadores e a atuação dos comunistas nos meios operários, na conjuntura da política autoritária e anticomunista do governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, que resultou na proscrição do PCB e a cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas e uma série de medidas repressivas e intervencionistas contra o movimento sindical. O estudo utiliza como fontes os relatórios do agente do DOPS, a imprensa comunista e jornais da grande imprensa e um processo trabalhista movido pelos mineradores na Justiça do trabalho.

Palavras-chave: movimento sindical; comunistas; anticomunismo; política repressiva.

Os estudos sobre o movimento sindical, quase sempre, deram pouca atenção à movimentação da classe trabalhadora na conjuntura mais repressiva do governo Dutra (1947-1950). Essa desatenção se explica, em parte, pela proeminência da teoria do populismo que, quase sempre, generalizou para o período compreendido entre 1945 e

1964, a tese de uma, supostamente bem sucedida, política de controle e manipulação da classe trabalhadora pelo Estado (FERREIRA, 2001; FORTES; NEGRO, 2003; NEGRO, 2004; SILVA; NEGRO, 2003). Quando não ignoraram, trataram esse período como mero lapso da “política populista”, focalizando a política eleitoral e a repressão estatal. (WEFFORT, 1972; RODRIGUES, 1979; CARONE, 1981, FRENCH, 1995).

Na Bahia, o estudo de Joaci Cunha focalizou as lutas sindicais e os movimentos grevistas dos empregados das usinas de açúcar do Recôncavo nesse contexto, mas excessivamente colado ao discurso da imprensa comunista vislumbrou uma radicalização e aceleração do movimento sindical como efeito da linha radical preconizada pelo PCB (CUNHA, 1995). O estudo desses movimentos grevistas ajuda a pensar os limites e possibilidades de atuação do movimento sindical e do ativismo comunista naquele contexto e a relação entre ambos.

No final da Segunda Guerra Mundial, a conjuntura da redemocratização foi marcada por uma onda grevista que impulsionou o protagonismo do movimento operário após refluxo imposto pela ditadura do Estado Novo. A movimentação sindical e grevista logo começou a incomodar os patrões e as instâncias políticas, administrativas e jurídicas, tanto pelos supostos prejuízos causados à economia quanto por representar um desafio público às prerrogativas de autoridade patronal e governamental. Com efeito, verificou-se a propagação na imprensa e nos meios políticos de um discurso anticomunista, antigrevista e condenatório do movimento sindical (MARANHÃO, 1979; COSTA, 1995; FRENCH, 1995; SILVA, 1995; FONTES, 1997, SOUZA, 2015).

Em janeiro de 1946, uma matéria do Jornal *Diário da Bahia*, publicada na Coluna do Trabalhador, denunciava o clima de “intensa agitação” que predominava em “vários ramos de atividade da indústria baiana”. Segundo o articulista, as movimentações operárias tomavam um caráter geral e conjecturava a existência de “alguma força oculta” por trás dessa situação - provavelmente aludindo ao apoio mais incisivo da militância comunista às greves e reivindicações dos empregados nesse período. A ordem e a disciplina só estavam sendo mantidas graças às ações do delegado do Trabalho e dos presidentes dos sindicatos e concluía que, se nenhuma providência fosse tomada, o resultado não seria “dos mais agradáveis”.¹

¹ “As greves, suas origens e seu término”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2. Ver também: “Está sendo desvirtuado o movimento grevista nas usinas”. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 fev. 1946. Coluna do Trabalhador, pp. 2, 7; “As greves”. *A Tarde*, Salvador, 5 fev. 1946, p. 3; “Situação grave”. Idem, 1 mar. 1946, p. 3.

Assim, a matéria defendia como “medidas emergenciais” a revisão da tabela do salário mínimo e uma “vigilância rigorosa dos sindicatos”, através de suas diretorias, com apoio do governo, “não mais para resolver problemas de ordem econômica, mas para preservá-los da infiltração dos elementos estranhos”, cujas “atividades subversivas da disciplina” estavam sendo observadas.² A receita preceituada pelo colunista para a superação das tensões trabalhistas, combinava concessões aos empregados, controle dos sindicatos e repressão aos comunistas.

Confrontados pela onda crescente de reivindicações operárias, os patrões endureceram a posição de não fazer concessões aos grevistas, apelaram para o aparato repressivo estatal e lançaram mão de medidas arbitrárias, como a demissão sumária de empregados estáveis, com a justificativa de preservar a “ordem e a disciplina” no trabalho (SOUZA, 2015; NEGRO; SOUZA, 2013).

Como desdobramento da reação patronal e governamental, em 15 de março de 1946, antecipando-se à discussão na Assembleia Nacional Constituinte das pautas da liberdade sindical e do direito de greve, proposta pela pequena bancada comunista, o governo Dutra publica o decreto-lei 9.070, que restringia o direito de greve e reeditava a exigência do atestado de ideologia para a ocupação dos cargos de direção sindical, abrindo o caminho para a criminalização das greves e do ativismo sindical. A medida tanto procurava conter a onda grevista quanto pretendia expurgar dos sindicatos a presença dos comunistas e outras lideranças combativas.

A publicação do referido decreto foi seguida do fechamento, em abril, do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), criado sob a influência dos comunistas, e por ingerências da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (em maio). No decurso de 1947 e 1948, a política anticomunista e anti-sindical do governo Dutra e do seu ministro do Trabalho, o empresário Morvan Dias Figueiredo, culminou na proscrição do PCB, na cassação dos mandatos parlamentares comunistas e na ilegalidade da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB), bem como resultou no fechamento da União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB) e na intervenção ministerialista em vários sindicatos (COSTA, 1995; FONTES, 1997; SOUZA, 2015).

² “As greves, suas origens e seu término”, op. cit.

Na Bahia, a efetivação dessa política intervencionista e repressiva foi promovida conjuntamente pela DRT, a Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia de Ordem Pública e Social (DEOPS), com o apoio do empresariado e de alguns dirigentes sindicais ministerialistas.

Com a supressão dos principais canais de representação e interlocução do movimento sindical no campo institucional, as atenções tanto do ativismo sindical quanto dos organismos de repressão estatal e patronal voltaram-se para o “chão das fábricas”, para os locais de trabalho.

A partir do Manifesto de Janeiro de 1948, a política sindical preconizada pelo PCB primava pela organização dos empregados nos locais de trabalho, considerava a greve “um direito sagrado” e principal arma de luta dos trabalhadores e procurava articular as reivindicações trabalhistas às bandeiras político-ideológicas içadas pelo partido³, como a luta contra a carestia e por aumento de salários; contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coreia, a exportação de minérios para a indústria de guerra e o apoio militar do Brasil aos EUA, bem como contra o projeto de Lei de Segurança Nacional do governo Dutra. Banidos da institucionalidade, não restavam muitas alternativas aos comunistas, senão a atuação nos locais de trabalho (GARCIA, 1987; COSTA, 1995; BUONICORE, 2000; SENA JÚNIOR, 2009; SOUZA, 2015).

Em janeiro de 1950, um informante do DOPS assinalou que a “calmaria reinante” na Bahia não só era aparente como se limitava às camadas superiores da população. Encarando-se “de baixo para cima a situação era bem outra”, dizia. De acordo com o espião da polícia política, aproveitando-se da “tolerância” do Governador Otávio Mangabeira, a cada dia os comunistas consolidavam a sua posição entre os portuários, estivadores, transviários e tecelões, graças ao trabalho persistente dos seus líderes. Igualmente, procuravam se infiltrar “pelo interior do estado, principalmente nas cidades de Ilhéus, Feira de Santana, Itabuna e Juazeiro”.⁴

Em que pese a evidente intenção do agente do DOPS de denunciar supostas ameaças de “agitação” e “conspiração” comunista, parece factível a percepção de que,

³ “Levantar a combatividade das massas lutando contra a fome e a carestia...”, op. cit.; AMAZONAS, João. “Tática grevista”. *O Momento*, Salvador, 3 set. 1948, pp. 3, 4; “O que a greve dos marceneiros ensina aos trabalhadores”, op. cit. Ver também: “Novas greves em São Paulo”. *O Momento*, Salvador, 3 mar. 1948, s/p.; “Greve geral dos tecelões de Juiz de Fora”. Idem, 9 abr. 1948, pp. 1, 5; “Alastra-se a greve dos ferroviários mineiros”. Idem, 21 maio 1948, p. 1; “Greve dos ferroviários da Mogiana”. Idem, 11 jun. 1948, s/p.; “200 mil tecelões paulistas em dissídio coletivo”. Idem, 9 jul. 1948, pp. 1, 5; “Greves sucessivas em todo o país”. Idem, 27 fev. 1949, p. 8.

⁴ “Política baiana”. Apej, DPS, C. E. da Bahia, D 1479, Setor Trabalhista, s/d., fl. 59; “Comunismo”. Ibidem, 13 jan. 1950, fl. 144.

apesar de ter impactado duramente no movimento sindical, a política repressiva anticomunista e antissindicalista do governo Dutra não silenciou as inquietações operárias na Bahia. Os persistentes problemas das condições de trabalho, carestia, defasagem salarial, a falta de liberdade sindical, o descumprimento patronal de direitos prescritos na CLT e na Constituição de 1946, além da imposição de instrumentos normativos de disciplina, assiduidade e produtividade eram questões prementes nas pautas reivindicatórias de muitas categorias profissionais (FONTES, 1997; SOUZA, 2015; NEGRO, 2012; NEGRO; SOUZA, 2013).

Contudo, por motivos divergentes, tanto o informante da polícia quanto o jornal comunista *O Momento* pareciam superestimar as ações grevistas e exaltar a atuação dos comunistas nos meios operários naquela conjuntura. A greve dos mineiros da Companhia Minas da Bahia (CMB)⁵, no município de Santo Antônio de Jesus, deflagrada no primeiro semestre de 1950, e a greve dos fluviários do Rio São Francisco, em Juazeiro, eclodida no segundo semestre daquele mesmo ano, ajudam a iluminar essa questão. Ambas tiveram ampla divulgação da imprensa comunista, o apoio da Associação Geral dos Trabalhadores (AGT), um organismo intersindical criado pelos comunistas na clandestinidade, bem como não escaparam ao olhar atento do informante do DOPS.

A greve dos mineiros do manganês foi motivada por atrasos de salários e pelo desabastecimento dos armazéns onde eles trocavam os vales fornecidos pela empresa por gêneros de primeira necessidade. Nas quatro minas, localizadas na zona rural do município de Santo Antônio de Jesus, havia cerca de 400 empregados, geralmente recrutados da lavoura local e alguns catingueiros⁶, que trabalhavam na extração, beneficiamento e transporte do manganês. Ao lado dos contratados havia os chamados

⁵ Durante a Segunda Guerra Mundial, a Companhia Minas da Bahia (CMB), de propriedade dos empresários Luiz de Almeida Josephson e Octávio Soveral Lund, foi encampada pelo governo brasileiro e teve o seu contrato social alterado com a admissão de novos sócios: o Secretário da Educação do governo Otávio Mangabeira, Anísio Spínola Teixeira, como majoritário; seus familiares Jaime Spínola Teixeira, Nelson Spínola Teixeira e Oscar Spínola Teixeira, entre os principais quotistas, além de Alex N. Brown, Sabino Silva, Francisco Pires de Oliveira e o Secretário da Agricultura, Nestor Duarte, como sócios minoritários. Subsidiária da CMB, a empresa SIMEL, dirigida por Jaime Spínola Teixeira, tendo como sócios o diretor da CLC Anísio Massora e o banqueiro Gileno Amado, antigo Secretário da Fazenda do governo de Juraci Magalhães, era responsável pela exportação do minério para os Estados Unidos. (Cf. “Contrato Social”. BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Santo Antônio de Jesus. Autos do recurso ordinário nº 60/45, de Bispo Evangelista, Norberto Santos, Sinfrônio Silva e outros contra Cia. Minas da Bahia, 4 jun. 1945. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus (APMSAJ). Reclamações Trabalhistas, 1941 – 1959; “Gileno Amado, agente do embarque de minérios para a guerra”. Idem, 10 maio 1950, pp. 1, 8; “Apunhalam a pátria pelas costas”. Idem, 11 maio 1950, p. 1)

⁶ Catingueiros era uma denominação usada pelos moradores do Recôncavo em referência aos retirantes sertanejos que migravam para a região, procurando escapar da seca, em busca de emprego.

“clandestinos” ou tarefeiros, na sua maioria mulheres e menores, que trabalhavam por produção.

Atrasos nos salários, exploração pelo sistema de armazéns e vales, exaustivas jornadas de trabalho, baixos salários e risco constantes de acidente e de contaminação pela silicose⁷ eram questões que afetavam o cotidiano desses trabalhadores. Em abril de 1950, além de dois meses de salários atrasados, os armazéns encontravam-se vazios, e o comércio da cidade se recusava a aceitar os vales devido à inadimplência da empresa. Cansados de aguardar por uma solução da direção, os empregados deflagraram greve, reivindicando o pagamento dos vencimentos atrasados e o abastecimento dos armazéns. A pauta incluía ainda aumento de salários e pagamento de férias atrasadas.⁸

Uma reclamação trabalhista movida por quarenta e cinco empregados contra a companhia mineradora, no início de maio, na comarca de Santo Antônio de Jesus, ajuda a explicar as reais pretensões do movimento. No processo, os mineiros alegaram demissão injustificada e pleitearam o pagamento de aviso prévio, quatro meses de vencimentos atrasados, além de férias e horas extras jamais pagas pela empresa. A direção da firma contestou as demissões, mas admitiu o atraso dos salários e das férias além da suspensão do fornecimento de gêneros alimentícios aos empregados. Argumentou ainda que já estava sendo providenciando o abastecimento dos armazéns, o imediato pagamento do mês de fevereiro e prometeu quitar o restante atrasado até o final de junho.

O juiz então propôs uma conciliação, que foi aceita pelas partes, ficando a empresa comprometida ainda a manter o fornecimento ininterrupto dos gêneros e a não demitir os reclamantes sem motivo justificável até a liquidação total do débito.⁹ Mas, provavelmente, o acordo foi descumprido pela empregadora.

A categoria não possuía sindicato. A greve foi liderada por uma Comissão Central dos Mineiros e teve o apoio dos comunistas através de *O Momento*, da AGT e da CTB, que mobilizaram uma campanha de solidariedade aos grevistas. Durante a greve, a atuação desses organismos procurou redimensionar o caráter do movimento, associando-

⁷ Sobre a contaminação de trabalhadores mineiros por silicose, na Bahia, ver: FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

⁸ “Greve geral nas minas de manganês”. *O Momento*, Salvador, 29 abr. 1950, p. 1; “Os mineiros no décimo dia de greve geral”. Idem, 4 maio 1950, pp. 1, 8; “Em greve até a vitória. Manifesto lançado pela Comissão Central dos Mineiros”. Idem, 10 maio 1950, p. 2. Ver também: Recurso ordinário nº 60/45, op. cit.; BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Santo Antônio de Jesus. Reclamação trabalhista nº 25, de Vitor Alves Santos e outros contra Cia. Minas da Bahia. Fórum de Santo Antônio de Jesus, 8 maio 1950; Idem. Carta de Sentença a requerimento de Quirino Santos e outros contra Cia Minas da Bahia, 24 jun. 1957. APMSAJ. Reclamações Trabalhistas, 1941 – 1959.

⁹ Autos da Reclamação trabalhista nº 25, op. cit.

o às campanhas içadas pelos comunistas da luta “contra a fome”, “pela paz”, “contra a bomba atômica e a guerra imperialista”. Conforme argumentaram, a greve dos mineiros representava um exemplo efetivo da luta dos trabalhadores contra o “trabalho escravo” para a “indústria de guerra” dos Estados Unidos.¹⁰ Não obstante, o exagero retórico dos comunistas, as jornadas e o ritmo de trabalho dos mineiros eram pressionados tanto pelos contratos de exportação da empresa que estipulavam metas de produção do minério e pelos baixos salários que os obrigavam à realização de horas extras e contratos por produção.

Na segunda semana de paralisação, o informante do DOPS avaliou que a greve não despertava muito interesse, pois o número de grevistas era pequeno e eles estavam isolados, pela distância, dos redutos comunistas. Conforme observou, a DRT deu pouca atenção ao movimento, acreditando que os grevistas seriam facilmente vencidos pela fome e capitulariam facilmente, mas a sensação de abandono por parte dos poderes públicos, pouco a pouco, levava “esses míseros trabalhadores” para os braços dos comunistas que, apesar da falta de organização e da indiferença recebida, agitavam a campanha por “Paz, pão e liberdade”.¹¹

Durante a greve, foi fundada uma União dos Mineiros de Santo Antônio de Jesus, e aprovado um programa mínimo de reivindicações, que incluía aumento geral de 100% nos salários, garantia do pagamento do salário mínimo para todos os empregados, redução dos preços e fiscalização da balança do barracão por representantes da União dos Mineiros e fornecimento diário de gêneros aos empregados. Mas, parece que o organismo não vingou.

No vigésimo dia de greve, a Comissão Central dirigiu-se à cidade de Salvador, procurando mobilizar a solidariedade dos trabalhadores e suscitar uma intervenção das autoridades na questão. Em companhia do presidente da AGT, João Cardoso, a comitiva foi recebida na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal e pelo governador Octávio Mangabeira. As autoridades reconheceram a justeza das reivindicações, mas disseram

¹⁰ “Trabalho escravo nas minas de manganês de Santo Antônio de Jesus”. *O Momento*, 15 abr. 1950, p. 5; “Luta de todo o proletariado”. *Idem*, 16 maio 1950, p. 3.

¹¹ A campanha pecebista procurava mobilizar a luta dos trabalhadores contra a carestia e por aumento de salários; contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coréia, a exportação de minérios para a indústria de guerra e o apoio militar do Brasil aos EUA no contexto da guerra-fria, bem como contra o projeto de Lei de Segurança Nacional do governo Dutra. “Setor Trabalhista”. *Aperj*, fundo DPS, C. E. da Bahia, D1479, fl. 58, op. cit.

que não podiam intervir numa questão privada. Em locais de trabalho, como o cais do porto, os grevistas obtiveram apoio moral e ajuda material de outros empregados.¹²

De volta ao local das minas, foi cogitado o abatimento de um boi da Companhia para distribuição da carne entre os empregados. Mas após entendimentos com o delegado de polícia e com um representante da empresa, as lideranças grevistas recuaram do intento. Entrementes, uma audiência de conciliação foi convocada pelo Juiz de Direito daquela Comarca.¹³ Em 4 de junho, foi firmado um acordo, em juízo, pelo qual a empresa se comprometeu a efetuar imediatamente o pagamento do mês de fevereiro, abastecer os armazéns e regularizar todas as férias e o restante dos vencimentos atrasados até o final do mês. Depois de 39 dias de greve, os mineiros voltariam ao trabalho com o recebimento da primeira parcela do acordo, mas ameaçando uma nova paralisação caso o restante fosse descumprido.¹⁴

Como previram os empregados, mais uma vez, a empresa não cumpriu o acordo. No final do mês, *O Momento* anunciou uma nova paralisação, mas uma assembleia ocorrida em 1º de julho deliberou um prazo de dez dias para o pronunciamento dos patrões. Sem retorno, em 19 de julho a União dos Mineiros requereu a execução da convenção, sob pena de penhora de bens da Companhia, mas não chegou a efetivar-se o embargo.¹⁵

Para o PCB, a greve dos mineiros representava, na prática, o entrelaçamento das lutas da classe operária pelos seus direitos, contra a fome e a exploração, com a luta geral do proletariado e de todo o povo “contra a guerra imperialista e a bomba atômica” e a disposição dos trabalhadores em assumir “formas mais altas e vigorosas de luta” por “pão, paz, terra e liberdade”. Representava, assim, um exemplo a ser seguido por todo o proletariado brasileiro. Entretanto, conquanto no calor do movimento as lideranças grevistas incorporassem esse discurso político-ideológico, inclusive promovendo a assinatura do Apelo de Estocolmo pelos mineiros, satisfeita a pauta básica de

¹² “Estamos firmes!”. *O Momento*, Salvador, 16 maio 1950, pp. 1, 8; “Lutaremos até a vitória!”. Idem, 17 maio 1950, pp. 1, 8; “Os mineiros confiam na vitória”. Idem, 18 maio 1950, s/p.

¹³ “Voltamos dispostos a lutar até o fim”. *O Momento*, Salvador, 20 maio 1950, p. 5; “Prossegue a luta dos mineiros”. Idem, 21 maio 1950, p. 7; “Esperam a resposta do patrão, até amanhã”. Idem, 26 maio 1950, p. 5; “Os mineiros lutarão até vencer”. Idem, 28 maio 1950, pp. 1, 7.

¹⁴ “Só querem pagar um mês aos mineiros”. *O Momento*, Salvador, 2 jun. 1950, p. 8; “Os mineiros ganharam a vitória”. Idem, 6 jun. 1950, pp. 1, 8; “As reivindicações dos trabalhadores de Santo Antônio”. Idem, 8 jul. 1950, p. 5; “Vitoriosos os grevistas de Santo Antônio de Jesus”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1950, s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. do Estado da Bahia, D886, fl. 46.

¹⁵ “Traição aos mineiros”. *O Momento*, Salvador, 23 jun. 1950, p. 8; “Os mineiros abandonaram o trabalho”. Idem, 29 jun. 1950, p. 8; “Os mineiros dão um prazo de 10 dias”. Idem, 7 jul. 1950, p. 8. Ver também: Reclamação trabalhista nº 25, op. cit.

reivindicações, estes retomaram normalmente as atividades de mineração¹⁶, ou seja, embora não estivessem alheios às questões da *haute politique* dos comunistas, era premente a garantia da própria sobrevivência.

A pauta e o processo grevista tanto quanto o programa da União dos Mineiros privilegiaram as reivindicações sentidas dos empregados. O envolvimento da militância comunista (AGT e *O Momento*) conquanto tenha incorporado algumas bandeiras ideológicas pecebistas não implicou uma radicalização do movimento. Antes, durante e depois da ação grevista, os empregados envidaram esforços na tentativa de uma solução negociada com a direção da empresa. Nesta mesma perspectiva, reivindicaram e legitimaram a mediação das autoridades constituídas. Outra evidência da disposição para negociar foi o recuo da iniciativa de abater o boi da companhia.

Eclodida em 6 de agosto, a greve dos fluviários da Viação Baiana do Rio São Francisco foi motivada por atraso nos salários. A categoria abarcava cerca de quinhentos empregados entre trabalhadores das oficinas e as tripulações dos navios. De acordo com *Estado da Bahia*, desde janeiro os vencimentos encontravam-se atrasados, devido à situação deficitária da empresa. Recursos repassados pela União, a título de empréstimo, teriam sido desviados para outros setores pela Secretária da Viação do Estado da Bahia.¹⁷ Segundo *O Momento*, desde novembro de 1948 os empregados reivindicavam aumento salarial, tendo fracassado todas as tentativas de negociação intermediadas pelo sindicato. Em junho de 1949, ameaçaram a deflagração de greve. Coincidência ou não, em 8 de julho o Ministério da Viação e Obras estendeu a esses trabalhadores o aumento de 40% concedido aos marítimos, porém a majoração não foi efetivada pela direção da empresa. Em nova tentativa de negociação, os empregados encaminharam um memorial à direção, reivindicando além do cumprimento da portaria ministerial o pagamento do descanso semanal remunerado e diferenças de vencimentos atrasados, retroativas a julho de 1946.¹⁸

¹⁶ MATOS, Almir. “Salve, mineiros de Santo Antônio de Jesus”. *O Momento*, Salvador, 8 jun. 1950, pp. 1, 8; POMAR, Pedro. “Sigamos o exemplo dos mineiros da Bahia”. *Ibidem*, pp. 3, 6; “Vitoriosa batalha contra a fome e a guerra”. *Idem*, 7 jun. 1950, pp. 1, 8; “Repercussão nacional da vitória dos mineiros”. *Idem*, 10 jun. 1950, p. 1; “Os mineiros do manganês assinam o Apelo de Estocolmo”. *Idem*, 18 jun. 1950, pp. 1, 8; “A Confederação dos Trabalhadores do Brasil saúda os mineiros de Santo Antônio de Jesus”. *Idem*, 6 jul. 1950, p. 5; “Dirigem-se à CTB os mineiros de Santo Antônio”. *Idem*, 25 jul. 1950, p. 5; “Que os trabalhadores sigam este honroso exemplo”. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1950. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D1479, fl. 465.

¹⁷Desviada a verba consignada à Viação Baiana do São Francisco. *Estado da Bahia*, Salvador, s/d.

¹⁸ “Greve geral no São Francisco”. *O Momento*, Salvador, 3 jan. 1950, p.1; “Venceram os fluviários”. *Idem*, 5 jan. 1950, p. 7; “Disposto a ir à greve os fluviários do São Francisco”. *Idem*, 8 jan. 1950, p. 1; “Aumento ou greve”. *Idem*, 20 jan. 1950, p. 3; “Lutam os fluviários do São Francisco para acabar com a exploração”. *Idem*, 20 ago. 1950, pp. 3, 7; “Ameaça de greve dos fluviários de Juazeiro”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1950, s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D886, fl. 43.

Frustradas essas iniciativas, os fluvialários tentaram suscitar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, mas também não lograram êxito. Segundo *O Momento*, durante uma visita do delegado do Trabalho a Juazeiro, em outubro de 1949, os empregados deram um ultimato: se não fosse pago o aumento até o final do ano, deflagrariam greve. No final de dezembro, o presidente do sindicato, Manoel Jovito da Silva¹⁹, conseguiu abortar uma paralisação com a informação de que a Comissão da Marinha Mercante havia autorizado o pagamento, mas novamente não foi efetivado.

Em janeiro de 1950, os empregados chegaram a constituir um comitê central de greve e subcomitês por locais de trabalho; mas, outra vez, o movimento foi contido pelo anúncio da Federação dos Trabalhadores Marítimos de que o Governador havia se comprometido a pagar o aumento. Mais uma vez, a promessa não foi cumprida. Na época, o deputado petebista Carlos Aníbal Correia denunciou a situação na plenária da Assembleia Legislativa e advertiu que, se os empregados fossem à greve, não se dissesse que era agitação ou “subversão da ordem”.²⁰

Fracassadas as tentativas de uma negociação amigável e desiludidos com as promessas das autoridades, em 6 de agosto os fluvialários deflagraram greve. Segundo *O Momento*, as oficinas da Viação Baiana e o tráfego dos navios foram paralisados. Durante a greve, os grevistas mantiveram-se reunidos na sede do seu sindicato. De imediato, o movimento teve o apoio da imprensa comunista e da AGT, cujo presidente João Cardoso foi pessoalmente a Juazeiro solidarizar-se com os grevistas. Desde então, os organismos comunistas passaram a vincular o movimento grevista à luta “contra o imperialismo” e “por um Governo Popular e Democrático”.²¹ Conquanto desde janeiro a folha comunista especulasse a existência de uma ameaça de greve entre os fluvialários, o jornal *Estado da Bahia* não faz nenhuma alusão ao envolvimento de “agitadores subversivos”, expressões geralmente utilizadas em referência aos comunistas.

¹⁹ Manoel Jovito era presidente do Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestres de Pequena Cabotagem em Transportes Marítimos.

²⁰ “Os fluvialários do São Francisco irão à greve”. *O Momento*, Salvador, 31 jan. 1950, pp. 1, 8; “Só resta o caminho da greve”. Idem, 1 fev. 1950, p. 1; “Vamos à greve para fazer valer nossos direitos”. Idem, 3 fev. 1950, pp. 1, 8; “Manobra para confundir os fluvialários”. Idem, 4 fev. 1950, p. 8; “Suspensa a greve dos fluvialários”. Idem, 10 fev. 1950, p. 1.

²¹ “Greve geral em Juazeiro”. *O Momento*, Salvador, 9 ago. 1950, pp. 1, 4; “Está firme a greve em Juazeiro”. Idem, 10 ago. 1950, pp. 1, 6; “Todo apoio aos grevistas de Juazeiro”. Idem, 18 ago. 1950, p. 5; “Grande passeata dos grevistas”. Idem, 25 ago. 1950, pp. 1, 8; “Solidariedade de todo o proletariado aos grevistas”. Idem, 27 ago. 1950, p. 2; “No 23º dia de greve!”. Idem, 29 ago. 1950, p. 1; “Grande passeata dos grevistas em Juazeiro”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1950. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D886, fl. 47; “Prosegue a greve dos fluvialários da Viação Baiana do S. Francisco”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1 set. 1950. Idem, fl. 49.

A princípio, a direção da Viação Baiana refutou qualquer entendimento com os grevistas, apoiada no argumento de que a greve era ilegal, mas pressionada pelos efeitos da paralisação acabou admitindo uma negociação. Após uma semana de greve, os comerciantes e as autoridades locais começavam a reclamar dos prejuízos causados no transporte de mercadorias e pessoas. Tentativas de conciliação foram mediadas pela Federação dos Marítimos; o presidente do sindicato da categoria, o capitão dos Portos, Sátiro Dantas; o prefeito e vereadores de Juazeiro; emissários do governador e outras autoridades da capital; mas os grevistas estavam decididos a só voltar ao trabalho com dinheiro no bolso.²²

Depois de 24 dias de greve, com o movimento já desgastado pela pressão das autoridades, por ameaças policiais e pelas dificuldades materiais, os grevistas admitiram voltar ao trabalho, mediante o pagamento da diferença salarial, retroativo a janeiro, bem como dos dias de greve, além do compromisso do governador, endossado pelo prefeito de Juazeiro, de que a Viação Baiana quitaria o mais breve possível o restante do aumento.²³

Em que pesem as implicações sobre o movimento sindical, as intervenções nos sindicatos e as ações repressivas e jurídicas contra as lideranças sindicais não conseguiram sufocar *in totum* as inquietações e reivindicações dos trabalhadores. O impacto parece ter sido maior entre as categorias que estiveram na dianteira do movimento sindical no final da Segunda Guerra: estivadores e portuários, têxteis, transviários, marceneiros, ferroviários, padeiros, empregados na construção civil. Em contrapartida, observou-se uma tentativa do ativismo sindical pecebista, através da AGT e de *O Momento*, de obter maior inserção e influência entre os trabalhadores do Recôncavo e do interior do estado, inclusive entre os assalariados agrícolas do açúcar e do cacau.

As greves dos mineiros do manganês de Santo Antônio de Jesus e dos fluviários do São Francisco são sintomáticas dessa conjuntura. Ambas decorreram de demandas imediatas dos empregados, vivenciadas no cotidiano de trabalho: vencimentos atrasados,

²² “Só com a vitória”. *O Momento*, Salvador, 11 ago. 1950, pp. 1, 6; “Recusada pelos grevistas”. Idem, 13 ago. 1950, pp. 1, 6; “Só voltaremos com o aumento”. Idem, 15 ago. 1950, pp. 1, 6; “Não cedem os grevistas”. Idem, 16 ago. 1950, p. 1; “Entra no 12º dia a greve dos fluviários”. Idem, 18 ago. 1950, pp. 1, 8; “O governo encontra a forte resistência dos grevistas”. Idem, 19 ago. 1950, pp. 1, 8; “Novas adesões à greve”. Idem, 20 ago. 1950, pp. 1, 8; “Firmes os grevistas na luta”. Idem, 22 ago. 1950, p. 1; “Só com o aumento no bolso”. Idem, 23 ago. 1950, p. 1.

²³ “Voltaram ao trabalho os fluviários”. *O Momento*, Salvador, 1 set. 1950, p. 5; “Os navios só sairão depois do pagamento”. Idem, 2 set. 1949, pp. 5, 7.

suspensão do fornecimento de gêneros de subsistência pelos armazéns, descumprimento do direito de férias e por aumento de salários. Por influência da AGT e de *O Momento*, as lideranças grevistas passaram a incorporar, secundariamente, os discursos e bandeiras político-ideológicos pecebistas, mas isso não implicou nenhuma radicalização da pauta e do processo grevista.

A ênfase dos organismos vermelhos nesses movimentos expressava mais a intencionalidade de uma radicalização política preconizada pelo partido naquela conjuntura do que a efetiva existência de um ímpeto grevista ou uma adesão dos trabalhadores a uma ideologia revolucionária. Nem tampouco os trabalhadores descartaram a mediação e a legitimidade das autoridades públicas.

Não se tratou de uma “greve por decreto”, nem tampouco os trabalhadores foram uma “massa de manobra” manipulada por “correias de transmissão” (OLIVEIRA, 1987). Afinal, os trabalhadores não eram uma “massa amorfa”, possuíam subjetividade, experiências acumuladas nas lutas e negociações passadas (THOMPSON, 1987; 2001; FORTES, et. al., 1990; FERREIRA, 2001).

Algumas das bandeiras sindicais preconizadas pelo PCB nessa conjuntura (organização por locais de trabalho, negociação direta, greves, combinação entre pautas econômicas e políticas) já faziam parte da experiência sindical dos trabalhadores no contexto precedente.

A incidência dessas greves e outras ações reivindicatórias indica que, apesar do impacto no movimento sindical, a política repressiva do governo Dutra não conseguiu sufocar *in totum* as inquietações dos trabalhadores, que emergiam a partir dos locais de trabalho. Ao mesmo tempo, o apoio do jornal *O Momento* e a participação da AGT nesses movimentos grevistas, além da atuação de algumas organizações sindicais paralelas, a exemplo da União dos Trabalhadores da Circular (UTC) e da Sociedade União dos Artífices Santamarenses (SUAS), evidenciam que os vínculos dos comunistas com o movimento sindical não foram definitivamente eliminados.

Naquela conjuntura, as correntes de esquerda do movimento sindical - representadas, sobretudo, pelos comunistas e setores trabalhistas - começavam a enfrentar a concorrência ideológica do projeto de “paz social” que unia o empresariado, a doutrina social cristã e o governo de “portas abertas” de Octávio Mangabeira, entre os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 145-158.
- BATALHA, Claudio H. M. **A história do trabalho**: um olhar sobre os anos 1990. *História*, São Paulo, n. 21, p. 73-87, 2002.
- BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**, v. 7, n. 12/13, 2000, pp. 13-46.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1945-1964)**, v. II. São Paulo: DIFEL, 1981.
- COSTA, Hélio. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995.
- CUNHA, Joaci de Souza. **Amargo açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964). 292 fls. Dissertação (Mestrado em História), Salvador, UFBA, 1995.
- FARIAS, Sara Oliveira. **Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FONTES, José R. **A Bahia de todos os trabalhadores**. Classe operária, sindicatos e política - 1930-1947. 466 f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/ USP, São Paulo, 1997.
- FORTES, Alexandre [et. al.]. **Na luta por direitos**: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.
- FORTES, Alexandre [et. al.]; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. [orgs.]. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil Republicano; v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 181-211.
- FRENCH, J. D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1995.
- GARCIA, Marco Aurélio. **Notas sobre o PCB nos anos 40**. Campinas, SP, 1987. (Manuscrito).
- GINZBURG, Carlo. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GOMES, Ângela de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

- GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. História operária e ideologia. *In: Mundos do Trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 15-31.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**, 1. ed. São Paulo, Marco Zero, 1988.
- LEVI, Giovani. “Sobre a micro história. *In: BURKE, Peter [org.]. A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: Editora Unesp, 1992, pp. 133-161.
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicalismo e democratização.** São Paulo: Brasiliense, 1979.
- NEGRO, Antônio L. Não trabalhou porque não quis: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, pp. 101-128.
- NEGRO, Antônio L. **Paternalismo, populismo e história social.** Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 11, n. 20/21, 2004, pp. 9-36.
- NEGRO, Antônio L; SOUZA, Edinaldo A. O. Que “fosse procurar os seus direitos” – Justiça do trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948)”. *In: GOMES, Ângela C.; SILVA, Fernando T. (Orgs.). A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil.* Campinas, SP: Unicamp, 2013, p. 123-156.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido: classe e identidade de classe.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.
- SANTANA, M. Aurélio. Partido e militância sindical: a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947/1964). *In: Revista de Sociologia e Política.* Curitiba: UFPR, 1997, v. 8, pp. 73-93.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. Os comunistas e a escalada grevista de 1945-1964 na Bahia. *In: LEAL, Maria G. A.; MOREIRA, Raimundo N. P.; CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington (Orgs.). Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens.* São Paulo: Annablume, 2009, pp. 179-203.

SERRA, Sônia. **O Momento**: história de um jornal militante. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FFCH/UFBa, 1987.

SILVA, Fernando T. **A carga e a culpa**. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Santos, SP: Hucitec, 1995.

SILVA, Fernando T; NEGRO, Antônio L. Trabalhadores, sindicatos e política, (1945-1964). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. [orgs.]. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano; v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 47-96.

SILVA, Raquel Oliveira. Comitês Populares Democráticos: a interação entre os comunistas e a “plebe” em Salvador (1945-1946). *In*: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo: USP, 2011.

SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. **Trabalho, política e cidadania**: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950). Tese (Doutorado em História). UFBA, Salvador, 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. *In*: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio [orgs.]. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001, pp. 75-179.

VAZQUEZ, Petilda Serva. **Intervalo Democrático e Sindicalismo**. Bahia – 1942/1947. 237 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFBA, Salvador, 1986.

WEFFORT, Francisco. **Sindicatos e política**. Tese (Livre Docência) – São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.

ÁFRICA, ESSA NOSSA (DES)CONHECIDA: PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE ÁFRICA REALIZADAS POR PROFESSORES DA UNEB

Gabriela Brandão Alves²⁴
Graduanda em História (UNEB - Campus V)
gabrielaalvs@gmail.com

Resumo

O presente trabalho intitulado “África, essa nossa (des)conhecida: Panorama das pesquisas sobre África realizadas por professores da UNEB” é fruto do projeto “África na Bahia: Ensino e Pesquisa em História da África na Universidade do Estado da Bahia (2003-2019)” desenvolvido pelo o professor Dr. Wilson Roberto de Mattos, fomentado pelo programa de bolsas de pesquisa e extensão-AFIRMATIVA, que se destina a analisar as publicações feitas por professores de história dos 9 campus da UNEB que oferecem curso de graduação em História, pesquisando o ensino de História da África e examinando as diversas temáticas abordadas. O projeto visa contribuir não só para a definição mais precisa do cenário da pesquisa sobre História da África na UNEB, como também, os resultados podem servir de auxílio para as políticas de pesquisa da mesma. Pois, sendo uma Universidade que abriga uma comunidade acadêmica que é em partes formada por negros essas informações quantificadas e analisadas auxiliará os cursos a redefinirem seus currículos e assim formar professores da Educação Básica com um maior conhecimento sobre o continente africano, influenciando diretamente na qualidade da educação brasileira.

Palavras-chave: África; Bahia; ensino; pesquisa em História da África; educação básica.

Introdução

Uma das características mais destacadas sobre a população brasileira é a sua mistura de traços, que varia a intensidade dependendo da região. A mestiçagem brasileira é fruto de anos de exploração, tráfico negreiro, tentativa de embranquecimento e narrativas eurocêntricas. A construção da nação brasileira e a manutenção do sistema escravista foi alicerçada em um discurso segregacionista e hegemônico, sendo utilizado explicitamente até a abolição da escravatura. Com o passar dos anos e com o fim do sistema escravista por meio da lei áurea, a ideia de igualdade foi sendo propagada e enraizada no Brasil, mesmo não sendo essa a realidade.

Após o fim da escravatura, diversos aspectos da comunidade brasileira foram romantizados e distorcidos pela elite brasileira, principalmente o processo abolicionista de 1888 com a figura da Princesa Isabel nos espaços de educação formal como figura

²⁴Graduanda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (AFROUNEB). Ex-bolsista do Núcleo de Ações Afirmativas (PROAF).

principal desse processo. Narrativas sociológicas, como a de Gilberto Freyre e leis que afirmam a existência da igualdade entre os indivíduos, como o artigo 5º da 7ª Constituição de 1988, respaldam a existência dessa igualdade entre os indivíduos. Por meio dessas narrativas, se estabelece um discurso igualitário inviabilizando diversos percalços enfrentados por parcela da população. Zamparoni frisa:

Finda a escravatura, em 1888, parece que uma amnésia tomou conta do Brasil. Na verdade, não era uma amnésia natural, mas proposital. Era preciso extirpar da história pátria aquilo que era considerado um *nódoa* prejudicial à nova imagem do Brasil agora cada vez mais devido ao crescente incentivo à migração branca em substituições à força de trabalho escrava. O Brasil não poderia ficar de fora da nova moda européia representada pelo positivismo, evolucionismo e darwinismo. (Zamparoni, 2007)

Assim como a romantização da escravidão a partir da narrativa de salvamento, o processo de invisibilização dos diversos aspectos econômicos, culturais e intelectuais da comunidade afro teve grande impacto na sociedade atual, influenciando brancos e negros do país a acreditarem que a África e seus descendentes seriam inferiores e/ou atrasados servindo apenas para a mão-de-obra escravizada.

O processo de apagamento de vivências da população escravizada, defasou diretamente a construção de identidade da população negra, que resistia duramente ao processo de subalternidade e invisibilidade. Apesar dos diversos meios de exclusão do negro e o tráfico negreiro em si, muito da cultura africana foi conservada, possibilitando a construção de meios de resistência, que diante das narrativas predominantes resultaram na formulação de uma lei que trouxesse a obrigatoriedade de narrativas relacionadas a população negra para além da escravidão.

Apesar da construção da Lei 10.639-03, que altera a Lei nº 9.394, estabelecendo a necessidade de inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a temática "História e Cultura Afro-Brasileira", é de extrema importância destacar de onde está vindo o referencial das narrativas utilizadas na aplicação dessa Lei dentro do âmbito escolar, visto que, a Lei busca não só o conhecimento com relação ao continente, como também a quebra das narrativas eurocêntricas e a construção de uma identidade apagada no decorrer dos séculos. No artigo "Fases do racismo: a invisibilidade da capacidade intelectual do negro na formação cultural brasileira", os autores apontam que:

[...] a história ensinada pelas instituições de ensino praticamente não possibilita imaginar, aprender e compreender e, por meio do senso de alteridade, a construir empatias e identificação da população com os negros. Pode-se citar o fato de que apenas no ano de 2017, a biografia de Mahommah Gardo Baquaque, negro nascido na África, no início do século XIX, e escravizado no Brasil, foi publicada em português. Essa

mesma obra foi lançada em 1854, nos Estados Unidos pelo próprio Mahommah, o qual tinha conhecimentos em literatura e matemática. Portanto, a obra permaneceu por mais de 150 anos desconhecida pelos brasileiros, provando que somente a pouco tempo essa temática vem despertando interesse e sendo estudada pelos brasileiros. Com a inclusão de temas como esse em disciplinas escolares, é possível construir socialmente a imagem de negros para além do contexto da escravidão. (COSTA; AMARAL; CORTES, 2018, p. 3)

Com isso, a necessidade de professores de História, decoloniais, atentos e críticos com relação as narrativas afro-brasileiras estabelecidas, são fundamentais na aplicação eficaz da lei. Para que os professores tenham um olhar mais sensível para as apresentações relacionadas a essa temática é de extrema importância a formação desses professores com um contato corriqueiro com as construções intelectuais relacionadas ao continente africano, não só como desmistificadora, assim como também um objeto de análise importante para a construção da sociedade brasileira.

Visto a importância e impacto na construção social, a formação dos professores se torna um ponto de partida fundamental dentro da construção de uma Educação Antirracista e decolonial, dando passagem para um importante marcador, que são as publicações feitas por professores de História que lecionam componentes curriculares referentes à História da África, na Universidade do Estado da Bahia, visto que, seriam o principal vínculo entre os professores em formação e o contato com o continente africano e seus intelectuais.

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. (Brasil, 2004, p.14)

No trecho destacado, retirado da “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” de 2004, ratifica-se a importância de se trabalhar as narrativas afro-brasileiras para além do acréscimo de uma nova temática no currículo como também a exposição de novas narrativas e culturas que não sejam apenas a eurocêntrica, visto que a predominância da narrativa e cultura europeia ignora outros tipos cultura e estabelece um olhar desigual e racista com relação as outras.

O presente trabalho intitulado “ÁFRICA, ESSA NOSSA (DES)CONHECIDA: Panorama das pesquisas sobre África realizadas por professores da UNEB” é fruto do

projeto “ÁFRICA NA BAHIA: Ensino e Pesquisa em História da África na Universidade do Estado da Bahia (2003-2019)” desenvolvido pelo o professor Dr. Wilson Roberto de Mattos²⁵, que se destina a analisar sobre as publicações feitas por professores de História dos nove campus da UNEB, pesquisando o ensino sobre a História da África, examinando as diversas temáticas abordadas.

Pautado nas demandas que se apresentaram com a Lei Federal 10639-03, o referido subprojeto analisou a produção científica publicada (livros, artigos, capítulos de livros e similares), produzida por 5 docentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que lecionam componentes curriculares referentes à História da África nos 9 (nove) Departamentos da UNEB que possuem curso de História, a saber: Salvador, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas, Jacobina, Conceição do Coité, Eunápolis, Caetité, Itaberaba e Teixeira de Freitas. Através desse levantamento e análise, a partir do Currículo Lattes dos 5 professores disponibilizados na Plataforma do CNPq, foi produzido um panorama histórico, crítico e reflexivo sobre a pesquisa em História da África na UNEB, comparando departamentos e, sobretudo, procurando identificar o perfil historiográfico dessas produções.

O artigo “A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro” de Valtemir Zamparoni discorre sobre os estudos de África e a sua escassez no território brasileiro por conta do predominante olhar europeu que influenciou diretamente os estudos brasileiros contendo raras referências a África e a cultura africana, criando uma invisibilidade. A presença negra dentro da historiografia brasileira aparece sempre em segundo plano como um mero detalhe dentro do expansionismo europeu, sem ou com quase nenhuma historicidade. As primeiras narrativas que se tornaram presentes inicialmente durante o período colonial traziam a África como um local exótico, selvagem, tendo como único valor a vida tornando o termo África sinônimo para um local de humanos miseráveis e homogêneos reduzindo todo o continente a ideia de cidade.

Após a abolição da escravatura, além do surgimento da República e a necessidade de substituir a mão de obra escrava, emergia também o dever da construção de uma identidade nacional, discursões baseadas em uma grande democracia racial que formaria a população brasileira, originando discussões relacionadas à opressão,

²⁵ Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, atuando como Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada - UFRJ. É membro fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN e da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia - APNB. Conselheiro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santo Antonio de Jesus-BA.

alienação, conflitos raciais e relações de classes, porem nada sobre a África e os africanos. Desde 2002 a Lei 10.639 torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro brasileira do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, mas é crucial a capacitação de pessoas para que as dificuldades relacionadas a Áfricas sejam superadas.

Há uma onda crescente que envolve também a publicação de livros e materiais didáticos diversos. Tudo isso nos parece extremamente importante pois enquanto a África permanecer desconhecida dos brasileiros, tanto a direita, quanto a esquerda, tantos reacionários racistas, travestidos de liberais, quanto os que labutam arduamente para extinção, vão continuar prisioneiros de uma visão da África que foi criada para dominar. (ZAMPARONI, p. 49)

Zamparoni, no trecho acima, salienta a importância dos estudos africanos dentro da sociedade brasileira tanto na construção de uma narrativa não fantasiosa com relação a África quanto na destruição da visão eurocêntrica relacionada ao continente africano, trazendo - o como um local produtor de conhecimento assim como os outros continentes considerados de “primeiro mundo”.

Assim como outras regiões, o Continente Africano é detentor de tecnologia, conhecimento, cultura e intelectualidade, o autor reitera a existência de conhecimento nesse ambiente assim como também a importância dela para a construção brasileira visto que, parte da cultura e da população brasileira é proveniente do continente africano. Sem o conhecimento das especificidades da região, o Brasil acaba por perpetuar a reprodução de uma narrativa racista e construída para dominar, impactando diretamente na construção coletiva da identidade e autoestima negra.

O autor Anderson Ribeiro em “O ensino da História da África em debate”, aborda como as crenças eurocêntricas relacionadas aos países do continente africano, perpetuam pensamentos do continente como inferior, “... ele ficou admirado com seu traçado urbanístico, com o moderno aeroporto e com o hotel de luxo em que ficou. ‘nem parecia estar na África’” (OLIVA, 2008), o trecho denuncia a perpetuação da ideia de que a África seria um local deserto tanto de cultura quanto de tecnologia. Estatísticas relacionadas à pobreza, guerras e doenças estão presentes na sociedade, porém não são a totalidade do que é a África, o passado e o presente do continente africano são para além da fome, guerras, doenças e sujeiras, uma vez que esses problemas são encontrados em outros continentes também, inclusive, o Europeu. Para mudar esse quadro o estudo de África deve ter a mesma importância que os estudos sobre a Europa como: Grécia e Roma, Estados Nacionais Europeus, Revoluções Liberais entre outros.

Além do fato da história da África e a brasileira estarem interligada pelo período de escravização, o estudo aprofundado das duas auxiliaria na construção de uma identidade político-social de negros brasileiros. Visto que, os estudos trazem o conhecimento de África e o conhecimento de africanos mais que do período escravocrata. Partindo da ideia de que os estudos africanos se referem a toda uma variedade de disciplinas que tem como objeto de estudo a África, um bom conhecimento sobre o presente pode demonstrar pontos de vista úteis para compreender o passado da sociedade africana e a brasileira.

Com isso, surge a necessidade de uma atenção maior relacionada à construção de narrativas sobre o continente africano, diante dos diversos impasses que envolvem essas questões, a análise quantitativa/qualitativa de textos publicados com essa temática se mostra de extrema urgência. Visando catalogar e analisar de forma quantitativa as publicações que contém temas relacionados a África, a partir de recortes específicos relacionados a Bahia, foi selecionado 5 professores do corpo docente da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, para a contagem de publicações de artigos, capítulos de livros e livros entre os anos 2017-2022.

Em primeiro momento, o gráfico 1, exposto logo abaixo, aborda a quantidade de artigos postados por 5 professores. Dentro desse recorte temporal, dos 9 artigos publicados; 3 eram sobre afro-brasilidades, 2 eram de temática africana e 5 era sobre outros assuntos. Sendo 3 desses artigos postados em 2017, 4 em 2018, e 2 em 2019, nos anos 2020, 2021 e 2022 não houveram publicação de artigos dos professores selecionados.

GRÁFICO 1

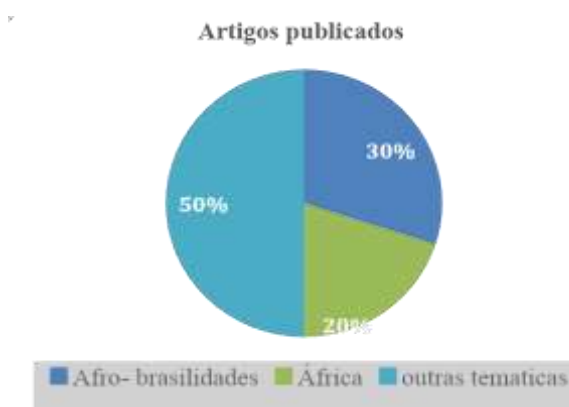


Gráfico do autor

Em sequência, o gráfico 2 evidenciado divide as publicações de livros, no total foram 5 livros publicados, sendo 4 livros sobre afro-brasilidades, e 1 com outras

temáticas, a temática africana nessa catalogação acaba ficando com zero, um dos 5 livros foi publicado em 2018, 2 em 2019 e 2 em 2020, os anos 2017, 2021 e 2022 não constam publicações feitas pelos mesmos.

GRÁFICO 2



Gráfico do autor

E por fim, o terceiro gráfico versa sobre os capítulos de livros publicados, sendo 15 no total. 1 foi publicado em 2017, 2 em 2018, 7 em 2020, 3 em 2021 e 2 em 2022. Sendo apenas um sobre temáticas africanas, um sobre temáticas afro-brasileiras e 13 relacionados a outros assuntos. Dentro dos dados coletados, das 30 publicações catalogadas, apenas 3 são de temáticas africanas, sendo 1 capítulo de livro e 2 artigos, totalizando apenas 10% das publicações feitas.

GRÁFICO 3



Gráfico do autor

Analisando os dados coletados, conclui-se a partir dos pontos catalogados a predominância de exposições sobre história social e cultural brasileira, temas contemporâneos no âmbito da pesquisa acadêmica e entre os professores selecionados.

É perceptível, infelizmente, que as explanações relacionadas a esta temática são escassas comparadas a outros assuntos que não abordam a África ou pelo menos não abordem diretamente o tema. Nos dias atuais, o trabalho de pesquisa sobre o tópico africano sofre diversos empecilhos para se estabelecer com o devido destaque dentro do âmbito acadêmico, visto que, eixos voltados ao continente europeu são predominantes.

Considerações Finais

A pesquisa em questão evidencia não só o quantitativo de publicações de professores de História da África no curso de História da Universidade do Estado da Bahia, (UNEB), que não deixa de ser o pilar principal, pois a formação de professores de História, é a que tem um contato ainda maior com discussões voltadas para a desmistificação de exposições racistas e eurocêntricas, mas destaca também a necessidade de se debruçar sobre as publicações feitas relacionadas a África, visto que, os indivíduos originados desse continente tem grande participação na formação brasileira e deve ter as suas informações predominantes no território para que não continue a sofrer o epistemicídio iniciado no período escravista. Anderson Ribeiro Oliva destaca:

No que concerne ao estudo da História da África, não podemos ignorar o fato de que após o processo de libertação africano, ocorrido na segunda metade do século XX, principalmente até os anos 70, ocorreu uma expansão — quantitativa e qualitativa — significativa das pesquisas realizadas sobre a história do Continente, tanto por africanistas como por historiadores dos países recém-formados (Difuila, 1995). Porém, devido a problemas internos e ao descaso externo, esses países — falamos especialmente dos países africanos de língua portuguesa⁶, tiveram alguma dificuldade em transportar para seus ensinamentos as inovações conquistadas por seus pesquisadores. No mundo europeu, esse momento foi marcado por um novo perfil das pesquisas, até então realizadas sob a tutela do olhar colonialista. Já na América, concentraram-se, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil, os maiores esforços de entendimento sobre a África, evidenciados pelas pesquisas e centros de estudos montados. Mesmo assim, se comparados com estudos realizados sobre outras temáticas, ainda são esforços pálidos. (Oliva, 2003)

Após a construção da pesquisa e o levantamento quantitativo das publicações, foi possível identificar uma constante construção de quebra das narrativas coloniais que fomentam a existência da Lei 10.639-03, porém a partir do recorte temporal escolhido foi possível mensurar uma defasagem nessas publicações, o baixo número de publicações

voltadas para as temáticas africanas e o número relativo de publicações voltadas para afro-brasilidades, demonstram um esvaziamento de escritos com relação a África que já não eram em grande escala e o surgimento de uma possível necessidade de informes imediatos com relação às problemáticas voltadas às resistências negras e as suas vivências dentro de um território extremamente racista e classista como o brasileiro, sendo essa uma hipótese justificativa para os números coletados, demonstrando um grande perigo para a construção de uma história enraizada que seja decolonial e crítica. Os autores evidenciam:

A inserção de saberes, conhecimentos e experiências do mundo africano, através do ensino de História da África no currículo instituído, pode revelar sutilezas da geopolítica do conhecimento, responsáveis por inclusões e exclusões as mais variadas, consideramos necessário a busca de pressupostos que orientem a problematização da relação entre a institucionalidade de um currículo e a colonialidade do poder e do saber. (Mattos; Pena. 2013)

No trecho é perceptível o tamanho do impacto das explicações relacionadas a realidade africana no território brasileiro, evidenciando que, trabalhar essas temáticas não só implicaria na identidade brasileira como também na construção do conhecimento das individualidades desse território extremamente diverso e multicultural. É de suma importância destacar, que a urgência com relação aos relatos africanos no território brasileiro, e acima de tudo o baiano, além de fomentar a identidade cultural baiana, por estar atrelada às raízes africanas, não desqualifica a importância das narrativas afro-brasileiras, muito pelo contrário, uma impulsionaria a outra em diversos aspectos e possíveis caminhos a serem trabalhados durante a construção de publicações que tenham como objetivo trabalhar com a autoestima negra e o pensamento decolonial. Tendo em vista que, publicações afro brasileiras não diminuam a necessidade de publicações voltadas às narrativas africanas, a pesquisa em questão evidencia o lembrete para a manutenção das pesquisas afro, pois elas são ferramentas fundamentais para o estímulo de pesquisas relacionadas à História cultural, social e contemporânea da população negra.

O autor Zamparoni destaca em seu artigo a predominância de pesquisas afro-brasileiras principalmente relacionadas a dificuldades enfrentadas pelos negros, porém, não tem números expressivos relacionados a cultura, tecnologia, literatura africana, uma vez que é de forte importância para desmistificar crenças enraizadas por conta da visão eurocêntrica sobre o continente Africano, como também conhecer, compreender e construir a identidade e o empoderamento étnico afrodescendente a partir das raízes africanas que foi negado durante longos anos na história brasileira.

Com isso, conclui-se que a partir da pesquisa evidenciou-se uma das diversas problemáticas enfrentadas na implementação eficaz e na permanência da Lei 10.639-03, pois a construção de uma lei voltada às narrativas africanas e afro-brasileiras não seria o bastante para a desmistificação e a quebra de seu apagamento com relação ao continente e suas influências no território brasileiro, a necessidade de professores e professoras com uma formação básica sobre o território e preparados para pensar de forma decolonial, visando a destruição das narrativas errôneas e racistas sobre o continente, se fazem fundamentais para uma boa execução da lei. A formação desses docentes minimamente capacitados depende de professores universitários de ensino de História da África que se debruçam genuinamente sobre a temática, construam narrativas voltadas para África e o impacto no Brasil, e também trabalhem com intelectuais africanos nessas construções, para que incite não só a quebra das narrativas eurocêntricas como também instigue o interesse dos alunos para a temáticas e possíveis futuras pesquisas acerca do tema. Pois, quando comparado a outras temáticas a pesquisa de África ainda tem um longo caminho a ser percorrido para que se equipare, em números, às publicações europeias no território brasileiro.

Em conclusão ressalto novamente as palavras de Zamparoni já destacadas com relação ao ensino de África, no qual o mesmo aponta, que enquanto a África continuar sendo uma desconhecida, a direita, a esquerda, os racistas fantasiados de liberais e a população em geral continuará aprisionada a ideia da África como um local vazio criado para ser dominado. Para que isso não ocorra, é de máxima relevância uma formação e construção acadêmica que acompanhe os anseios anticoloniais emergentes no território brasileiro, respaldando as narrativas do movimento negro estabelecidas antes mesmo do olhar governamental com relação a essa problemática e da implementação da lei 10.639-03.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: DF. Outubro, 2004.

COSTA, Laís Braga et al. **Faces do racismo**: a invisibilidade da capacidade intelectual do negro na formação cultural brasileira. E-book SENACORPUS / Edição 2018. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/39449>>. Acesso em: 14/11/2023.

GOMES, Flávio; MATTOS, Wilson. Em torno de áfricas no brasil: bibliografias, políticas públicas e formas de ensino de história. *In*: CARLAN, Cláudio Umpierre; FEITOSA, Lourdes Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZANLOCHI, Terezinha. **As veias negras do Brasil**: conexões brasileiras com a África. Alfenas- Mg: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2018. p. 1-273.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80 | 2008, 149-160.

MATTOS, Wilson Roberto de; PENA, Patrícia Carla Alves. Em torno do ensino de história da África na Bahia: breves considerações gerais. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 216-243, dez. 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, [s. l.], n. 3, p. 421-461, 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história da África em debate: uma introdução aos estudos africanos. *In*: RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro, et. al (orgs.). **História e cultura afro-brasileira e africana na escola**. Brasília: Ágere, 2008, p. 29-49.

REVISTA ÁFRICA(S): **Revista do núcleo de estudos africanos e do programa de pós-graduação em estudos africanos e representações da África, da Universidade do Estado da Bahia**. — Alagoinhas, E-Criativa, v. 1, 2014. Semestral.

ZAMPARONI, V. D. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *In*: **Ciência e Cultura (SBPC)**, v. 59, 2, p. 46 - 49, 2007. ISSN: 00096725. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200018.

**ALL-NEGRO COMICS: ABORDAGEM CRÍTICA E DECOLONIAL À
AVENTURA EDITORIAL NEGRA DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS
(1947)**

Savio Queiroz Lima²⁶
Doutorando em História (UFRGS)
savio_roz@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa debruça atenção à publicação de uma história em quadrinhos exclusivamente negra nos Estados Unidos na década de 1940. A fonte primária central da investigação é a publicação no formato de história em quadrinhos chamada All-Negro Comics, de 1947, organizada, editada e publicada pelo jornalista negro e ativista pela igualdade racial Orrin Cromwell Evans. Evans produziu discursos publicados em jornais na Filadelfia, sempre objetivando a luta em prol dos negros, sendo membro da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP). Com o objetivo de justiça social e igualdade racial através da representação e da representatividade, Evans publicou com esforço próprio a história em quadrinhos que tinha um conjunto de narrativas com autores e protagonistas negros para o público afroestadunidense, ainda que seguissem os padrões narrativos e estéticos da mídia na primeira metade do século XX. A proposta de inversão racial dos protagonismos nas narrativas, entretanto, corroboram lugares comuns de outros marcadores sociais, como gênero, etarismo e classe. São cinco narrativas em histórias em quadrinhos, um texto em prosa com ilustrações e uma página com charges. Apesar do profícuo projeto de produção ficcional antirracista, o mercado editorial da indústria de entretenimento estadunidense dificultou sua receptividade. Mas, mesmo a representação e representatividade diaspórica positiva, suas narrativas estão impregnadas de colonialidades por conta do olhar ocidental nortista estadunidense sobre o território africano e as diversidades das dispersões. A proposta faz parte de mapeamento de produções de histórias em quadrinhos e suas possibilidades de uso pedagógico para atender a lei 10.639 e exercitar a abordagem decolonial do objeto-fonte. São indispensáveis ao debate autores como Franz Fanon, Aimé Césaire, Kimberlé Crenshaw, Stuart Hall, Chimamanda Adichie, dentre outros, para compor o debate de conceitos como colonialismo, pensamento decolonial, interseccionalidade, identidade, cultura, e os porvires. Na intenção de uso de histórias em quadrinhos para o ensino corroborante com a lei 10.639, convém abordar criticamente as rupturas e permanências das estruturas de poder.

Palavras-chave: All-Negro Comics; histórias em quadrinhos; negros; decolonial; história; ficção.

²⁶ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), sob orientação da prof. Dr. Mary Del Priore. Membro do *Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero – ANPUH-BA (GT-Gênero-ANPUH-BA)*. Membro do *Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo (LETHAM)*. Membro da *Red Internacional Multidisciplinar en Estudios de Género (RIMEG)* das Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), Universidade Federal de Bahia (UFBA) e Universidad de Sevilla (Sevilla, España). Membro do *Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS)*. Autor do livro *Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos*, lançado em 2019. savio_roz@yahoo.com.br.

Introdução

As histórias em quadrinhos são suportes narrativos da indústria de entretenimento que possuem seus próprios e pertinentes marcadores temporais de memórias. A análise historiográfica aqui presente debruça sua atenção a um desses marcadores, não como meramente o “ídolo das origens” (BLOCH, 2001, p. 56) da representação de negros nas histórias em quadrinhos, o que não se sustenta nem cronologicamente e nem mercadologicamente, mas enquanto um marco temporal da memória do ativismo racial subalterno estadunidense, seu contexto e suas dinâmicas.

A representatividade é o ponto de importância argumentativa que vacina contra qualquer pânico sobre a obsessão sobre a origem, o marco inaugural. O válido aqui são os condicionantes que produziram uma presença, a revista em quadrinhos *All-Negro Comics*, uma rede de desafios, tanto do campo ideológico e narrativo quanto do campo comercial, e seu êxito tardio, mas não menos importante. Trata-se, como ficou já evidenciado, de uma produção ficcional de pessoas negras para pessoas negras, intencionalmente crianças. Audaciosamente invadindo um mercado de entretenimento quase que exclusivamente branco, na primeira metade do século XX.

O exercício historiográfico aqui proposto é de análise criteriosa e minuciosa do objeto-fonte história em quadrinhos e a produção da crítica documental. Através de material digitalizado, já que a história em quadrinhos estadunidense nunca foi publicada no Brasil, é possível abordar diversas questões de representação e representatividade no produto de lazer antirracista. Marcadores sociais diversos estão presentes em *All-Negro Comics*, nos permitindo produzir diagnósticos sobre desigualdades e colonialidades. O texto argumentativo propõe-se parte de um mapeamento de histórias em quadrinhos enquanto objeto-fonte para o trato historiográfico²⁷.

Propõe-se, desta maneira, revisitar contexto de militância racial, valorizando seus esforços, sem perder de vista as ponderações críticas sobre a dinâmica histórica. Como tal passado está em imersão em camadas diversas, nos enriquece o exercício instrumental para se estudar o cenário de luta pelos direitos das negras e negros nos Estados Unidos, as possibilidades de leituras das colonialidades presentes, bem como sua

²⁷ Objetivo tratado também no trabalho *Lendo as Histórias em Quadrinhos à Contrapelo: Estudos Pós-coloniais, Decoloniais e Subalternos e seus Impactos e Desafios Teóricos para a Historiografia Através da Ficção*, comunicado neste mesmo evento, VIII Simpósio de História Regional e Local/ XXV Semana de Consciência Negra.

aplicação eficiente para cumprimento da lei 10.639 no que diz respeito às singularidades da diáspora.

Folheando as Páginas da História em Quadrinhos All-Negro Comics

As histórias em quadrinhos sintomatizam questões da realidade e o fazem através de representações e discursos transversais ao ficcional. Elas são produções de mercado direcionadas para um público consumidor majoritariamente jovem por questões próprias (LIMA, 2022, p. 341), muitas vezes com a intenção de construir pedagogicamente uma ruptura com as disparidades de dado marcador social, por sua potencialidade educativa (LIMA, 2019, p. 94). A relação das histórias em quadrinhos enquanto objeto-fonte para a historiografia tem no campo dos estudos sobre História e Ficção e seu debate conceitual com a Literatura (PESAVENTO, 2003, p. 33-34) assegurando seu lugar.

No caso das histórias em quadrinhos, mais especificamente, os seus estudos abarcam um mercado próprio com intenções múltiplas, inerentes ao objeto. Foram, tais narrativas ilustradas, se constituindo em produto infanto-juvenil na primeira metade do século XX carregado de tempo e espaço sociais (LIMA, 2015, p. 250). O exercício historiográfico nos permite compreender que “não se esgotam as possibilidades de análises da condição de objeto-fonte das histórias em quadrinhos, mas já se superam tendências críticas de acusarem sua ausência ou assumirem seu ineditismo” (LIMA, 2023, p. 186) dentro do campo teórico e metodológico. Para isso, as questões escolhidas e os recortes produzidos são de vital importância para a argumentação historiográfica que se valha das histórias em quadrinhos enquanto objeto-fonte.

A presente argumentação, se pensou em uma produção de história em quadrinhos com teor de política racial no contexto estadunidense do fim da década de 1940. Para poder compreender questões inerentes aos marcadores sociais das diferenças de raça, etnia, nacionalidade e continentalidade, são fundamentais os diálogos com os campos de estudos pós-coloniais e dos/sobre/para os subalternos. O artigo *Lendo as Histórias em Quadrinhos à Contrapelo: Estudos Pós-coloniais, Decoloniais e Subalternos e seus Impactos e Desafios Teóricos para a Historiografia Através da Ficção*, produzido também para o VIII Simpósio de História Regional e Local/ XXV Semana de Consciência Negra²⁸, abrange os conceitos mais pertinentes para se trabalhar

²⁸ Neste novembro de 2023, no Campus V da Universidade Estadual da Bahia (UNEB/DCH), na cidade de Santo Antônio de Jesus, Bahia.

a decolonialidade crítica sobre histórias em quadrinhos. Nesta presente proposta faço o recorte de um único objeto-fonte e sua carga informativa.

Em 1947 foi lançada a revista em quadrinhos *All-Negro Comics*, com a intenção de valorização identitária do negro estadunidense. São o total de 52 páginas coloridas com cinco histórias em quadrinhos em formato tradicional (48 de miolo), duas páginas com um texto em prosa acompanhado de ilustrações, uma página de charges sociais e algumas poucas com material promocional²⁹. Primeira e única edição, vendida a 75 centavos de dólar, tinha a fundamental característica de protagonismo negro, tanto na representação dos personagens quanto na representatividade de seus produtores, roteiristas e artistas. Primeiro e único produto da editora *All-Negro Inc*, registrada no catálogo de direitos autorais do primeiro semestre de 1947³⁰, nasceu proposta política muito mais que empreendimento comercial.

A revista em quadrinhos é organizada, editada e publicada pelo jornalista negro e ativista pela igualdade racial Orrin Cromwell Evans. Em sua própria apresentação presente na contracapa da edição, Evans se descreve como:

ex-repórter e editor do meio jornalístico Negro. Durante um período de mais de 25 anos, ele serviu nos jornais afro-americanos, no *Chicago Defender*, no *Philadelphia Tribune*, no *Philadelphia Independent*, no *Public Journal* e na *American and Mustelan and Sportsman's Magazine*. Ele também contribuiu para *The Crisis*, órgão oficial da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor³¹.

Dentre a lista de jornais na Filadelfia, sempre objetivando a luta em prol dos negros e negras estadunidenses, assume seu vínculo enquanto membro da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (*NAACP - National Association for the Advancement of Colored People*), fundada em 1909, principalmente através do periódico *The Crisis*. Confirmam, tais experiências, a sintonia de Evans com o ativismo através do debate público, crítica e denúncia que estimulam a produção da revista de histórias em quadrinhos.

²⁹ Como está descrito em: <https://www.digitalcomicmuseum.com/?dlid=22625>.

³⁰ De acordo com o próprio documento, na página 10 do catálogo de periódicos e na lista da página 437. Partes 1A, 1B e 2: *Books; Pamphlets; Serials, Contributions to Periodicals; Periodicals* de 1947. Acessível em: <https://onlinebooks.library.upenn.edu/cce/to1949.html>.

³¹ Tradução própria da caixa de texto de apresentação: “Orrin C. Evans, President, All-Negro Comics, Inc. Former reporter and editor in the Negro newspaper field. Over a period of more than 25 years, he served with the Afro-American newspapers, the *Chicago Defender*, the *Philadelphia Tribune*, the *Philadelphia Independent*, the *Public Journal* and the *American and Musician and Sportsman's Magazine*. He also has been a contributor to *The Crisis*, official organ of the National Association for the Advancement of Colored People”.

Na mesma contracapa, Evans descreve os alicerces políticos e ideológicos que fundamentam a proposta da publicação. De natureza inaugural, o texto assume-se pelo ineditismo, pelo essencialismo e pelo identitarismo, em projeção de continuidade que não se concretizou. Vejamos o discurso na íntegra:

Caros leitores: Esta é a primeira edição da All-Negro Comics, repleta de ação rápida, aventura africana, bom humor limpo e fantasia. Cada pincelada e linha de caneta nos desenhos destas páginas são de artistas negros. E cada desenho é original; isto é, nenhum foi publicado em QUALQUER lugar antes. Esta publicação é outro marco na esplêndida história do jornalismo negro. Os quadrinhos totalmente negros não apenas darão aos artistas negros uma oportunidade de usar seus talentos de forma lucrativa, mas também glorificarão as conquistas históricas dos negros. Através do Ace Harlem, esperamos destacar dramaticamente as contribuições notáveis de milhares de policiais negros destemidos e inteligentes, engajados em uma luta constante contra o crime em todos os Estados Unidos. Através do Homem Leão e de Bubba, esperamos dar aos negros americanos um reflexo do seu espírito natural de aventura e uma apreciação mais refinada da sua herança africana. E através de Sugarfoot e Snakeoil, esperamos recapturar o humor quase perdido do adorável menestrel negro errante do passado. Finalmente, Dew Dillies dará a todos nós - jovens e velhos - uma oportunidade de brincar por uma terra de faz de conta encantadora, quase fabulosa. E estamos orgulhosos, também, do nosso grande artigo educacional – um calendário histórico mensal no qual as contribuições do negro para a história mundial serão apresentadas em cada edição.

Seu discurso deixa por evidente a proposta de política racial de representação e representatividade, garantindo a valorização do teor pedagógico da militância no contexto de luta pelos direitos civis de negras e negros.

Também enaltecido de forma valorativa, o texto supracitado, o protagonismo artístico dos roteiros e artes presentes nas páginas de *All-Negro Comics*. Os artistas negros, exclusividade pontuada no texto, são: Jhon H. Terrell, Leonard Cooper, Geo(rge) J. Evans Jr (irmão), e um que assina como “Cravat”. São responsáveis pelas cinco narrativas que buscam adaptar o *mainstream* branco às expectativas negras de representação-representatividade. Deste modo: Terrell foi responsável por uma história em quadrinhos de detetive, *Ace Harlem*, e pela narrativa humorística chamada *Lil’Eggie*; Cooper com a narrativa infantil Dew Dillies; Geo J. Evans Jr com o tarzanide (LIMA, 2023, p. 187) aventureiro de nome *Lion Man*; e, por fim, Cravat com *Sugarfoot*. um conjunto de narrativas com autores e protagonistas negros para o público afroestadunidense, ainda que seguissem os padrões narrativos e estéticos da mídia branca da primeira metade do século XX.

Muito mais que mero entretenimento, a revista em quadrinhos *All-Negro Comics* foi uma proposta política, reafirmo, justificando sua estratégia editorial segura. Sem correr riscos de inovar demasiadamente e causar estranhamento com o público infanto-juvenil, seus autores buscaram repetir as fórmulas básicas das narrativas de entretenimento das histórias em quadrinhos já sedimentadas no mercado. Com o diferencial explícito de que suas narrativas trocariam os corriqueiros protagonismos brancos por protagonismos negros, fazendo com que os arquétipos assumam visualmente as suas identidades raciais e cumpram a demanda ideológica do projeto. Apesar da conexão entre representação e representatividade diaspóricas serem positivas, pelas adaptações dos modelos narrativos, estes estão limitados aos olhares ocidentais nortistas estadunidenses. Tomemos exemplos.

A primeira das narrativas em quadrinhos, *Ace Harlem*, vigora-se como uma adaptação de produtos como Dick Tracy, com pele negra e sobriedade estética. Assinada por Jhon Terrell, a história detetivesca-policial segue a linha *True Crime*, adaptação e estilização dos romances de detetives, de recurso narrativo em intenso dialógico com suportes midiáticos jornalísticos (CAIMARI, 2012, p. 70). Como parte do projeto identitário e de experiência diaspórica, de negro estadunidense, a narrativa tem a presença de criminosos em ternos zoot. Que abusam de gírias carregadas, a ponto da edição de 14 de julho de 1947 da revista *Time*, no artigo *Ace Harlem to the Rescue*, alfinetar: “Os vilões eram uma dupla de assaltantes negros, com trajés zoot e linguajar de bandido, cuja presença nos quadrinhos de qualquer outra pessoa poderia ter suscitado queixas de ‘distorção’ racial. Como tudo era de família, Evans achou que nenhum leitor negro se importaria”³². Diversos elementos da narrativa e das críticas que foram produzidas sobre ela na mídia estadunidense nos permitem sintomatizar as tensões raciais e seus dispositivos na década de 1940, tanto para produzir a crítica historiográfica quanto para o debate pedagógico.

Muitos pontos interessantes falam sobre vivências e experiência dos negros estadunidenses da década de 1940 e suas relações diaspóricas com o contexto social. Durante o assalto que abre a narrativa, está tocando *Open the Door, Richards*, composição de John Mason e Don Howell, letrada por Jack Mcvea e Frank Clark, música que estava

³² Tradução própria do trecho: “The villains were a couple of zoot-suited, jive-talking Negro muggers, whose presence in anyone else's comics might have brought up complaints of racial ‘distortion’. Since it was all in the family, Evans thought no Negro readers would mind”. Disponível em: <https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,779181,00.html>.

nas paradas de sucesso da *Billboard* em 1947. O reconhecimento dos leitores não se limita apenas aos contextos culturais negros estadunidenses da indústria fonográfica, e seu explícito sucesso, mas, também, às questões de múltiplas possibilidades de alguém bater à porta de uma pessoa negra no subúrbio, como descreve a letra da canção. Mas a mesma narrativa tão engajada com a questão racial dispensou a representação feminina na personagem testemunha enquanto detalhista, mas incapaz de protagonismo, podendo usar em sala de aula tal situação para tratar de feminismo negro e interseccionalidade (CRENSHAW, 1989).

Mesmo a questão diaspórica tende a diversificar sua configuração sociopolítica de acordo com as demandas de seus atores para cada cenário e contexto. Tomemos as representações na história em quadrinhos *Lion Man*, iniciada na página 27 da referida publicação. Uma espécie de Tarzan negro, vindo dos Estados Unidos, luta contra outros estrangeiros para proteger os incapazes africanos. No texto de apresentação na narrativa, para localizar o leitor à trama, o contexto histórico é pontuado:

Nascido estadunidense, educado na faculdade, o Lion Man é um jovem cientista, enviado pelas Nações Unidas para cuidar da temível ‘Montanha Mágica’ da Costa do Ouro na África. Dentro de sua cratera está o maior depósito de urânio do mundo – suficiente para fazer uma bomba atômica que poderia destruir o mundo³³.

Os efeitos assombrosos do uso da bomba atômica estão vívidos no imaginário social estadunidense a ponto de serem usados para falar sobre os perigos do elemento metálico radioativo cair em “mãos erradas”. Se politicamente temos a presença ativa das Nações Unidas, fundada em outubro de 1947, a região chamada de Costa do Ouro, ainda pertencente à colonização britânica, conseguiu sua independência em 1957, se chamando Gana, desde então.

A demanda racial da experiência estadunidense é contemplada a partir dos alicerces políticos, sociais e culturais próprios. O saber público, mesmo efervescido pela militância, contra o contrato racial (MILLS, 1997) estabelecido, ignora ou pouco reflete cenários e contextos distantes socialmente logicamente. *Lion Man* segue o modelo narrativo e arquetípico de um tarzanide, e como todo herdeiro de Tarzan, tende a reforçar a colonialidade presente no discurso. O personagem Bubba, espécie de ajudante mirim do herói protagonista, por ser construído para ser o apelo cômico, margeia a estereotipia

³³ Tradução própria do trecho: “American-born, college educated, Lion Man is a young scientist, sent by the United Nations to watch over the fearsome ‘Magic Mountain’ of the African Gold Coast. Within Its crater lies the world’s largest deposit of uranium --- enough to make an atom bomb that could destroy the world”.

do *Sorriso Banania* (FANON, 2008, p. 47), mas não a cumpre, não ativa o dispositivo de racialidade através da representação (CARNEIRO, 2005, p. 50). Entretanto, alguns traços da narrativa ainda vão persistir, como disposição da colonialidade.

Mas aqui não cabe nenhuma sedução pelo anacronismo, pois as críticas às colonialidades nos servem para compreender suas estruturas e não julgar falhas. A leitura crítica do objeto-fonte nos ilustra como a construção identitária diaspórica é complexa, visto que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2005, p. 13). Em sua medida, compreendendo suas restrições contextuais, *All-Negro Comics* confrontou o modelo de pensamento hegemônico ocidental (GALVÃO, 2018, p. 89) e negou a História Única (ADICHIE, 2019) até então retificada. O importante processo histórico de decolonialidade se sustenta justamente nas transformações produzidas entre o cenário social de 1947 e a contemporaneidade.

A existência de apenas uma edição e seu encerramento prematuro não nos permite bater o carimbo do fracasso, quiçá apenas dentro das expectativas do mercado editorial. A revista em quadrinhos *All-Negro Comics* rompe com as representações desumanizadas (CÉSAIRE, 2020, p. 23; FANON, 2008, p. 33) das negras e negros africanos ou das experiências diaspóricas. A colonialidade, essa sobrevida do colonialismo, o lado mais escuro da modernidade (MIGNOLO, 2017), produz/reproduz a imagem do outro, conspurca a narrativa de *Lion Man* em sua abordagem sobre a África.

Conclusão

A importância de uma tão singular publicação de história em quadrinhos de entretenimento não é reduzida por toda e qualquer interferência crítica. A resistência, militância e busca por representatividade lhes carregam de valores que justificam seu apreço enquanto registro histórico e sua potencialidade enquanto produto ideológico, pedagógico e combativo. É desse modo que ainda pulsa a importância de *All-Negro Comics* para a memória da luta antirracista.

Não se esgotam as possibilidades de análise do objeto-fonte história em quadrinhos de título *All-Negro Comics*, mas produz-se a oferta de debate. Sua retomada amplia os horizontes de leitura do passado, de interpretação dos humores do contexto de luta pelos direitos civis de negros nos Estados Unidos. Nisto, é possível não apenas fortalecer a proposta de mapeamento quantitativo e qualitativo de histórias em quadrinhos enquanto fontes históricas. O próprio texto de apresentação feito por Evans define

expectativas de letramento racial que cumprem com as demandas da lei 10.639. A abordagem decolonial do objeto-fonte é exercitada de forma corroborativa com as atualizações dos estudos sobre colonialismo, pensamento decolonial, interseccionalidade, identidade, cultura, e os porvir.

Traços e camadas podem ainda ser retomadas para produzir análises iconográficas, iconológicas, discursivas e dos imaginários envolvidos. Quando Evans reuniu os profissionais negros na produção da narrativa de entretenimento, nos forneceu uma conexão entre setores diversos através de um objeto-fonte bastante significativo aos estudos sobre racismo e experiência diaspórica. Se neste texto, por questões próprias, foi feita apenas uma sóbria e modesta verificação de elementos nas narrativas *Ace Harlem* e *Lion Man*, as outras narrativas podem ofertar igual abertura. A pretensão é de continuidade da pesquisa sobre o objeto-fonte, e convite à essa continuidade.

A aventura editorial negra de 1947, materializada na história em quadrinhos *All-Negro Comics*, encontrou dificuldades e desafiou o *status quo* representativo na mídia. Como expoente de memória, sua existência nos descreve anseios e as reações do contrato racial e sua hegemonia representativa. Nos é um legado não apenas de materialidade, mas de subjetividade sociocultural. Para além de suas benesses representativas, vislumbra a representatividade no exercício político prático.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da História Única**. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2019.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: Ou o Ofício do Historiador**. Editor Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.
- CAIMARI, Lila. **Mientras la Ciudad Duerme: Pistoleros, Policías y Periodistas en Buenos Aires, 1920-1945**. Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo (USP), Área Filosofia da Educação, São Paulo, 2005.
- CÈSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Arte: Marcelo D'Saete. Editora Veneta, São Paulo, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *In: University of Chicago Legal Forum*, Edição 1, artigo 8, 1989.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GALVÃO, Cauê Almeida. Resignificação Histórica e Historiográfica na América Latina: Uma Perspectiva Decolonial da Fundação do Estado-nação e dos Forjamentos das Identidades Nacionais na Zona Latinoamericana. *In: Revista Espirales*, [S. l.], volume 1, número 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espiales/article/view/1197>.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2005.
- LIMA, Savio Queiroz. A Pantera Loura e o Fazer Historiográfico: O Uso do Objeto-Fonte Histórias em Quadrinhos para a Síntese Crítica Teórico-Methodológica. *In: Revista Convergências: Estudos em Humanidades Digitais – [S. l.]*, v. 1, n. 01, p. 182-195, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/index.php/cehd/article/view/107/81>.
- LIMA, Savio Queiroz. Histórias em Quadrinhos e Juventude. *In: DEL PRIORE, Mary (org). História dos Jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- LIMA, Savio Queiroz. Pesquisando História nos Quadrinhos: A Pesquisa de Quadrinhos na História e de História nos Quadrinhos. *In: REBLIN, Iuri Andréas; RODRIGUES, Marcio dos Santos (orgs). Arte Sequencial em Perspectiva Multidisciplinar*. Leopoldina: Ensaios Acadêmicos (publicação eletrônica), volume 1, ASPAS, 2015.

MIGNOLO, Walter D. (2017). Colonialidade: O Lado mais Escuro da Modernidade. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 32, n° 94, junho de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. Ithaca, Cornell University Press, Nova York, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo como Texto: Leitura da História e da Literatura. *In: Revista de História da Educação*, volume 7, número 14, Julho-dezembro, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>.

AS MULHERES POPULARES E OS CRIMES DE DEFLORAMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE A NARRATIVA FICCIONAL DE LIMA BARRETO E OS PROCESSOS CRIMINAIS (1890-1910)

Tainara Santos de Santana
Graduanda de Lic. em História – UNEB
Tainarasantana030@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa busca compreender as experiências das mulheres de classes populares entre os anos de 1890 e 1910 na cidade de Salvador, a partir de um diálogo entre os processos-crimes de defloramento e a literatura. A partir do material coletado foi possível acessar informações dessas mulheres, como nome, idade, ofício, entre outros, além do controle moral e social que reicidiam sobre as camadas populares no início da primeira república. No que se refere a metodologia, organizei as informações sobre as vítimas e os acusados, a partir disso realizo uma análise das informações contidas nos processos-crimes, fazendo o diálogo com o livro *Clara dos Anjos* do Lima Barreto.

Palavras-chave: Mulheres; literatura; defloramento; processos-crimes.

Introdução

Ao longo da história da humanidade o corpo da mulher sempre esteve sob controle, seja da Igreja, do Estado ou do próprio homem. Ainda hoje é questionável dizer que somos totalmente livres, visto que o Estado brasileiro, por exemplo, ainda decide se podemos abortar ou não. Sendo assim, é justamente sobre a relação da moral e o corpo da mulher que surgiu essa pesquisa.

O defloramento, está reunido no Código Penal de 1890, entre os crimes sexuais com o título “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. Localizado no artigo 267, o defloramento, consistia em deflorar, ou seja, tirar a virgindade de uma mulher menor idade, empregando sedução, engano ou fraude (Brasil, 1890)

No final do século XIX e início do século XX, surge no Brasil um processo de modernização da sociedade, com o propósito de modelar e organizar novas condutas morais para o país, sendo assim:

No início do século XX, o processo de aburguesamento ou liberalização da vida conjugal e a crise da família patriarcal é assinalada pela transferência do poder e autoridade paterna para as mãos do Estado. Encena-se uma “peça” onde o Estado e a família mesclam suas roupagens para (re)edificar uma nova conotação social para as condutas morais (sexuais) e a moralização do corpo social, sendo o Estado o principal veiculador desta reorganização dos costumes, tutelando o corpo feminino (Silva, 2008, p. 3)

Por conta disso, através do crime de defloração é possível perceber perfeitamente o controle do Estado a partir da moralização do corpo da mulher. Para transformar o país em uma nação civilizada e moderna era preciso que apagasse qualquer vestígio de imoralidade, à vista disso o corpo feminino deveria se manter puro e virgem até o casamento. Por esse motivo, o sexo passou a ser um negócio de Estado, um assunto de interesses de todo o corpo social em função de exigências e definições médicas sobre a normalidade (Esteves, 1989).

Sob outro viés, resalto aqui a participação da medicina e dos juristas nos debates sobre a construção da nação, que cumpriu uma função pedagógica para civilizar os costumes e adequá-los à representação da nação (Cauldfield, 2000).

A historiadora Martha de Abreu Esteves, afirma que no final do século XIX e início do século XX, existiram 5 juristas brasileiros que se dedicaram aprofundar os conhecimentos sobre crimes sexuais, em destaque o, Viveiros de Castro:

Viveiros, em seus escritos (...) preocupava-se com o aumento da criminalidade e com os problemas que afetavam as famílias e os interesses sociais (...) Na sua visão, e também na dos outros juristas do período, os caminhos para a civilização do país estariam numa eficiente legislação que garantisse o “respeito pela honra da mulher”. (Esteves, 1989, p. 35)

As ideias dos juristas formavam aquela sociedade brasileira que pretendia tornar-se civilizada, segundo o próprio Viveiros de Castro o respeito pela honra da mulher não era um sentimento inato ao homem e sim uma conquista da civilização, a vitória das ideias morais e sobre a brutalidade dos instintos (Castro, 1897).

No entanto, o que importava para esses juristas, era “examinar o estado da alma”, ou seja, se essas meninas/mulheres eram verdadeiramente puras, se tinham um comportamento honesto.

É possível perceber nos processos analisados o questionamento para as testemunhas se a jovem mulher que havia sido deflorada saía sozinha para rua no período da noite. O caso de Jeronyma Barbosa, uma jovem de 18 anos, solteira, natural do estado da Bahia, que habitava na rua Porto do Bonfim, no então districto da Penha, trabalhava como doméstica e tinha o domínio da escrita e leitura. O processo ao qual Jeronyma está envolvida foi aberto pela sua mãe que pede a reparação da honra, pois sua filha havia sido deflorada por Agostinho Cândido da Silva. Ele que na época era solteiro, 20 anos, não sabia ler e nem escrever, pescador e habitava na mesma rua que Jeronyma.

A vítima afirma que deixou ser deflorada, porque Cândido prometeu casamento e os dois eram bastante amigos, por outro lado, o réu afirma que houve relação sexual

com ela, mas não foi ele o seu deflorador. E confirma também que prometeu casamento para a mãe da Jeronyma “quando as coisas melhorassem”, mas perante ao conflito do processo ele afirma que não deseja mais casar com a jovem, pois não foi o seu deflorador. Portanto, é a partir da análise crítica dos processos-crimes, que estão localizados no Arquivo Público da Bahia (APEB) e o romance Clara dos Anjos, do escritor Lima Barreto, que busco analisar as violências sofridas por essas jovens mulheres. A escolha desse período se dá devido ao tempo imediato do pós-abolição. Salvador é escolhida como o espaço pesquisado, por conta do projeto civilizatório que existia na cidade.

Nesta perspectiva, a pesquisa tem a intenção também de refletir sobre as relações de gênero, de debatendo formas de controle impostas tanto pelo Estado quanto pelo homem, em relação ao corpo feminino. Ao mesmo tempo, pretende-se remontar as relações de populares configuradas no período pós-abolição, atentando para ao processo de objetificação dos corpos femininos.

Metodologia

Para o desenvolvimento metodológico deste pesquisa foram utilizadas duas fontes. O primeiro tipo de fonte utilizado na investigação trata-se em média de 40 processos-crimes de defloramento, da cidade de Salvador, no período de 1890 – 1910, que estão reunidos no Arquivo Público da Bahia (APEB) e integram a seção do judiciário do arquivo.

A escolha do uso dessa fonte documental, se dá devido à quantidade de informações presentes nos processos possibilitando uma análise diversa da sociedade, através dos depoimentos das vítimas, acusados e testemunhas, como também diálogo com outras informações presentes nos processos.

Os processos criminais contêm dados preciosos a propósito de acusados, vítimas e testemunhas (...) através dos dados obtidos em processos criminais, podemos saber onde as pessoas envolvidas viviam, quem eram seus vizinhos, quantas pessoas moravam em uma casa, e daí, com os cuidados necessários, chegar a conclusões mais gerais sobre os vários contextos aplicáveis à cena. (Grinberg, 2012, p.129)

É devido à abundância de informações presente nos processos-crimes que me ajudou a traçar o perfil das vítimas, principalmente, em relação à raça, uma vez que na maioria dos processos que encontrei no período aqui estudado a identificação racial não aparece diretamente. Essa falta de registro da cor é também identificada por Sueann Caulfield na cidade do Rio de Janeiro:

(...) a classificação racial dependia da percepção de diversas autoridades

judiciais e médicas e não da autoidentificação ou da identificação por pessoa próxima. As mulheres frequentemente apareciam com uma cor na certidão de batismo e com outra no laudo médico de defloração. Em vários casos, à mesma pessoa eram atribuídas cores diferentes nos documentos oficiais e nos depoimentos. (Caulfield, 2000, p.282)

A segunda fonte explorada é o livro *Clara dos Anjos* de Lima Barreto, visto que, o romance, reflete sobre a condição social das jovens mulheres negras no pós-abolição. Todavia, a escolha da literatura como fonte se dá pelo fato que ela aparece como um ângulo notável, para uma avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social (Sevcenko, 2003)

Sendo assim, são essas tensões existentes na sociedade brasileira do fim do século XIX e início do século XX que me proponho a discutir com o auxílio da literatura e processos-crimes. Enquanto, mesmo se tratando de uma realidade fictícia, a literatura ajuda o historiador a entender sobre o que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é um testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. (Sevcenko, 2003)

Por isso, o enredo do romance *Clara dos Anjos*, a história de uma jovem com apenas dezessete anos, pobre, negra, filha de um carteiro e de uma dona de casa, moradora do subúrbio do Rio de Janeiro, é também a história daqueles presentes nos processos-crimes. O livro *Clara dos Anjos* nos ajuda a ter uma dimensão, principalmente, sobre a relação dessas meninas com seus defloradores antes do fato acontecer, a pensar também sobre as inquietações que perpassam na mente dessas jovens mulheres. Clara, assim como todas as jovens presentes nos processos-crimes analisados, tiveram suas vidas mudadas a partir do momento em que a vida delas e do deflorador são cruzadas.

Portanto, para responder à questão construída, realizei um levantamento realizado a partir da documentação acessada no Arquivo Público da Bahia. Sendo alguns desses também inquéritos policiais e até mesmo apenas queixas-crimes solicitando o casamento da vítima com o deflorador.

Durante o processo de análise da documentação foram feitos resumos sobre os casos, como também um levantamento das principais informações, como nomes, idade, escolarização, profissão, moradia, autoria da queixa, entre outras, foram transferidas para um banco de dados visando facilitar o acesso aos dados que coletei durante a pesquisa. Esse material foi fundamental para saber um pouco mais sobre esses personagens centrais envolvidos nos processos, porque a partir dessa análise desenvolvo minha investigação sobre o controle dos corpos femininos, comportamentos e as vivências das mulheres e homens com que elas se envolviam no período pós-abolição.

Resultados e Discussão

A primeira análise que faço é sobre a idade dos principais personagens envolvidas nos processos.

Tabela 1 – Idade das vítimas

IDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
11 – 15 ANOS	09	25,7%
16 – 18 ANOS	15	47,7%
19 – 21 ANOS	07	20%
+ 21 ANOS	02	5,7%
NÃO CONSTA	02	5,7%
TOTAL	35	100%

FONTE: processos crimes de defloramento – APEB

Tabela II – Idade dos acusados

IDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
17 – 20 ANOS	05	16,1%
21 – 25 ANOS	11	35,4%
26 – 30 ANOS	02	6,4%
31 – 40 ANOS	04	12,9%
NÃO CONSTA	09	29,3%
TOTAL	31	100%

FONTE: processos crimes de defloramento – APEB

É importante ressaltar, que segundo o Código penal de 1890, o defloramento, artigo 267, era descrito como “o ato de deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”, posto isto, a maioria dos processos aqui analisados são apenas de jovens menores de idade, apesar que em alguns casos a vítima já havia alcançado a maior idade, como foi o caso da Clécia Amélia Sanches, 24 anos, trabalhadora doméstica, moradora da Federação. No ano de 1907, a mãe da vítima realiza uma denúncia pedindo para as autoridades a reparação da honra de sua filha que havia sido ferida.

Nos autos dos processos também podemos perceber diversas vezes que a mãe afirma o fato da filha ser maior de idade, no entanto, isso não diminui o fato da sua filha ter sido enganada e desonrada. É interessante que durante o depoimento, Clécia afirma que recebeu Rodolfo (o deflorador) em sua casa, mas sem maldade, pois depositava nele

toda confiança e que uma vez dentro de casa, fez milhares de promessas de amizade, lealdade, e promessas de casamento como era de costume fazer, conseguindo nesta ocasião conceber a desonra.

A partir desse caso é possível perceber uma série de variações que poderiam existir nos crimes de defloramentos. Primeiro que o código penal informava uma idade mínima para esses casos, no entanto, isso não quer dizer que mulheres maiores de idade não foram vítimas desses crimes, elas também estavam envolvidas nessas tensões. Outro ponto que chama minha atenção é que nesse caso a vítima e o réu tem a mesma idade, mas isso não era um padrão. Pois se compararmos as duas tabelas veremos que as idades entre os acusados e vítimas varia bastante, sendo os acusados sempre mais velhos que essas vítimas.

É importante salientar, que através do romance *Clara dos Anjos*, percebo a relação que essas mulheres mantinham com seus defloradores. Nunca era um desconhecido, sempre sendo um amigo, vizinho, namorado e até mesmo noivo. Então, essas meninas que estavam envolvidas nos processos, podemos afirmar que assim como a Clara dos Anjos da narrativa literária, estavam envolvidas totalmente nessas relações que já existiam antes mesmo do crime.

Não podemos também enxergá-las apenas como sujeitas passivas de toda essa história, pois essas jovens mulheres tinham as suas vontades e desejos, por isso, a partir desse sonho do casamento que era uma oportunidade para mudar de vida ou por diversos outros motivos existentes, deixavam-se ser defloradas, mas com um desejo próprio da liberdade que estava presente nesse ato do rompimento do hímen.

Por outro lado, a análise dos dados nos permitem também traçar um perfil das famílias formadas, a partir da autoria das queixas.

Tabela III – Autoria da queixa

AUTORIA DA QUEIXA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
MÃE	14	37,8%
PAI	10	27,02%
OUTROS (TIO, IRMÃO, AVÔ, PADASTRO...)	08	21,6%
AUTORIDADES	05	16,1%
TOTAL	37	100%

FONTE: processos crimes de defloramento – APEB

A maioria das queixas foram feitas por mães, em sua maioria, eram mães solteiras, como afirma Heráclito (1994) o que vemos é uma legião de mães solteiras - fruto de relações furtivas ou de concubinatos acabados não querendo que as suas filhas repetissem a sua sorte. Resultado parecido encontra a historiadora Edinélia Souza, em seu livro *Travessias e Tramas*, uma vez que os processos criminais também ajudaram a traçar a situação que se encontravam as famílias do seu período estudado:

(...) os processos criminais nos ajudaram a exemplificar tais situações de família em que as mães viviam em condições-limite, atravessando grandes dificuldades econômico-social, sobretudo quando se encontravam com muitos filhos para sustentar. As redes de solidariedade ou dependência recíproca, seguramente, constituíam expressivas estratégias de sobrevivência e de apoio às famílias, embora, muitas vezes, não fossem suficientes para evitar ruptura, os desajustes e os conflitos sociais de dimensões variadas. (Souza, 2016, p. 99)

Essa rede de solidariedade que a historiadora cita, podemos perceber através das testemunhas, que em sua maioria, são amigas, vizinhas e mantém uma relação íntima com as vítimas e suas mães. Por outro lado, quando havia casamento entre os pais, geralmente, era o pai da vítima que prestava essa queixa.

Ou seja, o homem como o protetor da honra familiar deveria tomar as rédeas dessa tensão estabelecida a partir do defloramento e assim denunciar o caso para que as medidas fossem tomadas pelas autoridades. Não existindo a figura paterna ou materna, a denúncia ficava por cargo de outros familiares das vítimas, a exemplo de tios, avôs e avós, irmãos, padrastos ou mesmo as autoridades.

Em relação à profissão da vítima e os réus foi algo que me chamou bastante atenção, pois a maioria se encontrou em empregos populares, mostrando assim o perfil e a classe que se encontrava esses sujeitos.

Tabela IV – Profissão das vítimas

PROFISSÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
SERVIÇOS DOMESTICOS	14	46,6%
NÃO TRABALHA	09	30%
NÃO CONSTA	07	23,3%
TOTAL	30	100%

FONTE: processos crimes de defloramento – APEB

Tabela V – Profissão dos acusados

PROFISSÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
ESTUDANTE	01	4,1%
CORONEL	01	4,1%
NEGOCIANTE	02	8,3%
DESPACHANTE	01	4,1%
CAPEIRO	02	8,3%
ENGENHEIRO CIVIL	01	4,1%
EMPREGADO FEDERAL	01	4,1%
SERVIÇO DOMESTICOS	01	4,1%
CAIXA DE PASTELARIA	01	4,1%
PESCADOR	01	4,1%
SERVIDOR EMP. DE TRANSPORTE	01	4,1%
NÃO CONSTA	10	41,6%
TOTAL	24	100%

FONTE: processos crimes de defloramento – APEB

A maioria da população envolvida nesses processos são da classe popular e trabalhadora, sendo possível perceber isso através das tabelas IV e V. A variedade entre a profissão masculina e uma diferença enorme sobre a feminina chama bastante atenção, devido ao fato que essas mulheres estavam reclusas nas atividades domésticas, e muitas das vezes aquele ambiente de trabalho foi o local também em que aconteceu o defloramento.

Quando tinha 14 ou 16 anos – não sendo possível afirmar uma idade certa, porque o seu avô diz que a vítima tem 16 anos, enquanto a mesma no seu depoimento afirma ter apenas 14 anos – Edina Maria da Conceição, prestava serviços domésticos para o italiano, dono de uma oficina de sapatos, o José Perilli ou Pepino, como era conhecido. Os dois se conhecem, por causa dessa relação de trabalho existente, e segundo o avô da vítima, ele abusou da inocência da vítima e da sua autoridade enquanto chefe para deflorá-la.

O réu afirma que não ele o deflorador de Enedina, no entanto, ele é condenado, sob a afirmação do juiz que o mesmo abusava não só da inocência da menor, que era uma de suas funcionária, como também abusou do seu poder de patrão e seduziu a menor com promessas e presentes, para depois deflorá-la sem nenhuma intenção de “reparar o mal que fez a miserável órfã”

A partir do caso de Enedina podemos pensar diversas nuances sobre a sociedade

soteropolitana na transição do século XIX para o XX. Primeiro que essas meninas, assim como a Clara dos Anjos, estavam reclusas a esse espaço doméstico e na maioria das vezes eram nesse espaço ou muito próximo dele que acontecia. Outro ponto também é o combate do “mal”, sendo esse a perda de virgindade, e como ele deveria ser reparado urgentemente, pois não era aceitável de forma alguma a perda da honra para uma mulher honesta.

No entanto, por meio deste estudo, foi possível observar como o comportamento feminino era julgado. Sendo assim, as mulheres negras ou trabalhadoras na maioria das vezes eram julgadas como mulheres “sem honra”, visto que muitas frequentavam lugares, sozinhas ou saíam nas ruas durante a noite.

Logo, reflete diretamente no julgamento dos processos, uma vez que sua cor e condição social as colocam nesse lugar de mulheres sem honra e sem dignidade. Nota-se também a diferença de tratamento que era dada pelos juristas entre os processos quando se tratava de mulheres ricas e pobres, enquanto, a questão da honra raramente essa citada pelos juízes ou advogados, quando se tratavam de mulheres pobres ou negras com a intenção de defendê-las, mas apenas para difamar.

Por fim, ressalto, a importância das minhas fontes, o romance Clara dos Anjos, bem como com os processos-crimes, pois a partir desse cruzamento de fontes foi possível delinear as estratégias utilizadas pelo Estado Republicano para controlar as mulheres e suas subjetividades na busca de uma sociedade padronizada.

Conclusões

Através dessa pesquisa, foi possível acessar um momento da vida dessas mulheres, sendo interessante perceber as semelhanças dos resultados em comparação com outras pesquisas, principalmente das minhas principais referências bibliográficas. A meu ver isso significa que as grandes cidades no Brasil do primeiro período republicano, estavam sendo atingidas com esse processo civilizatório que pretendia os governantes, era preciso naquele momento transformar a mentalidade da população brasileira.

Sendo essa sociedade altamente machista e racista, o controle desses corpos e a disciplinarização dos mesmos acontecerá de diversas formas. Aqui vimos como o crime de defloramento, foi usado para controlar a virgindade das mulheres, sob a justificativa de proteger a honra da família.

Em contrapartida, temos as camadas populares dominando os processos-crimes, acredito que isso acontece, enquanto essa população, em especial, as mães solteiras ou

viúvas, que são a grande maioria na autoria da queixa, não queriam que suas filhas passassem o que talvez elas já teriam vivido, por conta disso e agora sob o respaldo da lei essas mulheres vão em busca da reparação da honra de sua filha, pois sabiam que suas filhas, na maioria das vezes já se encontravam com um estágio avançado de gravidez não teria um futuro promissor naquela sociedade machista que a consideraria como uma mulher sem honra e moral.

Ainda hoje vivemos nessa sociedade que tenta controlar e julgar os corpos das mulheres, tentam disciplinarizar com um padrão ideal para todas. Por conta disso, remontar um passado com as experiências femininas é fundamental para entender como isso nos atingiu, como também estar sempre atentos ao recorte de classe e raça, visto que mulheres negras e pobres estão mais vulneráveis e sofrem diretamente uma repressão do Estado republicano. Por isso ressalto a importância de seguir em buscas dos fragmentos deixados por aquelas que segundo Clara dos Anjos “não são nada nesta vida” diante de todas as mazelas que cercam, mas essas mulheres também são sujeitos da história, por isso a importância da narrar suas vivências.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Rio de Janeiro: Klick Editora, 1995

BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção das Leis do Brasil**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Delictos Contra a Honra da Mulher**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Unicamp, 2000

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo 1880/1924**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque Imperfeita**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Disponível em:
<https://www.historiografia.com.br/tese/2023>. Acesso em 18 de julho de 2023.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. **In: O Historiador e suas fontes**. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Edivalma Cristina. **De seduzidas a sedutoras: uma análise discursiva sobre a feminilidade e valores culturais e morais no Seridó do Rio Grande do Norte, presente nos processos-crime de sedução e defloração e no jornal das moças (1900-1945)**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, vol. 5, ano V, nº 4, 2008.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – Bahia (1888-1930)**. Salvador: EduUNEB, 2016.

DOM FREI MANUEL DE SANTA INÊS: UM BISPO PORTUGUÊS CRUZA O OCEANO ATLÂNTICO E CHEGA À BAHIA PARA DISCIPLINAR ALMAS E SÚDITOS (1762-1771)

Clarissa Pacheco Rios
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFBA)
clarissa.pacheco@gmail.com

Resumo

O carmelita descalço Dom Frei Manuel de Santa Inês nasceu na vila de Cascais, nos arredores de Lisboa, em Portugal, em 1704, e morreu na Bahia, aos 67 anos de idade, depois de ter cruzado o Atlântico e desempenhado papéis importantes para o Império Português na época moderna. Primeiro, foi feito bispo durante o reinado de Dom João V e mandado para Angola, onde assumiu o Bispado de São Paulo da Assunção de Luanda e acabou, provisoriamente, atuando também como governador daquele reino após a morte do governador e capitão-general João Jaques de Magalhães. Depois, tendo já vivido a experiência de ter o poder civil e o episcopal em suas mãos, Dom Frei Manuel de Santa Inês viajou à Bahia, onde desembarcou em Salvador, então capital do Brasil, em 28 de julho de 1762. Desta vez, já aos 58 anos de idade, o cascalense tinha outra responsabilidade nas mãos: já no reinado de outro monarca, Dom José I, e sob os olhos atentos de Sebastião José de Carvalho e Melo – o futuro Marquês de Pombal – o carmelita descalço deveria juntar-se ao governo provisório secular, formado pelo chanceler José Carvalho de Andrade e pelo coronel Gonçalo Xavier de Barros Alvim, e governar também o Arcebispado da Bahia. Diferente do cenário de Angola, onde Santa Inês acabou tendo o poder civil nas mãos por força do acaso, desta vez ele já chegava à Bahia nomeado para ocupar os dois postos. Cabe destacar que, apesar de eleito, Santa Inês desembarcou na Bahia e atuou quase até sua morte como governador do arcebispado, e não como arcebispo de fato, já que ele não tinha a confirmação papal. Esta lhe foi negada, a partir da suspensão das bulas, diante do imbróglio entre a Coroa Portuguesa e Roma por conta da expulsão dos jesuítas, oficializada a partir da lei de setembro de 1759. Ainda assim, caberia a Dom Frei Manuel de Santa Inês agir como disciplinador de almas e de súditos na Bahia que abrigava, até então, o único e, portanto, importantíssimo, arcebispado da América Portuguesa. Este artigo analisa como o prelado português atuou para disciplinar as almas na Bahia, aplicando medidas que coadunavam com a política da Coroa, ao mesmo tempo em que tomava posição no governo provisório do Estado durante aquele que ficou conhecido como período pombalino.

Palavras-chave: Dom Frei Manuel de Santa Inês; carmelita descalço; disciplinador de almas; arcebispado

Introdução

“Ainda com lágrimas nos olhos” e tomado de “penetrante dor”³⁴, o então cabido da Sé da Bahia, João Borges de Barros, escreveu uma carta ao rei Dom José no dia 24 de junho de 1771. Havia dois dias tinha falecido, de causa não informada na missiva, o arcebispo da Bahia, Dom Frei Manuel de Santa Inês. O cabido rapidamente tratou de ocupar o lugar do morto provisoriamente, com apoio do então governador, o Conde de Pavolide. O corpo de Santa Inês foi sepultado na capela do Convento de Santa Tereza³⁵, mesmo local que o hospedou quase nove anos antes, quando o prelado chegou a Salvador em um navio vindo de Angola, em julho de 1762³⁶.

Estas primeiras linhas não têm a intenção de antecipar o desfecho dos acontecimentos em torno da trajetória de Dom Frei Manuel de Santa Inês. Servem, em verdade, para chamar a atenção para alguns pontos importantes que serão tratados a seguir: foi na Bahia que o carmelita descalço morreu, em Salvador, na América Portuguesa, aos 67 anos de idade; antes disso, contudo, ele deixou uma marca em outros dois continentes: viveu em Angola, na costa da África, por 15 anos, de onde partiu, em 1762, para uma viagem de navio de quase um mês pelo Atlântico Sul até chegar a Salvador. Mas, ele havia nascido longe desses dois locais. O religioso que esteve à frente do bispado de Angola – onde também integrou um governo provisório –, e que administrou o Arcebispado da Bahia durante o período pombalino, foi parte do governo civil e, finalmente, terminou confirmado arcebispo em 1770, nasceu numa pequena freguesia no litoral português próxima de Lisboa.

No tempo de Santa Inês, a freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Cascais era uma pequena povoação litorânea que dependia, sobretudo, da pesca. As fortificações da vila protegiam a Barra do Tejo – porta de acesso a Lisboa – e cercavam um lugar onde a religião era um traço significativo. Os registros do acervo histórico da administração local de Cascais apontam que a devoção a Nossa Senhora dos Navegantes era forte, uma vez que era para ela que os pescadores viviam a rezar pedindo proteção diante da frequência com que as frágeis embarcações eram destruídas pela força do mar.

³⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino (CU), Bahia – Castro e Almeida, cx. 45, doc. 8453-8454. “Carta do cabido da Bahia ao rei, informando que tinha assumido o governo do arcebispado...” (1771)

³⁵ CÂMARA, Fernando. A arquidiocese de São Salvador da Bahia e seus bispos. Revista do Instituto do Ceará, 2010, p. 58.

³⁶ AHU-CU, Bahia – Castro e Almeida, cx. 32, doc. 5999. “Officio do Governo Interino para o Conde de Oeiras, participando ter chegado à Bahia o novo Arcebispo...” (1762)

Mesmo pequena, a vila tinha mais de uma igreja – eram três, além de um convento masculino para formação de noviços, o de Nossa Senhora da Piedade de Cascais, vizinho da igreja de mesmo nome. Foi lá que Manuel Ferreira, filho de Domingos Ferreira e Domingas Martins, foi batizado³⁷ em 29 de junho de 1704, *sub conditione*³⁸. O padre que realizou o ritual do sacramento na igreja fez uma anotação no livro de registro de batismos de Cascais informando que o menino tinha sido batizado anteriormente, em casa, pela parteira – “de quem não confio tanto” – e, por essa razão, o sacramento foi concedido ‘mais uma vez’. Aqui, a expressão aparece entre aspas porque as Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa, em vigor na época, não permitiam que o sacramento do batismo fosse concedido mais de uma vez a uma mesma pessoa, já que o batismo imprimia caráter ao batizado (CUNHA, 1656, p. 23). Mas, em caso de dúvida sobre o rigor adotado no batismo de emergência, o sacerdote local deveria reiterá-lo e batizar condicionalmente o recém-nascido de uma vez por todas, como mandava a regra do Arcebispado. Por isso, no dia 29 de junho de 1704, os pais do pequeno Manuel entraram pela porta da Igreja Matriz de Cascais para cumprir a obrigação cristã de batizar o primogênito de seis filhos³⁹.

Junto à família, Santa Inês viveu em Cascais por muitos anos. Ali mesmo, no Convento de Nossa Senhora da Piedade, da Ordem dos Carmelitas Descalços, o jovem ordenou-se sacerdote em 1728, poucos dias antes de completar 24 anos de idade, pelas mãos do então bispo de Nanquim, Dom Frei Manoel de Maria José. Por lá, o novo frade ocupou diversos cargos por quase duas décadas. Até que, em 1745, foi apresentado bispo de Angola (RUBERT, 1988, p. 34). Ao que se sabe, aquela seria a primeira vez que Santa Inês deixaria a Europa. Embarcou rumo a São Paulo da Assunção de Luanda apenas dois

³⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Paróquia de Cascais. Livro de Registo de Baptismos, Registos Paroquiais – Cascais (Nossa Senhora da Assunção), Livro 01-B, m-0055 (1693-1725).

³⁸ O batismo *sub conditione* era feito por padres, em paróquias, em crianças que já tinham recebido um batismo de emergência, em casa, logo após o nascimento. Parteiras tinham autorização da Igreja para fazer esse batismo ‘de emergência’ em crianças que corriam o risco de morrer ou em natimortos – o batismo era necessário para que a alma fosse salva. No caso das crianças que sobreviviam, estas deveriam ser batizadas logo que possível numa paróquia, *sub conditione*, por um padre. (CUNHA, Dom Rodrigo da. Constituições sinodais do Arcebispado de Lisboa. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeek, 1656, p. 23. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotecaruibarbosa&pagfis=20098>. Acesso em 5 de julho de 2022).

³⁹ São poucas as referências a respeito dos familiares do Dom Frei Manuel de Santa Inês: sabe-se apenas os nomes do pai, Domingos Ferreira, e da mãe, Domingas Martins, que se casaram na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Cascais, em 1703, e batizaram o filho Manuel na mesma paróquia, em 29 de junho de 1704. Foram localizados, ainda, registros de batismo de mais cinco crianças filhas do mesmo casal nos anos seguintes: Antônio, Silvestre, Eusébio, Francisco e Maria. Ver: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Paróquia de Cascais, 1650-1911. Registro de baptimos, 1693/1911. Livro B1, Cx. 2, fólhos 52v, 64v, 73, 84v, 96 e 120.

anos depois, em 1747⁴⁰, e lá viveu, no reino de Angola, na África, por 15 anos. Depois, cruzou o Atlântico Sul em direção à América Portuguesa, de onde não mais voltou. Por quase nove anos, Santa Inês atuou em Salvador na condição de arcebispo eleito do Arcebispado da Bahia, e apenas seis meses depois de ser finalmente confirmado arcebispo pela Santa Sé – que até então tinha relações cortadas com a Coroa portuguesa⁴¹ – morreu em Salvador, aos 67 anos, após pisar os pés em três continentes e deixar sua marca em todos eles.

Personagem de uma história global?

Para Sebastian Conrad, a história global nasceu da constatação de que “os instrumentos analíticos utilizados pelos historiadores para estudar o passado já não eram suficientemente adequados” (2019, p. 13). Observar os acontecimentos e tomar a história sempre do ponto de vista de um Estado Nação – um nacionalismo metodológico – acabava implicando em ter quase sempre um ponto de vista único da história – em grande parte das vezes, eurocêntrico. Fazer história global, portanto, seria uma forma de levar em conta o impacto das relações de intercâmbio no curso dos acontecimentos.

[...] o ‘nacionalismo metodológico’ das disciplinas acadêmicas implicou que, teoricamente, o Estado-nação fosse considerado a unidade de análise fundamental, ou seja, uma entidade territorial que servia de ‘contentor’ da sociedade. Este compromisso com ‘contentores’ de análise territorialmente definidos fez-se sentir com mais intensidade no campo da história do que nas disciplinas que lhe são próximas. O conhecimento do mundo foi, conseqüentemente, pré-estruturado, tanto discursiva como institucionalmente, de forma a obscurecer o papel das relações de intercâmbio. Na maioria dos casos, a história limitava-se à história nacional. (CONRAD, 2019, p. 13).

No caso específico da trajetória de Dom Manuel de Santa Inês, seguir pelo caminho do nacionalismo metodológico talvez significasse observar os acontecimentos apenas do ponto de vista de Portugal, e os desdobramentos da história a partir da ótica de um religioso nascido nos arredores de Lisboa, provavelmente acostumado com a atmosfera portuguesa. Pensar o bispo do ponto de vista da história global pode ser uma saída para compreendê-lo não apenas como um prelado nascido nos arredores da

⁴⁰ AHU-CU, ANGOLA, Cx. 38, D. 3647. “Carta do provedor da Fazenda Real de Angola, António Pereira Corte Real, ao rei [D. João V] sobre o cumprimento da ordem régia de 6 de maio de 1746, acerca do desconto na cômputo do bispo de Angola...” (1747)

⁴¹ Os desdobramentos do episódio da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, a partir de 1759, terminaram por influenciar no rompimento das relações diplomáticas entre Lisboa e Roma, o que também impactou na situação legal de Santa Inês no Brasil, já que ele era o arcebispo eleito por meio das regras do Padroado Régio, mas não havia recebido as bulas papais e o reconhecimento como arcebispo da Bahia. Nesta condição, governou por mais de oito anos a arquidiocese como se fosse arcebispo, mas sem o devido reconhecimento.

metrópole, mas que circulou por outros domínios e vivenciou as diferenças culturais e territoriais em cada um destes locais, que não podem ser tratados como homogêneos somente por fazerem parte do império português.

Uma boa saída para entender a atuação de Santa Inês nos locais por onde passou seria enquadrá-lo no segundo paradigma da história global, apresentado por Conrad, que enfatiza as trocas e as conexões. Pensando como Conrad, que “nenhuma sociedade, nação ou civilização existe isoladamente” (2019, p. 20), não é difícil visualizar Dom Frei Manuel de Santa Inês como um personagem que fez trocas e conexões e viveu essas trocas em diferentes lugares por onde passou. A história global, porém, não é um consenso entre os historiadores e há questionamentos, inclusive, sobre a necessidade de criar um novo rótulo para o campo. Ao perguntar o que é uma história global, o historiador Serge Gruzinski faz uma ponderação: “Por que colocar um novo rótulo, ou mesmo um adjetivo da moda, em formas de história consagradas pelo tempo que respondem individualmente a regras comprovadas e objetivos específicos?” (2015, p. 85). É uma pergunta à qual ele mesmo responde ao indicar que dar preferência a uma perspectiva global de uma história é levar em conta os vínculos existentes entre uma sociedade e outra:

Dar primazia a uma perspectiva global consiste em focar nos laços que as sociedades tecem entre si, nas articulações e grupos que constituem, mas também na forma como esses conjuntos humanos, econômicos, sociais, religiosos ou políticos homogeneizam o globo ou resistem ao movimento. (GRUZINSKI, 2015, p. 85)

Mais uma vez, partindo dessa constatação, é possível, sim, enxergar Dom Frei Manuel como o personagem de uma história global, ou pelo menos de um recorte de uma história que pode ser lida de forma globalizante. Ele próprio manteve laços com sociedades distintas e viveu sob as regras estabelecidas diante dessas ligações. De certo modo, pode-se dizer que, na maior parte do tempo, seguiu as regras criadas para um mundo português em diferentes partes do globo. Em outros, como nas decisões políticas que tomou ao longo de sua administração civil e religiosa tanto em Angola quanto na Bahia, é possível dizer que estabeleceu relações que, mais tarde, o beneficiariam diretamente⁴².

⁴² Há dois pontos que merecem algum destaque aqui. Ainda é preciso aprofundar mais leituras antes de fazer uma afirmação categórica neste sentido, mas publicações de tom confessional, como a obra do Monsenhor Walter Magalhães sobre os bispos da Bahia, sugerem que Dom Frei Manuel de Santa Inês foi “demasiado subserviente à autoridade civil” e que ter parabenizado o Marquês de Pombal pela expulsão dos jesuítas quando era bispo de Angola tenha sido sua atuação mais significativa. Não encontrei, até o momento, nenhum documento que ateste uma atuação de Santa Inês no sentido de ir além do cumprimento da ordem de expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. Contudo, é possível que sua postura e relações

É preciso observar, entretanto, que ao tratar o arcebispo da Bahia durante a maior parte do período pombalino como personagem e uma história global não é inseri-lo numa história única do império português, que deixa de levar em conta as particularidades de cada porção desse império para escrevê-la somente do ponto de vista europeu. A rigor, se a história em diversas partes do globo é contada apenas a partir de uma versão que interessa à Europa, ou que a toma como ponto central, a história já não deixa de ser global?

A história da qual Dom Frei Manuel de Santa Inês participa tem, sim, um ponto de vista europeu, afinal era da Europa, de Lisboa, que partiam as ordens, as regras e as decisões de enviá-lo a diferentes pontos dos domínios portugueses. Mas, ao pisar em novos territórios, e ao navegar pelo Oceano Atlântico, o prelado português passou a exercer influência e a ser influenciado por culturas, costumes, fronteiras, regras por vezes absorvidas, mas também ressignificadas e adaptadas de acordo com a realidade daqueles novos locais. Cruzar o Atlântico para viver momentos diferentes de sua trajetória também pode colocar Santa Inês como um personagem não só de uma história global, mas também de uma história atlântica.

Figura disciplinadora no Atlântico Sul

Santa Inês navegou as águas do Atlântico em pelo menos duas ocasiões distintas e bastante representativas para sua história: primeiro, quando foi de Cascais a Luanda para se tornar bispo de Angola; depois, de Luanda para a Salvador, para governar o Arcebispado da Bahia e também compor o governo interino. Ainda não foram encontrados para esta pesquisa documentos que indiquem que o arcebispo tenha feito viagens pelo oceano uma vez já estabelecido nestes locais, mas suas palavras viajaram bastante por meio de correspondências. De qualquer forma, a circulação do bispo português pelo Atlântico – dele próprio ou de suas cartas e ofícios, de uma margem a outra do oceano, de um ponto a outro dos domínios portugueses –, colocam o Atlântico como um espaço indispensável à atuação do prelado, seja na esfera religiosa ou nas relações que estabeleceu ao longo dos anos com o poder civil da Coroa portuguesa, representado, sobretudo, pelos membros do Conselho Ultramarino.

desenvolvidas com membros do poder civil ao longo dos anos o tenham credenciado junto à Coroa para assumir um posto mais elevado. Evergton Sales Souza (2011) trata da preocupação da coroa portuguesa, sobretudo durante o período pombalino, de nomear para as dioceses “pessoas inteiramente afinadas com o rei e sua política reformadora”. (SALES SOUZA, Evergton. **Igreja e Estado no período pombalino**. Lusitânia Sacra, v. 23, 2011, p. 222.).

Sobre o Conselho Ultramarino, aliás, A. J. R. Russel-Wood (2009), em “Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a ‘Atlantic History’”, destaca o papel central do oceano na logística da troca de informações do Império Português. Pelo Atlântico, circulava um volume abundante de “ordens, de alvarás, de cartas com força de lei, de correspondência entre o rei ou o Conselho Ultramarino com vice-reis, governadores, ouvidores, bispos e vereadores, e que trataram exclusivamente de circunstâncias de ordem social” (RUSSEL-WOOD, 2009, p. 61).

Sem dúvidas, as cartas assinadas ou endereçadas a Santa Inês, seja em Angola ou na Bahia, estavam nesse volume citado pelo historiador. Um levantamento nos acervos dos dois locais a partir dos índices de documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino apontam para a existência de pelo menos 230 correspondências endereçadas ou assinadas pelo bispo, e ainda, em menor volume, outras cujo teor mencionava fatos relacionados a ele, como sua chegada, sua morte, seus embarques para Angola e para a Bahia ou seus pedidos de adiantamento de cômputos para que pudesse viajar e assumir o posto de bispo de Luanda, em 1747.

Um volume tão significativo de correspondências trocadas com a alta representação da Coroa portuguesa ajuda a dar uma dimensão de como era pelas águas do Atlântico que corriam as ordens, as regras e tudo o que era necessário ao controle social e religioso dos súditos da Coroa e dos fiéis (PROSPERI, 2014). Um arcebispo, fosse ele confirmado ou não pela Santa Sé, era essencial à manutenção dessa ordem nos moldes desejados pelo rei de um Estado católico como era Portugal. Enquanto esteve em Angola e quando foi para a Bahia, era Santa Inês este braço da Igreja Católica que trabalhava junto à Coroa para manter – ou, ao menos, tentar manter – a ordem desejada por Portugal em seus domínios.

Durante a maior parte da época moderna, a Igreja foi detentora das ferramentas que poderiam impor o disciplinamento social necessário ao bom governo do Estado (PROSPERI, 2014). O bispo estava ligado a todos esses dispositivos, exercendo algum controle mais direto sobre a confissão e os missionários. Dispunha ainda de outros meios coercitivos, a exemplo das visitas pastorais (que, por vezes, poderiam ter um lado pedagógico) e dos tribunais de justiça eclesiástica. O monopólio religioso e o uso desses instrumentos eram importantes fatores de controle social.

Não era por acaso que, volta e meia, um bispo acabava tendo em suas mãos os governos eclesiásticos e secular em domínios do Império Português. Adriano Proserpi (2014), em seu artigo sobre a construção do conceito de disciplinamento social – algo

muito próximo da confessionalização, termo cunhado pelo historiador alemão Wolfgang Reinhard – afirma que a disciplina religiosa era usada pelo poder político do príncipe a fim de efetivar sua soberania em seus domínios territoriais e em seus súditos – um expediente fundamental nos estados modernos e usado tanto pelo Estado quanto pela Igreja para governar a população. Por isso, era tão importante para a Coroa ter em seus domínios, do ponto de vista religioso, alguém alinhado aos seus propósitos. Era através da fé, da disciplina da religião, que o Estado manteria as bases de sua soberania.

Federico Palomo também trata da confessionalização como uma forma de manter territórios e disciplinar os súditos. Ele cita Wolfgang Reinhard e Heinz Schilling como os responsáveis por atribuir ao príncipe o papel central da implementação de uma política confessional no Estado moderno. O elemento confessional, sintetiza, “teria contribuído para reforçar identidades territoriais e criar, disciplinando comportamentos, formas impensáveis de obediência” (2016, p. 73). Era um instrumento, explica, para fortalecer a autoridade soberana do Estado.

Embora o caso de Santa Inês não tenha sido isolado, sua experiência certamente foi única, por diversos fatores. Quando deixou a freguesia de Cascais, no Atlântico Norte, em direção a São Paulo da Assunção de Luanda, na costa ocidental africana e já na porção sul do oceano, o bispo não era um homem de recursos, nem parecia ter lá tanta influência ou pelo menos a quem pedir ajuda. Nomeado em 1745 como bispo de Angola, só conseguiu viajar em 1747 e, ainda assim, depois de pedir por duas vezes um adiantamento de suas cômputas à própria Coroa portuguesa para que pudesse custear o traslado até o continente africano⁴³.

Já na África, os relatos sobre a situação de seus domínios paroquiais não eram dos mais animadores. Cercado de animais, de pouca estrutura física para o desempenho de suas funções como bispo e de uma população descrente da fé católica e pouco disposta a renunciar a sua cultura em prol das regras do catolicismo, o bispo se dizia um tanto infeliz e não via solução para seu problema que não fosse esperar que o próprio Deus tocasse os corações do povo para que ouvissem sua palavra. Nem os sacerdotes locais agradavam o bispo, o que indica que não era apenas aos fiéis que ele precisava disciplinar, e sim aos próprios sacerdotes da terra, que muito pouco o agradavam: “Quase todos os sacerdotes desta diocese são mestiços de branco e negro, casta de gente certamente

⁴³ AHU-CU, ANGOLA, Cx. 38, D. 3573. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] acerca da ajuda de custo que o bispo de Angola, D. Frei Manuel de Santa Inês, solicitou...” (1746)

muitíssimo indigna de servir os santos altares, mas a necessidade não observa regras”, dizia⁴⁴.

Embora não tenham sido localizados, ainda, documentos acerca da percepção dos angolanos em relação ao bispo, o descontentamento claramente expresso nos relatórios das visitas *ad Sacra Limina*⁴⁵ enviados por Santa Inês à Santa Sé em 1750 e 1757 dão pistas de que a relação não era fácil, e havia forte resistência do povo daquela região em ceder às tentativas do bispo de discipliná-los para a fé. E mesmo diante de terreno tão árido para exercer o múnus episcopal, Santa Inês ainda viu as raias do poder civil alcançarem suas mãos pouco depois de chegar a Angola, em 1748, quando assumiu interinamente o governo civil após a morte do governador local, João Jaques de Magalhães. Inevitavelmente, passou a ter sob sua responsabilidade a missão não só de disciplinar almas, como também os súditos da Coroa.

A ação de Santa Inês como governador interino de Angola se deu apenas uma vez, em 1748, mas o bom trânsito do religioso com os representantes do poder civil se manteve até sua partida para a Bahia, em 1762, depois de ter sido escolhido pela Coroa de Portugal para assumir o único arcebispado da América Portuguesa já no final de 1759. A escolha se deu, vale observar, quase ao mesmo tempo em que Portugal expulsava de seus domínios os padres da Companhia de Jesus. Isso ajuda a entender por que os desafios enfrentados por Santa Inês na Bahia seriam um pouco diferentes daqueles já vividos por ele em Angola, ainda que ele tenha assumido na África, também, o governo civil e o eclesiástico.

A primeira diferença, talvez, fosse justamente o momento político: Santa Inês chegava à Bahia pouco depois da expulsão dos jesuítas e no auge do rompimento das relações diplomáticas entre Lisboa e a Santa Sé. A segunda, a forma como foi nomeado: na Bahia, já se esperava a chegada de um bispo que fosse, também, governador interino, experiência bastante diferente daquela enfrentada em Angola. O que se pode afirmar é que o bispo continuava sendo um personagem com algum destaque nessa teia de relações

⁴⁴ Relatório da visita ad Sacra Limina da diocese de Angola remetido à Sagrada Congregação do Concílio pelo bispo D. Frei Manuel de Santa Inês [1750]. Op. Cit., fl. 35.

⁴⁵ A visita *ad Sacra Limina* consistia na visita periódica pelo bispo aos túmulos dos santos apóstolos e entrega ao papa um relatório detalhado sobre a situação material e espiritual de sua diocese. A obrigação expressa de cumprir a visita *ad Sacra Limina* e de entregar um informe sobre o estado da diocese foi instituída em 1585, com a publicação da Constituição Apostólica *Romanus Pontifex* pelo papa Sisto V. Os relatórios das visitas enviados por Santa Inês a partir de Angola em 1750 e 1757 foram gentilmente traduzidos e disponibilizados online pelo projeto Religião, administração e justiça eclesiástica no Império Português – 1514-1750 (ReligionAJE), da Universidade de Coimbra. Sobre as visitas ad Sacra Limina, ver: FERNANDEZ COLLADO, Ángel. Los informes de visita ad limina de los arzobispos de Toledo. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla, La Mancha: Estudio Teológico de San Ildefonso, 2002, p. 17.

e poder. Além de ocupar cargos seletos, permanecia, de alguma forma, ligado a nomes importantes da política em ambos os períodos de agitação: desde a transição entre o fim do reinado de Dom João V até a querela contra os jesuítas do final da primeira década de Dom José I.

É possível pensar, ainda, em como a experiência do bispo como governador interino – e a forma como atuou diante dessa oportunidade – num domínio português na África contribuiu para que ele passasse a ser visto como apto a desempenhar uma função parecida em outro domínio lusitano, desta vez na Bahia. E lá ia o prelado cascalense mais uma vez atravessar o oceano em direção a outro ponto do Atlântico Sul, disposto a encarar uma nova oportunidade e experimentar novas regras e uma cultura diferente da africana, desta vez em Salvador – cidade que já era, desde o século anterior, apontada como “cabeça do Estado do Brasil”: ao longo do século XVII, aponta Guida Marques (2016), foi criada a Relação da Bahia, formalizado o ofício de secretário do Estado do Brasil, instauradas novas instituições administrativas e juntas governativas. Neste mesmo século, Salvador foi elevada a Arcebispado (1676) e foi instalado aqui um Tribunal da Relação Eclesiástica (2016, p. 22). Bruno Feitler e Everton Sales Souza destacam que, após a ereção da diocese baiana em Arcebispado, Salvador cresceu em importância e preeminência (2016, p. 130). É neste cenário que Dom Manuel de Santa Inês inicia seu trabalho a partir de 1762.

Considerações finais

Depois de cruzar o Atlântico Sul partindo de Angola, Santa Inês viveu na Bahia por nove anos. Em quase uma década, passou a maior parte do tempo atuando como governador do Arcebispado, e não como arcebispo de fato, já que sua confirmação pela Santa Sé só se deu no final de 1770⁴⁶. No ponto de vista político, integrou uma junta governativa junto com o chanceler José Carvalho de Andrade e o coronel Gonçalo Xavier de Barros Alvim. Entre agosto de 1762 e março de 1766, o arcebispo eleito da Bahia assinou uma série de documentos enquanto membro deste governo interino. É difícil, contudo, sinalizar quais daqueles posicionamentos eram individuais de Santa Inês, ou com quais deles o arcebispo concordava intimamente. Isso porque a documentação do período encontrada tanto no Arquivo Histórico Ultramarino quanto avulsa no acervo da

⁴⁶ AHU-CU, Bahia – Castro e Almeida, cx. 45, docs. 8313-8316. “Cartas do arcebispo eleito da Bahia, Dom Frei Manuel de Santa Inês, ao rei, a 1^a, informando que tinha recebido o breve em que o papa Clemente XIV confirmava sua nomeação...” (1770)

Biblioteca Nacional mostra decisões assinadas conjuntamente por Santa Inês e pelos demais membros do governo.

É possível dizer que, ao assinar dos documentos que integram hoje o acervo do Conselho Ultramarino, Santa Inês concordasse com as decisões de ordem civil ali presentes. No entanto, há poucos documentos assinados somente pelo arcebispo e governador que ajudem a dar um tom de seu alinhamento político. Isto se torna um pouco mais fácil quando analisado um período mais curto, entre dezembro de 1767 e junho de 1768. Foi quando, mesmo depois de já ter deixado o governo interino, Santa Inês reassumiu o posto, desta vez sozinho. Na ocasião, o Vice-rei, Conde de Azambuja – Antônio Rolim de Moura Tavares – viajou ao Rio de Janeiro e deixou o arcebispo eleito no cargo até a chegada do novo governador, o Marquês de Lavradio⁴⁷.

As correspondências de ordem civil tratavam de assuntos diversos, geralmente relacionados à burocracia. Em março de 1768, por exemplo, Santa Inês integra uma série de discussões sobre a execução de uma carta de lei de 1710, que determina que todos os navios com destino à Costa da Mina precisam ‘tocar’ a Ilha de São Tomé tanto na ida quanto na volta. A correspondência, destinada ao administrador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mostra como Santa Inês buscou fazer cumprir uma lei de interesse da Coroa de mais de 50 anos que não vinha sendo cumprida desde então⁴⁸.

É importante dizer que, enquanto assumiu o governo da Bahia de forma interina, Santa Inês não deixou de lado suas obrigações e incumbências como arcebispo. Nestes casos, sim, as correspondências mostram como atuou coibindo o que considerava excesso por parte das instituições religiosas e ajudando a punir aqueles que saíam em defesa dos jesuítas recém-expulsos. Uma carta pastoral de junho de 1764, por exemplo, mostra um arcebispo escandalizado com os excessos no Convento do Desterro⁴⁹. A pastoral enviada às noviças no dia 9 de junho é do mesmo período em que Santa Inês diz ter visitado os conventos de Salvador e chegado à conclusão de que não havia condições financeiras de receber mais noviças – incluindo o próprio Desterro.

Documentos com este teor não são tão abundantes, mas ajudam a entender as decisões de Santa Inês e enquadram sua trajetória no que o historiador britânico David

⁴⁷ AHU-CU, Bahia – Castro e Almeida, cx. 42, docs. 7744-7745. “Cartas do arcebispo, Dom Frei Manuel de Santa Inês, a 1ª, ao rei, informando que o vice-rei, Conde de Azambuja, tinha embarcado...” (1767)

⁴⁸ AHU-CU, Bahia – Castro e Almeida, cx. 42, docs. 7860-7866. “Ofícios o 1º do arcebispo, governador interino, ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a execução da carta de lei de 7 de janeiro de 1710...” (1768)

⁴⁹ AHU-CU, Bahia – Castro e Almeida, cx. 35, doc. 6556. “Carta pastoral do arcebispo Dom Frei Manuel de Santa Inês às religiosas do Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia...” (1764)

Armitage chama de história *circum-atlântica*, como sendo “mais do que um conjunto de histórias nacionais e regionais específicas que desembocam no Atlântico”, mas cheia de “trocas e intercâmbios, circulação e transmissão” (2014, p. 209):

É a história das pessoas que cruzaram o Atlântico, que viveram em seu litoral e que participaram das comunidades que ele tornou possíveis, de seu comércio e de suas ideias, assim como das doenças que carregavam, da flora que transplantaram e da fauna que transportaram. (ARMITAGE, 2014, p. 209).

Santa Inês certamente não foi o indivíduo que cruzou o Atlântico de norte a sul transportando exemplares da fauna ou da flora de um lugar para a outro, mas não é difícil imaginá-lo como o sujeito de saiu de uma pequena povoação marítima na costa oeste de Portugal, partiu em direção a uma verdadeira aventura em nome da fé católica na África e finalmente chegou a Salvador num momento em que a cidade da Bahia ainda era a capital do Brasil para o Império Português.

Em cada lugar por onde passou, viveu novos desafios, encarou novas oportunidades e vivenciou culturas diferentes – desde as queixas do consumo costumeiro de aguardente entre sacerdotes e não sacerdotes de Angola, até as reclamações de que, na Bahia, se gastava demais com velas e procissões pelas ruas de Salvador por parte das religiosas do Convento do Desterro, como deixa claro em uma pastoral de 1764⁵⁰. Se em Angola faltava de tudo, em Salvador parecia haver um exagero, um excesso que o bispo se preocupava em coibir.

⁵⁰ AHU-CU, Bahia – Castro e Almeida, cx. 35, doc. 6556. “Carta Pastoral do arcebispo Dom Frei Manuel de Santa Inês às religiosas do Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia...” (1764)

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, David. **Três conceitos de história atlântica**. História Unisinos, vol. 18, nº2, 2014, pp. 206-217.

CÂMARA, Fernando. **A arquidiocese de São Salvador da Bahia e seus bispos**. Revista do Instituto do Ceará, 2010.

CONRAD, Sebastian. **O que é a história global?** Lisboa: 70, 2019.

CUNHA, Dom Rodrigo da. **Constituições sinodais do Arcebispado de Lisboa**. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeek, 1656. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotecaruibarbosa&pagfis=20098>. Acesso em 5 de julho de 2022.

FEITLER, Bruno; e SOUZA, Everton Sales. Uma metrópole no ultramar português. A Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos. *In*: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; e SILVA, Hugo R. **Salvador da Bahia**. Retratos de uma cidade atlântica (século XVI-XIX). Salvador; Lisboa: EDUFBA; CHAM, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21713>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

FERNANDEZ COLLADO, Ángel. **Los informes de visita ad limina de los arzobispos de Toledo**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla, La Mancha: Estudio Teológico de San Ildefonso, 2002.

GRUZINSKI, Serge. **¿Para qué sirve la historia?** Madri: Alianza Editorial, 2015.

MARQUES, Guida. “Por ser cabeça do Estado do Brasil”. As representações da cidade da Bahia no século XVII. *In*: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; e SILVA, Hugo R. **Salvador da Bahia**. Retratos de uma cidade atlântica (século XVI-XIX). Salvador; Lisboa: EDUFBA; CHAM, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21713>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

PALOMO, Federico. Confesionalización. *In*: José Luis BETRÁN, Bernat, HERNÁNDEZ, Doris MORENO (eds.). **Identidades y fronteras culturales en el mundo ibérico da la Edad Moderna**. Bellaterra (Barcelona): Universitat Autònoma de Barcelona. Servei de Publicacions, 2016.

PROSPERI, Adriano. Disciplinamiento: la construcción de un concepto. *In*: Verónica UNDURRAGA e Rafael GAUNE (Eds.), **Formas de control y disciplinamento**. Santiago de Chile: Uqbar Editores, 2014.

REINHARD, Wolfgang. Disciplinamento sociale, confessionalizzazione, modernizzazione. Un discorso storiografico. *In*: PRODI, Paolo. **Disciplina dell'anima, disciplina Del corpo e disciplina della società tra medioevo ed età moderna**. Bolonha: Il Mulino, 1994, pp. 101-123.

RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)**, Volume III. Santa Maria: Editora Pallotti, 1988.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Sulcando os mares:** um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. São Paulo: História, 2009, pp. 17-70.

SALES SOUZA, Evergton. **Igreja e Estado no período pombalino.** Lusitânia Sacra, v. 23, 2011.

EXPERIÊNCIAS CULTURAIS DA DIÁSPORA AFRICANA NOS FESTEJOS À PADROEIRA DE VALENÇA-BA, NOSSA SENHORA DO AMPARO

Paulo Vitor Souza da Luz
Mestrando em História pelo PPGH – UESC
paulovitorsluz@hotmail.com

Resumo

Apesar de a diáspora negra ter sido um resultado traumático da opressão colonial e da escravidão, ela também gerou diálogos culturais ricos e complexos que transcendem as fronteiras geográficas. Uns dos resultados dessas trocas culturais diaspóricas podem ser vistas nas festas populares religiosas na Bahia. Ao estudarmos as culturas populares por meio das festas, tradições, ritos e celebrações, notamos que essas práticas refletem a identidade sociocultural de um povo. Essa identidade surge da interação de várias expressões culturais que se entrelaçam em um único ambiente, enriquecendo a experiência intercultural dos sujeitos. As manifestações das religiosidades populares não apenas refletem os costumes, mas também encontraram uma janela para a compreensão da cosmovisão de um povo em seu contexto histórico. Um exemplo dessas experiências culturais diaspóricas está na festa de Nossa Senhora do Amparo no município de Valença, no Baixo Sul da Bahia. A santa é cultuada na região desde o século XVIII e ao longo dos anos sempre esteve voltada para as classes populares. Motivo este que resultou na negação da devoção pela elite local ainda no século XIX, quando buscaram instituir uma nova devoção através da construção de uma matriz dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, tornando-o o padroeiro oficial da cidade. Tal apropriação da nova devoção apresentou-se como negação as práticas devocionais a santa que já era venerada desde o século anterior. Ainda no século XIX a devoção tem um novo impulso com o surto de industrialização na cidade. Uma das fábricas é batizada com o nome de Nossa Senhora do Amparo e a santa passa ser intitulada como padroeira dos operários. De lá para cá, a festa de Nossa Senhora do Amparo configurou-se como a maior festividade da região, o que resultou na oficialização da santa como padroeira de Valença pelo poder público. A festividade passou por diversas (re)configurações com inserções de diversas expressões culturais como as lavagens, o Candomblé Elétrico, a Zambiapunga, os blocos de rua, as charangas, as barracas e parques, dentre outras práticas culturais. O próprio catolicismo manifestado pelos devotos se apresenta através de um pluralismo cultural, comportamento comum nas festividades religiosas baianas. Um exemplo está na procissão da padroeira, momento considerado o êxtase da festa. Nesse contexto, o trabalho busca compreender como a festa de Nossa Senhora do Amparo está inserida no fluxo cultural da diáspora africana, identificando os pontos de diálogos com outras festividades populares religiosas. Caberá ainda caracterizar as práticas que constroem a identidade dos festejos a padroeira de Valença-BA. Para alcançar esses objetivos, o estudo utiliza fontes iconográficas, documentais, textuais e fontes orais.

Palavras-chave: Diáspora africana; padroeira; Valença; Nossa Senhora do Amparo.

Introdução

Apesar de a diáspora negra ter sido um resultado traumático da opressão colonial e da escravidão no Atlântico, ela também gerou diálogos culturais ricos e complexos que

transcendem as fronteiras geográficas. Neste sentido, Gilroy (2001) conceitua tais diálogos como Fluxo Cultural da Diáspora Africana, rompendo com a ideia de uma cultura territorial oclusa, mas sim desterritorializada. Assim, o autor entende que as relações estabelecidas em decorrência da diáspora favorecem a formação de um circuito comunicativo que permite às populações dispersas interagirem e efetuarem trocas culturais.

Dessa maneira, o Fluxo Cultural da Diáspora Africana é caracterizado pela circulação constante de ideias, práticas culturais, músicas, estilos e outras expressões artísticas entre diferentes regiões geográficas. Isso resultou em uma interseção única de influências culturais que não podem ser atribuídas a uma única origem, mas sim a um processo contínuo de trocas culturais. Neste sentido Gilroy (2001) também destaca a resistência como uma característica fundamental desse fluxo cultural. As comunidades negras diaspóricas muitas vezes responderam à opressão por meio da criação de formas culturais híbridas, que incorporam elementos de suas tradições africanas de origem, ao mesmo tempo em que interagem com outras práticas culturais, como a do catolicismo.

Nessa perspectiva, uns dos resultados dessas trocas culturais diaspóricas podem ser vistos nas festas populares religiosas na Bahia. Ao estudarmos as culturas populares por meio das festas, tradições, ritos e celebrações, notamos que essas práticas refletem a identidade sociocultural de um povo. Essa identidade surge da interação de várias expressões culturais que se entrelaçam em um único ambiente, enriquecendo a experiência intercultural dos sujeitos. As manifestações das religiosidades populares não apenas refletem os costumes, mas também encontraram uma janela para a compreensão da cosmovisão de um povo em seu contexto histórico. Para Ribeiro (2019, p.6) “Considerando o simbolismo das festas é fundamental perceber como as mesmas movimentam ou recuperam memória de grupos ou instituições, mediante as danças, a música, ritmos e aspectos cênicos.”. As festas nesse sentido configuram-se como um espaço polissêmico, onde os modos de festejar estão imbuídos a um contexto histórico, onde os sujeitos estão em uma constante interação cheia de significados e (re)significações dentro de uma relação de poder. No bojo desta reflexão, Silva (2020) ressalta que:

[...] enquanto festejam, os cidadãos não rompem definitivamente com as estruturas sociais, o que percebo é um momento de suspensão nas regras que regem o uso e a territorialização do espaço público. Quando vão à rua festejar, os sujeitos levam consigo as tensões e percepções dessa sociedade. (p.12)

Dessa maneira, assim como outras festividades, as festas populares religiosas têm se tornado cada vez mais objeto de pesquisa através de pesquisadores da área de Ciências Humanas. A reflexão em torno das religiosidades no espaço da festa só foi possível graças a Nova História Cultural. A partir dos novos paradigmas, entre eles os de prática e representação, foi possível pensar [...] a história das práticas religiosas e não da teologia[...]" (BURKE, 2005, p 78).

Referente as práticas religiosas presentes nas festividades, a diáspora africana no Brasil trouxe consigo uma rica herança cultural, incluindo suas tradições religiosas. Uma das expressões mais notáveis dessa herança é encontrada nas festas religiosas afro-brasileiras, onde elementos das religiões tradicionais africanas interagem com práticas cristãs e indígenas, resultando em celebrações únicas e distintas. As festas religiosas afro-brasileiras são marcadas por uma variedade de rituais, danças, música e comida, que representam um hibridismo de diferentes tradições culturais. Entre as religiões afro-brasileiras mais proeminentes está o Candomblé.

Nessa perspectiva, os povos negros aproveitavam as festividades religiosas católicas para imprimir traços de suas culturas de matrizes africanas. Assim, para Dei Priore (2000, p. 29) "Eles transformam as comemorações religiosas em oportunidade para recriar seus mitos, sua musicalidade, sua dança, sua maneira de vestir-se e aí reproduzir suas hierarquias tribais, aristocráticas e religiosas". Contudo vale ressaltar que essa interação de práticas culturais afro-brasileiras em festividades católicas nem sempre se apresentou de forma harmoniosa, mas sim como um espaço de conflitos. Neste sentido, Couto (2004) reitera que:

É certo que a Igreja, mesmo sem o querer ou saber, propiciou a continuidade dos rituais africanos. Mas é preciso não esquecer as perseguições empreendidas pelas autoridades eclesiásticas e civis, na tentativa de extinguir qualquer outra religião do território português nas Américas. (COUTO, 2004, p. 54)

Apesar das tensões e conflitos mediante as interações das práticas religiosas do catolicismo europeu com as práticas culturais afro-brasileiras, a autora ainda afirma que:

A maior expressão da devoção na Bahia era a realização dos festejos em homenagem a um determinado santo, que incluíam novenas, procissões, foguetórios, banquetes e bailes populares. Afinal, as festividades não eram exercícios públicos de piedade, mas uma ocasião propícia aos divertimentos e à interligação entre o sagrado e o profano. (COUTO, 2004, p.65)

Assim, as festividades religiosas na Bahia não apenas preservam as tradições culturais africanas, mas também desempenham um papel importante na preservação da identidade e da coesão social das comunidades afro-brasileiras. Elas são um testemunho

da resistência e resiliência das culturas africanas no Brasil e da maneira como elas se entrelaçaram com outras práticas e crenças ao longo dos séculos. Um exemplo dessas experiências interculturais está na festa de Nossa Senhora do Amparo na cidade de Valença, no Baixo Sul da Bahia. Desde 2018, a festa é considerada Patrimônio Cultural Imaterial do município.

A Festa do Amparo e suas experiências diaspóricas

A festa de Nossa Senhora do Amparo se tornou a maior festividade da região devido à sua popularidade e ao engajamento da população local ao longo dos anos. Com o tempo, os festejos foi ganhando destaque e atraindo cada vez mais participantes, o que a tornou uma referência cultural importante na cidade. Com isso, ao longo dos anos a Festa do Amparo, como popularmente é conhecida, passou por diversas (re)configurações.

Essas mudanças e incorporações de práticas culturais podem ter contribuído para a continuidade do interesse e da participação da população na festa ao longo dos anos. É comum que celebrações com grande tradição histórica e cultural se adaptem para permanecerem relevantes em tempos diferentes, preservando suas raízes ao mesmo tempo em que se abrem para novas influências e expressões culturais.

As (re)configurações ocorridas nos festejos de Nossa Senhora do Amparo revelam que, ao contrário da concepção anteriormente defendida por muitos pesquisadores, que consideravam a festa como uma prática imutável ao longo do tempo, a festa é, na verdade, um evento histórico em constante evolução e interação. Este processo abarca transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que moldam o contexto histórico ao qual a celebração está inserida. Sobre essa discussão, Vovelle (1991) reitera que:

[...] assim como não há uma História imóvel, também não há uma festa imóvel. A festa na longa duração, assim como a podemos analisar através dos séculos, não é uma estrutura fixa, mas um continuum de mutações, de transições, de inclusão com uma das mãos e afastamentos com a outra[...] (p. 251).

Dessa forma, ao longo dos anos a Festa do Amparo incorporou valores culturais, tradições e normas da época, proporcionando uma lente única para entender a dinâmica social de Valença, a partir dos modos dos sujeitos de festejar a padroeira da cidade.

A devoção a Nossa Senhora do Amparo, quase trisecular na região, é mais antiga que a própria oficialização de Valença enquanto cidade⁵¹. Ela acompanhou todo o desenvolvimento da região desde a segunda metade do século XVIII. A igreja dedicada a santa, situada em um dos pontos mais altos da cidade, foi construída por volta de 1750 e sua primeira edificação foi coordenada pelo Frei Bernardino de Milão. Nesse período a região era chamada de “Terras do Una” e posteriormente com desenvolvimento populacional ao redor da capela, passando a se chamar “Povoado do Amparo”. (OLIVEIRA, 2009).

Ao longo dos anos, a santa foi conquistando um considerável número de devotos, sobretudo de classes populares. Quando a região é elevada à categoria de Vila em 1799, passando a se chamar Vila do Santíssimo Coração de Jesus, a elite local afim de instalar uma freguesia, mandou construir uma Igreja Matriz ao Sagrado Coração de Jesus, intitulado-o como padroeiro. O próprio título de “Matriz” apresentou-se como uma negação da primeira igreja da localidade que já tinham seus festejos e manifestações devocionais em atividade. Essa cisão por parte das elites fez concentrar os devotos pertencentes as classes populares, onde em sua maioria era composta por pessoas negras, para a Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Na visão de Bastide (1971), havia nessa época no Brasil o funcionamento de dois catolicismos: um praticado pelos portugueses dentro das igrejas e outros praticados pelas classes populares nas pequenas capelas, adros e ruas.

A concentração das classes populares na igreja de Nossa Senhora do Amparo proporcionou a prática de uma religiosidade que Reis (1991) chama de “catolicismo barroco”. Segundo ele, neste catolicismo as classes populares expressavam suas religiosidades através de procissões alegóricas, músicas, danças, máscaras e fogos de artifícios. Estes espaços de exercícios do catolicismo barroco foi um terreno fértil para a inserção de elementos do fluxo cultural diáspora africana nos festejos a Nossa Senhora do Amparo e que mais tarde foram apropriados como tradições da festa.

A tradição aqui caracterizada a partir das perspectivas de Hobsbawm (1997), que a entende como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade, em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. (p. 10)

⁵¹ Valença só veio a receber o foro de cidade no ano de 1849.

Dentre as tradições diaspóricas que permeiam a festividade de Nossa Senhora do Amparo, destaca-se a lavagem da igreja. A lavagem do Amparo configura-se como um ambiente propício para a manifestação das práticas culturais diaspóricas durante a festa. Além do tradicional cortejo do povo de santo em direção à colina sagrada da igreja do Amparo, outras experiências culturais diaspóricas enriquecem o cenário festivo, como o Zambiapunga e a rica musicalidade que permeia o festejo.

As práticas das lavagens, especialmente aquelas relacionadas a festas religiosas, têm raízes profundas nas tradições culturais afro-brasileiras, com influências do candomblé e de outras religiões de matriz africana. O ato de lavar possui uma conexão direta com rituais de purificação presentes nas religiões africanas, especialmente no candomblé, onde a água é frequentemente usada como um meio de limpeza espiritual. A lavagem simboliza a purificação do corpo e do espírito, além de ser um ato de devoção aos orixás e entidades espirituais.

Ao longo dos anos, essas tradições foram sendo adaptadas e incorporadas às festividades católicas, como a Lavagem do Bonfim de Salvador, que é uma das mais emblemáticas na Bahia. Contudo, antes das lavagens encorparem conotações religiosas afro-brasileiras, segundo Nunes Neto (2014) as lavagens eram praticadas porromeiros de fiéis para preparação do templo religioso para as festividades. Foi o caso das limpezas da igreja de Nossa Senhora do Amparo realizadas pelos operários da fábrica têxtil Companhia Valença Industrial (CVI) desde quando a santa foi apropriada como padroeira da referida fábrica na segunda metade do século XIX.

As lavagens não apenas preservam elementos das religiões de matrizes africanas, mas também são expressões vivas da rica herança cultural afro-brasileira. É importante destacar que, embora as práticas das lavagens tenham suas raízes nas tradições africanas, elas se transformaram ao longo do tempo, incorporando elementos locais e regionais, e se tornando manifestações únicas da cultura baiana. No Baixo Sul da Bahia a lavagem é um ato tradicional nas festas religiosas da região, como, por exemplo, a Lavagem de São Brás na cidade de Taperoá e a Lavagem de Santo André na cidade de Ituberá.

A Lavagem do Amparo, enquanto evento, foi incorporada pelo poder público nos festejos de Nossa Senhora do Amparo por volta da década de 1970. Nesse período, as práticas religiosas afro-brasileiras passaram a desempenhar um papel significativo na festa, notadamente por meio dos cortejos protagonizados pelas baianas. Com o passar dos

anos, Oxum⁵² passou a ser cultuada na Igreja de Nossa Senhora do Amparo “no mesmo espaço, conjuntamente, de forma associada, sem, contudo, vierem a constituir uma única entidade.” (COUTO, 2010, p.161). Para Gilroy (2001), esse diálogo cultural não deve ser interpretado como perda de pureza, e sim como um princípio de crescimento.

De modo similar a Lavagem do Bonfim e de outras festividades religiosas da região, o ato religioso é marcado por um cortejo composto por devotos e devotas, assim como adeptos das religiões de matrizes africanas. Neste percurso, estes sobem a colina portando quartinhas, flores, alfazemas, águas de cheiro e vassouras, para purificar as escadarias e perfumar o adro da igreja. Desde a década de 1970, a Lavagem do Amparo se tornou uma tradição que se repete no último domingo de outubro, sempre antecedendo o início do novenário da festa.

Por sua vez, a Lavagem do Amparo serviu como ponto de partida para a inserção e fortalecimentos de práticas culturais diásporas, as quais constituíram os aspectos identitários da festa. A identidade aqui é entendida a partir da perspectiva de Hall (2006), o qual reitera que:

O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (p.11-12)

Neste sentido, posso afirmar que a formação da identidade sociocultural de Valença pode ser compreendida a partir da festejos a padroeira. Neste espaço de sociabilidade hibridado, as práticas que constitui a identidade se agruparam na festa. Assim, a noção de identidade pode ser entendida como um conjunto de práticas que são adquiridas a partir da iteração externa com outras identidades. Um exemplo é a participação do Zambiapunga nos festejos.

O Zambiapunga⁵³ é uma expressão cultural do Baixo Sul da Bahia caracterizada por um desfile de indivíduos mascarados, vestidos com trajes coloridos confeccionados a partir de retalhos de tecido e papel de seda. Esta celebração ocorre nas ruas na madrugada do 1º de novembro, véspera do Dia de Finados. Durante o desfile, os

⁵² A relação de Oxum com Nossa Senhora do Amparo aqui ocorre por dois aspectos centrais: primeiro pelo signo da maternidade que ambas carregam; e segundo pela relação com elementos dourados, pois Oxum é a orixá da prosperidade e do ouro por ser vaidosa, e Nossa Senhora do Amparo por sua iconografia barroca do século XVIII carregar douramentos, sobretudo suas coroas em ouro maciço.

⁵³ Desde 2018, o Zambiapunga é considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia.

participantes dançam e despertam a comunidade com uma trilha sonora composta por enxadas transformadas em instrumentos, tambores, cuícas (tambor em forma de barril) e búzios. Estes últimos eram ferramentas utilizadas pelos escravizados em suas atividades diárias nas lavouras, bem como pelos remanescentes de quilombos que ainda existem nesta até os dias atuais. (SECULT-BA, 2016).

Essa expressão popular está intimamente relacionada a elementos culturais e religiosos provenientes do continente africano, mais especificamente dos povos que falam a língua Banto. O termo provavelmente teve origem em *Zamiapombo*, o deus supremo dos candomblés em alguns países africanos, como Angola e Congo. (CARVALHO, 2020). *Zambi* ou *Nzambi-a-Mpungu* é o deus supremo dos povos bantos do Baixo Congo.

A Lavagem do Amparo passou a possibilitar também a difusão da musicalidade diaspórica na festa. Na perspectiva de Gilroy (2001), a música desempenha um papel crucial no "Atlântico Negro" como uma forma de expressão cultural que transcende fronteiras geográficas e políticas. Ela desenvolveu e evoluiu em diferentes partes do mundo, conectando as experiências da diáspora africana. Ao incorporar a música no contexto do fluxo cultural da diáspora africana, o autor destaca como essas formas de expressão artística não apenas refletem as experiências das comunidades negras, mas também desafiam e redefinem as fronteiras culturais e identidades étnicas.

Na Festa do Amparo, diversos ritmos, como o samba, o pagode baiano, a seresta e o arrocha, caracterizam a musicalidade da festa de Nossa Senhora do Amparo. Pelo menos, desde a década de 1990 uma notável evolução ocorreu na festa com a incorporação de blocos conduzidos por trios elétricos no dia da lavagem da igreja.

Nesse contexto, destaca-se o Movimento Popular da Vila Operária, um dos blocos mais antigos e com o maior número de edições na festividade. O bloco acentuou novos modos de festejar a padroeira, tornando-se tradição da festa. No bloco, variações do samba, como o samba de viola, samba de caboclo e samba *groovado*⁵⁴ — este último representando samba urbano das periferias de Salvador — embalam a festa da padroeira.

Além disso, a musicalidade diaspórica permeia todo o novenário da festa. Ao longo das novenas, a ladeira que conduz à igreja se transforma em um cenário festivo, repleto de barracas oferecendo uma variedade de bebidas, alimentos, jogos e artigos diversos. Esta configuração é característica de muitas festividades religiosas baianas, sendo caracterizada muitas vezes como a “festa de largo.” Para Serra (2009, p. 71-72):

⁵⁴ Essa variação do Samba é chamada de “Groovado” por utilizar os padrões rítmicos do Pagode Baiano em sua melodia.

Uma festa de largo compreende sempre um rito, ou um conjunto de ritos sacros, cujo foco espacial é um templo: eles têm lugar no interior de uma igreja, e/ou para ela se voltam. Mas as cerimônias sagradas centradas no templo não constituem a totalidade da festa desse tipo. Ela inclui ainda a realização de outros desempenhos, que têm lugar nas imediações do templo – geralmente num largo, como indica sua denominação.

Muitas barracas na Festa do Amparo buscam oferecer uma experiência musical aos seus clientes, seja por meio da reprodução de álbuns selecionados ou através de apresentações ao vivo de artistas locais. Nessas vivências, ritmos como arrocha e serestas emergem como protagonistas das noites festivas. O pagode baiano, por sua vez, frequentemente se manifesta através dos recursos sonoros pessoais dos frequentadores do espaço, proporcionando uma atmosfera animada e autêntica das festas baianas.

As experiências diaspóricas previamente mencionadas desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento e na expansão da festa de Nossa Senhora do Amparo em Valença. A apropriação por diferentes segmentos da sociedade valenciana intensificou a relevância sociocultural, política e econômica do evento para a cidade e sua região circunvizinha. Ao longo dos anos, a veneração à santa cresceu, adquirindo uma representatividade significativa entre os devotos e difundindo-se de diversas maneiras pela cidade. Esses elementos foram determinantes para o reconhecimento oficial de Nossa Senhora do Amparo como a padroeira da cidade, culminando na designação do dia 8 de novembro, dia dedicado a santa, como feriado municipal.

O dia da padroeira é o momento de total êxtase na cidade de Valença⁵⁵. Especialmente durante este dia dedicado à Nossa Senhora do Amparo, vivencia-se significados que transcendem as palavras e só podem ser plenamente apreendidos durante os festejos. Uma efervescência toma conta da colina sagrada e das ruas da cidade ao longo de todo o dia.

O dia 8 de novembro, assim como todo o período festivo, desempenha um papel crucial como um catalisador de sociabilidade e um reforço da identidade cultural existente em Valença. A cidade inteira se entrega à alegria compartilhada, unindo-se em devoção e festa. A festividade não apenas reverencia a padroeira, mas também se torna um vínculo essencial que fortalece os laços entre os valencianos e matem viva uma tradição secular da cidade.

⁵⁵ O referido êxtase da festa se concentra sobretudo na grande procissão que ocorre neste dia. A procissão percorre um trajeto tradicional levando uma multidão as ruas de Valença. Os moradores das ruas do trajeto se mobilizam para ornamentar as fachadas de suas residências, recepcionando a imagem de Nossa Senhora do Amparo com confetes, alfazemas, pétalas de rosas e fogos de artifícios.

Considerações finais

O presente trabalho buscou apresentar uma discussão preliminar sobre algumas práticas culturais que proporciona a experiência cultural da diáspora africana dentro da festa de Nossa Senhora do Amparo, na cidade de Valença-BA. A discussão aqui apresentada faz parte de uma temática que integra minha pesquisa de mestrado, cujo objetivo é analisar a interculturalidade da referida festa, percebendo como os modos de festejar a padroeira da cidade estão ligadas as relações étnico-raciais presentes nos festejos.

Valença, como muitas outras cidades, sobretudo as do Estado da Bahia, carrega consigo as marcas profundas da diáspora africana, que desempenhou um papel crucial na formação da identidade cultural do país. A festa de Nossa Senhora do Amparo se torna, assim, espaço rico para explorar como essas raízes se entrelaçam com as festividades religiosas e como a cultura afro-brasileira se manifesta nesse contexto específico. Dessa maneira, a festa não é apenas um evento religioso, mas é um testemunho vivo da complexa teia de práticas culturais que emergem da diáspora africana. Elementos como danças, músicas e rituais têm uma ressonância que vai além do religioso, permeando o tecido social e cultural da cidade de Valença e região do Baixo Sul baiano.

A interculturalidade na festa de Nossa Senhora do Amparo revela-se em várias camadas. Diferentes grupos étnico-raciais convergem para participar da festividade, trazendo consigo suas próprias tradições e, assim, contribuindo para a riqueza dessa experiência compartilhada. O hibridismo presente nas práticas culturais reflete não apenas a devoção religiosa, mas também a interação, conflituosa ou não, de diversas influências culturais.

Esta discussão preliminar abre as portas para uma pesquisa mais aprofundada. A festa de Nossa Senhora do Amparo não é apenas um evento, mas um palco dinâmico onde as narrativas da diáspora africana se entrelaçam com a identidade local. À medida que avançamos nesta investigação, a expectativa é descobrir nuances ainda não exploradas, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente da interculturalidade nesta expressão única de fé e tradição em Valença-BA.

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil** – São Paulo: Pioneira, 1971.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, Cristina Astolfi. **Caretas e zambiapungas: a influência centro-africana na cultura do Baixo Sul (BA) e a história da região**. 2020. 261p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860 – 1940)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista. Assis, SP:UNESP, 2004. 215 p: il.
- COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas: Homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)** – Salvador: ADUFBA, 2010.
- DEI PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, E. **Introdução: a invenção das tradições**. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.
- NUNES NETO, Francisco Antonio. **A invenção de uma tradição**. A Festa do Senhor do Bonfim em jornais baianos. 321 fl. 2014. Salvador: Instituto de Humanidades, Artes e Ciência Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: Dos Primórdios da Contemporaneidade**. Valença-BA: Editora Face, 2009. 2ª ed.
- RIBEIRO, André L. R. **Festas das águas, memórias no papel: as manifestações afro-soteropolitanas e a imprensa, 1930-1940**. ANPUH-BRASIL – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.
- SERRA, Ordep José Trindade. **Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009. 2. ed.,188 p
- SILVA, Miranice Moreira da. **Os sons da cidade: territorialidades e sociabilidades nos circuitos da micareta de Feira de Santana (1939-1985)**. Tese (doutorado)—Universidade

de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1991.

SECULT-BA. **Zambiapunga festeja o Dia de Finados com manifestação cultural de mascarados**. Secult-BA – Secretaria de Cultura, 2016. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2016/08/12154/Zambiapunga-festeja-o-Dia-de-Finados-com-manifestacao-cultural-de-mascarados.html>. Acesso em: 24 de nov. de 2023.

FUMICULTURA E TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA FUMAGEIRA E O IMPACTO DO FECHAMENTO DA EMPRESA AGRO COMERCIAL NA SOCIEDADE E NA ECONOMIA CRUZ-ALMENSE

Adnaelle de Jesus da Cruz
Graduanda em História (UNEB)
naelle234@gmail.com

Resumo

O início do cultivo de fumo na cidade de Cruz das Almas é datado do final do século XIX, e tem como marco principal a chegada do grupo Suerdieck no Recôncavo Baiano. No decorrer do tempo, a fumicultura foi apresentando um crescimento contínuo, intercalado com períodos de refluxo na produção. Em decorrência dessa ascensão, foram construídas empresas que passaram a atuar nesse segmento, como a Suerdieck & CIA responsável pela produção de charutos e cigarrilhas, armazéns de beneficiamento e comercialização do fumo e a empresa Agro Comercial Fumageira Ltda, subsidiária da Suerdieck, dedicada ao cultivo, em grande escala, de fumo, em específico a espécie Sumatra originária da Indonésia. O fumo cultivado na Agro era produzido para atender à demanda de matéria-prima, exclusivamente da Suerdieck para o fabrico dos produtos feitos por esta, mas também para a exportação. O fumo, então, passou a ser um dos principais produtos da economia cruz-almense e a cultura fumageira a principal fonte de emprego e renda na cidade. Muitos dos trabalhadores contratados pelas empresas já trabalhavam anteriormente na agricultura familiar, sendo convertidos ao trabalho assalariado. A Agro chegou a contratar por volta de dois mil trabalhadores nos campos de cultivo de fumo de sua propriedade, podendo aumentar esse quantitativo nos períodos de maior produção. A Suerdieck também possuía uma grande quantidade de operários em sua fábrica. Portanto, diversos trabalhadores encontravam nessas empresas os meios de subsistência necessários para sua família. Contudo, em 1995 houve um grave problema nos fumos cultivados pela Agro, seguida do fechamento da fábrica, levando à perda da safra daquele ano. Em decorrência desse acontecimento e de problemas administrativos, no contexto de uma ascendente campanha antitabagismo, foi decretada a falência da empresa, resultando na dispensa de centenas de trabalhadores. Os postos de trabalho, tanto no cultivo do fumo quanto na produção de charutos e cigarrilhas, eram ocupados, sobretudo, por mulheres. Esse estudo pretende analisar a importância da cultura fumageira e o impacto socioeconômico do fechamento das respectivas empresas na cidade de Cruz das Almas, entre as décadas de 1990 e 2010.

Palavras-chave: fumo; Agro Comercial Fumageira Ltda; trabalho.

Do apogeu ao declínio

O presente texto é dividido em três tópicos importantes, o primeiro intitulado “A ascensão da economia fumageira no Recôncavo”, que visa compreender o

desenvolvimento da cultura fumageira no Recôncavo Baiano. O segundo é titulado “A tradição fumageira no Recôncavo”, que trata das tradições agrícolas das cidades do Recôncavo, principalmente o tabaco. O terceiro é intitulado, “A implantação da Suerdieck e da Agro Comercial Fumageira na cidade de Cruz das Almas e sua influência na produção de tabaco”, onde é tratada a construção histórica da atividade fumageira no município de Cruz das Almas.

A ascensão da economia fumageira no Recôncavo

A tradição da cultura do fumo na cidade de Cruz das Almas, no Recôncavo baiano, teve impulso a partir de 1888. Um ano após a emancipação política da cidade, com a chegada do empresário alemão August Suerdieck ao Recôncavo houve um aumento significativo na produção e no comércio de fumo, com implicações nas práticas de trabalho, em vista da contratação de inúmeras pessoas para o trabalho no cultivo, beneficiamento e manufatura do produto.

Alino Mata Santana (1997) contribui para uma percepção da importância da produção de fumo em Cruz das Almas e nas regiões produtoras no período de um século, entre 1897 e 1997. O autor destaca dados sobre a produção de fumo na principal fábrica que atuou na cidade naquele período, a Suerdieck, fundada em 1935. Durante o período de funcionamento, a empresa apresentou um grande poder empregatício. Segundo o autor, em 1985, no final do período analisado, mais de 500 trabalhadores foram contratados para a produção de charutos e cigarrilhas. Vale salientar que a empresa não estava sediada apenas na cidade estudada, mas também na vizinha Maragogipe e em Cachoeira.

Em 1950 foi criada na cidade a empresa Agro Comercial Fumageira, uma subsidiária da Suerdieck, com o objetivo de expandir o cultivo do fumo na cidade, a principal matéria-prima para a produção dos charutos e cigarrilhas. Segundo Santana, essa empresa empregou mais dois mil trabalhadores em 1995, número que podia apresentar oscilações em períodos de maior ou menor produção e em virtude da sazonalidade. Nesse período, a estimativa de produção anual da fumicultura, apontada pelo autor, seria de 500 toneladas por ano, quando boa parte da produção era exportada para países como Bélgica, Holanda, Estados Unidos, entre outros.

Esses dados dão uma dimensão da importância econômica e social das empresas envolvidas na produção de fumo no Recôncavo baiano, sobretudo com a geração de empregos e renda para a população local. Contudo, esse quadro foi mudado a partir do

fechamento da Agro Comercial Fumageira em 1996 e da falência da fábrica de charutos Suerdieck em 1999, o que ocasionou a diminuição da produção de cigarros e a consequente redução dos vínculos empregatícios.

Os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apontam uma grande diminuição na produção de fumo em Cruz das Almas, após o fechamento da fábrica. Em 2006, foram produzidas 2.178 toneladas de fumo em 1815 hectares de área plantada, ao passo que, em 2010 a produção caiu para 1.316 toneladas em 1.100 hectares de área plantada. Esses dados apontam uma redução expressiva da produção de fumo, o que consequentemente implicou a diminuição do número de trabalhadores empregados.

Um dos principais motivos que explica o fechamento da fábrica de charutos Suerdieck foi a crise econômica vivenciada pelo setor fumageiro nas últimas décadas do século XX, que levou ao fechamento de sua matriz situada na cidade de Maragogipe, em 1992. Isso provocou uma redução na demanda pela matéria prima utilizada na produção do charuto e cigarrilhas, o fumo, atingindo a produção da Agro Comercial Fumageira uma empresa agrícola subsidiária do grupo Suerdieck, que empregava um grande número de trabalhadores, em 1996. Para analisar esse processo, a primeira parte do texto discorre sobre a formação da economia fumageira na cidade de Cruz das Almas, buscando entender a construção socioeconômica do território em questão. Aborda a implantação da Suerdieck no Recôncavo Baiano e sua subsidiária que, atuando na referida cidade, contribuíram para os desdobramentos subsequentes dos aspectos econômicos e sociais.

Em seguida, aborda os possíveis efeitos, ao nível local, da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, produzida no início dos anos dois mil com o objetivo de regulamentar o consumo do tabaco, com a redução do hábito de fumar da população mundial. Também analisa o perfil dos trabalhadores empregados no cultivo do fumo, as relações trabalhistas e os processos realizados na empresa Agro Comercial Fumageira.

Por fim, analisa as consequências socioeconômicas da diminuição da produção de fumo, sobretudo entre os trabalhadores. A primeira questão a ser analisada é como as demissões, tanto na fábrica Suerdieck quanto nos campos produtores de fumo, afetaram os trabalhadores e a economia da cidade, considerando ser o fumo uma das principais fontes de renda da localidade. Quais as origens desses trabalhadores? Como se caracterizavam os vínculos empregatícios? Qual a importância da cultura fumageira na vida eles? Quais as consequências da crise na economia fumageira em suas vidas?

A tradição fumageira no Recôncavo

O Recôncavo baiano é uma região localizada em torno da Baía de Todos-os-Santos, que abrange não só a região litorânea, mas também uma faixa do interior do Estado entre o litoral e o semi-árido, que foi desenvolvida a partir de uma economia baseada na agricultura. Segundo Milton Santos (1998), o Recôncavo possui cerca de 28 municípios, subdivididos em regiões com atividades econômicas diferentes que se interligam pela sua capital Salvador. O autor considera a região como um espaço diversificado, disposto em sub-regiões especializadas em determinadas atividades: o Recôncavo canavieiro, o fumageiro, o mandiogueiro, o da cerâmica, além de áreas que dispunham de atividades econômicas diferentes, integradas pela cidade de Salvador.

A região constitui um território onde as diversas culturas agrícolas, como a mandioca, a cana de açúcar, o fumo, a laranja, o limão, o aipim, dentre outros tipos de lavouras se sobressaem juntamente com a pecuária que se expande a partir da segunda metade do século. A cidade de Cruz das Almas, situada no Recôncavo, tem sua formação econômica marcada pelo cultivo de diversas culturas agrícolas e principalmente o fumo.

Nos períodos colonial e imperial, a plantação de fumo era considerada uma cultura secundária, segundo os estudos de Barickman. O açúcar era o principal produto de exportação do território baiano, seguido do fumo, da mandioca e uma pouca quantidade de café. No período republicano, à medida que a economia açucareira entrava em declínio, os produtos agrícolas que continuaram em desenvolvimento no Recôncavo foram, sobretudo, o fumo, a mandioca e as frutas cítricas, principalmente na cidade de Cruz das Almas.

A produção da mandioca e do fumo no Recôncavo concentrava-se nas periferias das áreas açucareiras. Sobretudo na microrregião do Recôncavo Sul, desenvolveu-se a mandioca, que a partir de seus derivados, principalmente a farinha, viria a ser uma fonte de alimentos e de subsistência para a população local desde o período colonial. Segundo Barickman, “[...] a mandioca, para o fabrico da farinha, era de longe a lavoura de subsistência mais amplamente cultivada no Recôncavo, e a farinha era um componente indispensável do regime alimentar baiano [...]” (BARICKMAN, 2003, p.89).

O século XX na Bahia foi marcado pela agricultura de subsistência e a produção de poucos gêneros de exportação. Segundo Santos (1959), essa última teve um papel fundamental na economia baiana, que associando o Recôncavo com o comércio portuário de Salvador, permitiu a constituição de áreas urbanas e das cidades do Recôncavo. Na segunda metade do século XX, o advento da indústria petroleira deu novo impulso

econômico à região, mas seus efeitos não se fizeram sentir de forma homogênea em toda a região, o Recôncavo Sul manteve uma posição relativamente marginal nesse processo. Para Santos (1959), o comércio com Salvador mudou o desenvolvimento de diversas cidades do Recôncavo. Esse comércio vai se destacar, inicialmente, nas cidades que tinham acesso aos rios que cortam o Estado dentre eles o rio Paraguaçu, o Jaguaripe e o Subaé, que dão acesso à Baía de Todos os Santos, possibilitando certa proximidade com a capital baiana.

No decorrer do século XX, as cidades que estiveram interligadas aos principais meios de locomoção de mercadorias, o fluvial e o ferroviário, se destacaram como interpostos comerciais entre a região e a capital do Estado. Na segunda metade daquele século as cidades que integraram a nova rota comercial, proporcionada pelo transporte rodoviário, ganharam destaque, ao passo que outras, a exemplo de Nazaré, Maragogipe e Cacheira, foram duramente impactadas com o declínio do circuito ferroviário-fluvial. Segundo Santos (1959), após a construção das rodovias que ligam as cidades do Recôncavo à capital, algumas cidades que ocupavam notoriedade na produção e comercialização de algum gênero importante se destacaram. Dada a sua localização geográfica privilegiada, Cruz das Almas foi beneficiada por estar integrada a essa nova rota de transporte e se especializar na produção e comercialização de gêneros agrícolas, especialmente o fumo que movimentava toda uma rede de atividades: o cultivo, o tratamento das folhas, o comércio e a manufatura. Diante desse aspecto, Cruz das Almas passa a ter grande importância no comércio com Salvador.

As atividades econômicas comerciais da cidade de Cruz das Almas se mantiveram alinhadas à produção agrícola, onde a área rural do município era de extrema importância. O fumo teve sua produção pautada no fabrico local de charutos e cigarrilhas, além de ser um importante produto de exportação, sendo posteriormente alcançado pela produção de mandioca, que viria a ser uma atividade crescente na cidade. Dados do IBGE mostram uma grande vantagem da mandioca sobre o fumo, onde em 2004 a primeira produziu cerca de 35.084 toneladas em 2.506 hectares de área plantada, enquanto o fumo veio a produzir 1484 toneladas em 1645 hectares.

Juntamente com o fumo, outras culturas tiveram papel importante na economia cruz-almense, como a farinha da mandioca e a citricultura. Na Bahia, sobretudo, no Recôncavo Baiano essas culturas tiveram desenvolvimento contínuo no século XX, visto que, era também uma alternativa para os agricultores familiares que viriam a perder espaço na produção das folhas de fumo para empresas e proprietários com maior porte

para o plantio. Neste ponto, convêm ressaltar que as produções familiares, de pequeno porte, têm papel importante no desenvolvimento econômico dos municípios, a exemplo dos agricultores familiares que se dedicaram ao cultivo da mandioca e de citros em suas terras.

Segundo Pereira Filho (1980), inicialmente, a citricultura se desenvolveu em propriedades de terras com espaços inferiores aos 50 hectares. Para este autor, o Recôncavo Baiano, "veio a tornar-se a maior e mais importante zona cítrica do Estado" (p.13). Nesse contexto, Cruz das Almas se tornava um território propício ao desenvolvimento dos principais citros produzidos, a laranja e o limão. Em algumas épocas do ano, conforme a sazonalidade da produção fumageira, alguns desses trabalhadores familiares podiam ser recrutados pelos campos de cultivo de fumo, os armazéns de enfiamento e comercialização e as fábricas de charutos e cigarros.

A implantação da Suerdieck e da Agro Comercial Fumageira na cidade de Cruz das Almas e sua influência na produção de tabaco

De acordo com Ubaldo Marques Porto Filho (2011), o desenvolvimento da produção fumageira na cidade de Cruz das Almas⁵⁶ está diretamente relacionado com a implantação da fábrica Suerdieck na região. O município está localizado no Recôncavo baiano, em uma zona fumageira ativa desde os séculos XVIII e XIX.

A zona fumageira em questão pode ser dividida a partir do tipo de fumo plantado nas cidades do Recôncavo: o fumo Mata Fina, por exemplo, é considerado de melhor qualidade e era produzida nas cidades de São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Cachoeira, São Felix, Muritiba, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Sapeaçú,

⁵⁶ O município de Cruz das Almas foi criado através da Lei nº 119 de 29 de julho de 1897, desmembrando-se de São Félix. Diz à lenda que o nome Cruz das Almas faz referência aos antigos tropeiros que passavam pela região que ao chegarem à antiga vila de Nossa Senhora do Bonsucesso, eles encontravam no centro da vila uma cruz em frente à Igreja Matriz onde paravam e rezavam para as almas dos seus mortos.

Os primeiros povoadores do município procederam de São Félix e Cachoeira, no século XVIII, atraídos pela uberdade do solo. Sabe-se que dentre os principais pioneiros, se acham as tradicionais famílias Batista de Magalhães e Rocha Passos, brasileiros e descendentes de portugueses, ambas.

Os precursores estabeleceram plantação de cana-de-açúcar, fundaram engenhos e iniciaram a construção do arraial no grande planalto, à margem da estrada real que, partindo de São Felix se dirigia ao Rio de Contas e em seguida para Minas Gerais e Goiás.

O novo arraial pertencia à freguesia de São Félix. A capela existente foi elevada depois à freguesia com o nome de Nossa Senhora do Bonsucesso da Cruz das Almas, por Alvará Régio de 22 de janeiro de 1815. Até o fim do Império, pertencia à freguesia de Outeiro Redondo. Nove anos depois da proclamação da República, obteve independência.

Assim, o Arraial foi elevado à categoria de Vila e Município, ficando autônomo pela Lei Estadual nº 119, de 29 de julho de 1897.

Conceição do Almeida, São Felipe e Maragogipe. Enquanto o fumo Mata Sul era produzido em Castro Alves, Santa Terezinha, Elísio Medrado, Amargosa e Santo Antônio de Jesus. Já o fumo Mata Norte era produzido em meses diferentes que os demais tipos de fumos, além de não receber tanta chuva. Este tipo de fumo é produzido em Santo Amaro, Teodoro Sampaio, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Santo Estevão, e Alagoinhas. Todas essas cidades estão situadas no Recôncavo baiano e atuavam tanto na plantação de fumo como também no tratamento das folhas até a sua utilização como matéria prima na produção de cigarros, cigarrilhas e charutos.

A cidade de Cruz das Almas tem sua origem associada a uma região denominada Oiteiro Redondo, que fazia parte do município de São Felix. Situada a 153 km de distância da capital baiana Salvador, tornou-se um território produtor de fumo desde antes de sua emancipação política. Para Santana (1997), o ano de 1888 se configura como um marco inicial da produção de fumo na cidade de Cruz das Almas, tendo em vista a chegada do empresário alemão August Suerdieck, fundador da fábrica de cigarros Suerdieck, que trabalhava anteriormente em uma empresa de enfardamento de fumo, a F.H. Otens. Em 1897, o referido território foi desmembrado da cidade de São Felix, sendo então nomeado como Vila de Cruz das Almas. Assim sendo, ainda em seu processo de formação, e apesar de não ser um lugar de fácil acesso, considerando-se a dificuldade de locomoção no período, a então vila já iniciava a sua trajetória na produção de fumo.

Desde então, a produção de fumo no Recôncavo era crescente, o que motivou August Suerdieck, em 1921, a implantar uma fábrica de charutos na cidade de Maragogipe. Buscando se estabelecer no segmento fumageiro, Suerdieck procurou desenvolver a produção de charutos e cigarrilhas, escolhendo então a cidade vizinha a Cruz das Almas pela localização privilegiada, principalmente para o escoamento e venda da produção de charutos, pois tinha acesso direto ao rio Paraguaçu, que era um importante canal de ligação entre as cidades vizinhas e a Bahia de Todos os Santos que dá acesso à capital Salvador.

Assim, segundo Porto Filho (2011), a Suerdieck passou a concentrar a produção de charutos, mesmo com a concorrência de outras empresas que também atuavam no mesmo segmento, tais como, a Souza Cruz, a Dannemann, dentre outras. A cidade de Maragogipe então se destacou, pois possuía uma localização privilegiada para o transporte e disponibilidade de mão de obra, ou seja, pela infraestrutura que proporcionava à empresa que viria a se estabelecer dentro do seu meio social. Ao passo que, a cidade de Cruz das Almas não proporcionava inicialmente as mesmas condições

que a indústria fumageira necessitava no período. Nas palavras de Porto Filho, “Cruz das Almas não proporcionava nenhuma destas comodidades ou facilidades. Vila Nova, ainda sem foro de cidade, seu problema residia no posicionamento geográfico. Ficava um pouco distante do Rio Paraguaçu, a via de escoamento das riquezas do Recôncavo.” (FILHO, 2011, p.27).

Em Cruz das Almas, a produção de charutos só veio a se estabelecer em definitivo a partir de 1935. Antes disso, a cidade passou a ser responsável pelo cultivo direto do fumo, com o objetivo de abastecer a indústria de charutos, fornecendo a matéria prima básica utilizada na produção destes. O cultivo de fumo na cidade de Cruz das Almas foi constante desde a sua formação enquanto parte do município de São Felix, durante o processo de desmembramento e constituição enquanto vila e posteriormente cidade.

Santana (1997), em publicação sobre o centenário da cidade de Cruz das Almas, informa sobre a inauguração da filial da empresa Suerdieck na cidade. Conforme relata, no período inicial, após a inauguração, a fábrica de charutos contava com cerca de 50 empregados. Uma quantidade inferior à existente na sede da empresa situada na cidade de Maragogipe. Entretanto, posteriormente, com o desenvolvimento de campanhas publicitárias em favor da compra de charutos e o incentivo ao hábito de fumar na sociedade, houve a necessidade do aumento do contingente de trabalhadores.

Para Porto Filho (2011), a propaganda do uso de charutos era incentivada diretamente por indivíduos que ajudaram a povoar a cidade de Cruz das Almas, interessados em promover o desenvolvimento econômico e a cultura fumageira. A família Passos, considerada de grande importância e renome na cidade, além de ser responsável pela produção de fumo, elevou o nome da Suerdieck para o âmbito nacional, ao oferecer para o então Presidente da República Getúlio Vargas, nos anos trinta, os charutos da sua fábrica.



Foto 1: Imagem de Getúlio Vargas fumando um charuto da Suerdieck.

Fonte: Capa traseira do livro O valor do Tabaco para Cruz das Almas e Região.

Os Passos foram importantes na sociedade e na política local, a tal ponto que um deles, Lauro Passos foi eleito deputado federal pela Bahia em 1932, empossado em 1933. Lauro Passos e outros membros da família têm seus nomes memorizados em ruas e bairros da cidade, bem como, em colégios estaduais do município como forma de homenagear a importância destes para a cidade.

A família Passos, uma das pioneiras no povoamento de Cruz das Almas e no cultivo de fumo na região, para onde fora atraída pela uberdade do solo de um planalto com altitude média de 220 metros, encontra-se intimamente ligada à história da Suerdieck. (FILHO, p. 130)

Ao longo do século XX, com o desenvolvimento constante da propaganda a favor do hábito de fumar e o reconhecimento internacional dos charutos da Suerdieck, observou-se um expressivo desenvolvimento da indústria fumageira, quando a empresa, após inúmeras reformas na infraestrutura da fábrica, gradualmente elevou o número de empregados responsáveis pela produção do charuto. Assim, segundo Santana (1997), no ano de 1985 a fábrica contava com cerca de 500 funcionários.

No início do século XX, as plantações de fumo no Recôncavo Baiano eram realizadas especialmente em pequenas propriedades de terra. Mesmo com a participação de membros de famílias importantes na cidade, como a família Passos, a produção ainda era concentrada na agricultura familiar. Contudo, em 1950 foi fundada a Agro Comercial Fumageira, com o objetivo de fornecer a matéria prima para a produção de charutos na Suerdieck, o que evitava a aquisição das folhas de fumo provenientes de outros produtores. A nova empresa, uma subsidiária da Suerdieck, surgia para atender aos interesses da fábrica, passando a utilizar grandes quantidades de terra para o plantio de fumo.

Com a fundação da Agro Comercial Fumageira e o aumento da encomenda de cigarrilhas e charutos, houve também o aumento das oportunidades de emprego na cidade de Cruz das Almas, Maragogipe e Cachoeira. Segundo Santana (1997), sobretudo no ano de 1995, essa empresa passou a contratar mais de 2.000 trabalhadores para o cultivo de fumo.

Durante o período de atuação da Agro Fumageira encontram-se períodos de altas e baixas na situação econômica da empresa, alternando conforme o aumento e a queda da demanda e a sazonalidade do produto. O período é marcado também por intenso investimento na propaganda de charutos e por mudanças na gestão da empresa. Algo importante a se salientar desse contexto é o aumento da concorrência com outros empreendimentos da época, que viriam a disputar, lado a lado como a Suerdieck, a

produção e o comércio do tabaco. As principais empresas concorrentes do ramo fumageiro eram a Souza e Cruz e a Dannemman.

Em decorrência de problemas de gestão da empresa, redução de demanda, concorrência de outras empresas do ramo, além de uma questão de logística, pois Cruz das Almas está localizada nas margens da BR 101, principal via de circulação de mercadorias, enquanto Maragogipe ressentia-se da crise do transporte ferroviário, em 1991, houve a decisão pelo fechamento da sede da Suerdieck em Maragogipe, transferindo-a para Cruz das Almas. Em 1995, com a mais grave das crises no setor, deu-se o fechamento da Agro Comercial Fumageira, que se constituiria como um entrave para a sobrevivência da fábrica, que acabou fechada em 1999.

A importância da cultura fumageira e das empresas do grupo Suerdieck, é tão significativa para a cidade de Cruz das Almas, que sua memória está guardada em escritos de vários memorialistas citados nesse estudo, em monumentos e nomes de praças públicas, a exemplo da Praça Geraldo Suerdieck, onde também está situado um monumento que representa a importância do fumo na cidade.



Foto 2: Folha de fumo, monumento em homenagem a importância da cultura do fumo em Cruz das Almas.

Fonte: Elnatã Cruz



Foto 3 e 4: Discricionários da Praça Geraldo Suerdieck.

Fonte: Elnatã Cruz

Essa representação é compartilhada por diversas pessoas da cidade, a exemplo do comerciante e político local, Edson José Ribeiro que, com certo ufanismo, assinala que:

A cultura do fumo, não foi só para uma empresa, aquilo é o que simbolizou essa cultura, que é uma cultura que ajudou bastante no desenvolvimento social, no desenvolvimento é da nossa cidade em todos seus aspectos, por um período muito grande. [...] foi um período que a gente pode considerar um período ímpar, né? Porque nós não sabemos se uma outra cultura vai injetar tão cedo, só injetaria essa que eu tô te falando que é a indústria têxtil.⁵⁷

⁵⁷ RIBEIRO, Edson José, 60 anos de idade, administrador, comerciante, político mora no bairro Lauro Passos em Cruz das Almas Bahia, 2023.

REFERÊNCIAS

- BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano: Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 445 p., il.
- BATALHA, Cláudio H. M. A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990. **História**, São Paulo, n. 21, p. 73-87, 2002.
- CASTRO, Hebe. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Ciro Flammarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap.2.
- CAVALCANTE, Tânia Maria. O controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios. **Revista Psiquiatria Clínica**. 32 (5); 283-300, 2005.
- COELHO, Cecily Almeida. **A crise na agro-indústria fumaceira e os impactos na economia na região do Recôncavo baiano**. 1999. 94 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Ciências Econômicas (FCE-UFBA), 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12341/1/CECILY%20ALMEIDA%20COELHO.pdf>.
- COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana. *In*: BRANDÃO, Maria A. (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALBa; UFBA, 1998, pp. 101-183.
- CUNHA, Mário Pinto da. **História de Cruz das Almas**. Bahia, 1959. Salvador. Acervo da Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves.
- DEZEMONE, Marcus. **Impactos da Era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória**. Perseu: história, memória e política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, vol. 1, nº 1., 2007.
- FILHO, Carlos Augusto Pereira. **A Citricultura no Estado da Bahia: Uma Análise Econométrica da oferta e da Demanda de Laranja**. Universidade de São Paulo, 1980.
- FORTES, Alexandre. et. al. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1999.
- GONÇALVES, JRC. **Identificação de doenças de plantas cultivadas: frogeye do fumo-causada por Cercospora nicotiana e E & E"**. (...) 1961.
- GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-64 e o MST. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWN, Eric. **Sobre história: ensaios**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Cap.6.

- HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- JESUS, Ivana Silva de. **A cultura do fumo no Recôncavo da Bahia**: tradição e mudança. SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2007.
- LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. **MNEME – revista de humanidades** - Dossiê cultura e sociedade na América Portuguesa colonial. v. 5, n. 12, nov. 2004.
- NEGRO, Antonio L.; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *In: Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 1, 2006, pp. 217-240.
- NETO, André Pereira. Et al. O processo decisório de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2017, vol.33, n.15.
- OLIVEIRA, José Mário Carvalhal de. A cultura do fumo na Bahia: refletindo sobre a convenção-quadro. **Revista Bahia Agrícola**, Salvador, v.7. n.2. abril. 2006. 57-63p.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. **Costumes e comum**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, pp. 25-85.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. São Paulo; Paz e Terra; 3. ed; 2002. 385 p.
- PINTO, Ana Maria Guerreiro. Et al. **Diagnóstico da Indústria Fumageira da Bahia**. Grupo de Trabalho de Estudo e Pesquisa. Salvador, Bahia. Dezembro 1979.
- PRIORI, Angelo [Org.]. **O mundo do trabalho e a política**: ensaios interdisciplinares. Maringá: EDIEM, 2000. 226 p.

INTERSECCIONALIDADE NA ANÁLISE DA NECROPOLÍTICA E DESIGUALDADES: RUMO A POLÍTICAS PÚBLICAS TRANSFORMADORAS NO BRASIL

Reinaldo José de Oliveira⁵⁸

Doutor em Ciências Sociais – PUC SP

reinaldojoliveira1971@gmail.com

Iuri Nobre dos Santos⁵⁹

Graduando – Bacharelado em Ciências Sociais – UFRB

iurinobredossantos@gmail.com

Resumo

A alta concentração de violência nas comunidades locais, especialmente aquelas em situação de desigualdade econômica e falta de oportunidades, tem um impacto profundo na qualidade de vida. A análise da realidade nacional é central em nossas reflexões, focadas na interseção de questões de etnia, raça, gênero, classe social, violência e território. Isso se baseia em dados recentes de mortes violentas divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Ministério da Justiça. Identificamos que os territórios da necropolítica possuem raízes históricas e contemporâneas, com destaque para o perfil de homicídios que afeta predominantemente a população negra, jovem, de baixa renda e residente em áreas periféricas de cidades de dimensões global, latino-americana, nacional, regional estadual e local. O Nordeste e o estado da Bahia, em particular, estão intrinsecamente ligados à necropolítica devido à herança de quatro séculos de escravidão, desigualdades históricas e a segregação racial. Essas questões são cruciais para informar políticas públicas que visem à eliminação da política antinegritude. É imperativo que, por meio da análise de dados sobre mortes violentas, informações do Censo Demográfico do IBGE e futuras publicações, sejam elaboradas políticas públicas que enfrentem as desigualdades relacionadas à etnia, raça, gênero, classe social e território. A interseccionalidade emerge como uma ferramenta essencial para abordar o quadro do racismo, da necropolítica e das desigualdades persistentes na sociedade brasileira. A interseccionalidade é uma lente importante para analisar questões relacionadas ao racismo e outros temas correlatos. Ela considera as múltiplas dimensões da identidade de uma pessoa, como raça, gênero, classe social, orientação sexual e outros fatores, para entender como essas dimensões se interconectam e influenciam as experiências individuais e coletivas. A intenção é contribuir para a formulação de políticas públicas eficazes que possam abordar as profundas disparidades que ainda persistem em nossa sociedade. As altas taxas de violência e morte nas cidades do estado da Bahia representam um desafio complexo que exige uma profunda problematização. A Bahia, apesar de sua

⁵⁸ Graduado em (1998), mestrado (2002) e doutorado (2008) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Antropologia, com ênfase em estudos sobre a Cidade e o urbano, Globalização, Relações Étnico Raciais, Diversidade, Identidades e Subjetividades, Membro/Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Interdisciplinaridade em Saúde (NEPPINS), é pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, UNEB, Campus V, Santo Antonio de Jesus, reinaldojoliveira1971@gmail.com.

⁵⁹ Graduando do Curso Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atualmente dedica suas pesquisas na Ciência Política, Antropologia, Educação, Envelhecimento e Movimentos Sociais. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Interdisciplinaridade em Saúde (NEPPINS), email:iurinobre.ciso@aluno.ufrb.edu.br

rica herança cultural e diversidade, enfrenta uma realidade de violência que merece análise crítica. A concentração de violência nas comunidades locais tem um efeito devastador na qualidade de vida, cria um ciclo de desvantagens sociais e econômicas que são transmitidas de geração em geração. No entanto, é importante notar que não existe uma solução única para reduzir a violência, e abordagens integradas e de longo prazo são necessárias. Além disso, é fundamental envolver a comunidade e considerar as especificidades locais ao desenvolver estratégias de segurança pública.

Palavras-chave: Interseccionalidade; necropolítica; desigualdades; Brasil.

Considerações Iniciais

Nos últimos anos do século XX, as mortes violentas estavam situadas na região sudeste, sobretudo nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. No ano de 1997, o estado da Bahia atingiu o número de 137 homicídios de pessoas negras. Passados 24 anos, a realidade dos homicídios é outra, esse fenômeno está inscrito em todo o território nacional.

Conforme os dados do Atlas da Segurança Pública, organizado pelo IPEA e o Ministério da Justiça, computado desde o ano de 1996, os homicídios no país, gradualmente, atingiram a dimensão nacional e atingiu, em maior proporção, os segmentos de menor renda, pobres, negros, masculino, jovens e residentes das periferias urbanas. De 2011 a 2021, no estado da Bahia, os homicídios de homens negros foram de 64.310 indivíduos, enquanto que os homicídios dos homens não-negros, o número foi de 4019 indivíduos, menos de 10% das mortes violentas dos homens negros. As mortes violentas estão inscritas na capital, Salvador, na Região Metropolitana e nas cidades do interior do estado e estão concentradas nos corpos dos homens negros e jovens.

As informações da tabela abaixo, nos possibilitam refletir o atual quadro do racismo e da violência em pleno século XXI, especialmente nas cidades do Estado da Bahia, que reúne a maior população negra, de forma relativa entre todos os estados do país.

Tabela 1. Homicídios de Homens negros e Não-Negros no estado da Bahia, 2011-2021

Ano	Homicídios Negros	Homicídio Não-Negros
2011	4780	374
2012	5358	395
2013	5072	330
2014	5419	367

2015	5446	333
2016	6512	392
2017	6798	428
2018	6089	386
2019	5622	303
2020	6511	360
2021	6703	351
Total	64310	4019

Fonte dos Dados: Atlas da Violência Pública, IPEA, Ministério da Justiça, 2023.

Lócus da pesquisa

Cachoeira, estabelecida em 1534, é uma das cidades mais antigas do Brasil, desempenhando um papel crucial durante o período colonial com plantações de cana-de-açúcar e engenhos. Além de testemunhar passivamente a história, a cidade foi palco de eventos significativos, como a Revolta dos Búzios em 1798, uma das primeiras manifestações antiescravagistas no Brasil, marcando demandas por igualdade e liberdade. A riqueza da cultura afro-brasileira é um elemento central em Cachoeira, onde tradições africanas como o candomblé coexistem com o catolicismo. Sua trajetória histórica e cultural desempenha um papel vital na compreensão da identidade brasileira, promovendo igualdade e inclusão. Localizada na região conhecida como Recôncavo, a cidade foi inicialmente chamada de Vila de Cachoeira, passando por diversas denominações até sua emancipação política em 1837.

Em 1804, ao descrever a localidade José Joaquim de Almeida Arnizau (1998) afirmou que tanto Cachoeira quanto São Félix estavam em um período de crescimento contínuo, caracterizado pela presença de construções robustas, feitas de pedra e tijolos, e por ruas pavimentadas. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, a região começou a enfrentar um declínio, sofrendo a perda de sua mão de obra devido à epidemia de cólera em 1855 e à participação na Guerra do Paraguai em 1864. Esses eventos tiveram um impacto direto na diminuição da produção e do comércio, resultando em uma drástica redução das atividades nos portos de Cachoeira e São Félix.

A proximidade com o rio Paraguaçu foi fundamental para o desenvolvimento econômico, tornando o porto de Cachoeira o segundo maior do Estado, com constantes movimentações de barças, saveiros e vapores. A cidade se destacou na produção de açúcar, fumo, mandioca, algodão, café, gado e desempenhou um papel crucial como zona

de escoamento de mercadorias. Cachoeira é conhecida por sediar uma das mais conceituadas festas de São João do Estado, iniciada com a tradicional Feira do Porto em 22 de junho. Além disso, a cidade preserva suas tradições culturais, como o samba-de-roda e as filarmônicas, fundadas em 1870 e 1878. A participação negra na história e cultura de Cachoeira é evidente em práticas como o candomblé, capoeira, maculelê e samba-de-roda, fortalecendo a cidade como um referencial da negritude. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, composta por senhoras negras, reforça esse status. A cidade enfrentou desafios ao longo dos anos, mas hoje, sua localização a torna um ponto de acesso para o turismo na região. Apesar dos desafios sociais e econômicos, Cachoeira abriga a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), desempenhando um papel vital na educação e pesquisa.

Silvio Almeida, ao explorar o conceito de Racismo, adota uma abordagem que considera a noção de Raça a partir de uma perspectiva processual e histórica. Ele destaca que por trás da terminologia, sempre há elementos de contingência, conflito, poder e decisão (ALMEIDA, 2018).

A análise da necropolítica e desigualdades destaca a necessidade urgente de políticas públicas transformadoras. Cachoeira, com sua história de resistência e diversidade cultural, inspira a buscar soluções que abordem as interseções complexas da desigualdade racial, social e econômica. A cidade desafia a explorar nossas raízes, compreender desafios e buscar políticas que transformem a realidade do país em direção a um futuro mais justo e inclusivo. Esses dados históricos e sociais enfatizam a importância de Cachoeira como um locus de pesquisa e reflexão, especialmente no contexto da interseccionalidade na análise da necropolítica e desigualdades. O município de Cachoeira passou por distintas fases ao longo de sua trajetória econômica. Inicialmente, destacou-se como um importante centro econômico, porém, a partir de 1940, enfrentou um declínio gradual que somente foi revertido no final do século XX.

Este estudo tem como objetivo investigar a forma como diversos elementos, como raça, gênero, classe social e outros marcadores de identidade, se entrelaçam e desempenham um papel fundamental na configuração de experiências únicas, frequentemente desfavoráveis, no que diz respeito à necropolítica e às políticas públicas no contexto brasileiro. A abordagem interseccional na análise das questões relacionadas à necropolítica e às desigualdades é de extrema importância para a compreensão das complexas dinâmicas sociais que permeiam a sociedade brasileira contemporânea. A população da cidade de Cachoeira (BA) registrou um total de 29.251 pessoas no Censo

de 2022, indicando uma redução de -8,2% em comparação com os dados do Censo de 2010. Essa queda na população sugere uma mudança demográfica ao longo desses anos, com possíveis implicações para a dinâmica e desenvolvimento da cidade.

No ranking populacional, Cachoeira (BA) ocupa as seguintes posições

95^a colocação no estado da Bahia;

366^a colocação na região Nordeste;

1.159^a colocação no Brasil.

Fonte: IBGE, CENSO 2022.

Esses números fornecem uma perspectiva sobre a posição relativa de Cachoeira em termos de população em diferentes contextos geográficos, destacando sua posição no cenário estadual, regional (Nordeste) e nacional. Diversos fatores contribuíram para o declínio, incluindo o fracasso das indústrias de tecidos e charutos, resultando na perda de empregos, especialmente para mulheres. A substituição da hidrovía por novas estradas também desempenhou um papel na marginalização do município diante das redes de transporte emergentes.

Os dados do IBGE de 2013 destacam a indústria e o comércio como setores principais da atividade econômica. No entanto, uma pesquisa de campo ressalta a importância do comércio e do turismo, com a indústria representando apenas 1%. No segmento turístico, as festas populares e a presença da UFRB são consideradas cruciais para o desenvolvimento de Cachoeira. Embora a cidade já não desempenhe o papel estratégico passado na economia estadual, ela detém um considerável potencial turístico e cultural. Iniciativas de revitalização arquitetônica e a instalação da Faculdade do Recôncavo emergem como catalisadores promissores para o crescimento econômico futuro de Cachoeira.

A interseccionalidade, como lente analítica, oferece uma perspectiva multifacetada para entender a intrincada teia de fatores que moldam as experiências e oportunidades de grupos marginalizados. Ela reconhece que as identidades individuais e coletivas são moldadas por múltiplos marcadores, incluindo raça, gênero, classe social, orientação sexual e outros. A necropolítica, um conceito desenvolvido por Achille Mbembe, descreve a prática de governar não apenas pela preservação da vida, mas também pela gestão da morte, frequentemente direcionada a comunidades e grupos historicamente marginalizados.

Segundo Collins e Bilge (2016), a interseccionalidade é uma abordagem que visa compreender e analisar a complexidade das experiências humanas e como os eventos e as condições sociais e políticas são moldados por múltiplos fatores interconectados. Quando se trata de questões de desigualdade social, poder e organização em uma sociedade, diversos fatores, como raça, gênero e classe, atuam em conjunto, criando uma rede complexa de influências.

Kimberlé Crenshaw (VERGÉS, 2020) introduziu o conceito de interseccionalidade para abordar fenômenos que não podiam ser completamente explicados pelas teorias feministas e antirracistas existentes na época, as quais frequentemente negligenciavam a experiência de opressão das mulheres negras. A teoria da interseccionalidade visa preencher essa lacuna, reconhecendo as sobreposições entre raça e gênero como elementos essenciais para entender determinadas formas de discriminação.

Carla Akotirene (2018), por outro lado, aborda a questão da interseccionalidade de uma maneira distinta, influenciada pela professora estadunidense, mas proporcionando um tratamento único ao tema. Para ela, a interseccionalidade é vista como um método que se posiciona como uma forma de resistência epistêmica em contraposição a abordagens que tendem a subvalorizar ou marginalizar perspectivas não ocidentais.

De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade nos capacita a reconhecer a interseção complexa das estruturas de opressão e a interação simultânea das diversas dimensões da identidade. Ela também enfatiza o fracasso do feminismo em abordar adequadamente as experiências das mulheres negras, muitas vezes reproduzindo o racismo em suas abordagens. Da mesma forma, o movimento negro é criticado por sua tendência machista e por oferecer ferramentas metodológicas que, frequentemente, se aplicam apenas às experiências dos homens negros (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

A abordagem interseccional, tal como concebida por Kimberlé Crenshaw, desempenha um papel fundamental ao capacitar-nos para compreender a intrincada interseção das estruturas de opressão e as diversas dimensões da identidade (AKOTIRENE, 2018). Essa perspectiva oferece uma visão mais abrangente das experiências das pessoas, reconhecendo que não somos limitados por uma única característica, mas sim influenciados por uma interação complexa de fatores, como raça, gênero, classe social e orientação sexual. Essas reflexões destacam a necessidade imperativa de uma abordagem interseccional para promover a equidade e a inclusão, levando em conta que as formas de opressão se entrelaçam, e impactam diferentes grupos de maneiras variadas. A interseccionalidade nos convoca a apreciar a diversidade de

experiências no âmbito dos movimentos sociais e das teorias acadêmicas, possibilitando uma compreensão mais abrangente das intrincadas dinâmicas de opressão e privilégio.

O objetivo deste estudo é fomentar uma compreensão profunda das complexas dinâmicas envolvendo a necropolítica e as desigualdades no Brasil, reconhecendo a diversidade multifacetada das experiências das pessoas. Dessa forma, ele se justifica como um passo crucial na busca por soluções que abordam os desafios persistentes e promovam uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa. O termo "interseccionalidade" foi originalmente proposto por Kimberlé Crenshaw, uma professora de direito e ativista, com o intuito de abordar a negligência das experiências das mulheres negras nos Estados Unidos, tanto por parte do movimento feminista predominante quanto do movimento dos direitos civis (ARAÚJO, 2019). Crenshaw argumentou que as mulheres negras enfrentam formas únicas de opressão que não podem ser completamente compreendidas se analisarmos separadamente as dimensões do racismo ou do sexismo. A interseccionalidade se torna relevante quando reconhecemos que as pessoas não são definidas por uma única identidade, mas sim influenciadas por uma interação complexa de diversos fatores, incluindo raça, gênero, classe social, orientação sexual e outros marcadores de identidade. Portanto, é crucial compreender como esses fatores se interligam e moldam a maneira como as políticas públicas afetam grupos diversos. Além disso, é importante destacar exemplos positivos e boas práticas, como programas de inclusão social que demonstraram sucesso na abordagem das interseccionalidades e na redução das desigualdades.

Sob uma perspectiva interseccional, Djamila (2019) aborda as interações entre racismo e sexismo, racismo e classe social, bem como racismo e disparidades regionais, entre outros temas. Ela também fornece um contexto histórico para a compreensão do racismo no Brasil, abrangendo desde os períodos da escravidão até os dias atuais. A interseccionalidade reconhece que as identidades individuais e coletivas são moldadas por diversos marcadores, como raça, gênero, classe social, orientação sexual e outros.

A elite brasileira, ao preservar um “padrão neocolonial de sociedade civil, pelo qual a democracia é uma necessidade e uma regalia dos que são gente” (FERNANDES, 2018). Itálicos do autor), não se furta à necessidade de implementar uma ditadura para evitar ameaças ao seu padrão de dominação. Uma das bases fundamentais deste estudo é o reconhecimento da interseccionalidade como um conceito central. Compreendemos que as identidades individuais e coletivas são moldadas por uma multiplicidade de fatores interconectados, como raça, gênero, classe social e orientação sexual.

Quando o Poder Põe a Vida em Risco

A necropolítica é um termo que tem ganhado destaque nas discussões sobre o exercício do poder e suas consequências nas sociedades contemporâneas. Este conceito, cunhado por Achille Mbembe (2018), descreve a maneira pela qual o poder estatal e outros atores políticos decidem sobre a vida e a morte das pessoas, muitas vezes com base em critérios como raça, classe social e gênero. Em contraste com a biopolítica, que busca preservar e promover a vida dos cidadãos, a necropolítica lida com a administração da morte como uma estratégia de governo. No contexto brasileiro, a necropolítica se manifesta de diversas formas. Isso pode incluir a violência policial em comunidades marginalizadas, a militarização de áreas urbanas e rurais, a negligência em relação à saúde e segurança de certas populações, assim como o alto índice de homicídios, especialmente entre jovens negros. Todas essas situações são exemplos evidentes dessa política de morte. A interseccionalidade desempenha um papel fundamental na compreensão das dinâmicas da necropolítica. Segundo Grada Kilomba (2008) descreve, uma série de práticas de deslegitimação dos discursos construídos por sujeitos historicamente violentados e silenciados em suas tentativas de dar significado às estruturas de poder que organizam suas interações sociais. Essas práticas de silenciamento e deslegitimação são edificadas em relações dicotômicas entre o universal e o específico, entre o objetivo e o subjetivo, o neutro e o pessoal.

O Nordeste e o estado da Bahia, em particular, estão intrinsecamente ligados à necropolítica devido à herança de quatro séculos de escravismo, desigualdades históricas cumulativas e segregação racial (OLIVEIRA, 2016; 2020). No contexto sociopolítico do Brasil, a interseção entre a necropolítica e as desigualdades sociais revela uma teia intrincada de opressão e resistência que permeia as estruturas fundamentais da sociedade. A persistente e alarmante taxa de violência e mortalidade nessas comunidades reflete não apenas um sistema de opressão estrutural, mas também um legado histórico de injustiça e marginalização que continua a assombrar o presente. Ao mesmo tempo, a interseccionalidade emerge como uma lente teórica vital, revelando as complexas interconexões entre raça, gênero, classe social e outras formas de identidade.

Compreendendo a Complexidade das Identidades e das Desigualdades

O termo "interseccionalidade" é frequentemente atribuído a Kimberlé Crenshaw, uma professora de direito e ativista norte-americana que o introduziu na década de 1980. Crenshaw utilizou o conceito para destacar como as experiências das mulheres negras nos

Estados Unidos eram negligenciadas tanto pelo feminismo predominante quanto pelo movimento dos direitos civis. Ela argumentou que as mulheres negras enfrentam formas únicas de opressão que não podem ser compreendidas apenas através das lentes do racismo ou do sexismo separadamente.

No Brasil, a interseccionalidade é particularmente relevante devido à diversidade da sociedade e à persistência das desigualdades em várias dimensões.

A perspectiva afrodiaspórica descolonial, conforme apresentada por Franz Fanon(1968) em "Os Condenados da Terra", propõe uma visão de reconexão com elementos deixados no passado, similar à filosofia do povo Akan que busca recuperar o que foi perdido. Além disso, destaca a importância de valorizar o conhecimento gerado na África e por suas diásporas, elevando-os a um espaço significativo na construção das subjetividades.

Da mesma forma, a interseccionalidade nos ajuda a entender as complexas dinâmicas de opressão e privilégio vivenciadas por diferentes grupos, como homens negros, mulheres indígenas, pessoas LGBTQ+ e outros, demonstrando como múltiplos aspectos de identidade podem se interconectar para moldar suas experiências únicas e desafios compartilhados.

Violência: Uma Reflexão Sobre Causas e Consequências

A violência é um fenômeno que tem assolado a humanidade por séculos, deixando um rastro de sofrimento, morte e destruição em seu caminho. Sua manifestação abrange diversas formas, como violência física, psicológica, social e estrutural, afetando pessoas em todas as partes do mundo. As causas subjacentes à violência são complexas e multifacetadas. Fatores como desigualdade social, privação de acesso a recursos essenciais, discriminação, conflitos armados e questões de saúde mental desempenham papéis significativos na geração desse fenômeno. Por exemplo, a desigualdade econômica pode levar à exclusão social e à escassez de oportunidades, alimentando assim o ciclo da violência em comunidades desfavorecidas. O Brasil, uma nação rica em diversidade cultural e desafios sociais, enfrenta questões profundas relacionadas à governança estatal, disparidades socioeconômicas e perpetuação das desigualdades.

No Brasil, essa prática de governança se manifesta de diversas formas, desde a violência policial em áreas de baixa renda até a negligência nos sistemas de saúde pública. Isso cria um paradoxo alarmante, no qual o Estado, ao invés de proteger e promover a vida, muitas vezes contribui para a morte prematura dessas populações. Além disso, a

discriminação com base em raça, gênero, orientação sexual e outras características também contribui para a perpetuação da violência, reforçando estereótipos e preconceitos que podem resultar em comportamentos violentos.

A Cidade: Espaço de Desafios e Oportunidades

As cidades desempenham um papel fundamental como centros de vida, crescimento e inovação. Elas representam uma das maiores realizações da civilização humana, proporcionando um ambiente onde milhões de pessoas vivem, trabalham e interagem. As cidades são verdadeiros polos de oportunidades, concentrando recursos, empregos, serviços, educação e cultura. Muitas pessoas buscam uma vida melhor ao se mudarem para as cidades, com a esperança de encontrar empregos e acesso a uma ampla gama de serviços. No entanto, as cidades também enfrentam desafios significativos. O rápido crescimento urbano pode levar à superlotação, à degradação ambiental e à falta de moradias acessíveis. A concentração de recursos nas cidades pode resultar em desigualdades econômicas e sociais, com algumas áreas urbanas prosperando enquanto outras ficam marginalizadas e subdesenvolvidas. Questões como mobilidade urbana, saneamento, segurança pública e gestão de resíduos são complexas e afetam profundamente o funcionamento das cidades. O planejamento urbano inadequado pode levar ao congestionamento do trânsito, à poluição do ar e à desigualdade no acesso a serviços básicos.

O termo "cidade negra" transcende uma mera descrição demográfica, encapsulando a rica contribuição da cultura afrodescendente às cidades. Essa contribuição se manifesta em diversos aspectos, incluindo música, dança, gastronomia, arte e influência nas áreas de moda, esportes e política. As "cidades negras" são centros de expressão cultural e símbolos de resistência contra a discriminação e o racismo sistêmico. No Brasil, por exemplo, diversas cidades podem ser consideradas "cidades negras", onde a presença afrodescendente é vibrante e influente. Salvador, na Bahia, é um exemplo emblemático, com seu legado cultural afro-brasileiro evidente em cada esquina, seja nos ritmos do candomblé, na culinária baiana ou nas festas populares, como o Carnaval. Além disso, a cidade de São Paulo abriga uma das maiores populações negras do mundo, contribuindo para uma rica tapeçaria cultural. As "cidades negras" representam fenômenos culturais e sociais ricos e diversificados, onde a herança da diáspora africana se entrelaça com as paisagens urbanas contemporâneas.

Damatta (1984) analisa as características da casa, da rua e do trabalho no Brasil em comparação com outros países. Na residência, destaca a importância das relações familiares, enfatizando que o sentido do lar vai além da estrutura física. O ambiente de trabalho é descrito como uma rotina diária, onde as pessoas se deparam com a extensão da casa, a rua, e ao final do dia, anseiam pelo conforto do lar. A interconexão entre casa e rua é ressaltada, não apenas como locais geográficos, mas como partes integrantes da leitura, explicação e discussão do mundo, enraizadas em histórias e construções de vida. A jornada de trabalho é representada por diversos meios de deslocamento, como caminhar, usar transporte público ou privado, evidenciando a diversidade nas formas de realizar as tarefas cotidianas.

A Ascensão da Violência e a Necropolítica na Bahia: Um Retrato de Duas Décadas

Em 1997, a Bahia registrou 137 homicídios, um número que parecia distante de uma realidade mais sombria que se desenhava ao longo das últimas duas décadas. O tempo passou, e em 2021, o estado emerge como protagonista de uma trágica estatística: lidera as mortes violentas no Brasil, revelando uma face cruel da sociedade que atinge especialmente a população negra.

Ao longo desses anos, a necropolítica inscreveu-se gradativamente no tecido social da Bahia, marcando territórios e, sobretudo, as cidades de população predominantemente negra. A violência, que antes poderia ser vista como pontual, transformou-se em uma presença constante, afetando não apenas estatísticas, mas dilacerando comunidades e deixando cicatrizes profundas. O aumento alarmante de homicídios, especialmente entre homens negros, revela não apenas a negligência do Estado em prover segurança e oportunidades igualitárias, mas também escancara a persistência de estruturas sociais que perpetuam a desigualdade racial. A Bahia, outrora conhecida por sua diversidade cultural e riqueza histórica, agora carrega o peso de uma triste realidade que clama por reflexão e ação. A análise desse cenário sombrio não pode ignorar a interseção entre política, economia e violência. A necropolítica, conceito cunhado por Achille Mbembe, descreve a utilização do poder estatal para ditar quem merece viver e quem deve morrer. Nesse contexto, a Bahia se tornou um palco no qual a vida de tantos cidadãos é arbitrariamente ceifada, alimentando um ciclo vicioso que parece se perpetuar. A violência, por sua vez, não é apenas física, mas também estrutural. A falta de acesso à educação, emprego digno e serviços básicos cria um caldo propício para a proliferação do crime. A criminalidade, então, se torna uma resposta desesperada

a um ambiente que não oferece alternativas. Assim, a necropolítica não é apenas um ato direto de violência, mas um processo insidioso que mina as bases da sociedade. É imperativo que a sociedade baiana e o Brasil como um todo confrontem essa realidade angustiante. Ações efetivas devem ser implementadas para quebrar o ciclo de violência, investindo em educação, oportunidades de emprego e desconstrução das estruturas discriminatórias. A resistência contra a necropolítica precisa ser uma causa coletiva, uma busca pela construção de um futuro onde a vida prevaleça sobre a morte, e a igualdade seja uma realidade, não apenas uma promessa vazia. A Bahia, marcada por sua história de resistência, pode encontrar nos clamores por justiça e igualdade o caminho para reverter essa tragédia. A reflexão sobre as últimas duas décadas é um chamado à ação, um convite para transformar a narrativa de violência em uma história de superação, justiça e esperança.

Nossa pesquisa tem como principal objetivo não apenas analisar as estruturas de poder que perpetuam a necropolítica e as desigualdades, mas também dar voz às pessoas que estão no centro dessas questões. Adotamos uma abordagem abrangente e multidisciplinar na pesquisa sobre a interseccionalidade na necropolítica e nas desigualdades no contexto brasileiro, visando capturar a complexidade dessas questões. Em um primeiro momento, realizamos uma revisão minuciosa da literatura acadêmica e da documentação oficial relacionada à necropolítica, desigualdades sociais, raça, gênero, classe social e outros marcadores de identidade no Brasil.

Essa revisão serviu como base sólida para a compreensão do cenário atual e para identificar lacunas na pesquisa existente. Nossa pesquisa se concentra em comparar e contrastar as experiências de diferentes grupos demográficos, considerando fatores como raça, gênero, classe social e orientação sexual. Essa abordagem permite uma análise mais profunda das interseccionalidades presentes nas políticas públicas e na necropolítica. Adotamos uma metodologia abrangente e multidisciplinar que incorpora tanto a dimensão quantitativa quanto a qualitativa. Além disso, enfatizamos a importância de incluir as vozes das comunidades afetadas, garantindo que suas experiências e perspectivas sejam levadas em consideração na formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas.

Considerações finais

Este estudo oferece uma análise aprofundada e informada das interseccionalidades presentes na necropolítica e nas desigualdades no contexto

brasileiro. É essencial ressaltar que a interseccionalidade não apenas amplia nosso entendimento dessas questões, mas também aponta para a necessidade de políticas públicas mais justas e equitativas.

Durante o processo de pesquisa, exploramos como fatores como raça, gênero, classe social, orientação sexual e outros marcadores de identidade se entrelaçam, moldando experiências únicas e desafios compartilhados. Identificamos a necropolítica como um fator de grande relevância na perpetuação das desigualdades, manifestando-se de diversas maneiras. Nossa abordagem, que inclui análises quantitativas e qualitativas, enfatizou a importância da interseccionalidade na compreensão de como a necropolítica opera, uma vez que diferentes grupos são afetados de forma desigual. A interseccionalidade não é apenas uma ferramenta analítica, mas uma abordagem essencial na formulação de políticas públicas mais justas e transformadoras, que possam atender às necessidades específicas de grupos diversos, visando a redução das disparidades sociais e a promoção da equidade.

Dada a notável diversidade do Brasil em termos de raça, etnia, classe social, gênero, orientação sexual e outros marcadores de identidade, o país enfrenta profundas desigualdades enraizadas. A complexidade dessas desigualdades exige uma abordagem que vá além de análises simplistas, reconhecendo que as pessoas vivenciam múltiplas formas de opressão e privilégio. A pesquisa sobre a interseccionalidade na necropolítica e nas desigualdades não se limita a uma investigação acadêmica, mas representa uma ferramenta poderosa na formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Além disso, é crucial destacar que a abordagem interseccional não se limita a ser uma mera ferramenta analítica; ela se apresenta como um enfoque indispensável para a orientação na criação de políticas públicas que sejam mais equitativas e justas. Dada a diversidade complexa do Brasil em termos de identidades e vivências, é imperativo reconhecer a intrincada teia de desigualdades que afetam de maneira única e interligada as diversas comunidades. A crescente importância do conceito de necropolítica destaca a necessidade de compreender como as políticas de segurança pública impactam a vida e a morte das populações, especialmente em um contexto com altas taxas de homicídios, discriminação racial, violência de gênero e marginalização social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. I. M. D. (2019). Sobre a morte de Dandara: gênero, raça e classe como aportes para pensar uma criminologia feminista e interseccional [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. **Repositório institucional da UFAL**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5796>

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ARNIZAU, José Joaquim de Almeida e. **Memória topográfica, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da Província Da Bahia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia / Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984a.

FANON, F. **Os condenados da terra**. 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na Sociedade de Classe**. São Paulo: Editora Globo, 1964.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. [s.l]. 2021. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>. Acesso: 12 de novembro de 2023 c

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: episódios de everyday racism**. Berlin: Unrest, 2008.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Oliveira, R. J. Cidades negras no Brasil: territórios e cidadania. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LENDO AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS À CONTRAPELO: ESTUDOS PÓS-COLONIAIS, DECOLONIAIS E SUBALTERNOS E SEUS IMPACTOS E DESAFIOS TEÓRICOS PARA A HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DA FICÇÃO

Savio Queiroz Lima⁶⁰
Doutorando em História (UFRGS)
savio_roz@yahoo.com.br

Resumo

O artigo propõe o mapeamento conceitual das correntes de pensamentos: Colonial, Pós-Colonial, Decolonial e de Estudos Subalternos. Como histórias em quadrinhos, em sua verve ficcional dialógica com a realidade, sintomatizam as transformações sociais que são frutos de contextos históricos, retroalimentando o cenário social, cultural e político. Parte da correlação de interinfluências entre os movimentos políticos da modernidade: Colonialismo, Imperialismo e Capitalismo, além de seus cruzamentos, e como estes estabelecem alicerces para um sistema de mundo pretendido universal e globalizado-globalizante na manutenção de práxis e subjetividades. Para compreender as práticas de continuidades e rupturas das estruturas de pensamento da colonialidade, foram escolhidas narrativas ficcionais conhecidas como histórias em quadrinhos enquanto objetos-fonte que sintomatizam cada temporalidade das correntes de pensamentos aqui trabalhadas. As fontes foram devidamente recortadas de seus produtos originais e tratadas através da análise sobre a representatividade e discursos sobre o outro: serão trabalhadas as narrativas produzidas no ocidente, ou por este orientadas, como Tintin no Congo (1930-1), o singular periódico All-Negro Comics (1947), alguns recortes da origem do super-herói Pantera Negra (1966), ou narrativas produzidas pelas experiências orientais ou não colonizadas, como Persépolis (2000), O Mundo de Aisha (2015), dentre outras, inqueridas pelo debate franco com as correlacionadas correntes de pensamento. A inserção dos estudos sobre colonialidades, subalternidades e os pensamentos e práxis das correntes pós-coloniais e decoloniais ampliam exponencialmente o fazer historiográfico além das prévias expectativas da terceira geração dos annales, produzindo desafios e gerando oportunos novos debates, novos problemas e novas abordagens. Diante disso, são fortuitos os questionamentos e reflexões de autores como Stuart Hall, Edgardo Lander, Aníbal Quijano, dentro outros e outras, ilustrando as historicidades críticas de Luciana Ballestrin. O texto se faz como oferta de abordagem crítica-analítica das narrativas ficcionais para seu uso didático ao Ensino de História e na produção de pesquisas que injetem os conceitos elencados nos tratos historiográficos.

Palavras-chave: colonialidades; pós-colonial; decolonial; estudos subalternos; histórias em quadrinhos.

⁶⁰ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), sob orientação da prof. Dr. Mary Del Priore. Membro do *Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero – ANPUH-BA (GT-Gênero-ANPUH-BA)*. Membro do *Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medieval* (LETHAM). Membro da *Red Internacional Multidisciplinar en Estudios de Género* (RIMEG) das Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), Universidade Federal de Bahia (UFBA) e Universidad de Sevilla (Sevilla, España). Membro do *Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História* (MITECHIS). Autor do livro *Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos*, lançado em 2019. savio_roz@yahoo.com.br.

Introdução

O proposto artigo pretende articular os campos teóricos e metodológicos dos estudos pós-coloniais, decoloniais e subalternos com a fonte histórias em quadrinhos. O sustentáculo primordial deste intento é de exemplificar com confortável incomplexidade os instrumentos das escolas de pensamento contra-hegemônicas através das leituras críticas de histórias em quadrinhos. Jornada que envolve uso de fontes, análise crítica das mesmas e projeção pedagógica.

Este texto tem sua própria historicidade formativa que convém exposição justificativa, enquanto registro de júbilo pessoal. Durante processo seletivo para composição de novo quadro docente para a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2022, o tema *Estudos pós-coloniais e decoloniais: impactos e desafios teóricos na História* foi o ponto sorteado para a aula pública, cumprindo exigências do edital. Optei por produzir uma aula onde os objetos-fontes histórias em quadrinhos pudessem servir de exercício explanatório ao tema, na formação de licenciados em História em conformidade à lei 10.639. A pontuação exitosa confirmou a qualidade argumentativa e eficiência demonstrativa, fortalecendo a pretensão de textualização do exercício.

O exercício a seguir produz o diálogo entre os temas-conceitos eleitos e os objetos-fonte escolhidos através de suas possibilidades interpretativas. A condição colonial e seus alicerces podem ser vistos em produções narrativas contemporâneas aos processos de opressão, como são as representações da África e dos africanos em histórias em quadrinhos como *Tintim na África (Tintim no Congo)*. O processo pós-colonial tem uma divisão convencional instrumental para seu uso historiográfico, diálogo produzi pela leitura de Luciana Ballestrin para as exemplificações didáticas do uso das fontes histórias em quadrinhos, discriminadas aqui conforme a necessidade de debate e as devidas relevâncias instrumentais.

Longe de promessas audaciosas e o risco de produzir cacofonias, a argumentação fideliza a intenção primeva da proposta: seu teor didático. De aproximar os temas-conceitos de forma introdutória a um público leitor pouco familiarizado, num convite à leitura e apreciação dos autores selecionados, bem como a oferta da instrumentalização da ficção de entretenimento das histórias em quadrinhos como objetos-fontes para a investigação historiográfica e seu uso pedagógico.

Leituras Desconstrutivas das Fontes Colonialidades em Quadrinhos

A colonialidade é uma condição primordial para se compreender a sobrevida que conflitos raciais e de representações de estereótipos da África. Trata-se de uma persistente existência ideológica promotora de injustiças e conflitos, mesmo em cenários sociopolíticos onde os movimentos e lutas antirracistas sejam ativos e as ampliações e desmitificações ofertadas pelos Estudos Africanos, as reflexões teóricas recentes sobre pós-colonial, decolonial e estudos subalternos são interessantes para os debates historiográficos combativos. E histórias em quadrinhos podem nos servir como experimentações analíticas e críticas, atendendo demandas de introdução às teorias propostas e contemplando ponto de partida metodológico se façam presentes.

Tomemos um recente exemplo de como alguns alicerces do colonialismo parasitaram a contemporaneidade. Em 2011 o então deputado Marcos Feliciano, vinculado ao PL de São Paulo, mas que no período era membro do PSC, conhecido pastor neopentecostal fundamentalista, proferiu em diversos meios e em especial em seu perfil da rede social Twitter, de que o “povo africano” era amaldiçoado⁶¹. Tal postura não tem gratuidade e nem se faz como opinião isolada, mas enquanto reafirmação de uma lógica segregadora reincidente nos debates internos da crença, herdeira do mapa do mundo construído pela interpretação de Santo Isidoro de Sevilha, entre os séculos VI e VII, “uma maneira de definir o Mundo real através do espiritual” (FELDMAN, 2009, p. 14). Tal redução da realidade para caber no racismo, no etnocentrismo e na xenofobia conecta o beato medieval com o político reacionário através do processo que nasce colonial no contexto ultramarino (ROEDEL, 2017, p. 5) e se mantém pela colonialidade, como a maldição de Cam.

Mas longe de ser apenas as duradouras cores do óleo sobre tela do pintor Modesto Brocos, em *A Redenção de Cam*, de 1895, o racismo e a colonialidade vão além. Sua conexão está na compreensão de que raça é “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005, p. 227). É a herança ideológica de sobrevida dos campos hegemônicos dos marcadores sociais, onde o tripé de sustentação de seu ultrajante farol – Colonialismo,

⁶¹ A polêmica tomou os meios de comunicação, sendo seguida de equilibrismos discursivos do autor, como pode ser lido em: <https://exame.com/tecnologia/no-twitter-deputado-diz-que-africanos-sao-amaldicoados/>; https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/03/31/interna_politica,245588/africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado-por-noe-tuita-deputado.shtml. Voltando a defender a postura poucos anos depois: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1257600-feliciano-volta-a-afirmar-que-africanos-sao-amaldicoados.shtml>.

Imperialismo e Capitalismo – produzam um “universalismo eurocêntrico excludente” (LANDER, 2005, p. 29), que rejeita todo e qualquer progresso de ruptura com o velho modelo de existência e de coisificação (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

Dentre tantos meios que foram produzidos para amparar e suprir as múltiplas camadas de dominação, as imagens nos são caras fontes. Critérios coloniais de dominação e hierarquização (QUIJANO, 2005, p. 228), raça e cultura foram transcritas por uma produção e reprodução de imagens do outro através de inferiorizações. Periódicos, novelas e romances no século XIX produziram vislumbres narrativos nos contextos de colonialismo, vozes da metrópole sobre as colônias, que diz Edward Said (1995, p. 11): “eu os considero obras de arte e de conhecimento respeitáveis para mim e para muitos leitores”, e completa: “gera um desafio em relacioná-los não só com esse prazer e proveito, mas também com o processo imperial que fazem parte de maneira explícita e inequívoca” (SAID, 1995, p.12). No caso das imagens isso se fortalece.

Ler imagens é um exercício profícuo para compreender historicamente mudanças e permanências de maneiras de traduzir a realidade. Periódicos das metrópoles produziram, inseridos nos processos coloniais entre o final do século XIX e início do século XX, inúmeras representações estereotipadas e arquetípicas dos colonizados, desumanizando-os (CÉSAIRE, 2020, p. 23; FANON, 2008, p. 33) aos interesses coloniais. Mesmo diante de processos de ruptura, muitos produtos midiáticos mantiveram uma tendência depreciativa nas representações das civilizações e povos colonizados, sendo intensa retomada de fôlego dos imaginários sociais que usurpam o lugar de saberes visuais públicos. A persistência acrítica dessas representações, visuais e narrativas, é corroborativa com as sobrevidas de racismos, etnocentrismos, dentre outros.

Imagens são fontes utilíssimas para compreender os contextos históricos em que foram produzidas, reproduzidas e consumidas. Extrapolam aos domínios da História da Arte, por uma historiografia consciente das potencialidades da cultura visual e seus modelos representativos (KNAUSS, 2006, p. 106), as imagens podem (devem) ser lidas pelo olhar atento e a mente perspicaz na obtenção de saberes sobre o passado. Tomemos como exemplo a edição dominical do jornal francês *Le Petit Journal*, datada em 19 de novembro de 1991, trazendo em sua capa uma imagem pitoresca sobre a colonização francesa do Marrocos⁶². Na imagem, a representação feminina da França, com as cores de sua bandeira, barrete frígio e cornucópia, reluzentemente adornada, corroborando com

⁶² Pode ser visto em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7169830/fl.item>.

o texto em seu rodapé: A França será capaz de levar livremente ao Marrocos a civilização, a riqueza e a paz⁶³. A cultura visual da colonização é explícita em signos facilmente absorvíveis, objetivando guiar não apenas o olhar, mas todo e qualquer sentido.

As imagens produzidas e as descrições figurativas sobre o outro são instrumentos vigorosos no projeto de manutenção da conjuntura de poder. As estereotípias do opressor sobre o oprimido, dos colonizadores sobre os colonizados, tomariam pilhas de páginas, então me regularrei ao meu domínio seguro e confortável: histórias em quadrinhos. Dentre tantas, retomo de forma exemplar a sintomática obra *Tintin au Congo* (*Tintim na África* e, posteriormente, *Tintim no Congo*⁶⁴), produzida originalmente entre 1930 e 1931, e que tratei no artigo *Tintin no Congo e a Lei 10.639: Conflitos e Acordos para Aplicação em Sala de Aula*, de 2016. Esta argumentação textual contempla muitas possibilidades analíticas que atendem ao interesse de abordagem das representações e imaginários coloniais, em um conjunto descritivo indireto, já que teve nas interpretações e julgamentos dos colonizadores o seu corpo ilustrativo e textual, recebidos pelo autor, Hergé, que não conhecia a África ou mesmo uma pessoa negra quando produziu a narrativa gráfica (LIMA, 2016, p. 74). O objeto-fonte existe na experiência colonizadora.

Muitas histórias em quadrinhos sobre a África eram atuantes no mercado de entretenimento em contexto colonial africano. Elas produziram (produzem) um processo de internalização da inferioridade das pessoas e culturas colonizadas tão conveniente e convencedor, fazendo com que a cultura dominante receba e perceba o mundo através de um imaginário glissantiano acrescido do colonial/moderno (MIGNOLO, 2005, p. 72). Mas é compreensível, também, que “todo povo colonizado (...) toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34), positiva ou negativamente. O negro “sorriso banania”, que a abordagem pós-colonial de Franz Fanon acusa, está presente nas histórias em quadrinhos de Hergé e nos produtos que dela foram herdeiros. A África foi imaginada para deleite da dominação, sobrevivendo no imaginário social e nas representações ficcionais mesmo após o processo Pós-Colonial.

⁶³ Tradução própria do trecho: “La France va pouvoir porter librement au Maroc la civilisation la richesse et la pax”.

⁶⁴ No Brasil, como *Tintim na África* em edições como a de número 7 da série *As Aventuras de Tintim*, publicada pela editora Record em 1970, e com o segundo título, *Tintim no Congo*, na edição de número 2 da série *As Aventuras de Tintim* publicada pela editora Companhia das Letras em 2008.

Mas é preciso entender a que se vale a ruptura. A leitura descriteriosa da história em quadrinhos *Tintin au Congo* pouco forneceria criticidade, sendo nisso necessária sua leitura a contrapelo. Mais que mera propaganda, *Tintin au Congo* é uma experiência de colonização do que foi chamado de Congo-Belga (LIMA, 2016, p. 166), representada em uma narrativa de ficção de entretenimento de um projeto civilizatório de alicerces psicológicos de inferiorização-infantilização do colonizado africano (CÉSAIRE, 2020, p. 51). Como parte do contexto, as suas representações e discursos são sintonizados com aquilo que estava sendo apresentado e dito pelos colonizadores. Aqui nos cabe confirmar o lugar instrumental da história em quadrinhos *Tintin au Congo* enquanto um produto colonial do Império Belga da primeira metade do século XX. Neste, o imaginário social glissantiano (MIGNOLO, 2005, p. 72) é tomado de assalto pelas imposições colonizadoras.

Tomemos o ponto de partida conceitual Pós-Colonial, de possibilidades construtivas de representações e discursos no contexto africano e/ou diaspórico. Há, aqui, a demarcação ampla, continental, de conjunto teórico que abarca tanto a práxis política quanto suas expressões artísticas e correntes de pensamentos. Em todos esses casos, compartilham de características comuns: Processos de Descontinuidade com o Colonialismo; Lutas de resistência e independência; Produção militante: combativa, artística e intelectual; Pan-Africanismo (em alguns casos); Fim do colonialismo de Estado, histórico, enquanto regime político, através dos transcurso de Fim do colonialismo de Estado, histórico, enquanto regime político, através dos transcurso de ruptura dos diversos movimentos separatistas; e a consciência dos registros da supervivência da colonialidade em aspectos diversos.

Uma estrutura argumentativa se faz necessária para sustentar o mapeamento conceitual das histórias em quadrinhos sobre as correntes de pensamentos. Para melhor organizar não apenas os processos históricos dos conceitos de colonial, pós-colonial e decolonial, e suas fases pontuais, para inquirir com mais eficiência os objetos-fonte histórias em quadrinhos, logro diálogo com a cientista política Luciana Ballestrin sobre Giro Decolonial. Cumprida a exemplificação do contexto colonial através de *Tintin au Congo*, convém inserir experiências com outras fontes para o processo de ruptura, o pós-colonial. No texto *Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial*, a supracitada autora nos apresenta 3 Fases (BALLESTRIN, 2017, p. 509): Pós-Colonial Anticolonial; Pós-Colonial Canônico; e Pós-Colonial Decolonial. São convenções instrumentais que se entrecruzam, mas que revelam as temporalidades das

transformações das interpretações dos regimes de opressão modernos. Destes pontos de partida, é possível evocar narrativas ficcionais.

A questão diaspórica por si só não garantia uma consciência da colonialidade nos processos de racismo nos Estados Unidos da primeira metade do século XX. Tomemos o exemplo da revista em quadrinhos *All-Negro Comics*, organizada, produzida e distribuída pelos esforços do jornalista e ativista Orrin Cromwell Evans em 1947 (REGAGNAN; LIMA, 2021, p. 4). Ainda em regimes de leis *Jim Crow*, e antes da lei dos Direitos Civis de 1964, Evans buscou combater o racismo através da possibilidade instrutiva e representativa das histórias em quadrinhos. Entretanto, sem o aprofundamento necessário, tais reflexões podem gerar problemas epistemológicos sobre a definição do que seriam quadrinhos pós-coloniais, pois a simples existência narrativa não garante sintonia com as expectativas da militância e ideário pós-colonial, com uma produção feita por autorias negras e para o consumo de crianças negras. Dentre as inúmeras narrativas, temos uma versão negra de Tarzan⁶⁵, o Lion Man, atuando com o mesmo *modus operandi* que sua contraparte branca, na região da Costa do Ouro⁶⁶. É fundamental entender que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2005, p. 13). Por condições próprias dos processos históricos que envolvem as transformações sociais, as pautas da representatividade e do combate decolonial ainda não convergiam.

A fase Pós-Colonial Anticolonial estava mergulhada na urgência emancipatória dos subalternizados pela colonização. É em seu contexto histórico, lido no tridécênio da segunda metade do século XX (1950, 1960 e 1970), que os movimentos africanos de revoluções e independências atuam, revolucionários, contra os alicerces da modernidade: Colonialismo, Imperialismo e Capitalismo. Não são sinônimos, mas são interrelacionais, pois promovem desigualdades e hierarquias através de conjuntos de signos, como cultura, raça, classe e civilização. Na definição de quadrinhos pós-coloniais, temos circunstâncias singulares, como os primeiros quadrinhos da Índia pós-independência, *Amar Chitra Katha*⁶⁷, que apesar de enaltecerem tradições e modos de vida anteriores à colonização,

⁶⁵ Personagens com semelhanças a Tarzan, buscando se sustentar na esteira de seu sucesso, o termo foi cunhado pelo jornalista francês e crítico de Literatura Francis Lacassin (LIMA, 2019, p. 52).

⁶⁶ Que durante a narrativa ficcional ainda era uma possessão colonial britânica, tornando-se independente e assumindo o nome Gana somente em 1957, com as mudanças dos cursos do projeto dominador (CROWDER, 2010, p. 120).

⁶⁷ Projeto de histórias em quadrinhos fundado por Anant “Uncle” Pai, de 1967 aos dias atuais, hoje o título é uma editora própria, confrontando com as empresas estadunidenses distribuindo em solo indiano.

ainda são bastante conservadores e machistas⁶⁸, corroborativos com a colonialidade. As histórias em quadrinhos foram inseridas no universo africano e asiático enquanto produto da Europa e do ocidente, especialmente os Estados Unidos, para somar e compor (e/ou contrapor) a cultura das imagens já presente no continente.

Os movimentos emancipatórios foram reações condicionadas pela insustentabilidade do projeto colonizador e os esgotamentos dos colonizados. Pensadores e intelectuais como Kwame Nkrumah compreendiam que “a independência política era a chave de todas as melhorias projetadas para a condição africana” (MAZRUI, 2010, p. 125). Na sua obra *Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo* (1965), Nkrumah conceitua a relação entre neocolonialismo e imperialismo, projetando uma reflexão em contexto descolonizado através da herança da experiência latino-americana. A produção crítica escrita tinha “forte ligação com o anticolonialismo revolucionário, com as lutas de libertação nacional e com os movimentos de independência” (BALLESTRIN, 2017, p. 509). As convergências de fatores, como a Grande Crise Econômica e o desfecho da Segunda Guerra Mundial alicerçaram o contexto Pós-Colonial Anticolonial, mas diversas camadas e distâncias impediram o debate existir em *All-Negro Comics*.

Podemos compreender que o *mise-em-scène* do próprio cenário em ebulição produzia estáticas em outras produções humanas, longe do mercado de entretenimento ocidental. A ressonância das vozes conectou realidades culturais diversas, promovendo os oportunos contatos. Se nos toma um didatismo organizacional para a inserção temática dos conceitos, o Pós-Colonial Anticolonial tem seu panteão de autores, intelectuais e militantes:

Os escritos desta época variaram de discursos políticos à poesia, envolvendo pensadores latino-americanos, africanos e europeus (sobretudo, franceses): Amílcar Cabral, Che Guevara, Frantz Fanon, Ho Chi Minh, Jean-Paul Sartre, Aimé Césaire e Albert Memmi foram alguns nomes marcantes desta geração (BALLESTRIN, 2017, p. 509).

Garantindo, assim, um estado da arte por onde guiar os estudos e leituras, antes de enfrentar os desafios teóricos através da ficção, ainda que esta esteja isenta de qualquer responsabilidade para com a produção de conhecimento formal ou de crítica política da realidade, muitas vezes atendendo anseios diversos do *status quo*.

⁶⁸ Debate inserido por Christophe Dony no artigo *What is a Postcolonial Comic*, publicado na revista *Mixed Zone: Chronique de littérature Internationale*, número 7. Levanta o questionamento pertinente do que faz com que uma produção narrativa de quadrinhos assumir o título de pós-colonial, já que muitas narrativas existentes em processos de reconstrução identitária mantiveram estruturar hierárquicas sociais com forte influência do domínio colonial (DONY, 2014, p. 13).

Uma narrativa ficcional estadunidense assumidamente ativista dos direitos civis dos negros, a revista *All-Negro Comics*, de 1947, organizada pelo jornalista Orrin Cromwell Evans (REGAGNAN; LIMA, 2021, p. 103-104), poderia assumir-se pós-colonial, ao inverter as lógicas raciais dos protagonistas do *mainstream* industrial estadunidense. Em uma de suas histórias, nos é apresentado o personagem Lion Man, uma espécie de *tarzanide*, ou seja, cópia do Tarzan (LIMA, 2019, p. 52; REGAGNAN; LIMA, 2021, p. 104; LIMA, 2023, p. 187), com a característica explícita de ser um homem negro estadunidense atuando na África, especificamente na Costa do Ouro⁶⁹. A permanência da inferiorização do colonizado, ainda que racialmente equiparado, demonstra que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2005, p. 13).

Marcadamente, foi a segunda fase quem mais sustentou-se na fundação intelectual erudita. Trata-se do Pós-Colonial no seu estágio Canônico, em contexto de virtual conforto aos debates assegurados. Nas órbitas de autores como Edward Said e Valentin Yves Mudimbe, com suas respectivas obras *Orientalismo*, de 1978, e *A invenção da África*, de 1988, podemos inferir a diversidade nas pautas e visões de mundo, as diferentes epistemologias que foram elaboradas para o confronto, no campo das ideias, com a modernidade/colonialidade e seus modelos interpretativos. Que na estruturação de BALLESTRIN (2017, p. 509) dispõe:

No cenário estadunidense, a década de 1960 foi marcada pelos movimentos mais efervescentes de luta pelos direitos civis de negros. A indústria de entretenimento das histórias em quadrinhos fez oportuno uso do debate público ao comungar o nome *Black Panther* (Pantera Negra) desde a participação de soldados afroestadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial (*761^o Tank Battalion* – Batalhão de Tanque) até os Movimentos de Proteção Social de negras e negros contra a violência policial na primeira metade da década de 1960 (Movimento dos Panteras Negras e Partido dos Panteras Negras), nos subúrbios das grandes cidades (LIMA, 2013). O super-herói Pantera Negra marca uma aproximação, ainda que bastante oportuna nas expectativas editoriais, com os movimentos negros, mas reforça o imaginário reducionista e simplista sobre o continente africano. Atua, desta maneira, como um produto potencialmente antirracista, mas tendenciosamente corroborante com a colonialidade.

⁶⁹ Atual Gana, independente desde 1957.

Os efeitos da colonialidade, como fica evidenciado, perpetuam mais demoradamente por conta das próprias dinâmicas das representações e imaginários. Colonialidade, esta, entendida como a sobrevivência subjetiva dos alicerces do colonialismo em diversas camadas, a que trataremos mais adiante. Aos ficcionais ouvidos do Pantera Negra⁷⁰, o super-herói rei, não chegavam os debates produzidos pelos campos filosóficos, históricos e sociológicos do contexto Pós-Colonial Canônico,

cujo projeto consistiu em demonstrar, através da análise discursiva de textos literários e culturais europeus, a invenção do Oriente pelo Ocidente como um estereótipo estratégico para a manutenção do poder colonial e imperial europeu. Nesta versão mais conhecida, o argumento pós-colonial foi fortemente influenciado pelos estudos pós-estruturais, pós-modernos, desconstrutivistas, culturais e subalternos indianos. (BALLESTRIN, 2017, p. 509).

E que autores, como Edward Said com sua obra *Orientalismo* (1978), e Valentin Yves Mudimbe com a obra *A invenção da África* (1988), acusaram criticamente e organizaram intelectualmente.

Nas narrativas de Pantera Negra, há uma África que funciona tanto como cenário quanto representatividade, ainda que reduzida aos velhos alicerces. Quando o roteirista Stan Lee e o desenhista Jack Kirby produziram *Fantastic Four* número 52, em julho de 1966, reafirmaram uma África imaginada, com seu personagem Pantera Negra, uma colcha de retalhos de elementos estéticos lidos como africanos. Se a África foi inventada pela lógica moderna colonizadora, é possível de ser reinventada na imaginação ficcional sintonizada com a produção crítica contrahegemônica e o capital simbólico das lutas antirracistas nos Estados Unidos. Porém, se faz um mundo utópico, idólatra, tão perigoso quanto a realidade execrável (FANON, 2008, p. 26), o reino de Wakanda e seus cidadãos refletem os devaneios oníricos de um *blackpower* distantes o suficiente para afirmarem-se tanto certo progressismo representativo estadunidense quanto conservadorismo no olhar sobre a vastidão africana. Vemos a apropriação de memória, no caso da “africanização” alegórica do passado recente de negros estadunidenses na Segunda Guerra Mundial (LIMA, 2013) e reuso de estereotípias narrativas agregadas às fantasias da ficção científica.

As estéticas presentes em Pantera Negra e seu sentido de apropriação oportuna do contexto sociopolítico estadunidense transcrevem, com certa imperfeição, anseios. As críticas do apagamento da memória de negros no conflito Europeu da primeira metade do

⁷⁰ As ausências das escutas, desinteressantes àqueles privilegiados, seus autores, roteiristas e desenhistas, que por muitos anos eram majoritariamente brancos estadunidenses.

século XX e o movimentalismo de protesto contra a violência policial estadunidense foram revestidos, no campo das ideias, de resgates epistêmicos, ainda que o personagem-produto tenha sido apenas uma apropriação oportunista do cenário público pelo empreendimento capitalista de entretenimento. Com isso, é fundamental abordar criticamente os objetos-fontes histórias em quadrinhos dentro de suas camadas contextuais, como logradouro social, político e cultural, bem como sua razão de ser enquanto produção humana conformada ou inconformada com as estruturas ideológicas vigentes em tais localizações e temporalidades.

Apesar das imensuráveis contribuições, a segunda fase não escapou às críticas que lhe foram feitas. Podemos nos ater a uma dada lista de tópicos o Pós-Colonial Decolonial: Crítica radical ao eurocentrismo e à modernidade; Retomada da proposta Pós-Colonial Anti-Colonial; Renega a postura Pós-Colonial Canônica de conforto com a Colonialidade, entendida como a face oculta da modernidade. Evidente separação entre as tendências pós-coloniais e o projeto Decolonial (BROCARD, TECCHIO, 2017, p. 4). Ofertando diversidade de pautas e visões de mundo onde epistemologias alternativas e diferenciadas que confrontam as convenções da modernidade-colonialidade. A tal fase e contexto intelectual há uma crítica bastante afiada:

O que chamo atenção é que a crítica de autores como Dirlik, Ahmad e Shoat mostrou como a negligência dos processos e das dinâmicas da exploração econômica colonial e imperial inclinava o pós-colonialismo a flertar com as tendências da moda acadêmica à época, negligentes, conviventes ou simpáticas à pós-modernização e neoliberação do mundo e da economia. À diferença do estruturalismo, por exemplo, o colonialismo era e é um processo histórico concreto; daí que o prefixo pós- poderia adquirir um sentido expressamente político e ideológico (BALLESTRIN, 2017, p. 512).

Traduzem os descontentamentos e perigos diante da colonialidade, impregnação da estrutura mental do existir colonizado sobrevivente da queda do colonial, mantenedora de subalternizações de povos e culturas, constituinte da modernidade e não seu derivado (MIGNOLO, 2008, p. 249). Produzindo, dessa forma, resposta inteligível de desconstrução da prosa colonial e a audiência dos subalternos.

A terceira fase, decolonial, é a síntese das anteriores, propondo uma retomada combativa à modernidade em todas as suas esferas. As epistemes perdidas, para além de manifestações populares, são as aspirações da Pós-Colonial Decolonial, muito mais incisiva contra os alicerces explícitos ou implícitos da modernidade. Essa vertente produz uma crítica radical às estruturas da modernidade, como o eurocentrismo, contrapondo a exacerbada subjetividade da fase canônica e invocando elementos da fase anticolonial.

Promovendo uma separação mais precisa entre o Pós-Colonial enquanto ruptura com o colonialismo e o Decolonial enquanto resistência combativa à colonialidade (BROCARD, TECCHIO, 2017, p. 4), lida como a face oculta e vívida da modernidade. Diálogos intercontinentais dos polos intelectuais e das lideranças militantes foram cruciais:

Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez, Eduardo Restrepo, Arturo Escobar – sem esquecer dos já clássicos Aníbal Quijano, Enrique Dussel e mesmo Immanuel Wallerstein – são apenas alguns expoentes e/ou interlocutores desta renovação do pós-colonialismo no contexto pós-neoliberal da América Latina, estimulada pelos processos de refundação de Estado e do novo constitucionalismo latino-americano, especialmente na Bolívia e no Equador (BALLESTRIN, 2017, p. 510).

Para esta, enquanto as tentativas representativas de produções discursivas sintonizam com conquistas dos subalternizados, por outro lado, reforçam epistemicídios. Pois a colonialidade se insere nos campos do poder e do saber de sujeitos epistêmicos, pelos resquícios no processo de produção e nas escolhas a serem comportadas no mercado editorial, visível ou invisível, sendo as histórias em quadrinhos atingidas pela vala abissal: *All-Negro Comics*; *Pantera Negra*; *Sundiata* de Will Eisner, dentre tantas outras. Se estas se valem de lugares históricos e sociais da hegemonia ocidental do eixo norte, o Giro Decolonial cunhado por Nelson Maldonado-Torres (BALLESTRIN, 2013, p. 105) produz mudanças no campo ideológico e político que alcançam a específica indústria do entretenimento das histórias em quadrinhos a partir das margens.

A reversão dos sentidos de visão, leitura e interpretação do mundo e suas camadas de realidade, nos vislumbram não apenas a ferrugem da colonialidade, mas seu enfrentamento. São os Estudos Subalternos (*Subaltern Studies*), de grupos de estudos de influências gramscianas, críticos ao pós-colonialismo canônico na década de 1970, que partem da subalternidade e seus saberes (MIGNOLO, 2003), através de seus marcadores e atravessamentos sociais, para sanar os apagamentos históricos não apenas de indivíduos, sujeitos históricos, mas de mentalidades e visões de mundo. Encontram-se, com o Decolonial, na crítica à colonialidade, pensadores diaspóricos como Gayatri Spivak, Stuart Hall, Homi Bahba, dentre outros, através da crítica literária, anticolonial, anticlassista e anticapitalista, e outras tantas posturas críticas, pois

são múltiplos os colonialismos, do neocolonialismo europeu do século XIX em África e Ásia até o surgimento da descolonização afro-asiática posteriormente, os quais permitem experiências múltiplas, isto é, colonialismos e colonialidades específicas no espaço e no tempo (PRADO, 2021, p. 330).

Podemos ver as influências de tal mudança de rota epistemológica, transcrita para o campo público através de diversos procedimentos políticos, nos produtos informativos e de entretenimento.

As vozes dos subalternos, que já ressoavam em todo o processo histórico de colonização, mas não eram escutadas, rompem os silêncios dos saberes e conhecimentos. É possível perceber a experiência de vida não hegemônica nas narrativas, conflitos e singularidades, na história em quadrinhos *Persépolis*, da iraniana Marjane Satrapi, de 2000⁷¹. O contexto geopolítico relacional da dominação econômica, militar e cultural estadunidense nas múltiplas realidades do oriente médio também se fazem presente no quadrinho *O Mundo de Aisha – A Revolução Silenciosa das Mulheres no Iêmen*, de Ugo Bertotti e Agnes Montanari, publicado em 2015⁷². Diversas camadas sobre a sociedade da cidade de Abidjan, centralizando seu subúrbio, Yopougon, na série de histórias em quadrinhos *Aya de Yopougon*, de Marguerite Aboutet e Clément Oubrerie, iniciada em 2005⁷³, sem a África de Tarzan ou Tintim (LIMA, 2017, p. 2131), ofertando-se como fonte para uma melhor historiografia africanista das mulheres (MARTINS, 2012, p. 50). Ainda que tais produções estejam muito atreladas aos mercados e sentidos da lógica da modernidade, já nos fornecem rachaduras.

Dentro das expectativas historiográficas ou mesmo de uso de narrativas ficcionais como suportes pedagógicos ao ensino de História, o debate crítico é fortuito. Na condição de reaver os apagamentos da História, diante dos avanços acadêmicos de estudos sobre os subalternizados do passado, o contexto brasileiro retoma as caras conquistas nos estudos da escravidão e suas pautas antirracistas, que refletem na bibliografia utilizada para que o artista Marcelo D'Saete, em 2014, publique a obra *Cumbe*, quadrinhos com narrativas ficcionais que emulam com eficiência as vivências dos escravizados no Brasil século XIX, enquanto produção assumidamente reparadora e alinhada com as expectativas da lei 10.639 (LIMA, 2022, p. 8). As histórias em quadrinhos aqui evocadas ainda permitem inúmeros aprofundamentos pertinentes e enriquecedores.

⁷¹ Publicada no Brasil pela editora Companhia das Letras em quatro volumes, em outubro de 2004, abril de 2005, março de 2006 e fevereiro de 2007. No mesmo ano de 2007, em dezembro, a editora lançou uma versão completa da história em volume único. Lançando uma segunda edição em fevereiro de 2017.

⁷² Publicado em volume único no Brasil, pela editora Nemo em março de 2015.

⁷³ No Brasil foram publicados 3 volumes dos 6 originais, em setembro de 2009, novembro de 2012 e outubro de 2020, respectivamente, pela editora L&PM.

Conclusão

O debate neste texto é bastante introdutório e não se acanha em assumir suas devidas limitações, mas manifesta sua importância incendiária. As histórias em quadrinhos já coexistem junto a outras fontes em quase 100 anos de transformações na historiografia e nos seus usos das fontes (GURIÊVITCH, 2003, p. 60), sua instrumentalização enquanto objeto-fonte ainda nos excitantes exercícios de erros e acertos, de produções de críticas e debates aquecidos. Os termos-conceitos aqui escolhidos, Pós-Colonial, Decolonial e Estudos Subalternos também se inscrevem nos tabuleiros energizados dos jogos epistemológicos, com considerável atraso, mas reconhecido entusiasmo.

Acima de tudo, é preciso pensar os usos desses campos teóricos-metodológicos para a historiografia. Há uma carência da História (BROCARD, 2017, p. 2), em certa medida, que justifica não apenas o interesse, mas a necessidade deste debate, muito além de uma coqueluche que torça as bocas dos mais conservadores. O mais resistente deles há de aceitar, ainda que com suas ressalvas, que a proposta fomenta a ampliação exponencial do projeto pós-annales, especialmente sua terceira geração, ofertando “novíssimos” problemas, objetivos e abordagens. Sua riqueza torna-se reluzente quando se compreende que “a decolonialidade não consiste na reprodução de uma narrativa nos moldes coloniais, mas busca recontar a história a partir da ótica dos subalternizados e suas mundividências” (GALVÃO, 2018, p. 174).

Algumas propostas são interessantes para a transformação das estruturas para sua possibilidade decolonial. Romper com as ferramentas analíticas da colonialidade de leitura do mundo, e que as narrativas ficcionais comprometidas com os projetos coloniais ou por eles maculadas podem ser lidas a contrapelo para produzir criticamente seu confronto, pois “o projeto decolonial se distingue dos conhecimentos tradicionais ao produzirem metodologias e teorias plurais” (NASCIMENTO; SANTANA; 2020, p. 169); Promover a ruptura com o modelo de pensamento hegemônico ocidental (GALVÃO, 2018, p. 89) de História Única (ADICHIE, 2019); Compreender os entrecruzamentos entre Política e Cultura; Deslegitimar a hierarquia entre as fontes, e nisso a instrumentalização das histórias em quadrinhos para a historiografia é eficaz; Decolonizar a leitura, pois a decolonialidade habita mais na abordagem ativa sobre os objetos-fontes, que na passividade diante das mesmas; Ampliar as possibilidades narrativas; Promover ampla interdisciplinaridade; Sintonizar as vozes ressoantes e

exercitar a alteridade de escuta; Valorizar os protagonismos dos subalternizados (Comunidade, Coletividade, Localidade, etc).

Convém, entretanto, a devida cautela de uso dos conceitos e teorias desta malha intelectual, evitando que abusos, generalizações e vulgarizações não produzam crises. A primeira e mais óbvia das crises diz respeito ao empobrecimento de seu uso crítico, perante latências sensíveis da colonialidade. A segunda crise me foi descrita pela socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí em sua conferência na cidade de Salvador⁷⁴, onde a intelectual argumenta sua crítica ao ideário decolonial enquanto convidativo ao colonizador e que recentra a colonização ao debate, sugerindo, como solução as sinónimas como “historicizar”, “recuperar”, dentre outras. Mas para introduzir o debate ao meio acadêmico atual, se faz fortuito o exercício aqui proposto com a utilização de histórias em quadrinhos como objetos-fontes dos processos históricos.

⁷⁴ Ocorrida no dia 30 de outubro de 2023, no salão da reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a presença da professora. Mestra Dailza Araújo, representando a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e o Coletivo Angela Davis, e a professora. Doutora Maria Andrea dos Santos Soares, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Campus Malês) e grupo de pesquisa Nyemba. Com coorganização da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) e o Programa de Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da História Única**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, maio-agosto 2013, p. 89-117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.
- BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.60, n.2, 2017, p. 505 a 540. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582017127>.
- BROCARD, Daniele; TECCHIO, Caroline. Olhares para a História: Pós-colonialismo, Estudos Subalternos e Decolonialidade. **RELACult Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/496>.
- CÈSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Arte: Marcelo D’Saete. São Paulo: Editora Veneta, 2020.
- DONY, Christophe. What is a Postcolonial Comic? **Mixed Zone: Chronique de littérature Internationale**, [S. l.], número 7, p. 12-13, novembro de 2014. Disponível em: https://orbi.uliege.be/bitstream/2268/173763/1/What%20is%20a%20postcolonial%20comic_cdony_mixedzone.pdf.
- CROWDER, Michael. A África sob Domínio Britânico e Belga. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. UNESCO, Brasília, 2010.
- FELDMAN, Sérgio. A dimensão do saber em Isidoro de Sevilha. In: **Notandum**, Porto; São Paulo, ano 12, n. 21, pp. 13-21, set./dez. 2009. Disponível em: <https://guiamedieval.webhostusp.sti.usp.br/a-dimensao-do-saber-em-isidoro-de-sevilha/>.
- GALVÃO, Cauê Almeida. Ressignificação Histórica e Historiográfica na América Latina: Uma Perspectiva Decolonial da Fundação do Estado-nação e dos Forjamentos das Identidades Nacionais na Zona Latinoamericana. **Revista Espirales**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1197>.
- GURIÊVITCH, Aaron. **A Síntese Histórica e a Escola dos Anais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.
- KNAUSS, Paulo. O Desafio de Fazer História com Imagens: Arte e Cultura Visual. **ArtCultura**, v. 8, n. 12, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406>.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocentrismo. *In*: LANDER, Adgardo. **A Colonialidade do Saber**: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: Editora Clacso, 2005.

LIMA, Savio Queiroz. A Pantera Loura e o Fazer Historiográfico: O Uso do Objeto-Fonte Histórias em Quadrinhos para a Síntese Crítica Teórico-Metodológica. **Revista Convergências**: Estudos em Humanidades Digitais – [S. l.], v. 1, n. 01, p. 182–195, jan./abr. 2023. Acessado em 02 de maio de 2023. DOI: 10.59616/conehd.v1i01.107. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/index.php/cehd/article/view/107/81>.

LIMA, Savio Queiroz. Ensino de História da África em Desconstrução: Renovação do Imaginário da África Através de Histórias em Quadrinhos em Acordo com a Lei 10.639. *In*: **Anais do XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico - UESB**, Vitória da Conquista, volume 12, p. 2129-2135, 2017. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/7113/6918>. <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/107>.

LIMA, Savio Queiroz. Garra de Pantera: Os Negros nos Quadrinhos de Super-heróis dos EUA. **Revista Identidade!**, São Leopoldo, v.18, n. 1, p. 90-102, jan-jun 2013. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/618/685>.

LIMA, Savio Queiroz. Nos Quadrinhos, A Senzala: O Uso de Dramas de Africanos Escravizados na Ficção da História em Quadrinhos Cumbe para o Ensino de História da Escravidão e da Diáspora. *In*: **Anais do 20º Encontro de História da ANPUH-Rio**. São Gonçalo, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.rj.anpuh.org/resources/anais/13/anpuh-rj-erh2022/1657919047_ARQUIVO_c7b1149a76f94a95bd5ef3a38018362b.pdf.

LIMA, Savio Queiroz. **Mulher Maravilha para Presidente!** – História, Feministas e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos. Salvador: Editora Devires, 2019.

LIMA, Savio Queiroz. Tintin no Congo e a Lei 10.639: Conflitos e Acordos para Aplicação em Sala de Aula. *In*: BRAGA, Amaro X; MODENESI, Thiago. **Quadrinhos & Educação** – Jaboaão dos Guararapes, Volume 3, Faculdade dos Guararapes, 2016.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII**: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MIGNOLO, Walter D. **História Locais / Projetos Globais**: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. La Opción Decolonial: Desprendimiento y Apertura - Um Manifiesto y un Caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.8, 2008, p. 243-282. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.331>.

NASCIMENTO, Ayrton Mateus da Silva; SANTANA, Pedro Abelardo de. Decolonialidade: Contribuições para (Re)pensar a História. **Revista de Ciências Humanas CAETÉ**, volume 2, número 3, 2020, p. 167-178. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistadecienciashumanascaete/article/download/11597/8099>.

PRADO, Kelvin Oliveira do. Teoria Pós-colonial, Decolonialidade e a Escrita da História: Aproximações Epistemológicas e Demandas Políticas Subalternas em Emergência. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 6, nº 10 | janeiro – junho de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Adgardo. **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: Editora Clacso, 2005.

REGAGNAN, Isabela Rodrigues; LIMA, Savio Queiroz. “Ah África, Terra Mãe, Berço da Humanidade”: Uma Proposta de Ensino de História da África a Partir do Desenho Super-choque. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], volume 4, número 3, pp. 100–114, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5066>.

ROEDEL, Hiran. Do Mito de Cam ao Racismo Estrutural: Uma Pequena Contribuição Ao Debate. *In*: **Projeto AFRO-PORT - Afrodescendência em Portugal: Sociabilidades, Representações e Dinâmicas Sociopolíticas e Culturais**. Lisboa: FCT/PTDC/SOC-ANT/30651/2017. Nº 02. julho, 2020, pp. 01-19. Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/afroport/wp-content/uploads/2020/07/ROEDEL-H-Do-Mito-de-Cam-ao-Racismo.pdf>.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MEMÓRIA, RELIGIÃO E POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DA JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA NO TERRITÓRIO BAIANO, (1955 – 1969)

Emiriene Costa Santos
Mestranda em História (UNEB)
jornalistameireles@gmail.com

Resumo

O presente texto tem por finalidade retomar uma pesquisa realizada entre os anos de 1996 – 2006 na cidade de São Miguel das Matas (BA), e concentra seus esforços investigativos na trajetória da Juventude Agrária Católica (JAC), entre os anos de 1955 a 1969 - início e término do movimento na cidade. Tal período, marcado pela ditadura militar, aborda a intervenção da Igreja Católica em oposição ao poder político local. Este estudo visa compreender a trajetória de atuação e luta deste Movimento Católico que visando o homem do campo, enfrentou anos de confronto com o poder político local e demais órgãos repressivos. Para uma compreensão analítica maior sobre o assunto, esse trabalho também dará enfoque à forte atuação do Movimento de Educação e Base (MEB), do sindicato rural, através da militância do vigário Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio e de outros integrantes da JAC da época. A importância do resgate histórico, atrelado à relevância da história oral, nessa pesquisa, moveu-se em busca desse objeto de estudo: a Juventude Agrária Católica. Através das informações obtidas na referida cidade, foi possível constatar a grande atuação desse Movimento, suas contribuições, seu forte posicionamento no setor agrário e urbano, o que justifica o interesse em delinear esse objeto de pesquisa, a fim de também mapear as áreas rurais pelas quais a JAC atuou no território baiano. Em meio a toda essa efervescência política e cultural, a Igreja Católica a partir dos anos 1950 e 1960 experimentou algumas transformações através do envolvimento de bispos, padres, e religiosos com os segmentos marginalizados da sociedade, participando das lutas populares em todo o Brasil (CARVALHO, 2001, p. 164). A relevância desse projeto se apresenta, também, frente a escassez de trabalhos acadêmicos que abordem esse tema, o que faz desse resgate historiográfico um assunto importante a ser analisado, mapeado, a fim de que muitos tomem conhecimento dos acontecimentos e dos fatos que contribuíram para a atuação do movimento jacista no território citado e, sobretudo, para a compreensão de movimentos religiosos adotados em pequenas cidades do interior. Fontes orais, em conjunto com uma documentação cedida por ex-jacistas, e o acervo do CEDIC permitem a elaboração desse recorte em que a memória atuará como mola mestra, a fim de reconstituir, sob múltiplas perspectivas, a intervenção tanto da JAC como de outros movimentos da esquerda católica ainda em fase de experimentação, possibilitando a constituição de um acervo bibliográfico sobre o assunto em questão.

Palavras-chave: Memória; religião; política; juventude católica; território baiano.

Introdução

A finalidade deste trabalho é retomar uma pesquisa realizada entre os anos de 1996 – 2006 na cidade de São Miguel das Matas⁷⁵ (BA), e concentra seus esforços

⁷⁵ O município, de aproximadamente 10.517 habitantes está localizado na microrregião geográfica do centro-sul baiano. Faz limite com as cidades de Laje, Santo Antonio de Jesus, Varzedo, Elísio Medrado e Amargosa. A sede municipal está a uma altitude média de 300m do nível do mar e tem a seguinte localização

investigativos na trajetória da Juventude Agrária Católica (JAC), entre os anos de 1955 a 1969 - início e término do movimento na cidade. Tal período, marcado pela ditadura militar, aborda a intervenção da Igreja Católica em oposição ao poder político local. Este estudo visa compreender a trajetória de atuação e luta deste Movimento Católico que visando o homem do campo, enfrentou anos de confronto com o poder político local e demais órgãos repressivos. Para uma compreensão analítica maior sobre o assunto, esse trabalho também dará enfoque à forte atuação do Movimento de Educação e Base⁷⁶ (MEB), do sindicato rural, através da militância do vigário Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio⁷⁷ e de outros integrantes da JAC da época.

A importância do resgate histórico, atrelado à relevância da história oral, nessa pesquisa, moveu-se em busca desse objeto de estudo: a Juventude Agrária Católica. Através das informações obtidas na referida cidade, foi possível constatar a grande atuação desse Movimento, suas contribuições, seu forte posicionamento no setor agrário e urbano, o que justifica o interesse em delinear esse objeto de pesquisa, a fim de também mapear as áreas rurais pelas quais a JAC atuou no território baiano.

Em meio a toda essa efervescência política e cultural, a Igreja Católica a partir dos anos 1950 e 1960 experimentou algumas transformações através do envolvimento de bispos, padres, e religiosos com os segmentos marginalizados da sociedade, participando das lutas populares em todo o Brasil (CARVALHO, 2001, p. 164).

A relevância desse projeto se apresenta, também, frente a escassez de trabalhos acadêmicos que abordem esse tema, o que faz desse resgate historiográfico um assunto importante a ser analisado, mapeado, a fim de que muitos tomem conhecimento dos acontecimentos e dos fatos que contribuíram para a atuação do movimento jacista no território citado e, sobretudo, para a compreensão de movimentos religiosos adotados em pequenas cidades do interior.

geográfica: latitude sul 13°4', longitude oeste 39°45'. São Miguel das Matas fica cerca de 230 Km de Salvador, capital do Estado. O município foi emancipado em 08 de junho de 1891. Área Total: 208,1 km², Densidade Demográfica: 50,08 hab/km².

(<http://www.citybrazil.com.br/ba/smigueldasmatas/>),

(<http://www.no.comunidades.net/portalcriativa/index.php?op=4>).

⁷⁶MEB – ação voltada às camadas excluídas da sociedade, que tem por missão a promoção integral, humana e cristã de jovens e adultos, desenvolvendo programas de educação popular, a fim de colaborar com a construção de uma sociedade justa e ética, sobretudo educando para a conscientização e vivência da cidadania e participação social.

⁷⁷ Nascido em 05/01/1927. Ficou na paróquia de São Miguel das Matas entre 01/01/1953 e 01/01/1967. Tornou-se assistente paroquial, diocesano e diretor estadual da JAC na Bahia. Ajudou a fundar e manter o MEB (Movimento de Educação e Base) e o sindicato rural. Foi considerado um revolucionário comunista que incitava a população às práticas “subversivas”. Em 1967 teve que sair da cidade em decorrência das ameaças que sofria por parte do poder político local. Faleceu em 13 de maio de 2008.

Fontes orais, em conjunto com uma documentação cedida por ex-jacistas⁷⁸, e o acervo do CEDIC permitem a elaboração desse recorte em que a memória atuará como mola mestra, a fim de reconstituir, sob múltiplas perspectivas, a intervenção tanto da JAC como de outros movimentos da esquerda católica ainda em fase de experimentação, possibilitando a constituição de um acervo bibliográfico sobre o assunto em questão.

Surgimento da JAC

A Juventude Agrária Católica foi um movimento que se desenvolveu após o surgimento da Ação Católica. A Ação Católica no Brasil (ACB) foi marcada por dois momentos distintos: o primeiro, com a chamada Ação Católica Geral que foi de 1932 a 1950; e o segundo momento, a Ação Católica Especializada de 1950 a 1960. A Ação Católica Especializada abrangeu os seguintes grupos: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica).

A Ação Católica, um dos mais importantes movimentos leigos na Igreja Contemporânea, foi criada na Itália no século XIX como um instrumento para se exercer influência sobre a sociedade após a igreja ter perdido poder político devido a unificação da Itália em 1860. A Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada em 1920 sob os auspícios de Dom Sebastião Leme, que era estimulado nesse sentido pelo Papa Pio XI. Durante suas primeiras décadas, a Ação Católica no Brasil assemelhava-se aos movimentos europeus em termos de dependência de hierarquia. As conclusões do I Congresso Nacional da ACB em 1946 ressaltam “a mais filial submissão a todos os membros da hierarquia”. A hierarquia insistia na “disciplina da obediência pronta e filial aos vossos superiores hierárquicos” (MAINWARING, 1989, p.83).

Segundo KHOURY (2002), a primeira tentativa de organização e união dos jovens rurais no Brasil aconteceu no ano de 1947, realizado pelo Bispo de Caicó (RN). Em Campos (RJ), no mesmo ano, Ângela Neves, uma das líderes nacionais da Juventude Agrária Católica, preocupada com a situação dos jovens rurais, realizou uma pesquisa para apreender dados mais precisos sobre a realidade rural brasileira.

Entre 1949 e 1958, foi o setor feminino que comandou o Movimento, efetuando um trabalho predominantemente de base. Muitos jovens foram se deslocando para outras regiões. Assim, o Movimento foi atingindo outros Estados, expandindo-se pela região nordestina⁷⁹.

⁷⁸ Jovens cuja faixa etária variava entre 15 e 30 anos, filhos de agricultores cujas famílias sobreviviam do meio rural.

⁷⁹ Informação colhida pela CEDIC – PUC- SP, data de acesso: 19/12/2006. (http://www.pucsp.br/cedic/principais/acervo/fund_colec.php?start=J&pag=1)

Segundo KHOURY (2005), uma característica marcante dessa militância são as propostas de formação / educação nos meios onde se constituem numa perspectiva de “levar a cultura ao povo”.

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi um dos movimentos educacionais mais significativos do início da década de 60, atuando em onze estados brasileiros, concentrando sua atuação junto a grupos políticos da esquerda cristã, imprimindo uma orientação ideológica própria, direcionando a prática educativa para programas de desenvolvimento comunitário e de sindicalização rural. Além de ter sido um dos movimentos educacionais mais marcantes no início da década de 60, principalmente no Nordeste brasileiro, o MEB tornou-se viável graças a ação do Governo Federal que garantia a viabilidade financeira (No Rastro de Memórias Silenciadas de Yara Aun Khoury. *Proj. História, São Paulo, (30), p. 407-414, jun. 2005*).

A Juventude Agrária Católica em São Miguel das Matas e sua atuação

A JAC se instala no interior do território baiano com caráter de valorização do homem do campo. Esse Movimento, ligado à Igreja Católica e aos movimentos eclesiais de base, tinha o objetivo de melhorar as condições de vida e de trabalho da população rural local, assim como, através da educação, conscientizá-la. O método de ação da JAC se baseava nos princípios da Ação Católica: ver⁸⁰, julgar⁸¹ e agir⁸². Dessa forma, o movimento enfrentou as dificuldades de uma época em que a repressão atuava, sobretudo contra a reforma agrária.

A participação desses militantes cristãos, sobretudo jovens estudantes e trabalhadores, na vida social brasileira e, principalmente, na prática política que agitou os anos 1950 e 60, é um fenômeno razoavelmente conhecido. Profundamente imbuídos de uma intenção de apostolado e procurando atuar em seu meio social, através do método “ver-julgar-agir”, o olhar próprio que lançam sobre a realidade social, que se dispõem a transformar, moldar os abundantes registros que produzem ao longo de sua militância. Sua prática muito metódica, planejada, detalhada e amplamente repertoriada contribuiu para deixar um patrimônio documental muito expressivo, do qual emergem facetas da realidade social marcadas pelos modos de ser e de agir da Igreja Católica e de setores da juventude, através das problemáticas vividas nos anos em questão. (KHOURY, 2005, p. 31)

Foi nessa efervescência de descobertas e experimentos que o pensamento da AC se expandiu pelo Brasil. No ano de 1955, a concepção de criar subsídios para a melhoria do homem do campo chega à Bahia trazida pelo Padre Gilberto Vaz Sampaio na paróquia de São Miguel das Matas. Através de vários contatos com a líder nacional Ângela Neves,

⁸⁰ O VER: consiste em constatar a situação real. É a tomada de consciência da realidade. Olhar a realidade profundamente. Em cada fato da vida operária reflete-se a ação de Deus.

⁸¹ O JULGAR: é ver esses fatos à luz do evangelho comparada com a perfeição.

⁸² O AGIR: é a encarnação da Caridade nas estruturas.

do Rio de Janeiro⁸³, iniciou-se a Juventude Agrária Católica, sendo o primeiro núcleo da JAC na Bahia.

O Movimento de Ação Católica em geral cresceu muito no Brasil e como eu vivia em uma comunidade rural pequena onde tinha aproximadamente 1.200 habitantes, então eu me dediquei a um trabalho mais rural e vi de perto que São Miguel das Matas tinha abertura para estes trabalhos, com lideranças rurais, etc.

Então em 55, a professora Odelita Oliveira Caldas – professora muito dedicada a igreja, vinda de Amargosa, recém-formada – estabeleceu um trabalho naquele ponto rural no Ponto da Serra e fez um bonito trabalho pastoral, catequista, de primeira qualidade.

Começamos a ver o problema da JAC, depois fomos para o primeiro encontro que houve no Nordeste em Natal, Rio Grande do Norte e lá, eu e ela estudamos bem o movimento e fizemos crescer na região, começando pelo núcleo do Ponto da Serra, depois indo para o Riachão e outros lugares. (SAMPAIO, 10 de fevereiro de 2007).

O vigário Gilberto Vaz Sampaio constatou que a paróquia de São Miguel das Matas era estritamente rural, e já conhecendo o movimento da Ação Católica planejou iniciar um movimento com a juventude campesina. Um grupo de jovens passou a se reunir semanalmente com a professora Odelita Caldas e o vigário Gilberto. No início, as reuniões eram semanais e contavam com cerca de 25 jovens⁸⁴.

Um ano e meio depois, surgiu em São Miguel a JACF (Juventude Agrária Católica Feminina) e a JACM (Juventude Agrária Católica Masculina).

O próprio Movimento, na vivência diária, vai entretendo uma aproximação entre os sexos, não sem resistência e dificuldades. Somente em fins dos anos 1950 a militância passa a ser conjunta. Um documento de JAC, de 1951, é expressivo em relação a proposta de valorização da mulher no campo, ao trazer referências sobre um curso feminino de especialização agrícola. Em 1963, documentos da JAC testemunham que, entre as problemáticas vividas, a “promoção feminina” é uma delas, ao lado de esforços por educação mais adequada para adolescentes rurais, por melhor orientação profissional para os rapazes, ao lado de discussões sobre as lutas por reforma agrária e de debates em torno de formas de articulação dos jacistas com sindicatos rurais e com organizações camponesas.

Ao longo da trajetória de todos esses Movimentos, o tratamento diferenciado que a igreja dá a rapazes e moças, formas separadas de organização e práticas para homens e mulheres, certas temáticas de estudo e reflexão oferecidas a cada um dos sexos e as maneiras como são oferecidas representam um vasto campo de estudo em torno de relações de gênero em diferentes localidades do Brasil e o papel desses Movimentos e da própria Igreja no entretecer dessas relações (KHOURY, 2005, p. 36).

Paralelo a isso, em 1958, funda-se a pré-JAC, na região Centro-Sul, composta por adolescentes com faixa etária até 14 anos em fase de nucleação, com o objetivo de

⁸³ Livro de tomo, 1982, pg. 83.

⁸⁴ Relatório anual da JAC, datado de 1958.

preparar esses iniciantes para um movimento mais fundamentado e atuante, usando, para isso, a base da Ação Católica. Embora a pré-JAC fosse um movimento pequeno e pouco conhecido, ele se desenvolveu, mas não se fixou em todas as regiões.⁸⁵

Desta forma, a JAC se difundiu e teve forte atuação em diversos núcleos rurais, como: Riachão, Rio Vermelho, Ponto da Serra, São Roque dos Macacos e, posteriormente, expandindo-se para outras cidades do interior, como Amargosa, Mutuípe, Laje, Jequiriçá, Jequié, Riachão do Jacuípe, Iaçú, Milagres, Varzedo, Elísio Medrado, Engenheiro Pontes, Itaquara, Nova Itarana, Jaguaquara, Santo Antonio de Jesus e Corta-Mão⁸⁶; englobando as dioceses de Amargosa e Salvador⁸⁷.

Em face de uma nova perspectiva que a Ação Católica trouxe aos jovens rurais essa iniciativa de fundar um movimento de esquerda católica em uma pequena cidade do interior, o que provocou a reação por parte do poder político local e dos fazendeiros - donos de propriedades -, desencadeando, consecutivamente ameaças, perseguições, vigilância e divergências por parte da oligarquia política e administrativa representada pelo prefeito da época, Ademário Vilas Boas⁸⁸. Segundo depoimento do Mons. Gilberto Vaz Sampaio:

“Fizeram a denúncia de que éramos comunistas e que o padre era o mais perigoso da região. Quando estourou a revolução, foi comunicado ao exercito que eu era comunista e que era o incentivador da contra revolução, no dia 4 de abril a cidade foi cercada e os militares ficaram no entroncamento de Santo Antonio, Amargosa e perto de Milagres. Estes militares estiveram em São Miguel preparados para me prender na hora que eu fugisse, ai chegou a caravana, veio uma caminhonete lotada de soldados e um major de Santo Antonio que controlava o exercito da região. Ele era anti-clerical, cercou a cidade por todos os lugares para que eu não corresse” (SAMPAIO, 06 de junho de 2006).

Mas o movimento continuou, estabeleceu-se, cresceu progressivamente, tendo a participação de seus integrantes em congressos, seminários, reuniões, cursos e encontros no Brasil e no exterior. Essa participação efetiva, segundo atas e relatórios da época, contabilizou em 1957 cerca de 500 jovens participando do movimento jacista no município.

Outro dado relevante evidencia que a maioria dos jacistas tinha apenas o ensino primário, outra parte era composta por analfabetos. Os chamados militantes eram os jacistas que tinham uma melhor escolaridade e, por isso, começaram a criar escolas, a fim

⁸⁵ Relatório anual escrito pelo Mons. Gilberto Vaz Sampaio, 2006.

⁸⁶ Distrito de Amargosa com aproximadamente 700 habitantes. Nessa localidade, a JAC se estruturou no ano de 1959.

⁸⁷ Relatório anual da diocese de São Miguel das Matas-BA

⁸⁸ Ademário Vilas Boas retoma à administração em 11 de abril de 1959 a 11 de abril de 1962 – 1967 a 1971.

de alfabetizar os agricultores/camponeses. Logo depois, eles se ligaram ao Movimento de Educação e Base, tendo como assistente e professores os jacistas engajados, já alfabetizados.

Após o golpe militar de 1964, o sindicato rural começou a ser instalado em algumas regiões vizinhas, como enfatiza Sampaio em seu depoimento:

“...depois veio a criação dos sindicatos rurais ai foi que explodiu o problema em 65 logo após a revolução. Em São Miguel também começou a ser instalado e a JAC deu força pra isso e eu incentivei mostrando que o sindicato era uma coisa de direito mas, na concepção política da época, não só de São Miguel mas de outros lugares o sindicato era visto como adesão ao comunismo. O comunismo era um terror, quando se falava nisso o povo tremia, então achavam que a fundação dos sindicatos era a implantação do comunismo e imediatamente comunicavam ao prefeito que nos denunciou imediatamente alegando que em São Miguel estava se fundando um sindicato rural”. (SAMPAIO, 06 de junho de 2006).

Com o apoio da JAC, esses sindicatos encontravam maior sustentação para reivindicar os seus direitos, mediante a forte atuação do movimento jacista, que nessa época já possuía um espaço respeitado nas pequenas cidades rurais⁸⁹.

O movimento da JAC preocupou-se com a formação dos trabalhadores rurais. Formando parceria com as Frentes Agrárias, difundiu o sindicalismo, além de defender os movimentos de cultura popular, programas de alfabetização, o cooperativismo e a criação de comunidades de trabalhadores autônomos. Conforme Botas (1983), o instrumento para atingir os objetivos das Frentes Agrárias e da JAC era o programa da Educação de Base, integrando o agricultor na luta, principalmente pela Reforma Agrária. (Trecho do relatório anual da JAC)

A JAC intervinha nas questões sociais e políticas locais, muitas vezes indo contra as propostas administrativas adotadas pelas autoridades, como a compra de votos por parte do poder político local. Diante dessa situação, os jacistas atuavam junto aos trabalhadores rurais, conscientizando sobre questões que abrangiam desde as melhores formas de adubação da terra, até a discussão dos direitos políticos, como o direito ao voto livre e secreto, bem como a importância do sindicato rural, entre outros aspectos.

KADT (2000) afirma que em muitas localidades os camponeses não enxergavam mais como legítima a determinação do patrão ou *coronel* de que seus votos deveriam ser dados a ele como parte de uma obrigação generalizada do dependente para com o patrão. Apesar do poder que os proprietários de terra e os coronéis detinham para “punir” aqueles que não votavam conforme suas vontades, os camponeses já não ofereciam mais seus

⁸⁹ Depoimento cedido pelo presidente do sindicato rural de São Miguel das Matas, Roque Silva e pelo Mons. Gilberto Vaz Sampaio em 21 de novembro de 2006.

votos simplesmente por uma questão de costume. Eles aprenderam que o voto é uma mercadoria valiosa e que um cidadão pode servir-se de sua possibilidade de ser eleitor para, ao menos tacitamente, exigir um preço pelo voto que o patrão queria. Na maioria das áreas tradicionais do campo, este poder recém-descoberto pode ter significado muito pouco até agora, porque está baseado em nada mais que uma vaga agitação da consciência do lado dos camponeses, e uma vaga inquietação a respeito das mudanças que andam ocorrendo “por aí”, do lado do *coronel*. Mas isto pode fazer com que, além do transporte para os locais de votação e a oferta de alguma forma de divertimento, os eleitores recebam também refeições, sapatos, roupas ou até dinheiro. Isto pode, ainda, fazer com que, nos tempos de eleição, os indivíduos ou comunidades camponesas contem com maior possibilidade de obter sucesso em suas reivindicações de “favores”.

Nessa época, o movimento agrário era discutido, o que posteriormente causou atritos entre as autoridades religiosas e as autoridades locais.

O Movimento da JAC, por exemplo, traz informações sobre dimensões econômicas, políticas, sociais e religiosas da vida rural brasileira, em várias regiões. Sendo uma prática do Movimento, realizar inquéritos para melhor atuar na realidade, são numerosas e variadas as informações sobre a vida nas fazendas e nas pequenas cidades e sobre a questão e a reforma agrárias. Problemas como fome, saúde, *renda per capita*, analfabetismo, escolas e previdência social no campo, produção, exploração e justiça do trabalho, organização sindical rural, cooperativas e outras organizações de trabalhadores, empresariais e da administração pública, forças políticas e eleições no campo, entre tantos outros, são alvos de suas preocupações. Estatuto de sindicatos e de outras organizações de trabalhadores rurais, dossiê do I Congresso de Trabalhadores Rurais, realizado no Rio Grande do Norte, reunidos em seu arquivo, além de um número significativo de leis e textos que testemunham a participação da JAC nas discussões sobre projeto de lei de reforma agrária, nos dão uma noção de que sua presença no meio rural, particularmente na Região Norte e Nordeste, pode ter sido mais expressiva do que habitualmente se reconhece. (KHOURY, 2005, p. 32).

A desarticulação da JAC se deu a partir da saída do líder estadual Mons. Gilberto Vaz Sampaio da paróquia de São Miguel, no ano de 1967 - o que justifica o recorte temporal utilizado nesse projeto de pesquisa - devido as ameaças e perseguições sofridas em virtude de ter sido acusado de incitar os jovens às práticas subversivas.

“O líder político da situação aproveitou para denunciar o vigário padre Gilberto Vaz Sampaio. Fez denuncia junto ao comando militar, como se o padre fosse comunista, dando como provas que este lutava em favor dos pobres, apoiava o sindicato rural e era favorável a reforma agrária. No dia 4 de abril de 64 a cidade ficou ocupada por um capitão do exército. Com o pelotão dizendo que a sua missão era prender o vigário, o que não ocorreu levando apenas um agricultor, inimigo do tal chefe político, Ademário Vilas Boas. Mesmo não citando nomes, todo

povo consciente sabe quais os agricultores mais perseguidos da época. E, isto não parou por aí. Dois anos depois o mesmo chefe político continuava a criar dificuldades com a igreja desmoralizando novamente o vigário Gilberto que, diante disso, resolveu ir ao comando do exército e relatar as atitudes do político referido que agia ocultamente. Em face do ocorrido, o padre Gilberto deixou essa paróquia cujo povo era muito querido, transferindo-se para Santo Antonio de Jesus, voltando a São Miguel, 14 anos depois”. (SILVA, 12 de março de 1996).

Nessa mesma época, chegou as mãos dos jacistas a publicação “Grito do Nordeste”, publicação considerada comunista. Por meio de denúncias, esse exemplar chegou ao conhecimento do prefeito da época, Ademário Vilas Boas, que o enviou à 6ª Região Militar, ajudando a desarticular o movimento nessa localidade⁹⁰.

“O povo dizia que na JAC só tem terrorista. Acabou o movimento porque não se podia falar, porque as forças armadas não deixavam, porque senão ia preso, mas no coração de todo mundo sempre se fazia alguma coisa que tinha o cheiro da JAC, as reuniões, os encontros, tudo, não se podia falar em JAC, mas se falava em amizade, se falava em amor ao próximo, se falava em partilha, se falava em colaboração, falava tudo só não podia usar a palavra JAC porque significava pra eles terrorismo”. (BARRETO, 29 de dezembro de 2007)

Toda essa movimentação evidencia que a Juventude Agrária Católica, em muitas localidades do interior baiano, ajudou a abalar a estrutura de subjugação social e política a qual a população rural estava exposta. A atuação da JAC possibilitou, por sua vez, a organização e mobilização das famílias do campo, fazendo com que pudessem desempenhar um protagonismo político inédito nessas comunidades, propiciando a criação de novas lideranças políticas. Em consequência disso, desagradou aos líderes políticos tradicionais, que estavam habituados a deter o poder e usá-lo de forma arbitrária e coercitiva, alijando a maioria da população de obterem melhorias na qualidade de vida. Dessa forma, a linha investigativa deste projeto pretende reconstituir, através das memórias dos ex-jacistas, a trajetória desse movimento social e suas implicações no contexto político-social das comunidades rurais da cidade citada.

Contextualização histórica de São Miguel das Matas nos anos 50

Para entender melhor o município de São Miguel das Matas nos anos 50, foi necessário recorrer a alguns documentos e manuscritos que nos apontam para uma área basicamente rural, composta por muitas fazendas, tendo como economia predominante a agricultura:

Por efeito do Ato de 1º de junho de 1891 criou-se o município de São Miguel, com território desmembrado do de Santo Antonio de Jesus, tendo se iniciado a sua administração autônoma a 08 de junho do

⁹⁰ Relatório anual da JAC, datado em 1969.

mesmo ano. Com apenas um distrito assim figura o município de São Miguel, não só na divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911 e nos quadros do Recenseamento Geral de 01-9-1020.

Em face do Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no quinquênio 1944-1948, São Miguel foi extinto e seu território anexado ao município de Santo Antonio de Jesus, como distrito, sob a denominação de São Miguel das Matas. Restaurou-o, porém, o Decreto – Lei Estadual nº 12.978, de 1º de junho de 1944, conservando-lhe o mesmo nome. A sua composição administrativa não sofreu alteração, continuando de acordo com a lei nº 628 de 30 de 1953 a figurar com o distrito único de São Miguel das Matas (Livro de ata da prefeitura de São Miguel das Matas).

Segundo o Recenseamento de 1950, cerca de 33,7% da população em idade ativa (acima de 10 anos) dedicava-se à agricultura, pecuária e silvicultura. A atividade fundamental na economia do município era a agricultura, que se fazia representar pelo café, fumo, mandioca e cana-de-açúcar. Destacando-se também a cultura da banana, do aipim e da laranja que, no entanto, eram consumidas internamente e apenas pequena parte era exportada. Em pequena escala eram cultivados o abacate, a batata doce, o limão e a tangerina. Sendo as terras do município férteis, contendo 1.051 grandes, médias e pequenas propriedades rurais. O município de São Miguel das Matas era um município estritamente agrícola, onde predominavam pequenas propriedades. Apenas uma tem mais de 1.000 hectares. Cerca de 90% de sua população reside no campo e se ocupa da policultura.

Referente a vida religiosa no ano de 1957 houve, segundo documentação manuscrita pela paróquia, forte atuação e participação religiosa por parte da população. A congregação Mariana continha aproximadamente 220 homens, a Pia União das Filhas de Maria 120 moças, as Cruzadas Eucarísticas com 390 crianças, e a JAC (Juventude Agrária Católica) com quase 500 jovens e algumas equipes de casais no meio rural. Esta última foi tida, no ano de 1962, como a paróquia piloto no estado. A paróquia dispunha também de uma professora estadual, Odelita Caldas (ex-jacista), liberada para o ensino religioso nas escolas, e uma jovem liberada para orientação das equipes diocesana e paroquial da Juventude Agrária Católica.

Com base em pesquisas desenvolvidas, alguns questionamentos se mostraram relevantes para a linha investigativa deste projeto. Que tipo de ações o movimento agrário religioso desempenhou para que fossem considerados subversivos? Como um movimento rural conseguiu atuar diante da repressão política dos poderes constituídos em São Miguel das Matas no período em questão? Como proprietários de terra da região aproveitaram o clima de instabilidade política, especialmente no período do regime militar, para vetar os direitos dos trabalhadores rurais? Essas são algumas indagações que norteiam a pesquisa

a ser desenvolvida.

KADT (2000) afirma que em muitas localidades os camponeses não enxergavam mais como legítima a determinação do patrão ou *coronel* de que seus votos deveriam ser dados a ele como parte de uma obrigação generalizada do dependente para com o patrão. Apesar do poder que os proprietários de terra e os coronéis detinham para “punir” aqueles que não votavam conforme suas vontades, os camponeses já não ofereciam mais seus votos simplesmente por uma questão de costume. Eles aprenderam que o voto é uma mercadoria valiosa e que um cidadão pode servir-se de sua possibilidade de ser eleitor para, ao menos tacitamente, exigir um preço pelo voto que o patrão queria. Na maioria das áreas tradicionais do campo, este poder recém-descoberto pode ter significado muito pouco até agora, porque está baseado em nada mais que uma vaga agitação da consciência do lado dos camponeses, e uma vaga inquietação a respeito das mudanças que andam ocorrendo “por aí”, do lado do *coronel*. Mas isto pode fazer com que, além do transporte para os locais de votação e a oferta de alguma forma de divertimento, os eleitores recebam também refeições, sapatos, roupas ou até dinheiro. Isto pode, ainda, fazer com que, nos tempos de eleição, os indivíduos ou comunidades camponesas contem com maior possibilidade de obter sucesso em suas reivindicações de “favores”.

Nessa época, o movimento agrário era discutido, o que posteriormente causou atritos entre as autoridades religiosas e as autoridades políticas locais. Movimento da JAC, por exemplo, traz informações sobre dimensões econômicas, políticas, sociais e religiosas da vida rural brasileira, em várias regiões. Sendo uma prática do Movimento, realizar inquéritos para melhor atuar na realidade, são numerosas e variadas as informações sobre a vida nas fazendas e nas pequenas cidades e sobre a questão e a reforma agrárias. Problemas como fome, saúde, *renda per capita*, analfabetismo, escolas e previdência social no campo, produção, exploração e justiça do trabalho, organização sindical rural, cooperativas e outras organizações de trabalhadores, empresariais e da administração pública, forças políticas e eleições no campo, entre tantos outros, são alvos de suas preocupações. Estatuto de sindicatos e de outras organizações de trabalhadores rurais, dossiê do I Congresso de Trabalhadores Rurais, realizado no Rio Grande do Norte, reunidos em seu arquivo, além de um número significativo de leis e textos que testemunham a participação da JAC nas discussões sobre projeto de lei de reforma agrária, nos dão uma noção de que sua presença no meio rural, particularmente na Região Norte e Nordeste, pode ter sido mais expressiva do que habitualmente se reconhece. (KHOURY, 2005, p. 32).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALBERTI, V. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- ALMEIDA, Aristeu Barretto. **Reforma agrária sem atritos**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.
- ALVES, Marcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1967.
- ALVES, Solange Dias de Santana. **A igreja católica na Bahia: fé e política**. Salvador. - Departamento de História da UFBA, 2003.
- BARROS, José D' Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópoles, RJ: Vozes, 2005.
- BETEATO, Mario Antonio. **Da Ação Católica à Pastoral da Juventude**. Petrópoles, Vozes, 1985.
- BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política – história da JUC e da AP**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja no Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOAVENTURA. **Igreja popular**. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 236 p.
- BRITTO, Elissandra Alves de. **A dinâmica do novo mundo rural e o seu reflexo na RMS**. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios da teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. História da Agricultura e história Agrária: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. *In: Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópoles: Vozes, 1982.
- CERVO, L. Amado; BERVIAN, A. Pedro. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Afiliada. 2002.
- CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**: depoimento sobre a vida e as lutas camponesas no estado do Maranhão. Petrópolis: Ana Maria Galano (Ed): Vozes, 1980.

DIAS, José Alves. **A subversão da ordem**: manifestações de rebeldia contra o regime na Bahia, 1964-1968. Salvador: - Departamento de História da UFBA, 2001.

DUARTE, Luiz F. D. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social, *In*: CARDOSO, Ruth (org). **A Aventura Antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

EMILIANO, José. **Galeria F, Lembranças do Mar Cinzento**. Salvador: Casa Amarela, 2000.

FARIAS, Joilza. **Religiosidade, festas e memórias**: São Miguel das Matas - Ba (1960-2000). Santo Antonio de Jesus: Departamento de História da UNEB, 2002.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GEBARA, Ademir, MARTINS, H.N. et al. **História Regional**: uma discussão. Campinas: UNICAMP, 1987.

GONZALEZ, Jose Luis; BRANDAO, Carlos Rodrigues; IRARRAZAVAL, Diego. **Catolicismo popular**: história, cultura, teologia. São Paulo: Vozes, 1993. 264 p.

GUIMARAES, Alberto Passos. **A Crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Trad. Maria Valentina Rezende e Maria Valeria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.

KHOURY, Yara Aun (coord.) **Inventários dos Fundos**: Juventude Agrária Católica do Brasil (JACB), Juventude Estudantil Católica do Brasil. Juventude Independente Católica do Brasil (JICB). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa – Omega, 1984.

LLANO CIFUENTES, Rafael. **Relações entre a Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)** - São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, Jose de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**: terra e poder o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, Jose de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1936, 3ª edição.

MATA, Sérgio da. **JUC E MMC: polaridade político – religiosa em Belo Horizonte** - Revista de História regional. vol.3, n °1-Verão 1998.

- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 153p.
- MORAES, Aricildes. **31 de março de 1964: História Oral do Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEX. 2005. Tomos 11, 12 13 e 14.
- MUNOZ, Ronaldo. **Nova Consciência da Igreja na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MURARO, Vladimir Francisco. **Juventude Operária Católica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Franklin. **Paixão e Revolução: Capítulos sobre a história da AP**. Pernambuco: Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2000.
- PORTELLA, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista do programa de Pós-Graduação em História do Departamento da PUC – SP**. São Paulo, n.º15, 1997, p.16.
- ROCHA, Olavo Acyr de Lima. **A desapropriação no direito agrário**. São Paulo: Atlas, 1992.
- SALES, George Everton. **Entre o Religioso e o Político: uma história do círculo operário da Bahia**. Salvador: Departamento de história da UFBA, 1996.
- SILVA, Margarete Pereira da. **Não tenho paciência histórica: a igreja popular em Juazeiro (Ba) 1962-1982**. Salvador. Departamento de História da UFBA, 2002.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Regionalismo Nordestino**. São Paulo: Moderna, 1984.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **As Várias faces da Igreja Católica**. Revista Scielo. Net, São Paulo dez. 2004. Estud. Av. v. 18 n. 52. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 de novembro de 2006.
- VILELA, Pe. Orlando O. **Atitude Cristã em face da Política**. Belo Horizonte: Menezes, 1951.

O AGRESTE NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS E INDÍGENAS (1822-1823)

Thiago Pinto Dantas
Bacharel em Direito e Licenciado em História - UCSAL
thiago.dantas@ucsal.edu.br

Resumo

A região Agreste da Bahia participou efetivamente das lutas pela independência do Brasil na Bahia e partindo da Vila de Itapicuru centenas de homens se deslocaram de uma localidade longínqua com a finalidade de tornar a Província independente de Portugal. Mas a custo de que? Ou de quem? Quem foram esses homens? E quem foram os beneficiados neste processo de lutas e transformações durante o século XIX (1822-1823)? As camadas populares foram importantes no êxito do processo da independência do Brasil, mas foram imprescindíveis no prestígio e ascensão que a elite local e regional adicionou após o término da guerra. Os povos escravizados lutaram bravamente em uma guerra cujos louros não foram colhidos por estes. Desta forma, é importante refletir os verdadeiros protagonistas no processo de independência do Brasil. Analisar o contexto da região Agreste a partir da Vila de Itapicuru que de acordo com diversos autores contribuiu de forma efetiva com o envio de homens, dinheiro e munições. O Engenho Camuciata em Itapicuru hospedou o general Labatut que ordenou ao Capitão Mor de Itapicuru João Dantas dos Reis Portátil o recrutamento de homens para a guerra conforme carta que compõe a troca de correspondência entre os dois que consta no Arquivo Público do Estado da Bahia. Após a Batalha de Pirajá em 08/11/1822 era necessário de acordo com o historiador Pedro Calmon uma cavalaria e o Capitão Mor de Itapicuru organizou a cavalaria com 500 homens que partiram de Itapicuru para os campos de Pirajá. O Capitão Mor de Itapicuru também organizou a Guarda Cívica de Cachoeira durante a guerra. Esta guarda era responsável por proteger a cidade durante o conflito. Diante da realidade da Vila de Itapicuru em 1822 esta pesquisa conclui que muitos escravizados foram obrigados a lutar na guerra. Diversos historiadores clássicos citam a participação de Itapicuru como Luiz Henrique Dias Tavares, Afrânio Peixoto, Ladislau dos Santos Titara, Pedro Calmon e muitos outros. E levando em consideração que o Capitão Mor era um senhor de engenho, avô do Barão de Jeremoabo e pai do Barão do Rio Real, além da lista de escravizados da década de 1860 que traz os descendentes dos que lutaram na guerra, não resta dúvida de quem foram os heróis da guerra da independência do Brasil, os negros e indígenas.

Palavras-chave: Agreste; independência; Brasil; negros, indígenas.

Introdução

No campo dos estudos sobre a independência do Brasil na Bahia é necessário investigar como as regiões, vilas e povos da então província participaram no processo árduo que resultou no 02 de julho de 1823 com a independência baiana. Uma das vilas mais antigas da Bahia, conseguiu reunir as localidades vizinhas para um sentido maior de tornar a província independente de Portugal. Refletir sobre a formação de uma unidade regional a partir da participação do povo do Agreste no contexto da independência da

Bahia e compreender como se deu a sua inserção dentro do dois de julho, data magna do estado, se faz necessário neste ano do bicentenário. A região Agreste está situada na divisa com Sergipe e segundo o IPAC

[...] está inserido nos biomas de Mata Atlântica e Agreste. Possui as bacias do Rio Real, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subaúma, Sauípe, Imbassá e Pojuca; áreas alagadas como brejos, lagoas, manguezais e cascatinhas, além de áreas de proteção ambiental do litoral norte do Estado, Mangue Seco e a plataforma continental do litoral norte (Site Ipac, s.a, s.p).

Posto isto, inicialmente, buscaremos compreender como ocorreu o processo de ocupação da importante freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, a partir de reflexões sobre a identificação étnica que lá existia e das relações de poder durante o Período Colonial para então adentrarmos no século XIX.

Ao adentrarmos nesta importante freguesia do arcebispado da Bahia no século XVII, se faz necessário compreendermos o seu entorno, ou seja, a região a qual estava localizada a referida representação católica. O Agreste baiano neste período era habitado originariamente por povos indígenas, cujo elemento nativo se espalhava por vasta expansão territorial (Da Vide, 2011).

Segundo a historiadora (Sena, 1979) a vila de Itapicuru que significa (laje carocuda em tupi-guarani) compreendia cinco aldeias, sendo elas: Saco do Morcego, Canabrava, Natuba, Itapicuru de Cima e Massacará.

E limitava-se com as freguesias de Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia, Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima, São João da Água Fria, Nossa Senhora da Conceição do Soure, Santa Tereza de Pombal, Santo Antônio de Jacobina e a Capitania de Sergipe del Rey (Carvalho, 2008).

Atualmente esta área abrange além de Itapicuru os seguintes municípios: Rio Real, Crisópolis, Olindina, Ribeira do Amparo, Tucano, Araci, Euclides da Cunha, Queimadas, Monte Santo, Cansação, Jeremoabo, Paripiranga, Antas e Cícero Dantas perfazendo um total de 30.000 quilômetros quadrados (Carvalho, 2008).

O estudo de Vilhena utilizado pela autora indicava que somente na aldeia de Massacará em Itapicuru, viviam cerca de 200 casais de indígenas Quiriris e Catrimbis, além dos Tupinambás em Itapicuru de Cima no século XVIII. Em Natuba (atual Nova Soure), no período de elevação a Vila em 1758, existiam cerca de 780 indígenas.

Em 1636 já existia em Itapicuru uma missão franciscana denominada Saúde ou de Santo Antônio onde, posteriormente no ano de 1648, fora erguida uma capela e que

em 1698 passou a ser uma freguesia curada com o nome de Nossa Senhora de Nazareth do Itapicuru de Cima (Sena, 1979).

O historiador (Silva 2000, p. 70) cita as freguesias que eram subordinadas a de Itapicuru, sendo elas: “Monte Santo, Massacará, Inhambupe, Alagoinhas, Boa União, Olhos D’água, Araças, Aporá, Entre Rios e Jeremoabo”, o que demonstrava uma relevante área de alcance e grau de hierarquia naquele período.

Diante do grande contingente populacional do período, já no século XVIII, fora solicitada pelos habitantes da Freguesia de Itapicuru a elevação da localidade à categoria de vila. De acordo com a *carta régia de 04/06/1725*, enviada pelo vice-rei do Brasil Vasco Fernandez César de Menezes (Visconde de Sabugosa), os motivos seriam os inúmeros insultos que ocorriam naquela localidade e a dificuldade de resolução por parte do juiz de Cachoeira ao qual Itapicuru estava subordinado (Sena, 1979).

Portanto, somente em 28/04/1728 a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima fora elevada à categoria de vila, mantendo neste período parte da vasta extensão territorial e os aldeamentos indígenas que já existiam antes da instituição da freguesia (Sena, 1979).

No século XVIII os primeiros sesmeiros chegam a Itapicuru e se estabelecem introduzindo a criação de gado bovino e o plantio da cana de açúcar, contando com o auxílio da mão de obra escravizada que subsidiava todo o sistema (Andrade, 2017).

As famílias sesmeiras com o passar do tempo foram adquirindo outras propriedades rurais em uma região que era dominada pela família Garcia D Ávila. Em 15/10/1754, o português Baltazar dos Reis Porto comprou da senhora Inácia Pereira Leite, viúva de um descendente de Garcia D Ávila a fazenda Camuciatá em Itapicuru (Carvalho Júnior, 2006).

Baltazar dos Reis Porto foi o sesmeiro e patriarca dos que vieram a ser os substitutos dos Garcia D’ávila na região, os Dantas. A fazenda Camuciatá foi utilizada posteriormente em 1822 como quartel general durante as lutas pela independência da Bahia tendo recebido o general Labatut quando este adentrou na Província advindo de Maceió e passando por Sergipe que faz divisa com Itapicuru em direção ao Engenho Novo em Pirajá (Carvalho Júnior; Porto Filho, 2016).

O Conselho Interino do Governo da Bahia fora instalado em 06/09/1822, em Cachoeira e a Vila de Itapicuru reconheceu e aclamou Dom Pedro I no dia 07//07/1822 (anterior a instalação do conselho interino) tendo sido uma das primeiras a manifestar apoio a causa. O seu Capitão mor João Dantas dos Reis Portátil, liderou um contingente

de 2.000 homens para aclamar Dom Pedro I nas localidades de Campos (atual Tobias Barreto), Lagarto, Santa Luzia, Estancia e São Cristovão em Sergipe (Nunes, 2000).

Da fazenda Camuciatá em Itapicuru partiram 500 homens que marcharam até Pirajá e ajudaram a compor a cavalaria que passou a existir após a batalha de Pirajá em 08/11/1822. O Capitão mor de Itapicuru João Dantas também organizou e comandou a guarda cívica de Cachoeira responsável pela proteção daquela vila no recôncavo.

20 de dezembro de 1822. O Conselho interino do governo da Província da Bahia, aprovou o plano e a proposta que o capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil ofereceu para a organização da guarda cívica, destinada a defesa desta cidade, então vila (Milton, 1903, p. 408 e 35).

A vila de Itapicuru compôs o conselho interino do governo da Bahia e o quartel general do Camuciatá fora utilizado como depósito de canhões e pólvoras vindos de Maceió e Sergipe, além de ser o local de concentração das tropas da região Agreste e das que vinham das Províncias de Alagoas e Sergipe del Rey. “Não havia um só soldado de cavalaria e então o Capitão-mor de Itapicuru, João Dantas dos Imperiais Itapicuru, organiza um esquadrão de 500 praças que marcham para Pirajá” (Correia Garcia, 1900, p. 78).

Traçado um breve histórico sobre a Vila de Itapicuru no Agreste e os seus primeiros habitantes, bem como a sua formação administrativa, que tomou impulso com a chegada de sesmeiros, pequenos proprietários rurais e escravizados, analisaremos de que forma se deu a inserção daquela localidade na guerra pela independência da Bahia.

Para isso, procuraremos solucionar algumas questões cujas respostas se fazem necessárias para o sucesso da pesquisa. São elas: Como Itapicuru conseguiu mobilizar as localidades vizinhas em uma guerra que estava socialmente e geograficamente distante daquele povo? O que a região Agreste da Bahia lucraria contribuindo no processo de independência de Portugal? O que uma região já na divisa com a Província de Sergipe e economicamente insignificante (em relação ao recôncavo) acrescentaria em uma guerra de grandes proporções.

Desta forma, se faz necessário evidenciar a independência baiana como uma conquista de todos os povos e regiões e não apenas restrita ao recôncavo e litoral que de forma contundente entraram para a história. Promover esse resgate histórico no campo da história social e regional é um reconhecimento para com o povo do Agreste que embora tenham sido esquecidos no tocante ao 2 de julho tentam se fazer presentes em suas respectivas histórias locais através de seus hinos, sítios históricos, monumentos e nome de ruas, em maior parte desconhecidos pelos seus munícipes.

Portanto, buscar entender como as lutas pela independência no tocante a referida região partiram de homens conservadores com interesses mercantis e audaciosos que culminaram anos mais tarde em um protagonismo político e econômico que já podia ser observado através de análise minuciosa de documentos do Conselho Interino do Governo da Província da Bahia, instaurado em 06/09/1822 em Cachoeira representado pelas principais Vilas da Bahia a época que incluía Itapicuru.

Silenciamento Historiográfico no Século XXI

A justificativa deste trabalho consiste diante da lacuna historiográfica recente sobre a participação da vila de Itapicuru e região Agreste nas lutas pela independência da Bahia. A historiografia atual ao invés de incluir e ampliar o rol de vilas que protagonizaram as lutas, vem excluindo e limitando cada vez mais a região do recôncavo como foi o caso deste ano durante o bicentenário do 2 de julho em que inúmeras vilas não foram sequer citadas nas programações oficiais do estado.

Trata se de um paradoxo, haja vista, que, existem inúmeras citações de historiadores baianos como Luiz Henrique Dias Tavares, Pedro Calmon, Afrânio Peixoto, Ladislau dos Santos Titara, Manoel Correia Garcia, Damasceno Vieira e sergipanos como Maria Thetis Nunes que destacam a participação da vila de Itapicuru no processo que resultou no 2 de julho de 1823.

Além das inúmeras cartas, atas e ofícios do conselho interino do governo da Bahia que comprovam e chancelam as citações dos autores acima citados e que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Historiadores sergipanos citam a participação do Agreste baiano (divisa com Sergipe) nas lutas que antecederam a independência da Bahia aproximadamente um ano antes. Segundo Maria Thetis Nunes (2000) a participação do Itapicuruense João Dantas fora mais importante do que a do próprio Labatut no êxito da adesão sergipana a independência do Brasil.

O referido fato também é narrado no livro Paraguassu Epopéia da Guerra da Independência na Bahia, do historiador baiano, autor do Hino ao Dois de Julho, (Titara, 1973) onde o mesmo relata a participação do Capitão-mor de Itapicuru nas lutas em prol da independência, destacando o esforço de guerra advindo daquela localidade longínqua. Se faz necessário um resgate histórico sobre a participação da vila de Itapicuru que contribuiu com o envio de 500 homens para Pirajá recrutados no extenso território que

aquela localidade abrangia no século XIX tomando quase todo a região Agreste da Bahia (Dantas, 2007).

Enquanto o desânimo se apodera dos que tem consigo a perspectiva da fé e já alcançam a dureza das provocações na Bahia sitiada, entre os sitiados, é uma nova explosão de patriotismo, que a certeza da vitória acende. A cavalaria que o Clarim Luiz Lopes, invocara para o triunfo, chega finalmente. Forma-se sob o comando do Capitão-mor João Dantas e são 500 cavaleiros que marcham para Pirajá (Peixoto, 1923).

Esta pesquisa foca no enraizamento e difusão de uma identidade regional dentro de um contexto político borbulhante do século XIX, enfatizando as relações de poder naquele período. E assim proporcionar aos cidadãos do Agreste e aos pesquisadores da região a entender a importância dessa localidade em um contexto histórico que culminou na independência da Bahia.

Os povos dos hoje municípios baianos conhecidos como Rio Real, Olindina e Crisópolis que pertenciam dentre outros a vila de Itapicuru no século XIX se agregaram as tropas do Camuciá e engrossaram o coro de independência que ecoava pelo Agreste baiano em 1823, quase um ano após o Sete de Setembro de 1822. Verdadeiros heróis que saíram de um lugar longínquo com diversas dificuldades de locomoção que transcendiam o espaço geográfico seco, mas também a fome, sede e medo do desconhecido.

Desta forma, inserir a região Agreste da Bahia até então minimizada, no contexto histórico da independência baiana e resgatar historicamente e socialmente um passado de glórias que com o tempo acabou se esvaindo e caindo em um verdadeiro ostracismo. Entender como monumentos históricos da região, bem como, hinos, cartas, documentos e arquivos, podem contribuir para a história da região e da Bahia.

Tornar público fatos históricos desconhecidos na região, mediante o estudo aprimorado da relevância social e histórica de conteúdos presentes no cotidiano dos municípios. Promover a integração histórica regional através de uma análise profunda a partir do sítio histórico “Camuciá” em Itapicuru cujo sobrado é datado de 1894 em substituição a uma construção anterior do século XVIII de onde 500 homens partiram rumo a Pirajá com o objetivo de libertar a Bahia das tropas portuguesas lideradas por Madeira de Melo.

Os negros e indígenas como protagonistas do Agreste nas batalhas pela independência da Bahia

As publicações oficiais recentes lançadas pelo estado sobre o 2 de julho refletem a necessidade de elucidar os principais beneficiados da independência baiana, para além

do seu povo. Contextualizar os verdadeiros interessados dentro de um processo de lutas e transformações que apesar de estar respaldado em uma causa justa, em um sentido mais restrito, estaria de algum modo fortalecendo e beneficiando fazendeiros e comerciantes que lideraram as frentes de batalhas.

Deste modo, esta pesquisa busca romper com uma perspectiva Freyriana de que todos lutaram como irmãos, em uma luta patriótica em que os envolvidos estavam dispostos a morrer pela Bahia e que estariam na guerra de livre e espontânea vontade, o que não corresponde à realidade factual da região Agreste, em específico, cuja distância geográfica com a zona de conflito era considerável.

A vila de Itapicuru era composta por indígenas e seus descendentes desde no mínimo o século XVII como citado anteriormente. Os escravizados que chegaram a partir do século XVIII trazidos por sesmeiros e pequenos proprietários rurais acabaram substituindo os indígenas em algumas tarefas outorgadas pelos portugueses.

É natural que em um cenário de guerra como a história já evidenciou em diversos capítulos da humanidade que esses indígenas e escravizados fizessem o trabalho que os seus senhores precisavam para demonstrar poder e liderança.

Diante dos fatos acima narrados onde um contingente de 500 homens partiram da vila de Itapicuru para lutar em Pirajá se faz necessário problematizar quem foram esses homens advindos de uma pequena vila na divisa com Sergipe.

Itapicuru era uma terra distante cujo senhor de engenho era um verdadeiro rei naquela circunscrição. O poder recaía sobre o Capitão-mor que como senhor de engenho recrutava quem estivesse mais fácil e em uma posição fragilizada em face às relações de poder que vigoravam naquele período.

Desta forma, a casa grande e a senzala não lutaram harmonicamente, mas protagonizaram neste conflito em específico, de forma redundante, uma luta de classes onde o Senhor de engenho outorgou a ida dos escravos e indígenas a guerra. Afinal de contas, na melhor das perspectivas ninguém estaria disposto a sair de uma região na divisa com Sergipe para ir lutar na cidade da Bahia (Salvador) por uma causa distante em todas as esferas da realidade daqueles indivíduos.

As camadas populares, como enfatiza o historiador (Filho, 2004) foram fundamentais na guerra bem-sucedida do 2 de julho baiano, mas foram imprescindíveis no prestígio político que alguns líderes regionais adicionaram após o término da guerra. Sem os escravizados e indígenas, assim como empregados das inúmeras propriedades rurais baianas talvez não existissem soldados suficientes para as lutas.

Requisitar e mobilizar esses povos foi algo proveitoso para a pátria e mais ainda para os senhores de engenho que ganharam muitas vezes os louros das tórridas batalhas contra os portugueses. Mas a custo de que? Ou melhor, de quem? As respostas para essas perguntas podem nos permitir entender citações do historiador baiano Cid Teixeira (1998) que traçou as principais oligarquias baianas e seus coronéis do império a república.

O autor acima citado coloca a família Dantas como a principal oligarquia de todo o nordeste baiano durante o império e cita um descendente do Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil, que passou a se chamar em um gesto de patriotismo durante as lutas pela independência de João Dantas dos Imperiais Itapicuru.

O descendente citado trata-se de Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo) latifundiário, político e industrial. Tendo fundado com sócios a primeira usina de açúcar do norte/nordeste do Brasil em Santo Amaro/BA o que lhe rendeu o título de Barão de Jeremoabo e que protagonizou acontecimentos importantes durante a Guerra de Canudos e que é citado no épico Os Sertões de Euclides da Cunha e no livro A Guerra do Fim do Mundo do Nobel de literatura Mário Vargas Llosa (Panh Eul, 1979).

Sendo assim, refletir o processo do 2 de julho na região Agreste é um caminho para entender a formação de grupos oligárquicos e o seu fortalecimento através da data magna baiana, dando ênfase a uma dimensão macro que evidencia todo um universo social que fora esculpido a partir do processo de independência da Bahia. Enxergar este acontecimento além do que nos foi ensinado nas escolas, mas com um olhar crítico sob a região Agreste, em especial Itapicuru, ponto de partida do conflito na região.

Desta forma, este trabalho busca realizar uma investigação histórico-social sobre como uma das vilas mais importantes da Bahia no século XIX com uma extensão geográfica muito mais extensa do que a atual conseguiu mobilizar as demais localidades da região Agreste em uma guerra contra as tropas portuguesas lideradas pelo General Madeira de Melo.

Mapear quais localidades do Agreste lucraram com a independência de Portugal identificando os supostos beneficiados nessa ruptura do processo de independência a partir do conselho interino instaurado em Cachoeira em 06 de setembro de 1822, no qual Itapicuru participou como uma das dezessete vilas que elegeram procuradores a fim de representá-las.

Avaliar como uma população basicamente formada por indígenas, seus descendentes e escravizados contribuíram em uma guerra muito distante da realidade daquela região. E relacionar como a partir deste conflito os líderes regionais se

fortaleceram, aumentando os seus poderes e formando verdadeiras dinastias que perduraram até a república.

Demonstrar dentro de um processo historiográfico as lutas e transformações de uma região que muito contribuiu para a independência baiana, mas que não obteve um reconhecimento significativo dentro da historiografia. Resgatar de forma contundente os diversos acontecimentos históricos que dentro de uma leitura metodológica passará por um prisma enriquecedor sobre a história regional daquele povo.

A referida pesquisa encontra embasamentos teóricos relevantes na historiografia baiana e sergipana do século XX onde a Vila de Itapicuru sempre esteve presente nos estudos relacionados à independência da Bahia. Contudo, existe um retrocesso nas publicações atuais que privilegiam a região do Recôncavo deixando de fora outras regiões que participaram efetivamente do conflito.

Essa vitória (a de Pirajá) encorajou por extremo ao exercício pacificador que progressivamente aumentava em força: já se achava quase completo o batalhão de caçadores nº 3 de que era comandante o major José Antônio da Silva Castro, uma companhia, que tomou a denominação de guarda cívica, criada na Cachoeira (x) servia para manter a polícia nesta Vila (x). Dessa companhia era comandante o capitão mor de Itapicuru João Dantas dos Imperiais Itapicuru (Silva, 1836, tomo II, p.177 e 178).

O historiador (Tavares, 2001, p. 105) cita a Vila de Itapicuru dentre as 17 que se manifestaram a favor do Conselho Interino e do rompimento com Portugal o que coloca a localidade como protagonista dentro da região Agreste da Bahia, bem como intrinsecamente o seu povo conforme explicitado acima.

Considerações Finais

Destarte, a vila de Itapicuru e a sua região contribuíram de forma contundente para o reforço as tropas de Labatut e do exército libertador, não medindo esforços para conseguir agregar os 500 homens que marcharam até Pirajá e consolidaram a vitória baiana consagrada no dia 02 de julho de 1823.

Portanto, os negros e indígenas foram os grandes heróis que mesmo não detendo muitas vezes o livre arbítrio, provaram o seu patriotismo ao custo de suas próprias vidas, tendo lutado em uma guerra em que muitos foram obrigados a marchar até os campos de batalhas e cuja a ascensão social e prestígio pós guerra não fora desfrutado por estes, mas por aqueles que impuseram a sua ida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela do Nascimento. **Poder e Política no Brasil Imperial**: Traços da Gênese e da Trajetória dos Fontes e dos Dantas no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/SE, 2017.

CALMON, Pedro. História da independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. tomo 94, Vol. 148, p. 105, 1923.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **O Barão de Jeremoabo e a Política de seu Tempo**: Trajetória de um Líder Conservador na Bahia. EGBA, Salvador/BA, 2006.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil**. Bahia: Ed. FCasa de Cultura Carolina Taboada, 2016.

CARVALHO, André Monteiro Pinto Dantas de. (org.) **O velho Itapicuru**: A História de um Passado de Glórias. Edição comemorativa 280 anos. Gráfica e Editora GrafColor, Salvador: BA, 2008.

DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. V. 79. Senado Federal, Brasília 2011.

DANTAS, Mônica Duarte. **Fronteiras Movediças**: A Comarca de Itapicuru e a formação do Arraial de Canudos (relações sociais na Bahia do século XIX). São Paulo: editora entrHistória, 2007.

GARCIA, Manoel Correia. **História da Independência da Bahia**. Typ Empreza Editora, Salvador/BA, 1900.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O Povo e a Guerra**: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência da Bahia. Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2004.

MILTON, Aristides. **Ephemerides Cachoeiranas**. Typ Bahiana de C. Melchiades, Salvador, 1903.

NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000.

PANG, Eul – Soo. **O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana**: Alguns Aspectos de sua história 1875-1891. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1979.

PEIXOTO, Afrânio. “2 de Julho de 1923 (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 2 de Julho de 1923)”. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Bahia, nº 48, p. 107-127, 1923.

REIS, Borges dos. **História do Brasil Século XVI a XVIII**. Ed. Tristã e Pinto, 2ª Edição, Salvador/BA, 1915.

SENA, Consuelo Pondé de. **Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano: Itapicuru 1830-1892**. Fundação Cultural da Bahia, Salvador/BA, 1979.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe: O Clero Oitocentista na Bahia**. Edufba, Salvador, 2000.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C, Tomo II, Salvador, 1836.

SIPAC. Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia. Litoral Norte e Agreste Baiano. In: **Território de Identidade**, s.p. Disponível: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/litoral-norte-agreste-baiano/>. Acesso em: 11 de set. 2023.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 12ª ed. Bahia: UFBA, 2001.

TEIXEIRA, Cid. **Coronéis e Oligarquias**. Bahia, Ed. UFB, 1998.

TITARA, Ladislau dos Santos. **Paraguassu: Epopéia da Guerra da Independência na Bahia**. Bahia: Ed. Revistas dos Tribunais, 1973.

“SOMOS O QUE DIZEMOS QUE SOMOS”: QUESTÃO FUNDIÁRIA E A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA EM COMUNIDADES RURAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Benedito de Souza Santos
Universidade do Estado da Bahia
bssantos@uneb.br

Resumo

A partir da penetração do modo de produção capitalista no campo, propõe-se a realização de análise das experiências no interior na produção agrícola familiar com recorte para os agricultores autônomos com representações étnicas e identitárias. O problema central da pesquisa foi entender como as comunidades negras rurais no Extremo Sul da Bahia se posicionam no contexto da produção agrícola familiar em uma região marcada pela expansão do agronegócio. Para isso foi qualificado o “lugar social” das comunidades negras rurais enquanto grupo inserido na cadeia produtiva da região do Extremo Sul da Bahia que concorre – e se sobrepõe – à realidade da expansão do capital no campo em interface com a permanência dos camponeses/agricultores (proletarizados ou não) em seus espaços históricos. A pesquisa dialogou com as reflexões de autores como Arruti (1997), Bartolomé (2006) e Costa e Lima (2003) para analisar as estratégias de resistência e luta das comunidades negras rurais no contexto da pesquisa, bem como servirão para aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e identitárias que envolvem as comunidades no contexto de expansão do agronegócio no Extremo Sul da Bahia. Com abordagem qualitativa a partir da análise de entrevistas, a pesquisa enfatizou a relevância de compreender as representações identitárias dessas comunidades como parte fundamental da luta pela terra e da construção de alternativas ao modelo de produção capitalista no campo. Temos então, de um lado, “velhos” atores sociais que buscam superar a invisibilidade com o fortalecimento político, se apresentando com “novas” identidades étnicas – como as comunidades remanescentes de quilombo – que se apropriam de direitos na medida em que alcançam espaços de visibilidade; do outro lado encontram-se os interesses do capital e suas articulações enquanto força econômica. Em outras palavras, trata-se de espaços que se organizam/reorganizam onde ocorrem emergências étnicas enquanto (re)construção de um passado mítico (ou ressignificação e [re]apropriação política e identitária de determinados atores sociais) de grupos que buscam meios alternativos de resistência à expansão do agronegócio representado, em maior parte, pelo setor agroflorestal.

Introdução

Este artigo discute o processo de penetração do modo de produção capitalista no campo com enfoque no Extremo Sul da Bahia com abordagem que analisa as múltiplas experiências de relações sociais presentes na produção agrícola familiar, seja do cultivo voltado para a subsistência com ou sem excedentes para o comércio; seja da produção agrícola em terras dos próprios agricultores ou em terras alugadas; seja ainda dos

agricultores autônomos ou representados pelas associações com reivindicações étnicas e identitárias na Região do Extremo Sul da Bahia.

As análises se concentraram no processo de intensificação da industrialização da produção no campo, enquanto representação da lógica da economia capitalista, como a principal responsável pela provocação de articulações dos pequenos agricultores para garantirem a permanência no campo. Uma das alternativas de resistência para permanência desses pequenos agricultores no campo foi a reapropriação identitária do conceito de quilombo por parte das comunidades negras rurais.

Para não identificar os entrevistados (por razões óbvias), a alternativa usada foi aplicação de pseudônimos. Outra estratégia metodológica aplicada nesta pesquisa foi a omissão de trechos dos depoimentos que poderiam identificar os entrevistados mesmo anonimizados. Aparecem, contudo, determinadas informações importantes que não foram alteradas, como idade, gênero, ocupações, históricos, relações e impressões pessoais em relação ao território de referência desses sujeitos.

A seleção dos entrevistados se deu a partir das redes de relações do pesquisador com portadores de memórias; participantes que demonstraram confiança nos compromissos assumidos quanto à não identificação dos entrevistados (isso para os casos que ocorrerão as omissões, como já disse); seja por interesse pessoal ou institucional de apresentar versões dos fatos, ou por simples satisfação de participação enquanto protagonista no e do seu lugar de fala.

A respeito do lugar das vozes dos atores sociais e da intencionalidade da pesquisa, assume-se a perspectiva epistemológica que evidencia o lugar de fala dos “vencidos” e “marginalizados” (HOBSBAWM, 1978; 1981) com diálogos que fomentam e/ou indicam “resistência teórica e prática, política e epistemológica, à lógica da modernidade/colonialidade” em argumentos que possibilitem um “giro decolonial⁹¹” aplicado nas análises das relações de produção na região (BALLESTRIN, 2013, P. 105).

Temos então, de um lado, “velhos” atores sociais que buscam superar a invisibilidade – como as comunidades negras rurais – com o fortalecimento político, se apresentando com “novas” identidades étnicas – como as comunidades remanescentes de quilombo – que se apropriam de direitos na medida em que alcançam espaços de

⁹¹ “Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, a lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Brasília, Revista Brasileira de Ciência Política, nº11, maio - agosto de 2013, p. 105).

visibilidade; do outro lado, os interesses do capital e suas articulações com o poder público e suas instituições. Em outras palavras, espaços se organizam/reorganizam onde ocorrem emergências étnicas – enquanto (re)construção de um passado mítico ou ressignificação e (re)apropriação política e identitária de determinados atores sociais – de grupos que buscam meios alternativos de resistência à expansão do agronegócio representando, em maior parte, pelo setor agroflorestal⁹².

Assim, a conjuntura da região do Extremo Sul da Bahia que concorre e se sobrepõe à realidade da expansão do capital no campo em interface com a permanência dos camponeses/agricultores (proletarizados ou não) em seus espaços históricos, são as principais referências para a problematização das relações sociais no campo, que também são as questões mais específicas do recorte desta pesquisa.

Múltiplas experiências na produção rural do extremo sul da Bahia

A consolidação da importância da região do Extremo Sul da Bahia, tanto na produção quanto no escoamento de *commodities* da agricultura expansiva (com destaque para a exploração e comercialização de madeiras nativas) tem como referência, como já anteriormente apontado, a construção da BR 101 na década de 1970. Municípios como Teixeira de Freitas e Eunápolis concentraram movimentação econômica e populacional em torno da produção e distribuição de produtos agrícolas e pecuários.

Entre as décadas de 1980 e 2000 registra-se, na produção agrícola da região, uma sobreposição dos modelos de agricultura extensiva e intensiva representada pelo processo de desflorestamento e reflorestamento, respectivamente. O setor florestal continua expandindo na década de 2010, mas com majoritária participação da produção de madeira a partir do reflorestamento, com avanço da monocultura do eucalipto como principal mote do agronegócio na região do Extremo Sul da Bahia.

O setor agroflorestal na região, que podemos agora apresentar como uma referência econômica com suas redes de relações concretas, representa tanto avanços como retrocessos, de acordo com as perspectivas analíticas adotadas. Apresentam-se de um lado os pontos de vistas que postulam a viabilidade da sustentabilidade do reflorestamento, como uma medida agregadora tanto da preservação do meio ambiente como da produção de riqueza a partir da exploração de *commodities*; de outro, a

⁹² Retornaremos a essa discussão com recorte específico das comunidades negras rurais para abordar e aprofundar o tema da emergência étnica.

incompatibilidade de qualquer conciliação entre o crescimento econômico – a partir do agronegócio – e a sustentabilidade socioambiental (NAVARRO, 2001). Para Costa Lima (2003, p.108):

Também são incompatíveis os esforços para conciliar o crescimento econômico e a participação social num projeto de sustentabilidade direcionado pelo mercado. Desenvolver uma democracia participativa requer a possibilidade de estabelecer relações políticas mais horizontais, onde a maioria dos cidadãos tenha acesso aos direitos sociais básicos que os habilitem a participar, voluntária e conscientemente, da escolha dos rumos sociais.

A tendência de conflito em torno da ideia de sustentabilidade, já há algum tempo, chama a atenção para a possibilidade de que tais posicionamentos antagônicos venham fazer parte de um único discurso capaz de agregar tanto os movimentos sociais e ambientais que militam em favor da sustentabilidade do planeta, quanto os empreendimentos do setor do agronegócio. Ao fim e ao cabo, tal corrente interpretativa abre a probabilidade/possibilidade para que ambos os posicionamentos sejam relacionados à hegemonia econômica representada pelo capitalismo global (NASCIMENTO, 2012).

Costa Lima também faz a análise das duas correntes e as apresenta como blocos que se contrapõem nas margens opostas de um mesmo rio: de um lado uma economia de mercado – como sendo capaz de promover as condições favoráveis para o desenvolvimento produtivo industrial com o controle ecológico –, e de outro, a participação da sociedade civil organizada em defesa do equilíbrio socioambiental, e, para o autor, sem deixar de lado uma certa ambivalência em relação ao Estado (COSTA LIMA, 2003, p.108):

A primeira matriz corresponde ao discurso oficial da sustentabilidade, que detém a hegemonia presente do campo, e que, para muitos efeitos, atua como “a verdade” sobre o tema. (...) Trata-se de um discurso politicamente pragmático, que enfatiza a dimensão econômica e tecnológica da sustentabilidade e entende que a economia de mercado é capaz de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável, através da introdução de “tecnologias limpas”, da contenção do crescimento populacional e do incentivo a processos de produção e consumo ecologicamente orientados. (...) A segunda matriz interpretativa se coloca como um contradiscurso à versão oficial e pode ser entendida como uma concepção complexa ou multidimensional de sustentabilidade que tenta integrar o conjunto de dimensões da vida individual e social. Politicamente, esta matriz tende a se identificar com os princípios da democracia participativa e a considerar que a sociedade civil organizada deve ter um papel predominante na transição para a sustentabilidade social. Prioriza o preceito de equidade social e desconfia da capacidade do mercado como alocador de recursos. Com

relação ao papel do Estado, pode-se dizer que essa matriz se subdivide em duas tendências principais: uma que suspeita da ação política estatal e defende a subordinação do Estado à Sociedade Civil, e uma segunda que defende a intervenção estatal como o melhor caminho de transição para a sustentabilidade. Esta segunda tendência vê o Estado como agente indispensável nesse processo. (...) Fundamenta esta posição com base no entendimento de que a sociedade civil isolada não é capaz de se contrapor às forças do mercado e na suposição de que o ambiente, como patrimônio público, não pode ser preservado sem a ação normativa e política do Estado. Advoga, entretanto, a democratização do Estado e sua articulação às forças da sociedade civil.

Mesmo com toda a discussão em torno do tema “sustentabilidade”, como negar a incompatibilidade entre as demandas da produção industrial e a capacidade do planeta produzir recursos naturais não renováveis. Também não é possível negar – considerando o princípio da racionalidade presente na epistemologia adotada neste trabalho – os impactos socioambientais causados pela exploração de matérias-primas para atender as demandas do mercado, mesmo se tratando de recursos naturais renováveis sob as exigências das medidas mitigadoras.

Ainda assim, o setor detentor do capital, neste caso o agronegócio – bem como seus apoiadores devidamente financiados –, tem disseminado e financiado os enunciados que argumentam a favor de um potencial produtivo voltado para a agricultura extensiva no país, sem mencionar ou discutir, em nenhum momento, os riscos socioambientais⁹³.

Para o setor do agronegócio torna-se conveniente, portanto, agregar e alienar os movimentos sociais aos interesses da produção capitalista do campo. Na atual conjuntura política do Brasil tem se tornado frequente – possivelmente uma “política de governo” – as recorrentes tentativas de desqualificar as organizações de defesa dos direitos de trabalhadores rurais e das comunidades tradicionais nas suas múltiplas representações identitárias e étnicas: seja tentativa de desqualificação com acusação de ilegitimidade das lutas e das reivindicações dos movimentos sociais no campo, seja cooptando lideranças desses setores sociais resistentes para representarem um falso alinhamento com o retrocesso das políticas públicas voltadas para o atendimento de demandas de minorias que atuam como proposta paralela à expansão da produção capitalista no campo do Estado Brasileiro.

A conjuntura de exploração do meio ambiente para o plantio de eucalipto (reflorestamento) na Região do Extremo Sul da Bahia, visando a produção de celulose e

⁹³ Apresentaremos ainda nesse capítulo alguns conflitos específicos entre empresas do setor agroflorestal (madeira, papel e celulose) e pequenos produtores rurais autônomos, com ênfase nos agricultores associados às comunidades negras rurais no Extremo Sul da Bahia.

de papel para abastecer o mercado internacional, compõe – na sua dimensão micro – um cenário que reinventa e reorganiza a produção de riqueza no espaço mundial. Nesse sentido, é plausível o mote que apresenta a região em questão como um espaço onde se impõem relações econômicas neocoloniais ou, quem sabe, uma colonização tardia.

O Brasil e o Nordeste como um todo (o Extremo Sul da Bahia em particular), tem uma população numerosa que também é, ou poderá ser, um grande mercado consumidor com intensa exportação de produtos primários para os países ao norte da Linha do Equador, com política de abertura ao capital estrangeiro, mão-de-obra “subserviente”, recursos naturais abundantes (FIRKOWSKI, 2019).

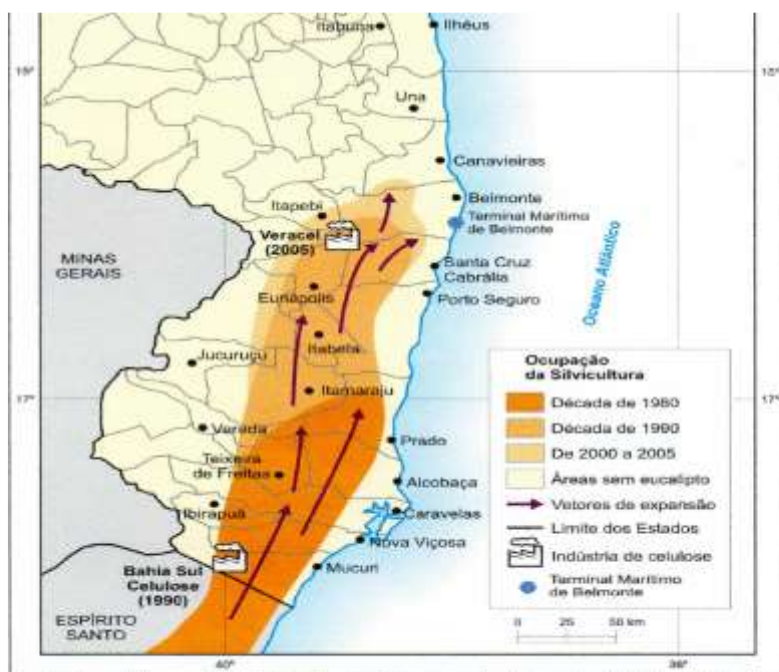
Embora seja uma questão que cumpre a sua finalidade apenas por provocar reação reflexiva, torna-se imprescindível elencar questões que fomentem ponderações a respeito da formação/composição do Extremo Sul da Bahia não somente por sua relevância como produtor agrícola regional que se configura como território marcado pela formação de latifúndios, pela monocultura e pela modernização do processo produtivo, e que, também e, por isso, tornou-se um importante complexo produtivo do setor de papel e celulose articulado com e no cenário nacional e internacional, com destaque para a divisão do trabalho no seu formato típico da produção capitalista arcaica – proletarização/pauperização dos trabalhadores do campo –, paradoxalmente, muito presente no século XXI (neocolonização).

No último quartel do século XX, vimos o avanço e consolidação de políticas econômicas que potenciaram o setor do agronegócio em geral – e do agroflorestal em particular – que, como analisado nos capítulos anteriores, a partir da década de 1980, no Extremo Sul da Bahia, tem-se verificado grande expansão da monocultura do eucalipto para a produção de celulose visando o abastecimento das demandas de países com economias desenvolvidas e industrializadas. A região registra o maior crescimento de investimento de capitais na monocultura do eucalipto do país e que ao longo dos anos tem protagonizado importante papel nas mudanças socioambientais ocorridas na região (KOOPMANS, 2005).

São visíveis os impactos socioambientais. O êxodo rural, resultante da expansão do agronegócio, tem provocado o crescimento desordenado de algumas cidades (com maior destaque para Teixeira de Freitas como abordado no capítulo II) a partir da mobilidade populacional e do crescimento demográfico na região (CERQUEIRA NETO, 2013; PEDREIRA, 2008).

Com a consolidação da atuação de empresas do setor agroflorestal – bem como suas terceirizadas – ao longo das décadas de 1980 a 2010, as terras da região foram monopolizadas, cada vez mais, para o uso da monocultura de eucalipto. A partir dessa nova configuração produtiva, o extremo sul baiano começou a atrair novos investimentos para o setor de papel e celulose, sendo esta uma tendência que se expande para outras regiões do estado da Bahia, bem como para outros estados da região Nordeste (IBGE, 2010).

FIGURA 1 - Mapa da expansão no Extremo Sul da Bahia das empresas do setor agroflorestal



Fonte: Bahia 2000. SEI. Salvador, 1999.

A capacidade produtiva da região do Extremo Sul da Bahia, entre as décadas de 1980 a 2000, se concentrou em sua maioria no setor agroflorestal⁹⁴. Araújo (2006, p.11) concluiu que o empreendimento desse setor foi financiado com capital majoritário do BNDES e representa “o maior volume de investimento privado no país”, seguida por significativa participação “dos organismos financeiros internacionais European Investment Bank (EIB) e Nordik Investment Bank (NIB)”.

⁹⁴ “A primeira metade da década de 2000 representou, no plano do imaginário social, o momento de concretização de uma antiga “promessa” de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro e, particularmente, para o Extremo Sul da Bahia: a implantação da pujante e moderna fábrica de celulose da transnacional Veracel Celulose S/A. (*joint venture* entre a brasileira Fibria Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso), abastecida pelos maciços monoculturas de eucalipto virulentamente disseminados desde a década anterior” (PERPETUA, Guilherme Marini. Os novos territórios da celulose: notas sobre o *modus operandi* da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, p. 67).

A produção em larga escala do eucalipto, como foi explicitada, de entre outros efeitos colaterais, forçou uma mobilidade populacional sem precedentes na história da região. Populações de alguns municípios foram reduzidas; outros municípios foram criados e ou aumentaram suas populações de forma desordenada e exponencialmente, ou ainda ocorreu mobilidade populacional no próprio município, como ficou explícito quando tratamos do êxodo rural na região (ver capítulo III). No caso específico de Teixeira de Freitas ocorreram fenômenos sobrepostos: o município foi criado em meio ao processo de reflorestamento intensificado na década de 1990 na região e registrou grande mobilidade populacional; considerando que no interstício de três décadas a população da zona rural do município diminuiu drasticamente, chegando a uma cifra superior à 90% da população migrada da área rural para a urbana (IBGE, 2010).

O esvaziamento do campo na região do Extremo sul da Bahia seguiu a lógica das mudanças recorrentes nas relações sociais eclodidas nos territórios impactados pelo avanço do agronegócio no país. A condição vulnerável dos trabalhadores rurais diante da estrutura econômica e jurídica das grandes corporações do setor agrícola resultou em uma nova configuração das relações produtivas no campo. Os municípios de Alcobaça, Caravelas e Prado mantiveram relativo equilíbrio da população nos espaços urbanos e rurais entre as décadas de 1970 a 1990, quando comparados ao município de Teixeira de Freitas, por exemplo. Mas não significou menor proletarização e pauperização desses trabalhadores. Tanto àqueles que retornaram para o campo na condição de boias-frias, quanto para aqueles que permaneceram agregados no campo, as condições desses trabalhadores foram de aumento da vulnerabilidade social na medida em que o modelo de produção capitalista se modernizava. Para Toledo e Toni (2016, p. 90, 95, 96):

A modernização da agricultura alterou os sistemas produtivos agrícolas na medida em que os agricultores foram sendo pressionados a se integrar aos mercados e às cadeias produtivas. Isto produziu distintas formas de produção e enfatizou a heterogeneidade e a diversidade das regiões rurais. Modificaram-se, dessa forma, os diferentes territórios e as inúmeras formas de aproveitamento produtivo dos recursos oferecidos pelas vantagens competitivas e comparativas das explorações agropecuárias. (...) As mudanças socioeconômicas das regiões rurais brasileiras, em anos recentes, induzem a refletir sobre a emergência de um novo padrão de desenvolvimentos agrícola e agrário, sugestão interpretativa que talvez esteja escapando das lentes de análise dos estudos rurais. Essa nova fase tem se expressado pela ampliação da produtividade do trabalho e da terra, o uso intensivo de tecnologias e a pressão gerencial e concorrencial crescente, combinados com a escassez na oferta de trabalho e o esvaziamento demográfico das regiões rurais. Emergem, dessa forma, os conflitos entre o tradicional e o moderno.

Na década de 1990 registrou-se uma crescente modernização do processo produtivo no campo da região. Tal modernização não contribuiu para o aumento de oportunidades para os trabalhadores do campo, nomeadamente em termos salariais e de acesso aos direitos trabalhistas; pelo contrário, significou aumento da escassez e precariedade da mão de obra. Com isso torna-se cada vez mais comum a saída da mão-de-obra excedente do campo rumo às cidades.

Tanto a saída do campo da população com potencial produtivo, quanto a expansão do “deserto verde” que tem provocado a “adesão”, inclusive, de parte dos pequenos produtores que restaram na região (nomeadamente, comunidades negras rurais, indígenas e pequenos produtores autônomos), são fenômenos que contribuem diretamente para a diminuição de produtos agrícolas produzidos na região (CERQUEIRA NETO, 2013; KOOPMANS, 2005).

Os efeitos da expansão do agronegócio, tomando o esvaziamento do campo como exemplo, refletem-se nas feiras livres da região que estão cada vez mais sendo abastecidas por mercadorias oriundas dos centros de abastecimento de Vitória-ES em detrimento da produção agrícola local. O êxodo rural – que foi impulsionado pela produção em larga escala de eucalipto na região – provocou uma série de impactos tanto na quantidade como na diversidade de produtos disponíveis para consumo.

Para as comunidades negras rurais e outros agricultores autônomos com cultivos variados em pequenas propriedades, essas feiras livres representam mais do que a complementação de renda: também é lugar de encontros e fortalecimento dos laços de parentesco e solidariedade (como no transporte das mercadorias quando ninguém pode ficar pra trás), resistência à monocultura do eucalipto, bem como à manutenção do valor simbólico da venda de mercadorias que, na produção, envolve “um rito” que dura em média os sete dias da semana, incluindo a etapa final que é a venda dos produtos.

O uso da mandioca, por exemplo, está presente no cotidiano dos moradores: como alimentação, no envolvimento da comunidade nos trabalhos do eito, produção de farinha, beijus (em suas diversas versões como o beiju seco de massa, beiju seco de goma, mala-pança, moqueca, puba, etc.) como também na venda dos produtos tanto nas feiras livres da região.

É perceptível que as comunidades negras rurais, indígenas e demais produtores autônomos inseridos no contexto da agricultura familiar demonstram uma relação diferenciada com a terra que vai além do seu valor econômico; tal relação se apresenta com o sentido distinto quando se registra a presença desses agentes nas feiras livres,

inclusive na perspectiva de resistência: esses mantêm certa tradição no processo de produção, transporte e venda direta ao consumidor de seus produtos agrícolas.

Com isso não significa afirmar inexistência de interesses econômicos que orientam a trajetória das relações de produção que se apresentam como experiências alternativas ao agronegócio. No entanto, essas experiências representam setor social que sofre impactos socioculturais, além de político. Representam, também, enquanto atores sociais, os sujeitos imersos nas relações de produção capitalista no campo que usam ao longo do tempo suas estratégias e aperfeiçoamento de resistências diante de forças divergentes (ARRUTI, 1997).

Há, portanto, relação direta entre o desenvolvimento do agronegócio e a diminuição da quantidade e diversidade da produção agrícola. Tal conjuntura torna cada vez maior a necessidade de resistência a partir da participação de grupos inseridos na cadeia produtiva com suas múltiplas experiências no campo, considerando que estão na contramão da produção capitalista no campo. Esses grupos têm seus modos próprios de vida, com suas ações e negociações que garantem seus protagonismos e evidenciam complexas e variadas relações sociais nos espaços rurais da região.

Muitas comunidades formadas por famílias que ocuparam historicamente esses espaços rurais, dadas as dificuldades decorrentes de uma progressiva introdução de monoculturas, essencialmente não alimentares – e a ideia de que a vida na cidade era a referência para o acesso à dignidade e à melhoria da qualidade de vida –, muitos pequenos e médios proprietários foram “convencidos” a vender seus lotes de terra.

Em decorrência, muitos desses trabalhadores e trabalhadoras⁹⁵ sofreram os efeitos da alienação (convencimento) por parte dos agentes das empresas de eucalipto que atuaram na região, sendo que, muitas vezes, esses agentes eram oriundos da própria comunidade. O convencimento se dava pela insistência dos mediadores (que também eram convencidos de que estavam em tempos de oportunidades).

A família Terra⁹⁶ é constituída por moradores do município de Alcobaça que mudaram para a zona urbana ao longo das décadas de 1970 e 1980. Eram posseiros que foram expulsos do campo por fazendeiros que acionaram o Estado e conseguiram

⁹⁵ Nos municípios de Caravelas e Alcobaça registra-se, na zona urbana, uma população negra superior a 60%, sendo que acima de 80% dessa população negra é oriunda da zona rural (IBGE, 2010). Nos municípios de Teixeira de Freitas e Prado existe uma variedade maior desses grupos participantes da mobilidade populacional que migraram do campo para as cidades, mas, embora não existam ainda estudos científicos com essa abordagem, é perceptível a presença de indígenas em maior número do que as duas primeiras cidades citadas.

⁹⁶ Pseudônimo.

“provar” que eram os proprietários da terra. O senhor Santos⁹⁷ informa que *“os Terra sofreram demais, povo sofrido. O que eles falam é pura verdade. Foram expulsos na base da bala da polícia. Chegaram em Alcobaça sem rumo e os mais velhos foram trabalhar para os outros; depois de ter seu pedaço de terra, agora tinha que trabalhar pros outros. Muito sofrimento, uma família muito grande que ficou desamparada. Até hoje os mais velhos falam em voltar pra terra, mas eu acho meio difícil”*.

Muitos depoimentos de pessoas que atualmente vivem nas cidades da região do Extremo Sul da Bahia, reiteram a prática dos empreendedores do agronegócio em recrutar moradores das comunidades rurais para intermediarem a compra/venda das terras ocupadas pelas famílias posseiras. Há recorrências nas narrativas que denunciam práticas em que os posseiros eram convencidos a venderem suas terras e os mediadores, por sua vez, recebiam determinados valores pela mediação no processo transação comercial.

A formação de latifúndios para a exploração da monocultura do eucalipto acabou forçando muitas dessas comunidades rurais a cederem suas terras. Tal concentração de terras nas mãos de poucos influenciou a mobilidade populacional da região nos últimos 50 anos; por outro lado, a dinâmica da expansão do capital no campo acabou servindo de base para um fenômeno pautado na resistência dessas comunidades negras rurais contra a intensa desterritorialização imposta pelos interesses do agronegócio (CARMO, 2010).

São recorrentes as incidências de violência, inclusive com homicídios, crimes que acabam não sendo investigados por razões “ainda desconhecidas” ou não evidenciadas. Tal realidade tem criado um ambiente propício para que representações étnicas sejam fortalecidas a partir de reivindicações que perpassam pela luta de direitos fundamentais de minorias étnicas.

Tal cenário serviu de fundo para que as comunidades negras rurais recorressem à estratégia discursiva de autoidentificação quilombola. Essa estratégia de ressemantização do conceito de quilombo levou à contínua emergência de representações identitárias de recorte étnico na região. O jogo da [in]visibilidade, nesse contexto, cria condições favoráveis para a emergência de grupos estigmatizados como as comunidades negras rurais que emergem legitimados pelos movimentos sociais de representação étnica que, por sua vez, visam garantias de direitos dessa minoria através de ordenamentos jurídicos (ARRUTI, 1997; BARTOLOMÉ, 2006).

⁹⁷ Pseudônimo.

Analisar as experiências de luta pelo direito à terra das comunidades negras rurais do Extremo Sul da Bahia implica em compreender as circunstâncias que possibilitaram a construção de estratégia identitária quilombola por essas comunidades. A questão central são os conflitos demarcados pelos interesses do setor agroflorestal ávido por espaços para investimento de capital no campo e pela resistência dos redutos de comunidades negras rurais formadas por pequenos agricultores. A condição de quilombolas enquanto representação étnica que constrói, por vezes, espaço de diálogo para garantir suas territorialidades/identidades (ARRUTI, 1997).

Também de relevante importância é análise desse processo de construção da identificação quilombola das comunidades negras rurais e os impactos e desdobramentos dessa estratégia identitária nas lutas políticas a partir de narrativas de moradores dessas comunidades que permanecem no Extremo Sul da Bahia. A primeira questão é a condição da referência quilombola antes de seu uso estratégico na luta política para manter a territorialidade dessa categoria de pequenos agricultores. Até no limiar do século XXI não há registro de nenhuma comunidade negra rural que tenha utilizado a referência “quilombola” para se autodefinir sob qualquer contexto na região do Extremo Sul da Bahia. Pelo contrário, salvo algumas exceções, em um contexto de invisibilidade e exclusão histórica, há registro de negação da condição quilombola por parte dessas comunidades.

A negação da representação quilombola deve ser compreendida como uma estratégia de sobrevivência das comunidades negras rurais, como, também, uma tática de menor exposição possível ao racismo como fica explícita na afirmação da entrevistada 2, moradora da comunidade A⁹⁸: *“Ninguém queria ser quilombola não moço. (...) Quando a gente ia pra cidade e alguém perguntava se a gente era da comunidade ‘A’, quem disse que a gente dizia a verdade. Não, a gente sempre disfarçava. Mas não adiantava, eles descobriam, mesmo porque a cor já era suspeita”*.

Nessas comunidades rurais o olhar das vítimas do racismo era reflexo da perspectiva de uma colonização ainda muito presente no contexto hodierno. De acordo com a entrevistada 3, moradora da comunidade B⁹⁹ *“Era motivo de ofensa ser chamado de quilombola. Ninguém queria ser preto, muito menos preto da roça. Olha, se eu te disser que tinha gente aqui que inventava era cor pra dizer que não era preto (risos).*

⁹⁸ Entrevista concedida em 15 de dezembro de 2018.

⁹⁹ Entrevista concedida em 23 de março de 2019.

Tinha um tal de cabo verde¹⁰⁰ aqui que não era brincadeira (risos). Ainda hoje tem gente que não aceita ser quilombola, mesmo morando em uma comunidade que só tem nego fulô”.

Na concepção do entrevistado 3, morador da comunidade C¹⁰¹ e membro da diretoria da associação, houve significativa mudança na relação da comunidade com seus interlocutores: *“Eu te digo que antes a gente não tinha voz nenhuma. O que tem de gente que foi embora daqui não é brincadeira. Até pra São Paulo teve gente saindo. Os prefeitos tudo culiado¹⁰² com os fazendeiros e as empresas de eucalipto decidiam tudo. Essas terras aí era tudo da nossa família, da gente. Compraram na marra. Agora que eles tão sabendo que a gente tem esses direitos, aí ficam tudo muchinho, agradando, dando emprego, montando viveiro de muda. Mas a gente sabe que é só pra gente não mexer no passado, porque se mexer vai dar é coisa. Por isso que tudo agora eles vêm conversar com a gente. Primeiro tem que saber da gente, se a gente concorda. E com isso a comunidade vai se fortalecendo porque sabe que as coisas tão mudando”.*

A condição política das comunidades negras rurais com certificação de remanescentes de quilombo ou aquelas que têm uma associação quilombola, também contribui para alterar o cenário das disputas no espaço agrário do Extremo Sul da Bahia. No final da década de 1990 o cenário da expansão do agronegócio com a apropriação de terras de posseiros já havia se consolidado¹⁰³, sendo que a maioria desses posseiros expulsos do campo formavam comunidades negras espalhadas na região.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, exploramos as complexas dinâmicas que permeiam as comunidades negras rurais no Extremo Sul da Bahia, diante da imposição do modo de produção capitalista e da expansão do agronegócio na região. A análise se concentrou especialmente nos agricultores autônomos que carregam consigo representações étnicas e identitárias, destacando a necessidade de compreender como essas comunidades se posicionam no contexto da produção agrícola familiar.

¹⁰⁰ De acordo com a entrevistada e com outros membros da comunidade, cabo verde é uma pessoa com conjunto de caracteres fenótipos que inclui a pele negra, olhos verdes e cabelo liso.

¹⁰¹ Entrevista concedida em 13 de março de 2019.

¹⁰² Cúmplice.

¹⁰³ Na etapa seguinte o agronegócio passou a financiar o cultivo de eucalipto nas propriedades particulares que tinham extensões de terra suficiente para agregar a produção agroflorestal que atenda as demandas de exportação das empresas do setor.

Este estudo revela a complexidade dos espaços que se organizam e reorganizam, onde emergem identidades étnicas como estratégia de resistência. As comunidades negras rurais não apenas resistem à invisibilidade imposta pela expansão do agronegócio, mas também buscam ativamente construir alternativas, reafirmando suas identidades e direitos. No embate entre passados míticos ressignificados e as forças econômicas do capital, essas comunidades se destacam como agentes de transformação, delineando caminhos para a construção de uma realidade mais justa e equitativa no contexto agrícola do Extremo Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Maurício A.P. **A Emergência dos ‘Remanescentes’**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: MANA 3(2), 1997.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Brasília, Revista Brasileira de Ciência Política, nº11, maio - agosto de 2013.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses**: Velhos Atores e Novos Papeis no Cenário Cultural e Político. Revista Mana, nº 12, 2006.
- CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Construção Geográfica do Extremo Sul da Bahia**. Revista de Geografia (UFPE), 2013.
- COSTA LIMA, Gustavo. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação**. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.
- HOBSBAWM, E. J. **Os Trabalhadores**: Estudos sobre a História do Operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBSBAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados nº 26 (74), 2012.
- NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, Nº 44, p. 83-100, 2001.
- FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. **A nova divisão internacional do trabalho e o surgimento dos NIC's (Newly Industrializing Countries)**. Geografia (Londrina) vol. 28. Nº1, fevereiro/2019.
- KOOPMANS, Padre José. **Além do Eucalipto**: O papel do Extremo Sul. CEPEDS – Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul-BA, 2005.
- PEDREIRA, Marcia da Silva. **O Complexo Florestal e Extremo Sul da Bahia**: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. Tese de Doutorado em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2008.

TRADIÇÃO ORAL E MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS: CAMINHOS PARA VISIBILIDADE

Cherliane Paula Pinheiro Silva
Mestranda em História - UFRB
cherliane-paula@hotmail.com

Resumo

As mulheres da pesca em Madre de Deus são principalmente mulheres negras. As mulheres marisqueiras, historicamente, são invisibilizadas, fato que também se propaga no âmbito da mulher negra em diversos setores da sociedade. Por meio da tradição oral, é possível resgatar a história e as experiências dessas mulheres e valorizar suas contribuições para a cultura e a sociedade como um todo. A tradição oral desempenha um papel crucial na transmissão de conhecimentos, memórias e identidades ao longo do tempo, permitindo que as comunidades africanas expressem e compartilhem suas experiências de forma autêntica. Trata-se de uma fonte que possibilita compreender estilos de vida, estruturas sociais, relações familiares e genealogias das sociedades africanas, bem como as relações sociais e políticas que moldam suas comunidades. Ao abordar a experiência de viver da maré e a importância cultural desse modo de vida, é necessário recorrer a fontes que representem e reflitam a vivência dessas mulheres e suas comunidades. Portanto, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a importância da tradição oral para mulheres negras marisqueiras da região de Madre de Deus. Para a construção desta narrativa, adotou-se a pesquisa bibliográfica como método de pesquisa. As obras analisadas compreendem as bases teóricas e informações essenciais para a abordagem dos problemas atuais da historiografia africana. Ao conhecer suas origens, as mulheres negras podem transmitir essa história às gerações futuras, garantindo que suas raízes e cultura não sejam perdidas ou esquecidas. Isso é especialmente importante porque a construção da identidade de uma pessoa está diretamente relacionada à sua história e cultura e as mulheres negras têm uma rica e diversa história que precisa ser preservada e compartilhada. É essencial repensar o conhecimento histórico e adotar abordagens analíticas que priorizem a inclusão e a compreensão das experiências femininas. Através da incorporação das relações de gênero e raça na pesquisa histórica, podemos revelar as dinâmicas de poder subjacentes e desafiar visões e estereótipos limitantes. Ao considerar as experiências das mulheres negras marisqueiras, o estudo revela as dinâmicas de poder, desigualdades e resistências presentes na vida dessas mulheres, destacando sua importância como agentes sociais e políticos dentro da comunidade pesqueira.

Palavras-chave: tradição oral; gênero e raça; comunidade pesqueira.

Memória e oralidade

A memória desempenha um papel central no trabalho com fontes orais, uma vez que o conhecimento é acessado por meio das lembranças das testemunhas. Os estudos sobre memória são cruciais para conduzir reflexões, resultando em implicações teóricas e metodológicas significativas.

Para Nora (1993, p. 9), a memória é um fenômeno constantemente presente,

um elo vivido no eterno presente, enquanto a história representa o passado. A memória, por ser afetiva e mágica, não se acomoda a detalhes que a confortam. Ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, sejam elas particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. Por outro lado, a história, como uma operação intelectual e secularizada, requer análise e discursos críticos. A memória confere à lembrança um caráter sagrado, enquanto a história a liberta e a torna sempre prosaica.

Ao abordar o inconsciente e as vulnerabilidades da memória, Nora (1993) não questiona a validade dessa abordagem metodológica. Pelo contrário, ele ressalta a importância de o pesquisador estar atento e ser criticamente perspicaz em relação a essas possíveis dificuldades, pois tais questões podem enriquecer ainda mais o trabalho.

Essa discussão ganha ainda mais relevância ao concordarmos com Michael Pollak (1992, p. 204) em seu artigo "Memória e identidade social", que afirma que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, e desempenha um papel crucial na sensação de continuidade e coerência na reconstrução de si mesmo, seja de uma pessoa ou de um grupo. Para esse autor, a memória é um fenômeno construído e também sofre flutuações que são influenciadas pelo momento em que é articulada e expressa. As preocupações e questões do momento atual constituem um elemento estruturador da memória.

Nessa perspectiva, a memória desempenha um papel fundamental na constituição da oralidade, conforme apontado por Nora (1993), sendo um fenômeno constantemente atual, embora impreciso devido à sua adaptação às crenças e imaginários individuais. Portanto, a fonte oral pode ser confrontada com outras formas de documentação e analisada não apenas como um complemento aos documentos escritos nos estudos históricos, mas também como uma fonte que oferece informações sobre as transformações nas sociedades humanas.

Para discutir identidade racial, Teixeira (2015) destaca a conexão intrínseca entre identidade e memória. Essa relação é fundamental, pois a busca por identidade está intrinsecamente ligada à presença da memória, da mesma forma que a busca pela memória é acompanhada por um senso de identidade. Esses dois elementos se entrelaçam, influenciam-se mutuamente e se apoiam para dar origem a trajetórias de vida, histórias, mitos e narrativas. Sendo assim, para o autor, a memória desempenha um papel significativo na construção da identidade, contribuindo para moldá-la.

A tradição oral como fonte histórica

Conforme Pessoa (2019) argumenta, enfrentamos um desafio na produção histórica, que muitas vezes foi contada apenas sob a ótica dos colonizadores europeus. É fundamental valorizar o conhecimento africano como legítimo e capaz de se manifestar de forma autônoma. Durante muito tempo, o conhecimento africano foi influenciado por uma historicidade judaico-cristã que excluía as preocupações e expressões das populações africanas, suas heranças culturais e a valorização de todo o legado histórico como um sólido instrumento, fiel às realidades políticas e filosóficas do passado africano e suas implicações no presente.

A escrita pode, assim, incorporar as verdades da oralidade. Um dos pioneiros nos estudos das tradições orais foi Jan Vansina, um renomado historiador e antropólogo. Um de seus trabalhos mais notáveis foi "A tradição oral como História" (1985). Nesta obra, Vansina explora, com base em uma abordagem metodológica da disciplina histórica o significado das tradições orais. Ele destaca sua importância nas sociedades africanas, enfatizando o valor da memória e como essas populações a apreciam como uma experiência humana que tem relevância para a reflexão do presente, em vez de serem meras experiências isoladas do passado. Além disso, o autor expressa sua paixão por esse tema, considerando-o fundamental para o estudo da cultura, ideologia, sociedades, filosofia, arte e história.

Pessoa (2019, p.75) destaca que “Se o passado e as experiências no presente são cruciais para refletir sobre as evidências históricas dos testemunhos orais, as tradições orais são capazes de sugerir outras vozes para interpretar o próprio mundo e as aspirações das sociedades colonizadas.” Dessa forma, a história oral pode ser compreendida como uma forma de documentar as experiências vividas de pessoas (ou grupos de pessoas) a fim de preencher lacunas existentes, considerando que a formalização e registro de fatos e acontecimentos é realizada, em sua maioria, por pessoas que tem o mesmo ponto de vista ou representa exatamente o mesmo grupo de pessoas.

É nesse contexto que Castelo Branco (2020, p. 09) aponta que “[...] a possibilidade de incluir, no processo de produção de conhecimento, relatos de fontes normalmente esquecidas, ignoradas ou negligenciadas pela história oficial e por levantamentos tradicionais que se orientam a partir de registros escritos” Essa é uma das grandes vantagens do uso da história oral, visto que as fontes utilizadas no registro podem ser ampliadas. Assim, as narrativas, saberes e oralidade são fundamentais para a

construção de uma sociedade mais justa e igualitária, uma vez que a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia.

Para Hampâtê Bá (1982), ao se referir à tradição na história africana, tão logo, fala-se da tradição oral, e qualquer tentativa de compreender a história e o espírito dos povos africanos só será válida se baseada nessa herança de conhecimentos transmitidos pacientemente de boca em boca, de mestre para discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda perdura e reside na memória dos últimos grandes guardiões que podemos chamar de memória viva da África. Nesse sentido, fundamentada na iniciação e na experiência, a tradição oral guia o ser humano em direção à sua totalidade e, por essa razão, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de ser humano peculiar, moldando a alma africana.

Ao pesquisar a Tradição Oral Africana, Hampâtê Bá (1982) alerta que o pesquisador deve ter condutas específicas. Para que o processo de coleta de dados seja bem-sucedido, o pesquisador precisa ter uma grande dose de paciência. No entanto, a condição mais importante de todas é renunciar ao hábito de julgar tudo com base em critérios pessoais. Para descobrir um novo mundo, é necessário esquecer o próprio mundo, caso contrário, o pesquisador estará apenas transportando suas próprias concepções em vez de permanecer verdadeiramente "ouvindo".

As relações sociais e de gênero: as mulheres marisqueiras de Madre de Deus

Um número significativo de estudos, utilizando abordagens da História Social, busca analisar o passado sob a perspectiva de gênero. Essas pesquisas comparam e relacionam experiências e representações tanto masculinas quanto femininas. Elas destacam as diferenças, variações e semelhanças entre classes, grupos etários e/ou étnicos ao longo do tempo e em contextos diversos.

A partir da perspectiva de gênero, reformulam conceitos como o de trabalhador ou cidadão. Esses estudos examinam as dinâmicas de poder em várias épocas e espaços históricos, destacando como a escrita da História foi e, às vezes, ainda é influenciada por um viés de gênero centrado no masculino. Além disso, questionam as ideologias de "objetividade e neutralidade" presentes em discursos científicos e projetos políticos que afirmam se basear na racionalidade. É diante desta concepção que o projeto de pesquisa "Narrativa da comunidade pesqueira de Madre de Deus: um olhar para identidade racial de mulheres negras marisqueiras" tem se desenvolvido.

Em contextos como esses e em muitos outros, as mulheres são

predominantemente inseridas no âmbito do cuidado, do lar, da família, ou seja, no lugar da reprodução, e suas atividades de pesca são representadas, classificadas e hierarquizadas de acordo com essas atribuições, sendo vistas como uma extensão ou complemento das mesmas (Blume *et al.*, 2011).

Por sua vez, a História das Mulheres evidencia a importância da diferenciação de gênero na organização da vida social em diversos contextos meticulosamente examinados (Pinsky, 2009). Esse avanço significativo, no entanto, ainda não satisfazia aqueles que buscavam resultados mais abrangentes além de simples descrições. Para Pinsky (2009, p.162) inclusão das mulheres nos livros de História não é, por si só, suficiente, sendo necessário repensar o próprio conhecimento histórico e priorizar abordagens analíticas.

As mulheres existem socialmente e abrangem indivíduos do sexo feminino de diversas idades, diferentes contextos familiares e pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades. Suas vidas são moldadas por normas sociais e costumes variados em um ambiente onde crenças e opiniões são configuradas por estruturas de poder (Tilly, 1994).

Joan Scott (1986) define a concepção de gênero baseada em duas proposições, são elas: (i) o gênero é um elemento essencial das relações sociais, fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos; e (ii) o gênero é uma forma primária de significar relações de poder. Nessa lógica, Scott propõe, então, que os pesquisadores observem sistematicamente e de maneira concreta os efeitos do gênero nas relações sociais.

Esse conceito propõe uma reflexão e uma quebra da rigidez do dualismo entre os extremos masculino e feminino, permitindo uma estruturação das análises histórico-sociais com abordagens plurais dentro de cada um desses polos. Dessa forma, é possível considerar os conflitos e as colaborações presentes na dinâmica social que geram arranjos e desarranjos em suas relações (De Andrade, 2009).

É relevante ressaltar que, na pesquisa “Narrativa da comunidade pesqueira de Madre de Deus: um olhar para identidade racial de mulheres negras marisqueiras”, o conceito de gênero é compreendido como uma categoria analítica construída no contexto histórico, social e político, que estabelece uma dicotomia entre homem e mulher, atribuindo-lhes lógicas socialmente construídas de feminino e masculino. Dentro dos discursos ocidentais, o gênero é utilizado para estabelecer hierarquias sociais, nas quais certas características do corpo, comportamentais e culturais determinam vantagens e desvantagens sociais (Oyéwúm, 2021).

Vieira, Siqueira e Paolo (2014) destacam a importância de compreender como o gênero influencia a gestão do setor pesqueiro, analisando as interações entre homens e mulheres em relação aos recursos naturais (um processo também presente nas interações entre meninos e meninas). É fundamental considerar as relações de gênero como elementos constituintes da organização familiar, comunitária e social, pois só assim poderemos avançar na compreensão desse tema.

Vale destacar que a pesca é uma atividade muito importante para o Brasil, tanto do ponto de vista econômico como cultural. A pesca artesanal desempenha um papel significativo como fonte de alimentos e renda para diversos grupos que vivem em áreas costeiras e fluviais do Brasil (Vieira; Siqueira; Paolo, 2014). Nas comunidades de pescadores artesanais, essas relações estruturam os processos educacionais, produtivos, de gestão e de uso dos recursos naturais, assim como relações sociais e de gênero, uma vez que homens, mulheres, crianças, idosos e idosas se envolvem na atividade pesqueira em diferentes momentos e com diferentes níveis de intensidade (Furtado, 2008).

Tanto mulheres, quanto homens possuem uma variedade de responsabilidades nas atividades de pesca artesanal. A presença de mulheres nos espaços marítimos é histórica e remonta a várias épocas, no entanto, as mulheres são frequentemente invisibilizadas, subestimadas e desvalorizadas em relação aos seus colegas masculinos. Nesse contexto, a pesquisadora Rose Mary Gerber (2021) destaca a importância de se discutir a valorização e a visibilidade das mulheres que atuam nos espaços marítimos.

A questão do reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres que atuam na pesca é um tema relevante a ser discutido. No entanto, as mulheres frequentemente enfrentam uma sobrecarga de tarefas sem receber o devido reconhecimento social pela importância que desempenham na lógica da produção e distribuição dos recursos (Vieira; Siqueira; Paolo, 2014). E quando se refere às mulheres negras que se dedicam a essa atividade, muitas vezes, elas são invisibilizadas e sofrem com a falta de reconhecimento e oportunidades (Santos; Aragão, Souza, 2013).

É importante destacar que existem poucos estudos sobre as pescadoras artesanais em Madre de Deus, o que evidencia a necessidade de abordar o universo pesqueiro dessas mulheres. Nesse contexto, as mulheres da pesca em Madre de Deus são principalmente mulheres negras. Essas mulheres, historicamente, são invisibilizadas, fato que também se propaga no âmbito da mulher negra em diversos setores da sociedade. Apesar das adversidades, as mulheres negras da pesca têm uma forte presença nas comunidades pesqueiras do Brasil. Elas desempenham papéis importantes na

produção e comercialização dos produtos da pesca e, muitas vezes, são responsáveis pelo sustento de suas famílias. Nesse sentido, as mulheres da pesca artesanal, com destaque para as marisqueiras, que atuam na preservação e manutenção da pesca, são fundamentais no registro da memória e dos saberes de populações femininas, negras e da pesca, historicamente apagadas da história de Madre de Deus.

Nesse interim, as discussões sobre o tema das mulheres negras da pesca no Brasil são importantes para ampliar a visibilidade e o reconhecimento dessas mulheres, bem como para promover a igualdade de gênero e raça na pesca e em outras atividades econômicas. É necessário que haja um diálogo aberto e inclusivo, que leve em consideração as vozes e perspectivas das mulheres negras da pesca e de suas comunidades.

Memória, tradição oral e mulher negra marisqueira

Ao conhecer suas origens, as mulheres negras podem se reconectar com sua cultura, tradições e valores, compreendendo melhor quem são e de onde vieram. Esse conhecimento permite que elas tenham um senso de identidade mais forte e uma base sólida para enfrentar as adversidades que enfrentam no dia a dia, além de valorizar sua herança cultural.

Ao conhecer suas origens, as mulheres negras podem transmitir essa história às gerações futuras, garantindo que suas raízes e cultura não sejam perdidas ou esquecidas. Isso é especialmente importante porque a construção da identidade de uma pessoa está diretamente relacionada à sua história e cultura, e as mulheres negras têm uma rica e diversa história que precisa ser preservada e compartilhada.

Nesse contexto, as mulheres da pesca em Madre de Deus são principalmente mulheres negras. Essas mulheres, historicamente, são invisibilizadas, fato que também se propaga no âmbito da mulher negra em diversos setores da sociedade. Nesse sentido, as mulheres da pesca artesanal que atuam na preservação e manutenção da pesca, são fundamentais no registro da memória e dos saberes de populações femininas, negras e da pesca, historicamente apagadas da história de Madre de Deus.

Trazer memórias que se tornaram referências de identidade para a História e a Historiografia da região de Madre de Deus é fundamental para entender e valorizar a rica história e cultura que essa região abriga. É importante destacar que mais da metade da população de Madre de Deus é negra, o que significa que a história e a cultura dessa população foram determinantes na construção da identidade da região.

Ao resgatar essas memórias, é possível compreender as experiências, lutas e conquistas dos afrodescendentes em Madre de Deus, bem como suas contribuições para a formação da sociedade local. Essa compreensão é importante para valorizar a diversidade cultural e étnica da região, bem como para reconhecer a importância da população negra na história do país como um todo.

A tradição oral é uma fonte fundamental para o estudo da história em diversas culturas. Jan Vansina propôs uma metodologia específica para a análise dessas fontes.

Segundo ele, é importante considerar a cadeia de transmissão da tradição oral, que envolve tanto o informante quanto o pesquisador. A metodologia proposta por Vansina começa com a identificação dos informantes, que são as pessoas que fornecem o testemunho oral. É importante determinar a posição social, a idade e o sexo do informante, bem como sua relação com os acontecimentos que está narrando. Em seguida, deve-se avaliar a credibilidade do informante, considerando sua memória, sua capacidade de observação e a possibilidade de que ele tenha sido influenciado por outras fontes. Outro aspecto importante é a reconstrução do contexto em que o testemunho foi produzido (Vansina, 2010).

É necessário levar em conta as circunstâncias em que o informante foi interrogado, as perguntas que lhe foram feitas e as reações que ele teve durante a narrativa. O autor também destaca a importância de avaliar a relação do informante com o grupo social em que está inserido, bem como as normas culturais e linguísticas que o regem (Vansina, 2010).

Como etapa final, é necessário comparar o testemunho oral com outras fontes disponíveis, como documentos escritos, relatos de outros informantes e dados arqueológicos. A análise comparativa permite avaliar a consistência e a confiabilidade do testemunho, bem como identificar possíveis distorções ou lacunas na narrativa (Vansina, 2010). Nesse interim, Vansina (2010, p. 142) destaca que “uma tradição é uma mensagem transmitida de uma geração para a seguinte”.

Foi o que aconteceu com os afro-brasileiros que, por diversas razões, mantiveram as línguas faladas nas terras africanas, mas sua fluência foi parcialmente interrompida pelo projeto colonialista. No entanto, a oralidade sobreviveu no Brasil de várias maneiras, graças à resistência dos seus usuários e à sua força e dinamicidade na África. Como afirma Hampaté Bâ (2010, p.169), "ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à unidade primordial". Portanto, a

concepção da oralidade africana abrange todos os aspectos da existência humana (Kizerbo et al., 2010), o que instigou os sobreviventes da diáspora negra a vivenciá-la apesar das negativas impostas pelas forças que mantêm o sistema.

A tradição oral africana, na medida em que foi possível revivê-la no Brasil, expressa uma cosmo percepção centrada na verdade e na rejeição incondicional da mentira, além do entendimento de que a terra pertence a Deus e que ao homem cabe apenas o direito de usufruí-la. Nessa linha de pensamento, reforça-se o valor dado à palavra dada, o suficiente para comprometer os descendentes de um ancestral por várias gerações.

Assim, as narrativas, saberes e oralidade das mulheres são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através dessas narrativas, é possível resgatar a história e as experiências dessas mulheres e valorizar suas contribuições para a cultura e a sociedade como um todo. No contexto das mulheres negras da pesca no Brasil, essas narrativas são especialmente importantes. As mulheres negras da pesca têm uma história rica e diversa, que muitas vezes não é contada ou valorizada. Suas experiências e saberes são fundamentais para a compreensão da história e da cultura do país e para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às suas necessidades e demandas.

Nesse interim, as discussões sobre o tema das mulheres negras da pesca no Brasil são importantes para ampliar a visibilidade e o reconhecimento dessas mulheres, bem como para promover a igualdade de gênero e raça na pesca e em outras atividades econômicas. É necessário que haja um diálogo aberto e inclusivo, que leve em consideração as vozes e perspectivas das mulheres negras da pesca e de suas comunidades.

Considerações Finais

A tradição oral desempenha um papel crucial na transmissão de conhecimentos, memórias e identidades ao longo do tempo, permitindo que as comunidades africanas expressem e compartilhem suas experiências de forma autêntica. É uma fonte valiosa para compreender os estilos de vida, estruturas sociais, relações familiares e genealogias das sociedades africanas, bem como as relações sociais e políticas que moldam suas comunidades. Ao reconhecer e valorizar a tradição oral, podemos evitar a distorção histórica imposta por narrativas dominantes e dar voz aos protagonistas africanos em sua própria história.

Além disso, a análise de gênero revela a importância de considerar as

experiências e perspectivas das mulheres em contextos históricos. As mulheres muitas vezes desempenham papéis fundamentais nas comunidades, mas frequentemente enfrentam desvalorização e invisibilidade. Portanto, é essencial repensar o conhecimento histórico e adotar abordagens analíticas que priorizem a inclusão e a compreensão das experiências femininas. Através da incorporação das relações de gênero na pesquisa histórica, podemos revelar as dinâmicas de poder subjacentes e desafiar visões e estereótipos limitantes.

Ao unir a valorização da tradição oral e a análise de gênero, abrimos caminho para uma história mais inclusiva, diversa e precisa. Essa abordagem nos permite reconstruir narrativas históricas que foram previamente negligenciadas ou distorcidas, destacando as experiências e contribuições dos indivíduos africanos e das mulheres em particular. No que tange a pesquisa "Narrativa da comunidade pesqueira de Madre de Deus: um olhar para identidade racial de mulheres negras marisqueiras" se relaciona diretamente com esta reflexão, uma vez que se propõe a abordar a valorização da tradição oral e a análise de gênero como elementos essenciais para compreender e reconstruir a história das mulheres negras marisqueiras nessa comunidade pesqueira específica.

Ao dar voz às mulheres negras marisqueiras por meio da tradição oral, a pesquisa busca resgatar e preservar as histórias, memórias e experiências dessas mulheres, reconhecendo suas contribuições para a comunidade e a construção de sua identidade racial. A tradição oral permite que as marisqueiras compartilhem suas vivências, práticas culturais, saberes e lutas, rompendo com a marginalização e a invisibilidade histórica a que foram submetidas.

Esta pesquisa também se propõe a analisar as questões de gênero nesse contexto específico. Ao considerar as experiências das mulheres negras marisqueiras, a pesquisa revela as dinâmicas de poder, desigualdades e resistências presentes na vida dessas mulheres, destacando sua importância como agentes sociais e políticos dentro da comunidade pesqueira.

REFERÊNCIAS

BLUME, Luiz Henrique dos Santos, et. al. **Viver de tudo que tem na maré**: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008. 2011.

CASTELO BRANCO, S. História Oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 13, p. 8–27, 2020

FURTADO, Lourdes G. Sobre os argonautas da Amazônia: o estado da arte dos conhecimentos sobre os pescadores: uma contribuição aos estudos da Antropologia. in: LEITÃO. V.; MAUÉS. R. (Orgs.). **Nortes antropológicos**: trajetos, trajetórias. Belém: EDUFPA, 2008. p. 41-80

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar**: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil. Editora da UFSC, 2021.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva**: história geral da África. v. 1. São Paulo: Ática. 1982.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 159-189, 2009.

PESSOA, Monica. “Coisas Antigas Continuam no Ouvido”: a tradição oral africana como fonte histórica. **Faces da História**, Assis-SP, v.6, nº1, p.62-85, jan.-jun.,2019

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estu dos Históricos**, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

OYĚWUMÍ, Oyèrónké. 2021. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

OLIVEIRA, Valéria Costa Aldeci de et al. **De marisqueiras a operárias**: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE. 2017.

SANTOS, E. A.; ARAGÃO, M. C. O.; SOUZA, R. M. Tecendo as redes entre natureza e sociedade: os desafios das mulheres pescadoras em Sergipe. **Fronteiras: Journal of Social**, v.1, p. 05-25, 2013.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **A revista histórica americana**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

VIEIRA, N.; SIQUEIRA, D.; PAOLO, D. D. “O que é de mulher e o que é de homem”: relações de gênero na pesca artesanal comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 8–23, 2014. DOI: 10.37370/raizes. 2014. v34.400.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994.

UMA (RE)LEITURA DA CIDADE A PARTIR DA AFROCENTRICIDADE: A NÃO REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS E NEGRAS NO DISCURSO DA HISTÓRIA DE AMÉLIA RODRIGUES – BA

Tainara Margarida Rodrigues Moraes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
tainaramoraes@aluno.ufrb.edu.br

Resumo

Este trabalho versa sobre uma pesquisa de mestrado em andamento no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas na UFRB/CAHL. Objetiva-se analisar e discutir o silenciamento da população negra na Historiografia do município de Amélia Rodrigues – BA, pelo qual teve sua formação e povoamento através dos antigos engenhos para a produção do açúcar durante os períodos colonial e imperial. No entanto, no discurso da História “oficial” há um apagamento da participação negra neste processo. Enfatizando apenas seu processo emancipatório e desmembramento político da Freguesia de Santo Amaro da Purificação, e à Amélia Rodrigues mulher, e isto é refletido nas escolas. A História “oficial” do município de Amélia Rodrigues inicia-se por volta de 1609 no século XVII, quando os irmãos portugueses Luís Vaz de Paiva e Manoel Nunes de Paiva tornaram-se donos de umas das sesmarias concebida pelo governador de Portugal, Dom Diego de Meneses. Posteriormente Manuel Nunes Paiva tornou-se o único proprietário, mas por pouco tempo, pois em 1622 passou as terras para o Mosteiro de São Bento, da Cidade de Salvador. Com a proposta de povoar o local, a instituição religiosa dos beneditinos construiu o primeiro engenho de moer cana, uma capela e um convento pequeno, formando um núcleo posteriormente conhecido como São Bento do Inhatá. Devido as condições climáticas e o solo massapê e as demandas econômicas das atividades açucareiras, este lugarejo logo passou a abrigar diversos outros engenhos como o Engenho Novo, o Engenho da Mata e o Engenho Nossa Senhora de Brotas, todos do século XVIII. Já no século XIX, surgiram o Engenho do Bângala, Engenho Tebaida, Engenho Triunfo e o Engenho Ipiranga E, com o decorrer dos tempos, foram surgindo os alambiques, pelo qual também merecem destaque nestas empreitadas empreendidas no recôncavo da Bahia. Passando por Arraial, vila até chegar em município, a História da cidade de Amélia Rodrigues entrelaça com a História do Brasil, visto que, por muito tempo foi umas das fontes redutoras na produção do açúcar para a metrópole no Recôncavo da Bahia. No entanto, há uma identidade negada na prática discursiva da História deste município, mesmo sua população sendo composta majoritariamente por populações negras rurais. O produto final, versa na produção de um paradidático acessível a alunos e professores(as) das escolas da rede pública, especialmente do município de Amélia Rodrigues, trazendo como protagonista personagem/personagens negra(s) na construção da historiografia do município. E assim contribuir para um ensino antirracista e afrocentrado, possibilitando nos educandos uma construção de uma identidade positiva e representativa e promover a efetivação da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: História Local; educação; antirracismo; Lei n.10639/03.

Reflexões Introdutórias

O presente trabalho apresenta algumas reflexões teóricas-metodológicas a respeito do discurso do silenciamentos e apagamentos acerca da Historiografia do

município de Amélia Rodrigues – BA, com ênfase na perspectiva educacional, pela qual corrobora para tais apagamentos históricos.

Meu interesse pela presente pesquisa aconteceu quando durante os estágios docência na graduação percebi as ausências de imagens positivas e do protagonismo do nosso povo na construção da Historiografia do município referido. Em nome de tantos silenciamentos e de tantas pessoas que vieram antes, e lutaram para que eu chegasse até aqui, sendo educadora, mulher, negra, do campo, proponho uma re(escrita) desse passado, pensando em quem vem depois, para que não se sintam excluídos, como eu me senti durante a educação básica.

Nesta jornada da pesquisa, coloco-me no campo da subjetividade, movendo-me entre sujeito e objeto, para a efetivação da Lei n.10.639/03 na promoção da obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, africana nas escolas.

Amélia Rodrigues é um município brasileiro que tem sua formação inicial nos cernes das experiências colonialista por volta do século XVIII. Os discursos históricos remetem aos processos de ocupação e povoamento deste espaço territorial de acordo com interesses econômicos dos portugueses, incumbidos pela produção do açúcar em torno da Baía de Todos os Santos (região conhecida como Recôncavo), e pelo comércio transatlântico, assim estabeleceram engenhos para tal empreendimento.

A trilha discursiva de nossa história, situam-se quando o município, ainda se denominava Lapa e era distrito de Santo Amaro da Purificação, suas estradas servia de parada para Boiadeiros que por aqui circulavam. Foi palco de diversos engenhos, onde podemos destacar Engenho de São Bento do Inhatá, o primeiro a ser erguido nesta localidade sob o comando do Mosteiro de São Bento na cidade de Salvador, ficando encarregado de povoar o local, construindo o engenho de moer cana, uma capela e um convento pequeno, formando um núcleo posteriormente conhecido como Inhatá.

Tiveram o Engenho Novo e o Engenho Nossa Senhora de Brotas, este segundo, no século XVIII era propriedade de D. Isabel Joaquina de Aragão, passando no século XIX a pertencer ao Dr. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão de Vila Viçosa, que se casou com Francelina Maria da Conceição, que tiveram filhos, e nos inventários eles aparecem com a cor “parda”, portanto, há indícios de que a mãe era “preta”.

Juntando-se a estes temos também o Engenho Bângala, Engenho Triunfo, Engenho Tebaida, Engenho Ipiranga, e Engenho da Mata, este último, atual Usina Nova

Aliança que manteve seu funcionamento até o ano de 2016, frequentemente denunciado por manter seus funcionários sob o modo de trabalho análogo a escravidão.

Observa-se duas abordagens pontuais quando se trata da história da cidade de Amélia Rodrigues, primeiro centra-se na comemoração de aniversário da cidade, pelo qual volta-se para o momento emancipatório do desmembramento enquanto não mais pertencente a cidade de Santo Amaro da Purificação. Segundo, em relação a homenagem educadora, escritora e poetiza Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues, a qual carrega o nome. Invisibilizado a presença negra na construção dessa história.

Objetiva-se analisar e discutir o silenciamento da população negra na Historiografia do município de Amélia Rodrigues – Ba, pelo qual teve sua formação e povoamento através dos antigos engenhos para a produção do açúcar durante os períodos colonial e imperial. No entanto, no discurso da História “oficial” há um apagamento da participação negra neste processo.

Percursos metodológicos

Proponho-me a discutir a questão do silenciamento, na perspectiva da negação da identidade negra no município referido. Para tanto, utilizarei algumas bibliografias como CHAUI (2000), HARTMAN (2021), ADICHIE (2019) para entender o “mito fundador”, e as consequências negativas em relação a história única que foi criada em torno da história local deste município que exclui os negros e indígenas. Desta forma, nota-se a percepção de um racismo, mesmo que velado, no contexto historiográfico, pelo qual dificulta a efetivação das leis já citadas, nas escolas.

Trago a escola como meio de propagação de tais ideias, assim, considero indispensável pensar no currículo como instrumentos metodológicos educativos, portanto, deve ser trabalhado na concepção de um etnocurrículo. Analisando quem são os sujeitos que atendem aos currículos. E, desta maneira, pensar práticas pedagógicas que tenham um olhar para os sujeitos que atendemos currículos. “Nesta perspectiva, um veio epistemológico, cultural e político”, serão importantes para quem intenciona um etnocurrículo. (MACEDO,2016, p.11-12).

Conforme Macedo (2016, p.12) os currículos são autoritários e excludentes, funcionando como um artefato pedagógico “em propor uma formação para-o-outro-sem-o-outro”, caracterizando como “predominantemente, no olhar de especialistas pedagógico, a propor verdades de perspectivas colonialistas e ‘grandes curriculistas’ em detrimentos de perspectivas outras, de cosmovisões outras, de intencionalidades outras”.

Com isto, se faz necessário pensar um currículo plural, buscando via para descolonização do currículo. Promovendo uma abordagem emancipatória, para promoção de sujeitos circulantes, isto é, que todos nós intencionamos o currículo, todo sujeito cultural promova a idealização do currículo.

Segundo Macedo (2016, p.16) para que tenhamos currículos e processos formativos pertinentes

social e culturalmente relevantes, social e culturalmente implicados e que se esforcem em praticar múltiplas justiça, um dos caminhos, da nossa perspectiva, é trabalharmos-com, intercriticamente, os etnométodos dos atores sociais implicados às suas problemáticas curriculares, suas ações e relações construtivas.

Então, uma possibilidade para que essas pautas do *etno* se concretizem com pertinência e relevância político-pedagógica a perspectiva etnometodológica torna-se crucial. E para isto Macedo (2016, p.17) apresenta as características do etnocurrículo como as *describibilidades*, *inteligibilidades*, *reflexibilidades* e *analísibilidades* para com as quais irão instituírem seus mundos de crenças e estratégias para orientarem suas vidas.

Para Afonso H. M. Campos (2016, p.41) “a educação, aqui entendida enquanto processo da cidadania, constitui-se para indivíduo e a coletividade, estabelece através das relações políticas, ou seja, na própria sociedade”. Neste sentido,

não é possível, assim, construir currículos – os selecionar através de saberes socialmente relevantes (o que ensinar?) e de que maneira eles serão abordados no processo de ensino-aprendizagem (como ensinar?) -, sem se ter uma compreensão das especificidades do ser humano e das sociedades.

Portanto, é impossível construir um currículo universal. Um currículo ideal é aquele fluído e multifacetado. “cultura e identidade devem estar em consonância com a natureza de qualquer currículo” (CAMPOS, 2016, p.43). Devemos pensar o currículo a partir da totalidade, em consonância com as subjetividades e individualidades e que acolham as diferenças.

Por conta do acima exposto, meu campo epistemológico é no campo da decolonialidade, pautada no pensamento “pós-abissal”, indo de contramão ao pensamento colonial e excludente, para se chegar em uma educação antirracista. vale destacar que a epistemologia aqui citada, apresenta um novo olhar da palavra, “opondo todas as formas de soberania epistêmica a noção de ecologia de saberes”. Portanto, uma epistemologia do Sul (NUNES, 2008).

Esse estudo visa contribuir para a educação das relações étnico-raciais, ao promover a equidade de conhecimentos, levando em consideração de preencher as ausências sobre a participação dos negros e negras enquanto sujeitos históricos, não se

trata aqui falar da escravização, pois, em conformidade com MakotaValdina “não sou descendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados”.

Neste sentido, coloco-me a disposição de uma releitura da Historiografia do município de Amélia Rodrigues, numa perspectiva de uma imagem positiva e representativa dos negros e negras enquanto fundadores deste espaço. A fim de promover uma consciência histórica nos estudantes, fortalecendo uma educação antirracista. Fomentando o conhecimento da Herança e cultura africana e afro-brasileira, a identidade local e recuperar existências.

Considerações históricas acerca do povoamento de Amélia Rodrigues – BA

A História “oficial” do município de Amélia Rodrigues inicia-se por volta de 1609 no século XVII, quando os irmãos portugueses Luís Vaz de Paiva e Manoel Nunes de Paiva tornaram-se donos de uma das sesmarias concebida pelo governador de Portugal, Dom Diego de Meneses. Posteriormente Manuel Nunes Paiva tornou-se o único proprietário, mas por pouco tempo, pois em 1622 passou as terras para o Mosteiro de São Bento, da Cidade de Salvador.

Com a proposta de povoar o local, a instituição religiosa dos beneditinos construiu o primeiro engenho de moer cana, uma capela e um convento pequeno, formando um núcleo posteriormente conhecido como São Bento do Inhatá. Devido as condições climáticas e o solo massapê e as demandas econômicas das atividades açucareiras, este lugarejo logo passou a abrigar diversos outros engenhos

O espaço onde atualmente é a sede do município de Amélia Rodrigues, em 1702 era denominada de Marucá, e nela foi edificada uma capela de Nossa Senhora, dando início ao povoamento nesta localidade. A tradição oral local conta que um devoto de Nossa Senhora construiu “uma casa” de taipa em homenagem a uma santa.

O Frei Agostinho de Santa Maria, informou detalhadamente sua localização e estrutura, como também registrou as características da imagem descrevendo como “uma escultura de madeira, medindo três palmos e com o menino Jesus assentado sobre o braço esquerdo”. Mas tarde passou a se chamar Nossa Senhora da Lapa, tornando-se a padroeira deste lugarejo.

No ano de 1718 estas terras foram transferidas para o domínio da Freguesia Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos. E em 1727, passou a pertencer a Freguesia Santo Amaro e Purificação, elevando-se a categoria de distrito, com a denominação de

Lapa. Em 1944, teve seu nome mudado para Traripe¹⁰⁴. E, em 20 de outubro de 1961, pela Lei Estadual Nº 1.533 o município foi desmembrado de Santo Amaro da Purificação, passando a ser chamada de Amélia Rodrigues¹⁰⁵.

O povoamento desta região ocorreu através dos antigos engenhos. Conforme Walter Fraga (2006), ao investigar os caminhos trilhados pelos egressos da escravização no Recôncavo da Bahia, muitos egressos desse sistema permaneceram nas proximidades dos antigos engenhos, que depois transformaram-se em comunidades negras rurais.

As informações colhidas sobre o Engenho Pitinga e sobre outros engenhos do Recôncavo mostram que as populações oriundas da escravidão nas localidades rurais formavam comunidades sólidas. Forjados ainda sob a vigência da escravidão, os laços comunitários, tecidos a partir do parentesco entre ex-escravos do mesmo engenho ou de engenhos vizinhos, foram fundamentais para os egressos da escravidão recompor a vida em liberdade. No pós-abolição, essas comunidades foram a base sobre a qual os ex-escravos e seus descendentes buscaram novas alternativas de sobrevivência. (FRAGA, 2006, p.296)

Amélia Rodrigues é formada majoritariamente por comunidades negras rurais, que emergiram nos entornos dos antigos engenhos, que no século XIX, alguns deles foram transformados em Usinas, como ocorreu com o Engenho da Mata, passando para Usina da Mata Aliança, e a localidade que surgiu em seu entorno chama-se distrito da Mata Aliança, mais conhecido popularmente como distrito da Usina Aliança.

Na localidade onde encontrava-se o Engenho São Bento de Inhatá, transformou-se em distrito de São Bento do Inhatá. Assim como as demais localidades, no Engenho Novo surgiu a comunidade do Engenho Novo, Engenho Ipiranga temos a Comunidade do Ipiranga, Engenho Lixa, Comunidade Lixa.

Já no Engenho Nossa Senhora de Brotas, dividiu-se em duas localidades rurais, o Areal e o Camucurso, isto porque, com as transformações de modernização que vinha acontecendo na Bahia durante a década de 1920, foi criado o trecho da “Estrada Bahia-Feira de Santana”, que ligava a cidade de Feira de Santana a Salvador, dividido está localidade, uma ficado do lado esquerdo e a outra do lado direito.

Para Walter Fraga, os antigos engenhos representaram para os ex-cativos e seus descendentes a manutenção de “direitos” conquistados ainda durante o cativeiro. O autor evidencia que estas localidades se tornaram *locus* de comunidades negras, onde os laços

¹⁰⁴Pelo Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31-12-1943, retificado pelo Decreto Estadual nº 12978, de 01-06-1944, o Distrito de Lapa tomou a denominação de Traripe.(IBGE).

¹⁰⁵A Lei Estadual n.º 1.533, de 20-10-1961 desmembrou do município de Santo Amaro os distritos de Traripe, Inhatá e Mata da Aliança para constituírem o novo município com a denominação de Amélia Rodrigues. (IBGE).

comunitários e familiares constituídos ainda no período da escravização, representaram importantes motivos para a fixação nessas localidades.

A condição de acesso às roças foi importante fator de diferenciação nas comunidades de ex-escravizados. Os registros da época, quase sempre, faziam distinção entre roceiros e lavradores. A possibilidade de acesso a um lote de terra assegurava maiores alternativas de subsistência, embora os roceiros fossem obrigados a prestar serviços nas terras dos seus antigos senhores. Segundo Walter Fraga (2006, p.298-299), com as terras cultiváveis tornaram-se possível o acesso às “feiras locais e diversificar o cultivo de gêneros de subsistência”. Dessa maneira, “o direito a parcelas de terras talvez tenha sido o grande fator de permanência nos engenhos”.

Para Flávio Gomes (2015, p.126), em pesquisa sobre quilombos e mocambos enquanto espaços de sujeitos negros, “através de arranjos de moradias, trabalho e parceria, as primeiras gerações de libertos tentavam reconstruir territórios para si e suas famílias”. Desta forma, umas dessas experiências foi o “pacto paternalista”, tratando-se das permanências dos libertos nas mesmas fazendas em que eles, seus pais e seus avós tinham sido escravizados, “agenciando roças, autonomia e direitos costumeiros no uso da terra”.

Ao pesquisar a busca por autonomia de mulheres negras no recôncavo da Bahia durante o século XIX, Virginia Barreto (2018, p.100) mostra que “desprovidas de meios para adquirir a posse definitiva de um lugar de moradia, o aforamento foi uma alternativa que pareceu ter sido muito utilizada por essa camada da população”, uma alternativa viável para muitas mulheres conseguirem adquirir um lugar para morar e plantar.

O município de Amélia Rodrigues, historicamente, foi formado eminentemente por uma população negra egressa do cativeiro. Suas tradições estão presentes na religiosidade e, em outros tipos de manifestações culturais. Preservados por meio das tradições orais.

As tradições orais, conforme Jan Vansina (2010), especialista em tradição oral africana, compreende-se por um testemunho transmitido oralmente em uma mesma sequência de acontecimentos passando de uma geração para outra. Esta transmissão oral permite a preservação da sabedoria dos ancestrais e a historicidade de certas localidades.

HampatéBâ (2010. p. 209), mestre da tradição oral africana, nos diz que quando falamos de tradições em relação a história africana, estamos falando da tradição oral, “esta peculiaridade da memória africana tradicional ligada a um contexto de tradição oral é em si uma garantia de autenticidade”. Para este autor, ela é a grande escola da vida, conduz

o homem a sua totalidade, baseando-se em uma certa concepção do homem, do seu lugar e seu papel no universo.

Entender a História do município de Amélia Rodrigues perpassa sob a ótica de suas tradições e oralidades, sob uma perspectiva decolonial, torna-se possível compreender suas totalidades. A distribuição territorial deste município atualmente divide-se da seguinte maneira: a sede, que além do seu centro “urbano”, abrange as localidades rurais da Mata velha, Pinguela – no ano de 2015 foi titulada comunidade remanescente de quilombo –, Engorda, comunidade Itapetingui, Fazenda Ipiranga, Areal, Camucurso, Amparo, Fazenda Volta, Fazenda Campos e Monteiro. E seus dois distritos São Bento do Inhatá englobando os povoados de Bângala, Bolandeira, Miranda, Surucuru e Jambeiro; e o distrito Mata Aliança com as comunidades Bela Vista, Engenho Novo, São Miguel, Tebaida, Açude, Triunfo e Dendê em seu entorno.

Passando por Arraial, vila até chegar em município, a História da cidade de Amélia Rodrigues entrelaça com a História do Brasil, visto que, por muito tempo foi umas das fontes redutoras na produção do açúcar para a metrópole no Recôncavo da Bahia. No entanto, há uma identidade negada na prática discursiva da História deste município, mesmo possuindo diversos aspectos da negritude e heranças de origem africana e diaspórica.

Contudo, a identidade local se consolida na “invenção” e legitimidade de culturas próprias, criando um sentimento de pertencimento por meio dos discursos em prol do seu desmembramento da cidade de Santo Amaro. Pós separação, o améliense é inventado verbalmente, quiçá literalmente. Estas transformações ocorridas na nova cidade passaram a ser políticas e a tanger novas questões culturais e novos hábitos. Porém, “os resquícios do pertencimento ao Recôncavo ainda são fortes, porém como uma boa “dose” dos aspectos feirenses”. (OLOVEIRA, 2009, p.37).

Conforme Amós Souza (2015, p.15), se distanciando cada vez mais do recôncavo e aproximando da princesa do sertão, a Feira de Santana. Ainda “existe um Recôncavo açucareiro nas memórias ou discursos periféricos das populações nativas ou egressas desses espaços de localização das usinas simbólicas do Recôncavo açucareiro”.

Trajetórias ausentes: a invisibilidade dos negros e negras na historiografia de Amélia Rodrigues

Na década de 70, a intelectual negra Beatriz Nascimento já discutia o apagamento do negro na historiografia. Em seu texto intitulado “*Por uma história do homem negro*”, publicado em 1974 na Revista de Cultura Vozes, ela questionou

Como fazer, como escrever a História sem deixar escravizar pela abordagem da mesma fragmentariamente? [...] É possível limitar a História a um tempo historicamente reduzido [...] entendê-la somente como nos foi apresentada a partir do século XIX? Como mais uma ciência? Como abordar, por exemplo, a história do negro no Brasil? Somente de um enfoque etnográfico, religioso, sócio-econômico, ou seja, fragmentariamente, como de um modo geral vem sendo feita brilhantemente? E a História do Homem Negro? Afinal somos homens, indivíduos que devem ser estudados como tal (NASCIMENTO, 2006, p.93).

Vale destacar que quando Beatriz Nascimento retrata sua inquietude sobre a exclusão do “homem negro”, ela está questionando a população negra como um todo, isto é, referindo-se a homens e mulheres. É válido salientar que estamos nos referindo aqui de uma pesquisadora do seu tempo, que infelizmente sofreu de um brutal feminicídio, por isso, alguns de seus “termos” encontra-se desatualizados. Refiro-me desatualizado no aspecto de que hoje no pouco avanço que ocorreu na Ciência enquanto produção do conhecido não utilizamos o demarcador masculino para nós referi a masculino e feminino, enfatiza-se e não mais inviabiliza-se o gênero feminino.

Beatriz Nascimento, assim como Abdias Nascimento (2016) criticam e culpabiliza a “democracia racial” como fermentadora da exclusão dos negros e negras nos aspectos culturais e históricos na formação do Brasil, visto que, a miscigenação foi promovida em prol de um embranquecimento, e não espontânea. Para Beatriz Nascimento (2006, p.95) “a representação que se faz de nós em literatura, por exemplo, é a de criado doméstico, ou, em relação à mulher, a de concubina do período colonial. O aspecto mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça”. Ela ainda complementa

Não podemos aceitar que a História do Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática. (NASCIMENTO, 2006, p.97).

Esta pesquisa fundamenta-se neste questionamento exposto anteriormente, precisamos nós negros e negras, contar a nossa história e não deixar que apenas o *outro* conte seu ponto de vista. A nigeriana Chimamanda Adichie, em seu livro “*O perigo de uma história única*”, que foi uma adaptação de sua palestra proferida no TED Talk, em

2009, alerta sobre como essa construção de uma única história, cria estereótipos, que marginaliza e desqualificam certas sociedades. De acordo com Adichie (2019, p.10) “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”.

Nesta respectiva, as denominadas História Geral ou História do Brasil, possuem uma única história, a “história dos vencedores”, dos grandes feitos, dos “grandes homens”, pela qual os estudantes não se enxergarão como agentes dos processos históricos. Dentre as principais potencialidades pela qual a história regional e local permite, tem-se a visibilidade de agentes históricos, temas e lugares antes excluídos no âmbito da “macro-história”, fundamentada na história universalizante.

O referido município estudado foi formado nas encruzilhadas entre escravidão e pós-abolição. Ocorrendo continuidades de ex-cativos dos engenhos nas suas redondezas, e após 1888, ocasionou o alargamento dos laços de parentesco e outra instancias. Possivelmente as duas primeiras gerações livres permaneceram nestas localidades, seja como rendeiros ou posseiros, ex-escravizados e descendentes cultivaram essas terras e, de diversas formas, contribuíram para a permanência nesta região, formando um pequeno vilarejo remanescente desse passado.

Contudo, assim como na história do Brasil, muitas foram as influências que reforçaram a invisibilização dos negros e negras e de sua participação na construção da história nacional, o mesmo aconteceu no município de Amélia Rodrigues, pelo qual só aborda dois vieses a emancipação política e a vida e obra da Amélia Rodrigues mulher.

No espaço escolar é onde ocorre de maneira mais branda está invisibilização e silenciamentos desta parcela da população. Haja visto, que muito pouco é reportado no ambiente escolar os percursos e trajetória da população negra local. Quando nas aulas de História é abordado o recôncavo açucareiro, não é situado que está região fazia parte geograficamente do Recôncavo, muito menos que produziam açúcar para a metrópole.

Considerações Finais

Considerando as reflexões aqui apresentadas, ressalto que há possibilidades e caminhos para a recuperação identitária, buscando uma maior aproximação da história local com a realidade vivenciada, visto que, existir uma pesquisa no campo do ensino, promovendo uma representatividade positiva da imagem dos negros e negras durante o processo de formação de uma vila que se transfona em uma cidade, é crucial para que os

estudante construam um pensamento crítico e se enxerguem enquanto sujeitos históricos atuantes.

O ponto crucial da perspectiva aqui exposta enquanto uma epistemologia do Sul, pautado em um currículo multicultural, é ecoar as vozes silenciadas de sujeitos históricos, que a todo tempo esteve em lugar de protagonismo, só não foram protagonizados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

BARRETO, Virginia Queiroz. Mulheres Negras: A busca por autonomia no recôncavo do século XIX. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 2000.

CAMPOS, Afonso Henrique Magalhães de. Os nós do currículo: Cultura e subjetividade. In: **Formação Cultural: Sentidos epistemológicos e políticos**. Org. ALVES, Rita de Cassia Dias Pereira; Nascimento, Claudio Orlando do. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Bazar do Tempo, 2021.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. **A tradição viva**. In: KI-ZERBO, J. (Coord.). Metodologia e Pré-História da África. (História Geral da África Vol. I). Brasília: Unesco, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Amélia Rodrigues**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/amelia-rodrigues/historico>. Acesso em 12 de nov. de 2021.

MACEDO, Roberto Sidnei. Instituintes Culturais da Experiência Curricular Formativa: Bases para um Etnocurrículo. In: **Formação Cultural: Sentidos epistemológicos e políticos**. Org. ALVES, Rita de Cassia Dias Pereira; Nascimento, Claudio Orlando do. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NUNES, João Arriscado. **O resgate da epistemologia**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 45-70, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa Araújo de. **Construindo Amélia Rodrigues: Discursos sobre identidade local**. Trabalho de conclusão de Curso, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, 2009.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto, 2006.

SOUZA, Amós da Cruz. **Sobre a(s) memória(s) dos homens/mulheres das usinas: contemporaneidade do Recôncavo açucareiro como demanda educacional**. Tese

(Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Campus I – Salvador, 2015.

VANSINA, Jan. **A tradição oral e sua metodologia**. História geral da África, v. 1, 2010.